

JACOPO FO . SERGIO TOMAT . LAURA MALUCELLI

O LIVRO NEGRO DO CRISTIANISMO

DOIS MIL ANOS DE CRIMES EM NOME DE DEUS



Ediçõesouro

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros, disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.Info](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível.



O LIVRO NEGRO DO CRISTIANISMO

Jacopo Fo – Sergio Tomat – Laura Malucelli

Ediouro

2007

Sumário

[INTRODUÇÃO](#)
[CAPÍTULO 1](#)
[CAPÍTULO 2](#)
[CAPÍTULO 3](#)
[CAPÍTULO 4](#)
[CAPÍTULO 5](#)
[CAPÍTULO 6](#)
[CAPÍTULO 7](#)
[CAPÍTULO 8](#)
[CAPÍTULO 9](#)
[CAPÍTULO 10](#)
[CAPÍTULO 11](#)
[CAPÍTULO 12](#)
[CAPÍTULO 13](#)
[EPILOGO](#)

INTRODUÇÃO

Os cristãos comem criancinhas?

de Jacopo Fo

Acho que, em parte, devemos também ao cristianismo o fato de hoje o mundo parecer *menos desumano*, sádico e violento do que no passado.

Por dois mil anos, milhões de crentes tentaram de todas as maneiras testemunhar a palavra de paz e amor que Jesus pregava. Viam-se crentes nas cabeceiras dos doentes, recolhendo órfãos pelas ruas, curando os feridos depois das batalhas e saques.

Havia cristãos, como São Francisco, que davam casa e conforto aos que eram devorados pela lepra e comida a quem morria de fome. E muitos como ele atravessaram as linhas de frente das batalhas para promover a paz entre os exércitos. Existiam muitos fiéis que socorriam os sobreviventes das inundações, dos terremotos, das fomes. Havia ainda cristãos que tentavam impor um limite à brutalidade contra os escravos e servos da gleba oprimidos pelos *possessores*. Existiram cristãos que se expuseram abertamente a fim de obter a graça para um inocente condenado sem provas, apenas por fanatismo religioso.

Viram-se sacerdotes que construíram comunidades de índios e morreram com eles quando os conquistadores católicos decidiram que se agrupar em comunidades igualitárias e não pagar impostos constituía um crime contra Deus e a Coroa. Existiram sacerdotes que fundaram cooperativas e escolas para trabalhadores, que organizaram caixas de assistência mútua e ajudaram judeus e ciganos perseguidos a fugir... Mas essas pessoas, que por dois milênios contribuíram enormemente para melhorar a condição humana e civil dos mais fracos, raramente faziam parte dos vértices da Igreja.

Como aconteceu com todas as religiões do mundo que se tornaram "cultos do Estado", os centros de poder das principais igrejas cristãs foram conquistados por indivíduos inescrupulosos e maliciosos, dispostos a usar a fé e o misticismo com o único objetivo de obter riqueza e autoridade.

É claro que não se pode generalizar: existiram homens religiosos com grandes incumbências na esfera eclesiástica, que agiram com justiça e notável honestidade, e que sobretudo eram partidários — colocando em risco até mesmo a própria vida — do direito à dignidade e à sobrevivência dos pobres, golpeando, com palavras e atos concretos, "os ricos bem nutridos e poderosos, inimigos de Cristo e dos homens" (de uma homilia de Santo Ambrósio). Mas também é verdade que, por séculos, os papas continuaram vendendo os cargos religiosos a quem oferecia mais, e para ser ordenado bispo bastava pagar, não era necessário nem ser padre. Por dinheiro, Júlio II consagrou cardeal um rapazinho de 16 anos. Assim, no final das contas, muitos enganadores conseguiram até chegar a ser eleitos papas e macularam suas vidas com crimes horrendos.

O papa Wojtyła pediu perdão a Deus pelos pecados cometidos no passado por aqueles que representavam a ou pertenciam à Igreja. Mas, por maior que seja a lista dos atos nefastos cometidos, não podemos pretender que ela seja exaustiva.

Então, demo-nos o trabalho de reunir o maior número de documentos que produzam uma idéia menos vaga do "pecado" que maculou a Igreja. Ao realizar esta pesquisa, deparamo-nos com um quadro de traços chocantes, povoado com um número inacreditável de episódios por vezes grotescos, mas sempre trágicos.

As histórias que contaremos não se encontram em todos os livros. Ao contrário, os textos que narram esses fatos (salvo raras exceções) foram colocados no limbo por especialistas.

Mas por que embarcamos em tal aventura? Decerto, não por um anticlericalismo doentio. Hoje, até mesmo no clero inaugurou-se um debate muito fértil sobre a pesquisa histórica do percurso das religiões. Em toda parte, nascem grupos de fiéis que tentam pôr em prática a palavra de Jesus e constroem solidariedade, liberdade, paz, superando obstáculos que ainda se interpõem à criação de um mundo onde a vida anterior à morte também seja digna de ser vivida. Mas, para que essa renovação seja profícua, é indispensável mergulhar profundamente no clima histórico, político e religioso que determinou o sacrifício de tantos mártires, vítimas da parte corrupta e autoritária do clero, muitas vezes com o auxílio dos grupos

no poder.

Aquela consciência e aquela cultura, capazes de impedir que tais horrores se repitam, só podem ser construídas por meio da análise e do discernimento da natureza e gravidade dos abusos.

Este livro é dedicado a todos os cristãos e aos homens de boa vontade das outras crenças. Também é dedicado aos ateus, que, exatamente por não acreditarem, têm a obrigação moral de possuir um profundo senso religioso da vida.

Jesus amava as mulheres

Jesus pregava o amor, a fraternidade e a piedade em uma época em que esses sentimentos muitas vezes eram considerados infames sinais de fraqueza. Os Evangelhos nos contam que, dentre seus mais estimados seguidores, na primeira fila estavam as mulheres. Os evangelistas também narram como Jesus desprezava a riqueza e condenava veementemente aqueles que tentavam fazer da fé uma mercadoria.

Esta filosofia rapidamente colocou os cristãos contra a cultura e os poderosos da época, e as perseguições logo começaram. Mas apenas três séculos após a crucificação do Messias, o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano, o que significa que nenhum súdito podia professar outra crença, sob pena de cruel perseguição e, muitas vezes, o patíbulo.

Como é possível que o mesmo Império que crucificara Jesus tenha decidido que o cristianismo seria a religião do Estado apenas trezentos anos depois? É um salto abissal.

Para entender isso, é preciso analisar algumas características do Império Romano.

A escola encheu nossas cabeças de histórias sobre generais geniais e legisladores brilhantes. Mas Roma também era outra coisa. As mulheres eram consideradas animais de propriedade dos pais e maridos, que tinham o direito de bater nelas e matá-las. Uma mulher romana digna era aquela que, assediada por um malfeitor, tirava a própria vida. Não tanto para salvar a própria honra, mas para glorificar a do marido.

As crianças, na escola, conheciam bem o chicote e os professores tinham exemplares de várias formas e tamanhos pendurados na sala de

aula.

Como acontece ainda hoje em alguns lugares do planeta, em Roma, também, os bebês recém-nascidos do sexo feminino muitas vezes eram sufocados ou abandonados. As recém-nascidas abandonadas com mais sorte, muitas vezes, eram pegadas por vendedores de escravos, que as criavam e, aos 5 ou 6 anos, começavam a prostituí-las.

Júlio César não pode, no entanto, ser considerado o inventor do extermínio em massa — antes dele, conhecemos outros matadores extraordinários (hititas, assírios, babilônios) —, mas o divino Júlio com certeza pode ser eleito o aperfeiçoador emérito do genocídio organizado. Em *De Bello Gallico*, explica como organizou e lançou a horda de bandidos gauleses e germânicos contra o povo eburone, culpado de não querer se sujeitar ao Império, oferecendo aos criminosos asilo e proteção em seus acampamentos fortificados. O futuro imperador depois narra, com certo prazer, como conseguiu aplicar toda espécie de infâmias, traições e armadilhas, até eliminar definitivamente da face da Terra a raça dos eburones.¹ Foi o primeiro comandante a matar todos os habitantes de uma cidade, incluindo crianças, para puni-los por ter resistido² (Moisés, pelo menos, depois de conquistar a cidade de Madian, poupou as mulheres virgens).³

Por séculos, os romanos se divertiram vendo prisioneiros de guerra lutando entre si nos circos. Em um único mês, o imperador Diocleciano fez quarenta mil homens se matarem no Coliseu, mais de mil por dia, enquanto uma multidão exaltada bebia vinho misturado com mel e chumbo, fumava ópio, fazia negócios e copulava com prostitutas e prostitutos, na maioria pré-adolescentes. A quantidade de sangue e de órgãos esquartejados não os incomodava e em parte era coberta pelo fedor de vômito, já que os romanos, para continuar se enchendo de comida e bebida, tinham o hábito de enfiar dois dedos na garganta para vomitar o que acabavam de ingerir.

O cristianismo fora maltratado cruelmente e sofria havia mais de um século as perseguições do poder imperial. Os cristãos eram arrastados até as arenas, onde eram massacrados entre os gritos e as risadas de uma multidão de apaixonados pelo genocídio lúdico. Então, de repente, os

perseguidores se tornam paladinos da Igreja. Teologia, rituais, interpretações do Evangelho são cuidadosamente transformados e adaptados à linguagem e ao pensamento do poder romano. O cristianismo não redime quem havia martirizado os primeiros cristãos, e sim se limita a servir a eles.

As histórias sobre as conversões dos imperadores quase sempre são feitos colossais. Constantino é aquele que adota o cristianismo como religião oficial do Império. O mesmo imperador que mandou matar o próprio filho, a mulher, o sogro e o cunhado. Reza a lenda que Jesus apareceu para ele e lhe prometeu vitória na batalha em troca da adoção do cristianismo como única religião do "mundo civilizado" e do uso do símbolo da cruz, alçado de forma triunfante na batalha. Naturalmente, nem todos os seguidores de Jesus concordaram com esse pacto, que implicava uma verdadeira renúncia aos valores cristãos fundamentais. E, então, um dos primeiros gestos cristãos de Constantino foi perseguir todos os cristãos que seguiam o Evangelho literalmente e, assim, forçosamente, estavam em conflito com os devotos do poder. Um sem-número deles foi morto, outros tantos acabaram no exílio, desprovidos de qualquer bem, outros foram reduzidos à escravidão.

Lutas fratricidas

Os primeiros séculos do cristianismo são marcados por contínuas investidas contra os cristãos que não aceitaram os ajustes e as interpretações dos ditames do Filho de Deus. A elas se alternam lutas pela divisão do poder entre papas e imperadores, papas e antipapas, papas e bispos, bispos e bispos, em uma sucessão de conspirações, cismas e lutas que não excluía a força física. É quase impossível reunir todos os acontecimentos sangüinários que primeiro assolaram a Europa e, depois, o mundo, e que nasceram de conflitos pelo poder nos quais a Igreja se interpôs entre as forças combatentes. Milhões de pequenas conspirações, guerrinhas e ameaças que ninguém nunca contou.

Neste livro, limitamo-nos a citar os eventos mais importantes, mas confiamos na imaginação do leitor para completar o quadro da situação da fé naquela época. Os níveis máximos de fúria eram atingidos exatamente quando se devia sufocar o renascimento das idéias originais de Jesus. Elas nunca deixaram de acordar as pessoas para a dignidade e

a celebração do valor coletivo do amor cristão.

O que testemunha esse poder extraordinário da palavra de Jesus é o surgimento, durante séculos após seus ensinamentos, das incríveis utopias sociais e comunitárias, que funcionavam muito bem até a chegada dos soldados do papa e do imperador, excepcionalmente reunidos para massacrar os cristãos que viviam em comunidade, sem autoridade ou impostos.

No ano de 476, o Império Romano do Ocidente, há tempos já corrompido e devastado pelas lutas de poder, deixa de existir até oficialmente. Os "bárbaros" zinhos, confiantes em seu valor em sua homogeneidade social, chegam em ondas, mas logo são arrebatados pela febre da traição e da desconfiança. Nenhum império resiste muito tempo.

Mas entre as lutas religiosas e políticas, amplificadas pelas invasões "bárbaras", pode acontecer que um rei traído por seus súditos e abandonado pelos mercenários decorra aos camponeses, oferecendo a eles liberdade e a propriedade da terra, e obtendo em troca exércitos invencíveis.⁴ O envolvimento dos camponeses na política, a explosão do artesanato, das manufaturas, da cultura dos ofícios e da invenção de novas técnicas levam o povo a amadurecer uma idéia mais digna de si próprio e um senso de justiça mais profundo.

Assim, por volta do ano mil, este novo modo de conceber e viver o mundo se funde ao que resta das idéias do cristianismo primitivo. Desenvolvem-se movimentos que unem a idéia do retorno ao cristianismo puro e a vontade de organizar uma sociedade sem rei, generais ou escravidão. Basicamente, a população dos fracos começa a se rebelar contra o poder sagrado e abençoado dos nobres patrões, inspirados pelo indispensável clero. Eles também descobrem que os poderosos, como guerreiros profissionais, não são muito valorosos: os artesãos e camponeses reunidos na comuna, armados de lanças e bem treinados, muitas vezes conseguem abatê-los como a fantoches.

Hereges

E já que os nobres não servem para nada, por que não se livrar deles? E para que servem os padres, que muitas vezes são bispos e condes

ao mesmo tempo? Ninguém mais acredita na santidade deles, já que, sob as vistas de todos, cometem todo tipo de pecado.

E assim nasce a idéia de que os sacramentos, se administrados por pessoas indignas, não têm nenhum valor. "Ignorem o indigno exemplo deles", grita logo um teólogo "sigam o que dizem os ministros de Deus, não o que eles fazem".

No século X, começam a nascer em toda a Europa grupos de fiéis que pregam e aplicam a comunidade do bem, a fraternidade, e recusam a autoridade eclesiástica. Combatendo esses movimentos, as hierarquias eclesiásticas e nobres (que muitas vezes são a mesma coisa) se organizam para exterminar os habitantes de regiões inteiras, condenando os sobreviventes ao suplício público. No ápice dessa perseguição, muitas pessoas são torturadas e assassinadas de formas horrendas apenas por terem apoiado a tese de que Jesus e os apóstolos não possuíam riquezas ou bens materiais. O mero fato de ter uma Bíblia em casa já bastava para levantar as suspeitas de se ser um inimigo da Igreja. Se essa Bíblia ainda fosse traduzida para o latim vulgar, ou seja, uma língua entendida pelo povo, e não tivesse autorização, a condenação por heresia era certa.

Os cristãos comunitários queriam se inspirar no Evangelho, sem intermediários. E muitas, muitas vezes, pagaram por isso com a própria vida. Um martírio que enfraquece aquele dos primeiros cristãos sob o Império Romano.

Contra os hereges, em dado momento, chegou a ser inventado um instrumento repreensivo de perfeição diabólica: a Inquisição. Os inquisidores eram, ao mesmo tempo, policiais, carcereiros, acusadores e juízes. Qualquer besteira já era suficiente para acabar em suas garras: um boato, uma carta anônima, um comportamento ligeiramente diferente do normal. Até ser devoto demais era considerado comportamento duvidoso. O suspeito era considerado culpado se não conseguisse provar a própria inocência. E quem testemunhava em favor de um suposto herege podia, por sua vez, tornar-se suspeito e sofrer um processo. Na verdade, as perseguições aos hereges começam logo depois da criação da Igreja de Estado e terminam no século XVIII, com as últimas ondas de caça às bruxas. As histórias dos processos e das perseguições realizadas pela

organização eclesiástica e pelo "Santo Tribunal" são tão absurdas e contraditórias que não nos permitem nenhuma análise verossímil. É impossível fazer um balanço confiável dessas guerras e perseguições, e decerto milhões de pessoas foram assassinadas em mais de mil anos de crueldade desumana.

Os exércitos cristãos

E, como se não bastasse, foram os papas que ordenaram as Cruzadas e, posteriormente, a colonização das "terras novas" e os massacres que se sucederam.

Mas vejamos em ordem. Primeiro, foram as tentativas de invadir a Palestina, o Líbano e a Síria, com o pretexto de libertar o Santo Sepulcro. Em *Storici arabi alle crociate*,⁵ Gabrieli reúne os testemunhos de vários cronistas medievais no Oriente Médio. Por meio dessas declarações, pudemos saber que, até depois da metade do século XII, ou seja, antes do começo das invasões dos franco-cruzados, milhares de cristãos visitavam livremente a Palestina e todos os lugares onde Jesus Cristo vivera e pregara. As Cruzadas foram um projeto criminoso em todos os aspectos, e, mal nos questionamos sobre a sucessão de fatos que levaram à Terra Santa turbas desenfreadas aos gritos de "Assim quer Deus!", finalmente vemos aflorar a real motivação da campanha que levou São Francisco a tal indignação a ponto de exclamar: "Vim converter os infiéis e descobri que os que precisam de fé e noção de piedade não são os guerreiros muçulmanos, mas os soldados de Cristo e, antes de mais nada, os bispos que os conduzem!".⁶ Além do mais, os "exércitos de Deus" talvez tenham matado mais cristãos do que infiéis. Os exércitos cristãos que se dirigiam à Palestina tinham um longo caminho a percorrer, sem provisões ou acampamentos organizados. Portanto, tinham como costume obter o que precisavam saqueando as cidades cristãs pelas quais passavam durante a viagem. Por exemplo, a famosa "Cruzada dos Mendigos", em 1096, que causou o massacre de quatro mil pessoas apenas na cidade húngara de Zemun.

No mesmo ano, o contingente guiado pelo nobre alemão Gottschalck trucidou mais de dez mil pessoas culpadas de terem-se deixado dominar pelos saques. Alguns homens partiram para as Cruzadas

seguindo os passos de um pato! Estes devotos acabaram se unindo a uma Cruzada guiada por um ilustre salteador chamado Emich, que nunca chegou à Terra Santa, limitando-se a um *tour* durante o qual massacrou milhares de judeus, espoliando-os de seus bens.

Mas outros cruzados, que participaram de expedições seguintes, também decidiram se preparar para a guerra contra os infiéis muçulmanos começando a massacrar infiéis judeus desarmados. Em 1212, trinta mil meninos da Europa Central partiram para as Cruzadas sozinhos e sem armas. A maior parte desse "exército" embarcou em Marselha acreditando partir para libertar o Santo Sepulcro. Em vez disso, os garotos (pelo menos os que sobreviveram aos contratempos da viagem) foram vendidos aos turcos como escravos.

A Quarta Cruzada, realizada em 1202, operou uma pequena devastação e, em vez de ir até a Terra Santa, tomou de assalto a perfeitamente cristã Constantinopla, conquistada por meio de saques e do massacre da população. No final das contas, quem ganhou com as Cruzadas, com certeza, não foram os soldados e seus capitães, e sim os mercadores das Repúblicas Marítimas italianas e a Igreja de Roma.

A volta das Cruzadas também foi uma aventura trágica. Os cruzados muitas vezes tinham que entregar aos transportadores todo o fruto de seus saques e roubos.

Sabe-se, também, que os cruzados, até pela forma como eram recrutados, não eram brilhantes em termos de disciplina e organização. Seus acampamentos eram erguidos sem nenhum cuidado estrutural. Em poucas palavras, eles não tinham áreas de higiene, não existiam enfermarias nem médicos organizados, e a cada chuva as barracas eram inevitavelmente carregadas pelas águas misturadas à urina e ao estéreo. Resumindo: Deus não estava com eles e os castigou matando vários de cólera, infecção gastrointestinal e doenças venéreas locais e exóticas. A propósito, não podemos esquecer a grande quantidade de prostitutas que seguiam o exército. A isso acrescentemos o fato de que os cruzados não costumavam tomar mais do que dois banhos por ano e muitos fizeram a promessa de não tomar banho até a libertação do Santo Sepulcro.

Ignorando as leis alimentares dos povos que já viviam há anos

naquele clima, enchiam-se de carnes de porco assada ou salgada e se embebedavam da manhã até a noite. O resultado foi que, às epidemias normais em voga, acrescentaram-se outras ainda mais devastadoras. Além disso, como já lembramos, os pobres coitados eram tratados por médicos e cirurgiões cuja ignorância só se igualava a seu fanatismo. O resultado era que ser ferido em batalha ou contrair uma doença grave garantia, depois do tratamento médico, a certeza da morte inevitável.

Sobre esse assunto, transcrevemos o comentário de um médico oriental cristão durante a consulta de um cavaleiro ferido e de uma mulher doente:

...Apresentaram-me um cavaleiro que tinha um abscesso em uma perna e uma dona aflita pelo definhamento. Fiz um [emplastro no](#) cavaleiro, e o abscesso abriu e melhorou; prescrevi uma dieta para a mulher, com pouco tempero. Quando eis que chegou um médico franco, que disse: "Esse aí não sabe curar ninguém". E, dirigindo-se ao cavaleiro, perguntou: "O que prefere, viver com uma só perna ou morrer com duas pernas?" Tendo este respondido que preferia viver com uma só perna, ordenou: "Tragam-me um cavaleiro corajoso e um machado afiado". Chegaram o cavaleiro e o machado, e eu estava ali presente. O médico colocou a perna sobre um pedaço de madeira e disse ao cavaleiro: "Desça-lhe uma machadada, para cortar de pronto!" E, diante de meus olhos, deu a primeira machadada e, não conseguindo arrancar a perna, deu a segunda; a medula da perna jorrou e o paciente morreu na hora. Após examinar a mulher, ele disse: "Essa aí tem o demônio na cabeça, apaixonado por ela. Cortem-lhe os cabelos",. Foram cortados, e ela voltou a comer o alimento deles, com alho e mostarda, e o definhamento aumentou. "O diabo entrou na cabeça dela", sentenciou ele, e pegou a navalha e abriu a cabeça dela em forma de cruz, extirpando o cérebro até aparecer o osso da cabeça, no qual esfregou sal... e a mulher morreu na mesma hora. Naquele momento, perguntei: "Ainda precisam de mim?" Responderam que não e fui embora, depois de aprender o que ignorava da medicina deles.⁷

Acrescente-se a isso o fato de que muitos cruzados eram aventureiros dispostos a entregar armas e provisões ao inimigo em troca de

dinheiro, a vender a mulher para pagar dívidas de jogo, a trucidar companheiros para derrubá-los. Muitos foram obrigados a partir para a Palestina, mais do que por um rompante de fé, pela lâmina que pendia sobre suas cabeças junto com uma sentença de enforcamento.

E as suas não eram cabeças quaisquer. Muitas vezes, tratava-se de nobres falidos e ambiciosos que tinham como único objetivo a riqueza pessoal e que não se detinham diante a nenhuma torpeza desde que concretizassem seus intentos. Viram-se batalhas entre exércitos de cruzados rivais pela posse de uma cidade, alianças entre príncipes cristãos e emires turcos. Muitos nobres cruzados permitiram que seus companheiros de armas fossem trucidados sem levantar um dedo, por questões de rivalidade.

O modelo das cruzadas tinha feito escola. E, assim, quando o papa Inocêncio III decidiu deter a heresia catara e valdense, decretou em 1209 uma verdadeira cruzada no sul da França, que durou vinte anos e massacrou dezenas de milhares de pessoas. Os cátaros eram culpados de propagar uma vida comunitária pacífica e solidária, respeitando os ensinamentos de Jesus e recusando-se a reconhecer "o poder por vontade de Deus" da Igreja. O pontificado de Inocêncio III marca também o auge do poder temporal do papado. O papa passava a ser um soberano para todos os efeitos, e o Estado da Igreja torna-se uma verdadeira potência européia. Como todos os soberanos, o bispo de Roma possuía territórios e exércitos, declarava guerra e realizava alianças. Vários reinos se reconheciam como vassalos da Santa Sé e pagavam conspícuos tributos a Roma.

Além disso, o papa utilizava o próprio poder espiritual para orientar a política dos Estados a ele alinhados. Se um rei era excomungado, perdia automaticamente o direito de cobrar obediência dos súditos e vassalos. Pode-se concluir, assim, que os soberanos cristãos pensavam duas vezes antes de pisar no pé da Santa Sé. Em suma, o papado acolheu por completo a herança criminoso do Império Romano. Houve até um papa, Júlio II, que encomendou uma armadura para conduzir seus próprios exércitos nas batalhas.

A Igreja escravista

Chegando a este ponto, a Igreja, faminta por expansão, passou a

dedicar-se às conquistas coloniais. São os sacerdotes os primeiros colonizadores da África negra. Encontramos padres, ao lado dos *conquistadores* espanhóis, que massacraram os índios da América. Foram os padres que organizaram o comércio de escravos.

Na verdade, foi o próprio Estado da Igreja que ordenou, em 1344, a conquista das Ilhas Canárias. E, provavelmente, foi o bispo De Las Casas, após a conquista da América, que sugeriu que os indígenas, que não suportavam o trabalho massacrante e as doenças levadas pelos colonos, fossem substituídos por africanos.⁸ Assim, desde o início de 1500, os missionários da África começaram a organizar a exportação de escravos para a América, equipando os navios "missionários" para tal fim. Fala-se de dezenas de milhões de ameríndios mortos em batalha ou aprisionados, exterminados por doenças e pelo cansaço. O desastre foi tamanho que se calcula que, só no México, a população tenha passado de 25 milhões de índios, em 1520, a menos de um milhão e meio em 1595.

Calcular o massacre ocorrido com o comércio de escravos é impensável. Fala-se de pelo menos vinte milhões de pessoas levadas para a América. A expectativa de vida delas, a partir do momento do desembarque, era de sete anos. Mas, para cada negro que chegava à América como escravo, nove prisioneiros morriam durante a captura, a viagem até o porto de embarque ou a travessia.' Portanto, pode-se falar em 190 milhões de mortos. Mas a conta é bem mais dramática: as contínuas incursões dos escravistas por quase trezentos anos destruíram a economia de vastas áreas da África, privando populações inteiras de sua melhor mão-de-obra, o que fez milhões de pessoas morrerem de fome, epidemias e exaustão. Era possível percorrer centenas de quilômetros em meio às ruínas do que um dia foram civilizações brilhantes e culturalmente evoluídas e não encontrar um único sobrevivente, apenas ossos que brilhavam sob o sol.

O horror do colonialismo teve nos missionários seus mais ferozes defensores. Estes se dedicaram a extirpar as religiões tradicionais dos povos subjogados com a violência e a tortura. Chegaram até a impedir que as crianças falassem sua língua-mãe, punindo-as com castigos corporais.

E para entender como os padres brancos podiam ser desumanos,

basta lembrar que muitas vezes eram enviados às missões sacerdotes manchados por crimes graves e que eram considerados indignos para realizar seu ofício na Europa. Eles abençoaram todas as formas mais infames de *apartheid*. Em muitos países da África, por exemplo, os negros eram proibidos de comercializar com os brancos ou de cultivar hortaliças ou cereais nas áreas em que a monocultura dos latifundiários brancos era obrigatória. Plantar abóboras custava uma das mãos na primeira vez, um pé na segunda e, na terceira, a cabeça. A razão de tanta brutalidade era simples: assim, os nativos eram obrigados a se dedicar à monocultura e a vender seu produto aos patrões brancos em troca de comida. Então, se quisessem sobreviver, teriam de vender aos brancos sem poder discutir o preço. Ou aceitavam ou morriam. E se analisarmos as condições em que muitos países do Terceiro Mundo se encontram hoje, não poderemos deixar de ver, na miséria e na violência atuais, a marca de séculos de exploração. Na escola, não aprendemos nada sobre o colonialismo e o papel da Igreja nele.

Os ingleses, por exemplo, especializaram-se no tráfico de drogas, vendendo enormes quantidades de ópio à China. Por três vezes, o imperador chinês proibiu este comércio e, por três vezes, canhoneiros ingleses bombardearam os portos chineses para impor sua liberdade de vender droga. Foram as famosas Guerras do Ópio: em 1848, em 1856 e em 1858. E tenham certeza de que o chumbo dos canhões era abençoado.

Finalmente, não podemos nos calar a respeito do papel que a Igreja teve ao apoiar o nazismo, o fascismo, o extermínio dos judeus, os massacres da Guerra Espanhola, e do suporte dado por boa parte do clero cristão a todas as mais infames ditaduras do planeta. Sacerdotes católicos abençoaram os torturadores e os esquadrões da morte no Chile, na Grécia, no Brasil, no Peru, na Bolívia, na Argentina, na Indonésia. E mesmo o papa Wojtyla mandou cartas demonstrando apreço e bênçãos a ditadores sanguinários como Pinochet (que conheceu pessoalmente durante uma de suas várias viagens).

Dedico este livro ao meu pai, que desde que eu era pequeno me contava as loucuras dos cruzados e que ajudou enormemente na realização deste livro.

PRIMEIRA PARTE
O CRISTIANISMO: DE SEITA SUBVERSIVA À RELIGÃO DO IMPÉRIO

CAPÍTULO 1

Os primeiros cristãos e o advento de Paulo

Jesus, profeta judeu

Se Jesus, o "Cristo", era realmente o Messias esperado pelos judeus, o Deus feito Homem, como crêem os cristãos, é uma questão de fé para a qual não é possível dar uma resposta objetiva e definitiva.

O homem Jesus provavelmente era um profeta judeu, um dos tantos pregadores que, na Palestina do século I d.C, anunciava e esperava o advento do Reino de Deus.¹ O termo "Reino de Deus" não era uma metáfora: Jesus e outros pregadores realmente achavam que Deus, ou um enviado seu, desceria à Terra e criaria um novo ordenamento político-social, virando do avesso o que nós hoje chamamos de "relações de classe" ("Os primeiros serão os últimos, e os últimos serão os primeiros.")²

Três elementos importantes, pelo menos de acordo com os evangelhos canônicos, diferenciavam Jesus de outros profetas e pregadores de seu tempo, e talvez até de alguns de seus próprios seguidores: o fato de que Jesus não pregava a luta armada; a impaciência com relação à exageradamente rígida observância exterior dos preceitos judaicos, à qual se contrapôs um estado de pureza interior — "O que entra pela boca não torna o homem impuro, mas sim o que sai da boca, isto é que torna o homem impuro!"³ —; a aceitação das mulheres entre seus seguidores, coisa impensável nas escolas rabínicas da época.⁴

Os primeiros cristãos

Os discursos de Jesus tinham evidentes implicações sociais. Ele exaltava os desfavorecidos, os pobres, falava para Pessoas que os judeus conservadores consideravam "intocáveis": coletores de impostos, adúlteras, pagãos, samaritanos (os samaritanos haviam realizado uma espécie de cisma dentro do judaísmo e, portanto, eram odiados pelos judeus).

Os apóstolos e os primeiros seguidores de Cristo viviam em comunidade: "Todos aqueles que se tornaram crentes ficavam juntos e tinham tudo em comum; quem possuía propriedades e bens os vendia e dividia com todos, de acordo com as necessidades de cada um".⁵

De acordo com as Sagradas Escrituras, o rico convertido Ananias entregou aos apóstolos apenas uma parte de seus bens, escondendo o

restante. Por este grave pecado, ele teria morrido no mesmo instante.⁶

A doutrina de Paulo

O cristianismo provavelmente teria uma história bem diferente da que nós conhecemos se não tivesse cruzado seu destino um personagem complexo e misterioso.

Saulo de Tarso, chamado de Paulo na Cilícia, era ao mesmo tempo judeu e seguidor da corrente dos fariseus, discípulo do grande mestre Gamaliel e cidadão romano desde o nascimento.⁷

De início, era um perseguidor convicto dos cristãos, aprovando o apedrejamento do primeiro mártir, Estêvão. Então, foi "iluminado na estrada para Damasco" e se converteu, trilhando uma rápida carreira dentro da incipiente Igreja cristã, até obter o título de "apóstolo".

Segundo alguns estudiosos, Paulo foi o inventor do cristianismo, aquele que deturpou os ensinamentos do profeta judeu Jesus e os transformou em uma religião universal.⁸

Com certeza, Paulo contribuiu mais do que qualquer outro para a difusão da nova religião, até mesmo entre os não-judeus e no interior das primeiras comunidades cristãs, opondo-se vigorosamente aos judeus-cristãos, ou seja, àqueles que consideravam a observância da lei mosaica requisito fundamental para que alguém se tornasse cristão.

Na Epístola aos Gálatas, ele escreveu: "Não existe mais judeu ou grego, não existe mais escravo ou liberto; não existe mais homem ou mulher, pois vocês todos são um só em Jesus Cristo".⁹ O escravo Onésimo levou a sério tais palavras, fugiu de seu mestre Filêmon, rico proprietário convertido exatamente por Paulo, e buscou refúgio com o apóstolo. Mas Paulo o mandou de volta ao "remetente", acompanhado de uma comovente carta em que chamava Onésimo de "filho" e convidava Filêmon a tratá-lo como "irmão".¹⁰ Não sabemos se o rico Filêmon aceitou o convite ou se matou o pobre Onésimo. Aliás, esta era a pena prevista para os escravos fujões.

Com certeza, Paulo considerava perfeitamente admissível que um rico senhor de escravos aderisse ao cristianismo sem pagar o imposto da renúncia aos bens terrenos.

A igualdade que pregava valia no nível espiritual, ou pelo menos

se operaria no final dos tempos, que muito provavelmente considerava iminente. Na Terra e no presente, as diferenças continuavam a existir, e era justo que assim fosse.

Na Primeira Epístola aos Coríntios (7, 20-24), Paulo sentencia: "Que cada um fique no estado em que foi chamado. Foste chamado sendo escravo? Não te dê cuidado; mas se ainda podes tornar-te livre, aproveita a oportunidade! Pois aquele que foi chamado no Senhor, mesmo sendo escravo, é um liberto do Senhor; e assim também, o que foi chamado sendo livre, escravo é de Cristo. Por preço fostes comprados; mas vos fazeis escravos de homens!"

O conceito é repetido em Efésios 6, 5: "Escravos, obedecei aos vossos senhores com devoção e temor, servi com solícitude, como se se tratasse do próprio Senhor, e não de homens".

O que valia para os escravos também valia para as mulheres: "As mulheres sejam submissas a seus maridos como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, aquele que é o salvador de seu corpo. E como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos".¹¹

"Como em todas as comunidades de fiéis, que as mulheres se calem nas assembleias, pois não lhes é permitido falar; que estejam submissas, como diz a lei. Se quiserem aprender algo, que perguntem em casa, a seus maridos, pois não convém a uma mulher falar na assembleia."¹² Se os primeiros apóstolos tivessem se comportado assim, as mulheres dificilmente os teriam avisado da ressurreição de Cristo.

E o conceito se repete na Primeira Epístola a Timóteo (2, 11-15): "A mulher aprenda em silêncio com toda a submissão. Pois não permito que a mulher ensine nem tenha domínio sobre o homem, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão; salvar-se-á, todavia, dando à luz filhos, se permanecer com sobriedade na fé, na caridade e na santificação, com modéstia."

Paulo, que para outros aspectos considerava a lei judaica superada (por exemplo, as proibições alimentares), no caso das mulheres, abriu uma exceção e retomou hábitos judaicos, como o costume de cobrir

a cabeça nas cerimônias.

"O homem não deve cobrir a cabeça, pois é a imagem e glória de Deus; a mulher, em compensação, é a glória do homem. E, de fato, o homem não deriva da mulher, mas a mulher deriva do homem; nem foi o homem criado pela mulher, mas a mulher criada pelo homem. Por isso, a mulher deve usar na cabeça um sinal de sua dependência, por causa dos anjos [...] Julgai entre vós mesmos: é conveniente que uma mulher ore a Deus com a cabeça descoberta? Não vos ensina a própria natureza que é indecoroso para um homem deixar o cabelo crescer, enquanto, para a mulher, o cabelo comprido é uma glória? Pois a cabeleira foi-lhe dada no lugar do véu. Mas se alguém quiser contestar, não temos esse costume, nem as Igrejas de Deus."¹³

No que diz respeito a outros aspectos da doutrina de Paulo, é possível examinar o hino à caridade, talvez sua passagem mais conhecida, que diz:

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tivesse caridade, eu seria como o bronze que soa ou um sino que toca. E ainda que eu tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, que possuísse a plenitude da fé capaz de mover montanhas, se não tivesse caridade, eu nada seria. E ainda que distribuísse toda minha fortuna e entregasse meu corpo para ser queimado, se não tivesse a caridade, nada disso me adiantaria. A caridade é paciente, é benigna a caridade; a caridade não é invejosa, não se vangloria, não tem soberba, não falta com o respeito, não busca seus interesses, não se irrita, não guarda rancor, não se alegra com a injustiça, e sim se rejubila com a verdade. Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta."¹⁴

E até um hino desinteressado pode, na verdade, conter segundas intenções. Paulo o insere dentro de uma dissertação sobre os "dons do espírito" (ou "carismas"), aos quais dá uma espécie de classificação, deixando em último lugar um misterioso "dom das línguas".

O que significaria? Para entendê-lo, devemos voltar um passo atrás. Segundo os Atos, vejamos o que acontece aos apóstolos no dia de Pentecostes, cinquenta dias depois da Páscoa da ressurreição: "De repente veio do céu um ruído, como se soprasse um vento impetuoso, e encheu

toda a casa onde estavam sentados. Apareceram-lhes então umas espécies de línguas de fogo, que se repartiram e repousaram sobre cada um deles. Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem."¹⁵

Não fica claro o que seria exatamente o dom das línguas: nos Atos, é descrito como a capacidade de entender e se expressar em todas as línguas do mundo, mas também como uma fala incompreensível, de "embriagados".¹⁶ Outras passagens do Novo Testamento levam a pensar em um estado de transe, que contemplava a emissão de sons e palavras de significado obscuro. Qualquer que seja a interpretação correta, na época, tal acontecimento era considerado algo extraordinário.

Paulo, que não fazia parte do grupo dos primeiros apóstolos, não recebeu o dom.

Como escreveu o estudioso Gilberto Pressacco: "Na verdade, Paulo, que buscava e queria um reconhecimento oficial e geral de sua natureza de 'apóstolo', não podia afirmar nem se vangloriar por estar entre aqueles que receberam o Espírito no Pentecostes, os quais se tornaram as pedras vivas que sustentaram o pilar da Igreja primitiva. Ele podia, no máximo, se gabar da experiência vivida na estrada de Damasco, uma revelação solitária, particular e, talvez, dúbia para aquela Igreja que ele por tanto tempo perseguira (as Pseudoclementinas chegam a insinuar que se tratava de uma revelação do diabo, e não de Cristo).

Definitivamente, a hostilidade de São Paulo só pode confirmar uma dolorosa sensação de inferioridade em razão da não-participação no acontecimento fundamental da Igreja, no qual fora dado um dom que ele não possuía e que, no entanto, era freqüente entre os primeiros cristãos."¹⁷

Por isso, Paulo exaltava o amor como a maior de todas as virtudes. Mas, apesar disso, ele parecia ter péssimo gênio: durante uma viagem missionária, brigou com o companheiro Barnabé de tal forma que os dois prosseguiram em direções diferentes; Barnabé, por mar até Chipre, e Paulo, por terra, pela Síria e a Cilícia.¹⁸ E nas cartas não faltam alfinetadas nos outros apóstolos.

Ele chegou a acusar publicamente de hipocrisia Pedro, o chefe da Igreja.

Quem narra o episódio é o próprio Paulo: "Mas quando Cefa (Pedro) chegou a Antióquia, eu me opus abertamente a ele, pois é evidente que estava errado. De fato, antes que chegassem alguns amigos de Tiago, ele fazia as refeições junto com os pagãos; mas depois que estes chegaram, começou a evitá-los e a se manter afastado, por medo dos circuncidados. E outros judeus também o imitaram na simulação, a tal ponto que até Barnabé deixou-se atrair pela sua hipocrisia. Quando vi que não se comportavam corretamente, segundo a verdade do evangelho, disse a Cefa, na presença de todos: 'Se você, que é judeu, vive como os pagãos, e não à maneira dos judeus, como pode obrigar os pagãos a viver à maneira dos judeus?'"¹⁹

Aqui se acena o conflito entre os judeus-cristãos, que consideravam um dever seguir a lei mosaica (que, entre outras coisas, tinha regras muito rígidas acerca dos alimentos e sua preparação), e aqueles que, ao contrário, consideravam tal lei superada. Na prática, Paulo criticava Pedro por ficar em cima do muro, tentando não desagradar nenhuma das duas facções.

Mas o próprio Paulo, em outras ocasiões, se comporta de maneira análoga: manda circuncidar um seguidor seu;²⁰ quando os judeus-cristãos o acusam de ter abandonado a lei mosaica, reage acentuando gestos exteriores de observância aos preceitos judaicos;²¹ proíbe que se coma carne proveniente de sacrifícios pagãos (muito impura para os judeus praticantes) se o ato "escandalizar" os outros comensais.²² Finalmente confessa: "Eu agi como judeu entre os judeus para ganhar os judeus; com aqueles que obedecem à lei [judaica], tornei-me alguém obediente à lei, mesmo não o sendo, com o propósito de ganhar aqueles que o são. Com aqueles que não têm lei, tornei-me alguém sem lei, mesmo não sendo alheio à lei de Deus, ou melhor, seguindo a lei de Cristo, para ganhar aqueles que não têm lei. Tornei-me fraco com os fracos, para ganhar os fracos; fui tudo para todos, para salvar alguém a todo custo."²³

Apesar de seu zelo e de seu ativismo, as mulheres ainda falariam por muito tempo nas assembléias e, em alguns casos, teriam até "ditado leis". Muitos cristãos não tiveram de esperar o juízo universal para tentar criar uma sociedade mais justa.

Em pouco mais de cem anos, o cristianismo se difundiu por toda parte, no Império Romano e além. Havia comunidades cristãs na Europa, na Ásia e na África.

Os primeiros cristãos eram escravos, libertos (ou seja, alforriados), mulheres, trabalhadores e artesãos, na maioria das vezes de origem oriental e de língua grega. Mas em suas comunidades não faltavam intelectuais, pessoas de posses e até expoentes das famílias patrícias.²⁴ Por coerência com a própria fé, não adoravam ou ofereciam sacrifícios às divindades romanas. Os primeiros cristãos se consideravam cidadãos do Reino dos Céus e "estrangeiros" nesta Terra.²⁵ Tão estrangeiros, que muitos consideravam pecado exercer funções públicas.

"Pergunte-se sobre o trabalho dos catecúmenos", escrevia, por exemplo, São Hipólito de Roma, "se algum é desfrutador de mulheres, ou sacerdote de ídolos, ou gladiador, ou magistrado com gládio e manto, que deixe a profissão ou seja afastado [da Igreja] ".²⁶ Vale notar que a profissão de magistrado é colocada no mesmo patamar que a dos que desfrutam da prostituição ou dos combates lúdicos.

É impossível estabelecer com exatidão o percentual de cristãos entre os súditos do Império, mas certamente devia se tratar de um fenômeno de grandes proporções.

Tertuliano, um dos primeiros escritores latinos do século II, assim reprovava os magistrados romanos: "Poderíamos ter lutado sem armas contra vocês, sem nos rebelarmos, mas apenas com nosso dissenso, com a hostilidade de uma secessão. Se, de fato, nos separássemos em grande número de vocês para nos refugiarmos em algum canto remoto da Terra, a perda de tantos cidadãos minaria sua dominação, punindo-a com a ruína total. Então teriam terror de sua solidão, do silêncio da natureza e do estupor de um mundo já morto, procurariam quem manda, mas teriam mais inimigos do que cidadãos."²⁷ Um exagero, é claro, mas com um fundo de verdade.

As autoridades romanas reputavam subversivo qualquer movimento que agregasse longe de seu controle grupos populares e expoentes da aristocracia.²⁸ Além disso, consideravam a manutenção dos cultos tradicionais um elemento de estabilidade indispensável à própria

vida do Estado, tanto que o sacrilégio e a não-observância dos ritos constituíam um crime comparável à traição. Enfim, temiam de forma extrema os perigos da secessão: "Roma nunca conseguiu se recuperar do susto da secessão dos plebeus no período republicano. O terror da secessão em Roma é uma constante psicológica que desempenha um papel histórico de notável relevância."²⁹

Os cristãos reuniam as características que o poder imperial temia, o que explica as perseguições periódicas das quais foram vítimas no curso de duzentos anos, de 112 até 311.

Outro elemento caracterizava os cristãos, pelo menos nos dois primeiros séculos: a espera de um apocalipse iminente. Deus desceria sobre a Terra e faria justiça. Eles, os perseguidos, iriam se sentar em tronos à direita do Pai, e de lá assistiriam ao suplício de seus dominadores.

Mais uma vez, é preciso dizer que esta e outras visões descritas por autores de origem cristã não eram uma metáfora, mas deveriam ser lidas literalmente.TM

O não-cumprimento das profecias apocalípticas e a sucessiva "constantinização" do cristianismo (ver os próximos capítulos) transportariam essas esperanças para muito longe no tempo e no espaço, a um local totalmente desligado deste mundo.

Mas, apesar disso, nunca se conseguirá "normalizar" completamente o cristianismo. Em cada período, haverá pessoas ou movimentos, os "hereges", que se oporão à transformação da Igreja em um aparato opressivo de poder e que tentarão implantar aqui na Terra o "Reino dos Céus", criando verdadeiras Igrejas alternativas.

CAPÍTULO 2

Constantino e a Igreja imperial

Notas biográficas

Constantino nasce em Mesia (a atual Sérvia), por volta de 274. Seu pai, Constando Cloro, era um oficial de carreira; sua mãe, Flávia Helena, concubina de Constâncio, era uma albergueira, ou seja, uma subserviente funcionária da estalagem da estação postal.

Constâncio Cloro depois repudiou Helena para se casar com Teodora, filha do imperador Maximiliano, e, no ano de 293, entrou na tetrarquia (governo de quatro) criada por Diocleciano, primeiro com o título de "césar" (vice-imperador), e, em seguida, em 305, com o de "augusto" (imperador pleno).¹

Constantino participou de várias campanhas militares durante os anos de juventude, primeiro a serviço de Diocleciano, depois de Galério e, finalmente, de seu pai.

Quando Constâncio morreu, em 306, os soldados aclamaram Constantino "augusto", desobedecendo as disposições emanadas de Diocleciano,² dando um verdadeiro golpe de Estado. Seguiram-se seis anos de guerra civil entre os vários pretendentes ao título de imperador, entremeada por lutas travadas para levar os bárbaros até as fronteiras.

Para consolidar seu poder, Constantino desposou Fausta, filha de Maximiliano, estabelecendo com ele uma aliança para reinarem juntos no Ocidente. Mas o casamento e o pacto não o impediram de atacar e matar Maximiliano em 310.

No mesmo ano, de acordo com um escrito comemorativo da época, Constantino visitou um templo de Apoio, na Gália, onde o próprio deus apareceu e colocou nele uma coroa de louros.³ O mesmo escrito cria uma genealogia que estabelecia que Constâncio, pai de Constantino, não era homem de origem humilde, mas filho do imperador Cláudio II.

Em 311, os pretendentes ao título de "augusto" eram quatro: Constantino e Magêncio, filho de Maximiliano, no Ocidente, e Valério Licínio e Maximino Daia no Oriente. Constantino se aliou a Licínio, concedendo-lhe a mão de sua irmã, Constância, e marchou rumo à Itália contra Magêncio. Em 312, naquela que é lembrada como a Batalha da Ponte Mílvio, mas

que na verdade se iniciou em Saxa Rubia, Constantino derrotou Magêncio, que morreu durante a retirada, tornando-se, assim, único senhor do Ocidente. Em 313, ele e Licínio promulgaram o Edito de Milão, que assegurava liberdade de culto aos cristãos e transformava o cristianismo em uma das religiões oficiais do Império Romano. Iniciava-se o processo de integração dos cristãos à sociedade romana e à organização do Estado.

A liberdade de culto dada aos cristãos seria o pretexto para a luta pelo controle do Oriente entre Maximino (perseguidor dos cristãos) e Licínio (que, mesmo não sendo batizado, agia como defensor dos cristãos). A guerra no Oriente se encerra com a vitória definitiva de Licínio e o suicídio de Maximino.

Em 314, Constantino convocou o Concílio de Aries, que condenou definitivamente a heresia donatista (um movimento cristão de rigor excessivo que, em 311, em Cartago, elegeu um bispo alternativo àquele oficial e apoiado por Constantino) e permitiu que os cristãos ocupassem cargos públicos, o que até então era considerado pecado.⁴

Em seguida, abafou violentamente o protesto dos agonistas, ou circunceliões, que, por trás de motivações religiosas, escondia uma verdadeira guerra de classes.

No mesmo ano, Licínio se revoltou contra Constantino. Surgiu, assim, uma guerra que teve Constantino como vencedor. Compelido à rendição, Licínio foi obrigado a lhe ceder quase todas as províncias orientais, mantendo apenas a Trácia.

Em 323-324, Licínio se rebelou novamente e de novo foi derrotado. Dessa vez, foi preso e morto, apesar das súplicas feitas por Constância ao irmão Constantino. A partir de então, desaparece qualquer resíduo da tetrarquia criada por Diocleciano, e Constantino domina como um monarca todo o Império Romano.

Em 325, acontece o famoso Concílio de Nicéia, o primeiro concílio ecumênico da Igreja Católica. Dele participaram cerca de trezentos bispos e preladados, na maioria orientais, sendo presidido por Osio, um homem de confiança do imperador. As principais questões abordadas foram o dogma da Trindade, a reafirmação da origem divina de Cristo e a condenação à heresia ariana.

Em 326, Constantino manda matar seu filho preferido, o primogênito Crispo (concebido com uma concubina), e, em seguida, a mulher Fausta. Segundo diz a lenda, Fausta teria acusado falsamente o enteado de assediá-la, e Constantino só teria descoberto a verdade depois.

No mesmo ano, condenou à morte também Liciniano, filho de sua irmã Constância e de Licínio.

Em 330, Constantino transferiu a capital para a cidade grega de Bizâncio, rebatizada de Constantinopla, após ser ampliada e reconstruída. Décadas antes, os imperadores romanos já tinham transferido o centro de comando para fora de Roma, por motivos logísticos e militares. Constantino fez algo a mais: criou uma segunda Roma, com o mesmo número de palácios, um Senado e benefícios iguais aos dos cidadãos romanos para seus habitantes (como a distribuição gratuita de trigo). Talvez Constantino se sentisse mais seguro e protegido no Oriente, prevalentemente cristão, do que em Roma, onde o grupo de senadores hostis a ele ainda tinha muito poder e influência, e quisesse que seus sucessores governassem o Império a partir de uma nova capital, "livre" dos antigos ranços.

Constantino morreu em 337. Só foi batizado à beira da morte, por um bispo ariano.

A Igreja Ortodoxa Grega até hoje o venera como santo.

Pouco depois de sua morte, foram eliminados seus meios-irmãos Dalmácio e Anibaliano, e o Império foi dividido entre seus três filhos legítimos: Constantino II, Constâncio II e Constante.

Constantino II foi assassinado em 340, em uma emboscada, pouco depois de tentar usurpar os domínios do irmão Constante, que, por sua vez, foi morto alguns anos depois, por um matador do usurpador Magêncio.

Constâncio II morre de febre em 346, na véspera de um combate contra o sobrinho e rival Juliano.

O cristianismo de Constantino

Segundo a tradição, na véspera da Batalha de Ponte Mílvio, Constantino teve uma visão (ou talvez um sonho profético), durante a qual recebeu um brasão milagroso e a ordem celeste de reproduzi-lo nos

escudos, para obter a vitória. Esse brasão, dependendo da fonte, poderia ser um "X ao contrário, com as pontas dobradas" ou as iniciais gregas do nome de Cristo, x (chi) e p (ro), entrecruzadas.

Muitos historiadores colocaram em dúvida ou redimensionaram a veracidade do episódio. Talvez os soldados de Constantino, provenientes da Gália, usassem um símbolo solar no escudo, que poderia ser confundido com a cruz cristã;⁵ ou Constantino pode ter mandado gravar o monograma apenas para distinguir suas tropas das de Magêncio.⁶

Com certeza, Constantino, na época, já travara contato com ambientes cristãos. Por exemplo, o bispo Osio, de Córdoba, já fazia parte de seu séquito.

É possível imaginar que Constantino tenha aproveitado a ocasião para testar a eficácia da nova religião e, tendo visto que funcionava,, decidido adotá-la, transformando o Deus dos cristãos em seu protetor pessoal.

Em seguida, Constantino concedeu crescentes favores, financiamentos e reconhecimentos ao culto cristão. Os bispos, por exemplo, foram isentos do pagamento dos impostos, tornaram-se funcionários imperiais e até juízes de apelação.⁷ Em troca, obteve uma ingerência cada vez maior nos assuntos internos da Igreja, da qual se considerava "bispo externo".

Ao mesmo tempo, ele assegurou por muitos anos, pelo menos aparentemente, a prática dos tradicionais cultos romanos: assumiu o encargo de "Pontífice Máximo", ou seja, grande sacerdote do culto politeísta romano; aceitou a realização de jogos e sacrifícios aos deuses em sua homenagem; mandou cunhar moedas com a imagem do *Sol Invictus*, o Sol Invicto; e tornou feriado o *Dies Solis*, o Dia do Sol, nosso "domingo". O Sol Invicto era uma divindade adorada por muitos povos do Império e pelo próprio Constantino, antes da conversão.⁸ Ao mesmo tempo, entretanto, a esfera solar podia ser considerada um símbolo do Deus dos cristãos e de outras religiões monoteístas do Império.

Outro sinal do empenho de Constantino foi a promulgação de leis morais muito rígidas. Um exemplo é a seguinte, emanada em 320.

O homem que tomar uma moça, com ou sem seu consentimento,

sem antes ter estabelecido um acordo com seus progenitores [...] não terá na resposta da moça nenhuma vantagem dada pelo direito antigo, e a própria moça será considerada culpada de cumplicidade no delito. E como muitas vezes a vigilância dos pais é burlada pelos discursos e comportamentos cativantes das nutrizas, que sobre elas [...] recaia a ameaça do seguinte castigo: a abertura de sua boca e de sua garganta, que emitiram sugestões arrasadoras, será fechada com a ingestão de chumbo derretido. Se for verificado o consentimento voluntário da virgem, que esta seja punida com a mesma rigidez que seu raptor, e não será concedida imunidade nem às moças que forem raptadas contra sua vontade, pois poderiam ter permanecido em casa até o dia do casamento, e se a porta houver sido arrombada pela audácia do raptor, estas poderiam ter pedido ajuda aos vizinhos com seus gritos e se defendido a todo custo. Mas, para estas moças, cominamos uma pena mais leve e ordenamos que sejam deserdadas por seus progenitores [...] Se os progenitores, para quem a vingança pelo crime deveria ser uma preocupação particular, mostrarem tolerância e reprimirem sua dor, serão castigados com a deportação.⁹

Os historiadores contemporâneos garantem que a adesão ao cristianismo de Constantino foi convicta e sincera, e é provável que seja verdade, se levarmos em consideração que as concessões religiosas de um oficial romano da época eram bem diferentes das nossas: "...a função do imperador é a de se colocar como sujeito coletivo que represente toda a cidade e todo o mundo (*orbis*), na qualidade de *Imperator orbis*. De fato, o primeiro encargo que Augusto reserva a si mesmo é o de *Pontifex Maximus*, representante junto à divindade que constitui o pacto da aliança [...] E isso continua em vigor até Constantino. Roma, portanto, através de seus sacerdotes, de seus institutos, de seus colégios coletivamente representados pelo imperador, pede à divindade três coisas:

1. a fertilidade das mulheres (tanto mães quanto Mulheres, pois, para os romanos, havia pouca distinção);
 2. a vitória dos exércitos;
 3. a paz social.
- Em troca, ofereciam o culto às divindades.

O direito penal romano tem penas atrozes para os transgressores do culto, pois desrespeitar o culto significava desrespeitar o pacto [...] e a consequência da chama apagada pela não-observância de uma vestal era a infertilidade das mulheres, a derrota do exército e a desordem social. Esse é o esquema com base em que Roma age da República até Constantino. Constantino, quando proclama o Edito de Milão, realiza uma operação muito simples: como os velhos deuses não funcionavam mais, pensa em substituir o velho Panteão pelo deus dos cristãos, e, ao perceber que o motor volta a funcionar a pleno vapor e se converte [...] Constantino continua pagão, ou seja, ligado à mentalidade religiosa clássica, até sua morte."¹⁰

O primeiro Conselho de Nicéia e as heresias

Por volta de 314, ao menos dois grandes movimentos heréticos surgidos no norte da África, onde se encontravam as comunidades cristãs mais numerosas e ricas do Império, preocupavam Constantino.

O primeiro foi o cisma dos donatistas, um movimento rigorista, contrário aos compromissos com o poder imperial, que contava com muitos prosélitos e que, em 311, chegou a eleger em Cartago um antibispo, em contraposição ao legítimo.

Constantino, após tentar uma mediação, acabou apoiando o bispo legítimo Ceciliano, subvencionando a Igreja "oficial", proibindo que os donatistas usassem os locais de culto e negando o asilo para alguns de seus líderes. Em seguida, seu filho Constante promoveu uma perseguição ainda mais cruel e sanguinária contra eles.¹¹

O outro movimento era muito mais perigoso: tratava-se dos agostinianos, um verdadeiro exército de guerreiros em nome de Cristo.

Os agostinianos eram expoentes de classes populares com reivindicações políticas e sociais, como a libertação dos escravos, o perdão das dívidas e o fim dos usurários.

Eles se organizavam em batalhões armados que realizavam incursões avassaladoras nas grandes propriedades, incendiando casas e matando as famílias dos latifundiários mais odiados.

Foram massacrados pelas tropas imperiais.

Na época de Constantino, outra grande disputa dividia o

cristianismo. Principalmente no Oriente, os cristãos haviam se dividido entre partidários e adversários de Ário, um presbítero da diocese de Alexandria.

Ário e seus seguidores afirmavam que o Filho de Deus, ao contrário do Pai e tendo sido por Ele criado, teve um início; portanto, Cristo representava uma divindade de segundo plano. Foi para resolver essa questão que Constantino convocou, em 325, em Nicéia (na antiga Turquia), aquele que ficou na história como o primeiro concílio geral da Igreja Católica. Dele participaram mais de 300 bispos e prelados, com exceção do bispo de Roma, que mandou dois representantes.

As conclusões desse primeiro concílio foram muito importantes para a história da Igreja. A grande maioria dos padres aprovou um Credo, no qual se afirmava que o Filho fora gerado, e não criado, com a mesma substância do Pai (em grego, *homooúsiou*, quando, para os arianos, era apenas *homoioúsiou*, ou seja, "de substância similar"). Pela primeira vez, foi proclamado dogma, ou seja, verdade revelada, um termo que não estava contido nas Escrituras (em nenhuma passagem, o Novo ou o Antigo Testamento afirmam que o Filho é consubstancial ao Pai).

Além disso, os Padres Conciliares declararam sua crença no Espírito Santo, tradução do hebraico *ruah*, que era, no entanto, de gênero feminino.¹² A Trindade proclamada pelo Concílio era constrangedoramente similar à tríade das religiões politeístas. E, para surpresa, até os bispos arianos aprovaram o novo Credo, salvo por dois deles, que logo foram exilados.

No Concílio de Nicéia, foram tomadas outras decisões muito importantes para a vida da Igreja: por exemplo, ficou estabelecido que apenas outros bispos, e não mais as comunidades que reuniam todos os fiéis, poderiam consagrar um novo bispo. O território da cristandade também foi dividido em zonas de influência, sujeitas ao poder, respectivamente, dos bispos de Roma, Antioquia e Alexandria, que passaram a se chamar metropolitas. A legitimação da autoridade na Igreja não vinha mais de baixo para cima, mas de cima para baixo.

O Concílio não marcou o fim do arianismo. Entre 327 e 328, Constantino reabilitou Ário e alguns de seus seguidores, e nomeou como conselheiro o bispo ariano Eusébio de Nicomédia, que o batizaria em seu

leito de morte. Pelo contrário, a partir de 326 foram exiladas dezenas de bispos antiarianos.¹³

Sucederam-se vários combates entre facções, com muitos mortos e feridos; concílios e contraconcílios, que condenavam ora uma tese, ora outra; de exílios e de retornos; de perseguições por parte de imperadores "arianos" e "niceianos".

Todos os historiadores concordam que Constantino não entendia nada de questões doutrinárias. A única coisa que lhe interessava era tornar o cristianismo uma crença homogênea, sem nuances, sem ambigüidade, livre de conflitos internos perigosos.

Tirando isso, a unidade era uma obsessão sua: unidade do poder político em torno de sua pessoa e dinastia; unidade das populações sujeitas a Roma, amalgamadas por uma religião única, na qual confluíam elementos culturais de origens diferentes; e unidade da Igreja, obtida impondo-se a todos os crentes a opinião da maioria, ou pelo menos da maioria dos amigos do imperador, e se estes mudavam, mudava também a política religiosa do imperador.

As motivações de ordem política e social eram evidentes na repressão aos donatistas e aos agostinianos.

A história da heresia ariana, no entanto, foi mais complicada. Nem as teses trinitárias nem as arianas colocavam em risco o projeto imperial de hegemonia, mas a controvérsia em si representava um perigo.

Não se podem obter estabilidade e paz social com uma religião partida em facções que se condenam e renegam reciprocamente a autoridade e legitimidade da outra. Escolher significava, contudo, um "mal menor". Provavelmente, o que fez a balança pender primeiro para uma posição, depois para outra, foram considerações muito pragmáticas: a cada vez, a efetiva força de uma ou outra corrente ou a utilidade de seus defensores.

A militarização do cristianismo

Jesus ensinava a "dar a outra face", a "amar os próprios inimigos", mandou Pedro devolver a espada à bainha e o reprovou: "Quem com a espada fere com a espada perece" (Mateus, 26, 52).

Talvez nem todos os primeiros cristãos estivessem dispostos a "dar

a outra face" e a sacrificar a vida, mas, com certeza, entre eles era muito difundido um sentimento de repúdio às armas.¹⁴ Teólogos e bispos, venerados ainda hoje como santos, escreveram páginas inequívocas sobre o assunto.

Nós, cristãos, não erguemos mais a espada contra uma nação, não aprendemos mais a arte militar.

O fato é que nos tornamos filhos da paz, graças a Jesus Cristo, que é nosso Senhor, e desertamos de chefes a quem serviram nossos antepassados: se aceitássemos suas ordens, nós nos tornaríamos estranhos à promessa divina.¹⁵ Que se diga ao soldado para não matar. Se receber ordem para matar, que se recuse. Do contrário, que seja afastado [da Igreja]. Se um catecúmeno ou fiel quiser servir como soldado, que seja afastado, pois despreza Deus. O cristão não pode se tornar soldado voluntariamente. Quem carrega uma espada deve prestar atenção para que não faça escorrer sangue. Se o fizer, não poderá participar dos mistérios."

Quando alguém comete homicídio, fala-se de crime; mas quando é o Estado que o encomenda, chama-se "ato de coragem". Aos cristãos não é permitido matar outrem; ao contrário, que deixem que assassinem a ele.¹⁷

Alguns cristãos chegaram a enfrentar o martírio por se recusarem ao serviço militar, como o jovem Maximiliano. Convocado em 295, declarou: "Não me é lícito prestar serviço militar, pois sou cristão", e foi decapitado.

As coisas mudaram com a chegada de Constantino.

O Concílio de Áries, de 314, excomungou os cristãos que desertaram em tempos de paz.¹⁸

O Concílio de Nicéia pareceu retomar os velhos costumes, tanto que o cânone 12, nele aprovado, dispõe: "Aqueles que, sentindo-se chamados pela graça, e por zelo a abandonaram a divisa, mas logo depois, como cães, voltaram atrás, chegando a oferecer dinheiro e presentes para serem aceitos novamente ao exército, devem permanecer entre os penitentes por treze anos..." Durante o reinado de Teodósio I, ao contrário, foram excomungados os relutantes e os desertores.

Os perseguidos se tornam perseguidores: a repressão ao paganismo

Os cristãos, que ainda exibiam na carne os sinais das perseguições," tornaram -se perseguidores.

Durante os últimos anos de vida de Constantino, vários templos pagãos foram demolidos, sobretudo no Oriente. Outros templos continuaram em atividade, mas foram despojados de tudo que tinham de precioso: estátuas, objetos preciosos, revestimentos de ouro e prata, portas de bronze. Muitas obras de arte foram levadas para embelezar a nova capital: Constantinopla.²⁰

As festas tradicionais pagãs, com seus jogos circenses e as lutas entre gladiadores, eram cada vez menos toleradas, com exceção daquelas em homenagem ao imperador e à sua família.

Só em Roma os templos e antigos cultos continuaram íntegros.

Em 341, Constante tentou proibir os sacrifícios com um edito.²¹ Mas a política antipagã dos sucessores de Constantino bateu de frente com um grande descontentamento por parte do povo.²²

Em 361, subiu ao poder o imperador Juliano, apelidado de "apóstata" pelos historiadores. Ele tentou reorganizar a antiga religião politeísta e criou estruturas de assistência aos pobres, que concorriam com aquelas cristãs. Ao mesmo tempo, assegurou a liberdade de culto a todas as religiões do Império, inclusive ao judaísmo e às comunidades cristãs hereges.

Juliano morreu após apenas dois anos de reinado, e seus sucessores retomaram a política antipagã.

Em 392, o imperador romano Teodósio I proibiu mais uma vez todos os sacrifícios e cultos pagãos, fossem públicos ou privados, sob pena de confiscar os locais ou terrenos em que eram realizados. Os templos foram abandonados. Muitos foram demolidos, outros foram transformados em igrejas cristãs.

Os pagãos desfilavam em verdadeiros cortejos de protestos, exibindo suas imagens sagradas. Essas manifestações, por sua vez, desencadearam a reação dos cristãos e provocaram sangrentos tumultos.²³

O imperador Teodósio II (408-450) mandou punir algumas crianças, culpadas de brincar com restos de estátuas pagas. E, de acordo com os elogios dos cristãos, Teodósio "seguia conscienciosamente cada ensinamento cristão".²⁴

Em 415, em Alexandria, uma turba de fanáticos cristãos linchou a matemática, astrônoma e filósofa neoplatônica Hipácia, importante expoente da cultura pagã.²⁵

Nos séculos que se seguiram, as antigas religiões pré-cristãs se tornaram cultos cada vez mais diminutos, ainda praticados em algum vilarejo camponês perdido (a palavra "paganismo" deriva, na verdade, do latim *pagus*, "vilarejo") ou em grande segredo por alguns intelectuais neoplatônicos.

Mas o paganismo não morreria completamente. Ele "...revive nas manifestações litúrgicas ligadas à vida do dia-a-dia, nas libações sagradas e no uso cada vez mais difundido do incenso, no culto aos santos e às relíquias, que tomam o lugar dos ídolos, na veneração a algumas árvores, animais, fontes e fenômenos naturais, que vive ainda nos dias de hoje".²⁶

CAPITULO 3

As heresias antigas

O que é uma heresia?

"Um cínico poderia definir a heresia como a opinião expressa por um grupo minoritário que uma maioria suficientemente poderosa para poder puni-lo considera inaceitável [...] Deus [...] está do lado da maioria: a ortodoxia, pode-se acrescentar, é aquilo que dizem Dele [de Deus]."¹

O significado que hoje damos ao termo "heresia", ou seja, "opinião errada", é uma inovação tipicamente cristã. O primeiro a usá-lo com esta acepção foi São Paulo, em Gaiatas, 5, 20.

O termo "heresia" deriva do grego *hàiresis*, "escolha",² e designava aqueles que pertenciam a uma escola filosófica por escolha. Hereges eram, portanto, os estóicos, os cétricos, os epicuristas, mas também, no mundo hebraico, os fariseus, os saduceus e os essênios.³

A Igreja, desde o início, prestava uma atenção doentia à terminologia religiosa. Muitos eram os que se sentiam os únicos depositários da verdade. E, assim, um termo que indicava a pluralidade das escolas de pensamento assumiu o significado negativo que conhecemos hoje.

Mas não é fácil manter uma verdade. Durante a história, houve contínuas revisões e correções. Uma afirmação declarada herética por um concílio era derrubada por outro e vice-versa. O exemplo mais conhecido talvez seja o de Joana d'Arc, queimada na fogueira em 1431 e santificada em 1920. O bispo Teodoro de Mopsuéstia, que morreu em 428 em paz com a Igreja, foi declarado herege e condenado 125 anos depois de sua morte. Os bispos Estêvão, de Roma (254-257), e Cipriano, de Cartago (248-258), ferrenhos adversários sobre questões doutrinárias quando em vida, são ambos venerados como santos.

Argumentos religiosos que custaram milhares de mortos

Os primeiros séculos do cristianismo registram disputas intermináveis para estabelecer se Cristo era "da mesma substância do Pai" ou apenas "muito parecido", ou quantas naturezas coexistiam em Jesus Cristo. Disputas essa nas quais as opiniões consideradas equivocadas não eram apenas um erro, mas um pecado. Quem se obstinava em defender as próprias opiniões cometia um crime atroz, digno de uma pena severa.

Sobretudo quando o cristianismo se tornou religião de Estado, os "perdedores" nas disputas teológicas podiam ser punidos com o exílio, a tortura e a morte, a menos que se transformassem em perseguidores, quando o vento soprava a seu favor.

As tentativas de impor à força a "doutrina verdadeira" a populações inteiras podiam ensejar rebeliões, vinganças, massacres e guerras.

Mas divergências teológicas acerca da Trindade justificam conflitos que duraram séculos e fizeram milhares de mortos? Quantos dos participantes do Concílio de Nicéia, por exemplo, tinham real capacidade de compreender todas as nuances filosóficas do embate entre arianos e trinitários? Com certeza, os primeiros pensadores cristãos se encontravam diante de problemas teóricos nada pequenos: precisavam conciliar o rígido monoteísmo herdado dos judeus com sua fé em Deus feito homem, sem se confundir nem com as tradicionais mitologias pagãs (lembramos das transformações de Júpiter), nem com os cultos místicos concorrentes e as doutrinas agnósticas, segundo as quais cada homem que ultrapasse um determinado percurso iniciático pode se tornar deus.

Os bispos não pagam impostos

Mas havia questões doutrinárias que diziam respeito a elementos de importância concreta para a vida quotidiana das primeiras comunidades cristãs: por exemplo, era preciso definir se os fiéis que haviam renunciado à fé nas perseguições deveriam ser readmitidos ou se os sacramentos celebrados por sacerdotes indignos deveriam ser validados.

E, naturalmente, havia também os bastante concretos interesses materiais das nascentes elites cristãs.

Pouco mais de cem anos após a morte de Jesus, já existiam movimentos que lamentavam a corrupção e a decadência da Igreja, como os montanistas. Estes pertenciam a um movimento que nascera na Frígia no século II. Eles se consideravam puros, privilegiavam a relação direta com o Espírito, e as mulheres figuravam em primeiro plano. O próprio Montano, em sua missão, era ladeado por duas mulheres: Priscila e Maximília. Os montanistas foram perseguidos por séculos.⁴

Constantino, que transformou os bispos em funcionários do Império

e lhes isentou do pagamento de impostos, apenas acelerou uma tendência já em curso no próprio corpo de Igreja. Os bispos há muito tinham deixado de ser simples porta-vozes das comunidades cristãs eleitos pelas Igrejas, ou seja, pelas assembleias de fiéis, tornando-se verdadeiros senhores que administravam a seu bel-prazer os bens da Igreja, ordenavam o clero menor de acordo com as próprias conveniências e, muitas vezes, "transmitiam" seu título aos filhos e irmãos. O cargo de bispo acabou se tornando muito desejado por membros das famílias abastadas.⁵

Apesar das disposições contrárias do Concílio de Nicéia, alguns homens foram nomeados bispos antes mesmo de serem batizados, como o filósofo neoplatônico (adepto de uma corrente de pensamento incompatível com o cristianismo) Sinésio de Cirene. O próprio Santo Ambrósio, já funcionário imperial, foi nomeado bispo poucos dias depois de ser batizado.⁶

Quando o cristianismo se tornou religião de Estado, as acusações de heresia e as disputas teológicas se tornaram pretextos para jogos de poder nos quais a aposta era muito terrena: o controle de dioceses "ricas", o monopólio de recursos e matérias-primas importantes, a eliminação de rivais e adversários, e a divisão dos postos nas cortes imperiais.

Por vezes, de maneira ainda mais perversa, quem acreditava de maneira fanática na própria verdade podia usar o poder e a influência de que dispunha para impô-la aos outros. Alexandre, bispo de Alexandria, por exemplo, foi acusado de sabotar as provisões de trigo em Constantinopla para levar o imperador a assumir uma posição decisiva contra o arianismo.⁷

No espaço e no tempo, a mesma doutrina daria cobertura a projetos políticos bem diferentes entre si. Dentre os seguidores de Ário, estavam imperadores romanos que perseguiram os rebeldes e o rei godo Totila, libertador dos escravos.

Vários imperadores bizantinos aderiram à doutrina monofisista, mas muitos outros incentivaram rebeliões populares contra a autoridade de Constantinopla. E as aparentes contradições poderiam continuar.

Naturalmente, a muito complexa aventura do cristianismo não se

explica apenas com fatores políticos, sociais e econômicos; há também elementos imponderáveis do ponto de vista racional.

Em épocas de grande taxa de analfabetismo, quando não existiam telecomunicações e as pessoas se locomoviam no lombo de um burro por estradas mal conservadas, um único pregador dotado de coragem e energia podia conseguir, com seu carisma e eloquência, a conversão de populações inteiras.

Quando as teses de Lutero se difundiram no norte da Europa, muitos países as acolheram, conservando, no entanto, costumes católicos, como a confissão, que eram totalmente estranhos à doutrina luterana.

É provável que os bravos cristãos suecos e islandeses não se importassem com as divergências teóricas, que só quisessem ter ao seu lado padres que falassem sua língua, que fossem capazes de lhes explicar as Escrituras, que pregassem a moralidade sendo os primeiros a dar bom exemplo e não os dessangrassem com dízimos.

Começa a caça aos hereges

Talvez o primeiro caso de controvérsia religiosa dirimida por intermédio da lei tenha sido o de Paulo de Samósata, bispo de Antióquia (260-272). Ele era um monarquianista, ou seja, seguidor das doutrinas que não reconheciam a trindade de Deus.

Um sínodo de bispos convocado em 268 condenou suas doutrinas e o depôs. Em seguida, os bispos pediram ao imperador Aureliano que executasse suas decisões, estabelecendo, assim, o perigoso precedente da intervenção do poder temporal nas questões eclesiásticas. Tudo isso acontecia em uma época em que os cristãos ainda eram periodicamente perseguidos.

O imperador decretou a deposição de Paulo, que continuou em seu posto graças aos favores de Zenóbia, rainha de Palmira, sob cuja influência se encontrava a diocese de Antióquia, que impusera uma política anti-romana.

Só em 272, quando o exército de Zenóbia foi derrotado pelo do imperador Aureliano, Paulo precisou abandonar sua cadeira.⁸

O arianismo depois de Constantino

O Concílio de Sárdica (Sofia), em 343, que se encerrou com a

reiteração do que foi deliberado em Nicéia, foi abandonado pelos bispos orientais, que organizaram um contraconcílio em Filipópolis.

Em Constantinopla, durante o episcopado de João Crisóstomo (345-407), irromperam-se violentos conflitos entre arianos e niceianos⁹ que deixaram um saldo de vários mortos.

Em 353, Constâncio II, único imperador, impôs as doutrinas filo-arianas em todo o território do Império. Os arianos, então, passaram a defender a tese de que a Igreja deveria se submeter ao Estado, enquanto os niceianos lutavam por autonomia.

Em 357, o bispo ortodoxo Ósio, já centenário, foi obrigado, por meio de tortura, a subscrever as teses arianas do Concílio de Sírmio.

Em 361, com a ascensão ao trono de Juliano, o Apóstata, que tentou restaurar o paganismo, foi dada anistia geral a todos os cristãos perseguidos acusados de heresia, provavelmente emitida com o objetivo de enfraquecer o cristianismo.

O imperador Teodósio I, que subiu ao trono em 378, logo condenou as doutrinas arianas nos territórios do Oriente. No Ocidente, entretanto, onde de fato reinava a ariana Justina, a tolerância foi garantida.

Em 386, o bispo de Milão, Ambrósio, após negar a Justina a cessão de uma igreja para realizar o culto ariano, organizou uma vigília em sua própria basílica para defendê-la dos ataques dos emissários imperiais.

Os próprios arianos, por sua vez, estavam divididos em várias correntes. Em 362, em Antióquia, havia cinco comunidades cristãs separadas, cada qual com seu próprio bispo e hostil às demais. Quando Teodósio ampliou seus domínios aos territórios ocidentais, o arianismo foi banido por completo do território do Império, e o cristianismo niceiano se tornou a religião oficial do mundo romano.

Naturalmente, o decreto não significou a extinção automática da heresia ariana, que sofreria, mais de um século depois, perseguições por parte de Justino e, depois, de Justiniano.¹⁰

O cristianismo, em sua versão ariana, foi difundido entre os povos "bárbaros" do norte graças às preleções de Áudio, bispo de vida exemplar, e, sobretudo, de Wulfila (345-407), o bispo que, por volta de 375, traduziu

para o godo o Antigo e o Novo Testamentos.

Foi graças a essa tradução que a crença ariana conseguiu se difundir entre os visigodos, os ostrogodos, os suevos, os vândalos, os burgúndios e os lombardos.

"Ao contrário dos povos que viviam na Itália e que praticamente não se expressavam em latim, os bárbaros tinham a grande vantagem de aprender o Evangelho em sua língua falada. Os godos, assim, estavam mil anos à frente de Martinho Lutero."¹¹

Em 525, o rei ostrogodo Teodorico interveio em defesa dos arianos de Constantinopla, oprimidos pelo imperador Justino. Para tanto, enviou à cidade um embaixador extraordinário, o papa João I, obrigado a apresentar ao imperador suas solicitações. Como o papa voltou a Roma no ano seguinte sem nada ter conseguido, Teodorico mandou prendê-lo, e João I morreu poucos dias depois.¹²

É óbvio que muitas vezes os soberanos arianos perseguiram os niceianos. Por exemplo, durante a dominação dos vândalos na África, estes sofreram vários tormentos. O auge foi no período entre 483 e 484, quando uma lei obrigou todos os católicos do reino vandálico a se converterem ao arianismo. Milhares de clérigos foram exilados no deserto junto com seus bispos. Muitos católicos foram condenados a torturas ou à pena de morte.¹³

No entanto, até as populações bárbaras acabaram se convertendo ao catolicismo. No final do século VIII, o arianismo já havia desaparecido, e a crença niceiana triunfou como única Igreja verdadeira.

Os bispos pedem a cabeça dos hereges

É notório que os imperadores não eram muito sutis quando se tratava da eliminação dos dissidentes, mas, em determinado momento da história cristã, foram os próprios bispos que solicitaram a condenação à morte dos hereges.

O primeiro a sofrer as conseqüências do novo costume foi o bispo espanhol Prisciliano, em 385. Condenado e banido por dois concílios regionais, Prisciliano, que tinha um grande séquito popular, foi torturado e condenado pelo imperador Máximo, a pedido dos próprios bispos. Junto

com ele, morreram seis de seus discípulos, dentre os quais uma mulher.

Na realidade, as acusações infundadas de heresia e a condenação à morte pareciam servir a propósitos essencialmente políticos.¹⁴ O episódio causou horror em vários prelados católicos que não concordavam com as heresias doutrinárias. O papa Sirício condenou as mortes.

O bispo Martino de Tours (321-401) excomungou todos os bispos que sujaram as mãos com aquele sangue. Só mais tarde aceitou se reconciliar com eles, a pedido do imperador, e apenas para salvar a vida de outros "priscilianistas" condenados à morte. Até mesmo o bispo Ambrósio, de Milão, recusou-se a ter contato com os bispos envolvidos na morte de Prisciliano.

Naquela época, "a consciência da Igreja ainda não estava acostumada a considerar o derramamento de sangue uma expressão do amor pregado por Jesus Cristo".¹⁵

O assassinato de Prisciliano não pôs fim ao movimento, pelo contrário. Seus seguidores passaram a venerá-lo como mártir, dando vida a um movimento "priscilianista" que duraria mais de um século.¹⁶

A heresia nestoriana e o concílio que terminou em rixa

O nestorianismo deve seu nome a Nestório, bispo de Constantinopla que, por volta de 428, contestou a qualidade de "Mãe de Deus" atribuída a Maria.¹⁷ Na época, o culto mariano já era muito difundido, e as teses de Nestório deram vida a verdadeiros tumultos. Contra ele se opôs com violência até mesmo Cirilo, bispo de Alexandria (diocese que lutava contra a de Constantinopla pelo controle do Oriente).

Em 431, o imperador Teodósio II convocou um concílio ecumênico em Éfeso para dirimir a questão.

Naquela época, viajar era muito difícil, e, por essa razão, os bispos chegaram em momentos diferentes. Primeiro, foram os adversários de Nestório, aproximadamente duzentos bispos liderados pelo de Alexandria, Cirilo. Decidiram dar logo início ao concílio, sem esperar os que apoiavam a parte contrária ou os enviados do papa. Nestório foi obrigado a se apresentar e, como se recusou a entrar antes que seus seguidores chegassem, teve de depor "*in contumacia*". O bispo de Éfeso, Mêmnon,

chegou a incitar a multidão contra Nestório. Poucos dias depois, chegaram cerca de quarenta bispos nestorianos, guiados por João de Antióquia, que formaram um contraconcílio no qual declararam hereges e excomungaram Cirilo e Mêmnon.

Chegaram, então, os enviados do papa, que reabriram o concílio "oficial" e excomungaram João de Antióquia.

Os trabalhos do concílio se complicaram ainda mais com a intervenção de alguns funcionários imperiais, as tentativas de corrupção e os embates populares entre partidários das duas facções. No final, o imperador Teodósio II encerrou a assembléia criticando duramente os participantes e exilou tanto Nestório quanto Cirilo.¹⁸

Derrotado no território imperial, o cristianismo nestoriano difundiu-se na Ásia, chegando à China, à Índia e à Mongólia. Em 486, os cristãos da Pérsia adotaram as teses nestorianas e empreenderam uma feroz perseguição contra os católicos. Para o rei da Pérsia, era muito cômodo apoiar uma "Igreja nacional" que não dependesse de autoridades religiosas de um país adversário, como o bispo de Constantinopla.¹⁹

A heresia monofisista e o "latrocínio de Éfeso"

A doutrina monofisista deve seu nome ao grego *monos*, único, *ephisis*, natureza, e nasce como uma reação ao nestorianismo. Os mononsistas afirmavam que Jesus Cristo possuía uma única natureza divina e nenhuma natureza humana.

O líder da doutrina foi Eutiques, monge de Constantinopla que, por suas idéias, sofreu violentos ataques, sendo proibido de realizar os ritos sacerdotais. Graças a seus conhecimentos na corte imperial do Oriente, no entanto, suas doutrinas ganharam o apoio do imperador Teodósio II, que, em 449, convocou um concílio ecumênico em Éfeso para discutir a questão.

A assembléia foi fortemente direcionada de modo a dar ganho de causa às teses mononsistas. As tropas imperiais se lançaram com força contra os adversários de Eutiques, que não tiveram permissão nem para tomar a palavra. Um documento enviado pelo papa nem foi lido, e até mesmo o remetente foi excomungado. O bispo de Alexandria, Flaviano, levou uma surra tão grande que morreu pouco tempo depois.

O papa Leão Magno deu ao evento o nome de "latrocínio de Éfeso".²⁰

Naturalmente, foi apenas o início de uma longa história. Por várias vezes, em uma intrincada trama de complôs, homicídios, alianças entre facções, ascensões ao trono de imperadores anti ou pró-eutiquianos, os católicos e os monofisistas se revezaram nos papéis de perseguidores e perseguidos, de vítimas e carrascos.²¹

As perseguições não deteriam a propagação do monofisismo. Ao contrário, graças às preleções de Tiago ou Jacó Baradai, bispo de Edessa, em 542, e fundador da Igreja Jacobita, países como Egito e Síria deram vida a Igrejas nacionais próprias, em contraposição à autoridade imperial. Mas nem Tiago conseguiu impedir a cisão de sua própria Igreja. Por exemplo, em 556, a sede episcopal de Alexandria tinha cinco pretendentes: quatro monofisistas de diversas correntes e um católico.

A Igreja etíope é até hoje monofisista. No século XVI, a Igreja romana contou com os portugueses para levar a ortodoxia à Etiópia, mas a operação falhou em razão de uma forte reação nacionalista que causou a expulsão de todos os missionários e a ruptura das relações com Roma. Mais recentemente, a Itália fascista tentou impor o catolicismo às suas colônias, mas a Igreja etíope resistiu. Ainda hoje, no Egito, existem duas Igrejas monofisistas: a copta e a melquita. Na Síria e na Mesopotâmia, ainda existem jacobitas, e na Armênia se professa uma confissão monofisista.

Os paulicianos

Seita de provável origem maniqueísta ou agnóstica,²² que surgiu na Ásia Menor por volta do século VII. Tinha essa designação por causa da peculiar veneração aos escritos de São Paulo.²³

Sua doutrina diferenciava claramente um Deus criador do espírito e um Deus senhor e criador da matéria. Os paulicianos negavam a Encarnação e consideravam Cristo um anjo de Deus. Aceitavam como textos sagrados apenas os Evangelhos e as Cartas de Paulo e recusavam os sacramentos, as imagens sagradas, a hierarquia eclesiástica e a vida monástica. Em vez da missa, celebravam o ágape (festa do amor).²⁴

Os paulicianos também formavam um movimento de protesto

político, social e de revolta contra o despotismo bizantino e búlgaro.

Sofreram várias perseguições por parte do Império Bizantino, que os condenou oficialmente em 687. Eles, então, se organizaram como Estado independente e empunharam armas em sua defesa, até a derrota militar definitiva, em 752. Mas a derrocada não significou o fim do movimento. Há provas de que foram perseguidos pelo Império de Constantinopla ainda em 840. Alguns deles acabaram se mudando para as terras do emir de Melitene e lutando entre os árabes.

Outro ramo do movimento, sediado na Trácia, teria sobrevivido até o século XIII e inspirado o movimento herético búlgaro dos bogomilos.

Os bogomilos

Movimento dualístico que surgiu nas primeiras décadas do século X e que ganhou este nome graças às profecias do padre búlgaro Bogomil.

Para os bogomilos, havia uma clara antítese entre Deus, criador do espírito, e o demônio, criador da matéria. Eles acreditavam nas mesmas teorias que os paulicianos e pregavam a igualdade social e o afastamento dos pobres do domínio do clero e da nobreza. O bogomilismo se difundiu nos séculos seguintes nos Bálcãs e até as fronteiras de Bizâncio. Fortemente perseguidos pelos soberanos búlgaros e pelos imperadores bizantinos, os bogomilos se espalharam por toda a Europa Central e Ocidental, onde foram alvo de repressão das autoridades católicas.²⁵

Em 1203, o rei da França, Roberto, o Pio, a pedido da Igreja, mandou queimar na fogueira, em Orleans, uma dezena de hereges "maniqueístas", provavelmente bogomilos mais avançados ou, talvez, os primeiros cátaros.²⁶ Um episódio análogo ocorreu em Milão por volta de 1208.²⁷

Na Bósnia, o bogomilismo chegou a se tornar religião de Estado. Em 1203, no entanto, o soberano Kulin só conseguiu se manter no poder ao concordar em trocar a doutrina bogomilista pela católica romana e acatar a tutela húngara.²⁸

SEGUNDA PARTE

A IDADE MÉDIA

CAPÍTULO 4

Justiniano, os massacres em nome da fé

O imperador do Oriente, Justiniano (527-565),¹ conseguiu consolidar o próprio poder graças ao auxílio de um "esquadrão da morte" treinado por ele próprio. Na prática, tratava-se de um bando de sanguinários que assassinava todos os seus rivais na corrida pelo trono: o general Vitaliano, o eunuco Amázio e um número impreciso de aristocratas.²

Uma testemunha da época comentou: "Até mesmo a mão de Deus, guiada pelo Patriarca, protege suas iniciativas de erradicar os inimigos da fé".³ De seu longo reinado, ficaram o imenso *Corpus iuris civilis*, código que ordena em um único conjunto de leis orgânicas toda a jurisprudência romana, e a decidida política de reconquista militar dos territórios ocupados pelos bárbaros. Mas não se pode esquecer o massacre de Nika, em janeiro de 532. Durante a partida de uma corrida de bigas no imenso hipódromo de Constantinopla, o imperador Justiniano e sua mulher, Teodora, foram vaiados pela multidão que reclamava das excessivas obrigações fiscais. O protesto transformou-se em um verdadeiro tumulto, que teve como insólitos aliados líderes de facções de grupos populares e de aristocratas. Justiniano precisou se refugiar em seu palácio, tal foi o assédio dos revoltosos.

O imperador, então, ofereceu doações em dinheiro aos líderes e convocou o povo todo para uma assembleia pública no hipódromo, onde anunciaria importantes novidades.

Os revoltosos, dessa forma, se reuniram no estádio, onde, em vez do imperador, entraram soldados do general Narsete, que assassinaram os presentes. Calcula-se que trinta mil pessoas tenham sido mortas.

Outro episódio famoso foi a violenta repressão aos rebeldes samaritanos, quando foram mortas mais de cem mil pessoas.

Talvez menos conhecida seja a pragmática disposição de 554, que estendeu a legislação imperial à Itália "liberta" dos bárbaros e que impôs a restituição de todos os bens desapropriados pelos godos aos aristocratas e à Igreja.

Dentre as propriedades a serem restituídas, havia também escravos e servos da gleba que os "bárbaros" haviam alforriado e que, assim, perderiam seu status de homens livres.⁴

O programa de Justiniano pode ser resumido pelo seguinte lema: "Um só Estado, uma só lei, uma só Igreja".⁵

A legislação imperial regulamentava cada aspecto da vida do Império, inclusive o religioso. Os bispos eram, em todo e qualquer aspecto, funcionários do Estado, com deveres de funcionários públicos, "assistentes sociais" e magistrados.⁶ Uma série de leis regulava, de maneira minuciosa, praticamente cada detalhe da vida do clero e dos monges, incluídas aí as práticas litúrgicas, como a entoação dos três cânticos principais do dia nos mosteiros (matutino, laude e vespertino). Além disso, as penas previstas para os transgressores eram severas: por exemplo, uma diaconisa que se casasse poderia ser punida com a morte ao lado do marido, e um monge que abandonasse o hábito era convocado pelo exército.⁷

As repressões de Justiniano

Justiniano foi um tenaz defensor da ortodoxia (é claro que era ele quem decidia o que era "ortodoxo" e o que não era) e um implacável perseguidor dos hereges e pagãos.

Um edito de 529 obrigava os súditos ainda não convertidos a se batizarem e se "instruírem na verdadeira fé dos cristãos". Os desobedientes seriam punidos com o confisco de todos os bens e a perda de todos os direitos; os batizados que voltassem a ser pagãos seriam punidos com a morte.⁸ Contra os hereges maniqueístas,⁹ eram previstas medidas ainda mais graves: a morte e o confisco dos bens. A pena de morte também era aplicada aos ex-maniqueístas que voltassem a professar sua velha religião, que se relacionassem com os antigos companheiros de fé sem denunciá-los ou que guardassem escritos daquela seita, em vez de entregá-los às autoridades.¹⁰

Quando as tropas bizantinas reconquistaram a África e a Itália, Justiniano confiscou os templos de donatistas e arianos e mandou seus clérigos para o exílio.

É atribuída a ele a frase: "Para eles, já basta viver!"¹¹ A repressão provocou uma rebelião de militares arianos na África, mas que foi contida

após poucos meses de luta.

Em uma época em que os cultos pagãos ainda sobreviviam e os cristãos estavam divididos em infinitas correntes doutrinárias, é óbvio que não era difícil encontrar um traço qualquer em algum adversário político que o tornasse "inimigo da fé". De fato, não poucos expoentes da alta nobreza, acusados de paganismo ou heresia, foram presos, torturados, mortos ou se suicidaram.¹²

Outras igrejas montanistas foram destruídas pelos missionários de Justiniano nas décadas que se seguiram. Os ossos dos fundadores da seita, guardados e venerados como relíquias, foram incinerados.¹³

Com os judeus, no entanto, Justiniano manifestou uma relativa tolerância. Deixou-os livres para praticar seu culto, ainda que eles fossem juridicamente inferiores aos cristãos. Por exemplo, um judeu não podia testemunhar contra um cristão nem possuir escravos cristãos.

Seus ritos também eram disciplinados pela lei: os judeus não podiam celebrar sua Páscoa se esta acontecesse antes da cristã, nem discutir ou interpretar as passagens da Bíblia. Por lei, deviam acreditar na ressurreição dos mortos, na existência dos anjos e no juízo universal.¹⁴

O imperador, por outro lado, foi impiedoso com os samaritanos, os "cismáticos" do judaísmo: privou-lhes do direito de testemunhar e de herdar, e mandou destruir suas sinagogas.

A perseguição fez eclodir uma verdadeira revolta na Palestina; em represália, muitos cristãos foram mortos, e igrejas, incendiadas. "Seguiu-se uma violentíssima repressão: vilarejo por vilarejo, colina por colina, o país foi reconquistado em 529 e 530. Mais de cem mil samaritanos foram mortos, muitos fugiram para a Pérsia, outros se converteram."¹⁵ Em 555, uma segunda revolta foi contida de forma igualmente dura.

Portanto, quando se tratava de defender a "fé verdadeira", Justiniano não olhava nos olhos de ninguém. Mas abriu uma exceção para os monofisistas, pois sua mulher também era monofisista. E, como ela, muitos outros súditos, sobretudo no Egito, um dos "celeiros" do império. Teve para com eles um comportamento que oscilava entre repressão e tentativas de reconciliação.

No período entre 527 e 544, alternaram-se concílios,

manifestações em praças, exílios, reintegração de bispos e teólogos monossistas, intervenções de tropas para tirar bispos e sacerdotes hereges de seu posto, editos dogmáticos (ou seja, decretos que impunham posições doutrinárias por lei).¹⁶

Em 544, Justiniano emanou um edito que acolhia, ao menos em parte, as teses monofisistas. O texto, conhecido como "A condenação dos três capítulos", declarava heréticas as doutrinas de Teodoro de Mopsuéstia (morto mais de um século antes); Teodoreto, teólogo; e Ibas de Edessa, acusado de nestorianismo.

Nas primeiras décadas do século XX, o lema de um político vienense que embarcara no carro do anti-semitismo era: "Decido eu quem é judeu ou não".¹⁷ O lema de Justiniano (mas também de muitos outros reis e imperadores cristãos antes dele) poderia ter sido: "Decido eu quem é herege ou não".

O papa preso

O papa Virgílio (537-555) se recusou a assinar o edito imperial. As tropas de Justiniano reagiram tirando-o de Roma para levá-lo à presença do soberano.¹⁸

A isso sobreveio um longo período de "toma-e-dá", de inflamadas conversações entre o imperador e o papa, que durou anos. Até que, em 551, Justiniano, impaciente, mandou prender o papa. "Uma tropa armada os cercou e arrancou o papa e os bispos que estavam com ele da igreja na qual haviam se refugiado. Virgílio, que os soldados tentaram pegar pela barba e pelos pés, agarrou-se a uma coluna do altar, que se quebrou, e a mesa do altar o teria esmagado, se seus clérigos não a tivessem segurado. Os gritos hostis da multidão fizeram a tropa bater em retirada, obrigando Justiniano a negociar. No dia seguinte, Virgílio, confiando na promessa solene do imperador de que não lhe seria feito nenhum mal, concordou em voltar ao palácio de Placídia, mas logo foi feito prisioneiro, ficando impossibilitado de receber seus clérigos e sendo submetido a várias vexações."¹⁹

Virgílio conseguiu fugir do palácio-prisão e se refugiou na basílica de Santa Eufêmia, na Calcedônia. Veio outro período de negociações e "acidentes de percurso" (as tropas imperiais entraram em Santa Eufêmia e

prenderam os colaboradores do papa), ao final do qual o pontífice concordou em convocar um concílio ecumênico para dirimir a questão.

O concílio se reuniu em Constantinopla em 553. Virgílio não compareceu em protesto, pois os bispos ocidentais estavam sub-representados.

No final, os bispos presentes aprovaram as teses imperiais e censuraram os atos do papa.²⁰

Teodoro de Mopsuéstia, morto 125 anos antes, foi declarado "ímpio", "herege" e excomungado *post-mortem*. Os clérigos romanos que apoiavam o pontífice foram exilados ou presos.²¹ As conclusões do concílio foram impostas por lei, e os hereges que voltassem atrás da retratação seriam condenados à morte.²² A validade do II Concílio de Constantinopla ainda é reconhecida pela Igreja Católica e pela ortodoxa. Virgílio aprovou, com relutância, a Condenação dos Três Capítulos e morreu, talvez envenenado, no caminho de volta.²³

A nova confissão de fé, que deveria ter conciliado as várias almas da cristandade, acabou descontentando a todos. No Egito e na Síria, as Igrejas monofisistas prosseguiram em suas estradas. Muitos bispos, monges e clérigos católicos dissidentes foram presos e açoitados. O novo bispo de Roma, Pelágio, enfrentou a hostilidade geral dos cristãos de Roma e só pôde voltar à cidade com a ajuda das tropas imperiais.

Na Itália, chegou a haver um cisma: o bispo de Aquiléia se autoproclamou patriarca e deu vida, com outros bispos do norte da Itália e da Dalmácia, a uma Igreja autônoma que duraria mais de um século.²⁴

A heresia monotelista

O imperador do Oriente, Erácio (610-641), na tentativa de dar fim às disputas em torno da natureza de Cristo, que ainda dividiam e enfraqueciam a cristandade, enquanto a expansão árabe-islâmica já pressionava o Império, criou, junto com o patriarca de Constantinopla, Sérgio, uma nova doutrina, o monotelismo, imposto por lei.

De acordo com essa doutrina, Cristo tinha duas naturezas, divina e humana (fato sobre o qual não se insistia muito, para não desagradar os monofisistas), mas uma só vontade, a divina. O cerne da questão teológica estava em um campo capaz de encontrar adeptos tanto por parte dos

monofisistas quanto de seus adversários.

A doutrina monotelista foi aceita pelo papa Onório I, mas rejeitada por seus sucessores. Para os bispos e teólogos da Igreja de Roma, atribuir a Cristo apenas uma natureza divina significava reduzir a humanidade e, portanto, diminuir o valor da Paixão.

Essa decisão custou ao papa Severino o saque do Palácio de Latrão pelas tropas bizantinas, além do banimento de toda a corte papal de Roma.²⁵ Em 648, o imperador bizantino Constante II lançou um edito proibindo todas as contendas a respeito da vontade de Cristo.

O papa Martinho I reagiu condenando o edito imperial e excomungando o patriarca de Constantinopla, e também pagou por sua insubordinação: foi preso em 653 sob a acusação de conspirar contra o Império, levado a Constantinopla, arrastado pela cidade nu e acorrentado, preso e, finalmente, mandado para o exílio na Criméia, onde morreu em consequência das privações sofridas em 655.²⁶

Outro adversário do monotelismo, o monge grego Máximo, o Confessor, foi preso, torturado, mutilado e depois exilado.²⁷

Apenas em 681, com o VI Concílio Ecumênico de Constantinopla, encerraram-se as controvérsias sobre a posição do Filho na Trindade.

Os cristãos destroem imagens sacras

No século VII, os cristãos se dividem acerca da questão do culto das imagens e se inaugura um século de guerras, invasões militares, perseguições, revoltas populares.

De um lado, estão os mosteiros, donos de imensas riquezas, com grande apoio popular graças exatamente ao culto das imagens sacras. De outro, estão os iconoclastas, que condenam as imagens sagradas como ídolos e superstições.

Os imperadores do Oriente temem o poder e a influência dos mosteiros e, assim, se aliam aos iconoclastas. Quem se rebela contra a nova corrente é perseguido e morto. Nem os bispos de Roma, tão distante de Constantinopla, conseguem escapar. Enfrentam várias conjurações e até mesmo expedições militares.

Mas a frota mandada por Bizâncio para sujeitar o papa afunda em uma tempestade. Deus apóia o culto das imagens?²⁸

Iconoclastia

A iconoclastia (do grego *eikon*, imagem, e *klain*, quebrar) consiste em um amplo movimento que se desenvolveu nos territórios do Império Bizantino, após os sermões de Serapim de Laodiceia (cerca de 723). Os iconoclastas se remetiam às Sagradas Escrituras e, em particular, ao segundo dos dez mandamentos: "Não farás para ti ídolos nem figura alguma do que existe em cima, nos céus, nem embaixo, na Terra, nem do que existe nas águas, debaixo da terra..."²⁹

Os imperadores de Constantinopla, de imediato, apoiaram o movimento para ganhar a simpatia das comunidades orientais, próximas do invasor muçulmano, e para limitar o poder dos mosteiros.

No ano de 725, o imperador Leão III se declarou contrário à veneração das imagens e publicou algumas disposições que limitavam seu culto. Vários bispos orientais aderiram às diretivas imperiais, mas a oposição dos monges provocou, em Constantinopla e em outras cidades, revoltas populares reprimidas de maneira sangüinária.

A política iconoclasta dos imperadores de Constantinopla continuaria por mais de sessenta anos, período em que os adoradores das imagens seriam depostos, perseguidos, torturados e mortos sem piedade, e em que a questão das imagens teria servido de pretexto até para uma sangrenta guerra civil.

Em 786, a imperatriz Teodora convocou um concílio em Constantinopla, com a aprovação do papa, para restaurar o culto às imagens. A assembléia, no entanto, teve de ser dissolvida pela rebeldia de algumas tropas iconoclastas.

O concílio se reuniu depois em Nicéia, onde confirmou a validade do culto às imagens (787). Mas a iconoclastia seria recrudescida, primeiro durante o brevíssimo reinado de Constantino IV (deposto e cegado pela própria mãe, Irene), e depois, com maior estabilidade, sob o imperador Leão V, que subiu ao trono em 813, e seus sucessores. A adoração às imagens foi restaurada definitivamente em 843.

A iconoclastia deteriorou gravemente as relações entre o Império Bizantino e a Igreja de Roma. Os papas se opuseram orgulhosamente a essa doutrina e resistiram às reprovações de Constantinopla, que tentou em

vão submeter a Igreja latina através de conjurações, ataques-surpresa e expedições militares. As divergências entre o papa e o imperador acabaram afastando total e definitivamente a cidade de Roma do controle da administração bizantina.

UMA PEQUENA CRONOLOGIA

723 - Por volta desse ano, com os sermões de Serantapico de Laodicéia, ganha espaço entre os árabes uma doutrina que condena a adoração às imagens sagradas: em breve, a iconoclastia irá se propagar até Constantinopla.

726 - O imperador Leão III se pronuncia contrariamente à adoração às imagens e manda retirar a imagem de Cristo de cima da porta de bronze do palácio imperial. A ordem dá ensejo a um protesto popular duramente reprimido. Em Roma, o papa Gregório II condena o edito de Leão III e convida os fiéis da Igreja de Roma a não segui-lo.

727 - Aproveitando as divergências que opõem Gregório III e o imperador Leão III, e as rebeliões populares que eclodem em várias cidades bizantinas, o rei lombardo Liutprando ocupa Sutri e Ravena, levando o exarco (o governador) Escolástico a fugir. Sutri, depois, é cedida ao papa. Essa doação é por muitos considerada a certidão de nascimento do Estado Pontifício.

Em Roma, exércitos fiéis a Bizâncio tentam matar Gregório II, mas são derrotados pelo povo romano; o exarco Paulo tenta capturar o papa, mas sua tentativa fracassa com a oposição das milícias romanas.

728 - O exarco Paulo se dirige a Roma, mas é derrotado e morto pelos antiiconoclastas. No mesmo ano, Roma se rebela contra o novo exarco Eufíquio, nomeado pelo imperador Leão III, separando-se definitivamente de Bizâncio. Os bizantinos, no entanto, conseguem reconquistar Ravena e tentam ocupar Bolonha, mas são derrotados pelos lombardos. Liutprando, rei dos lombardos, por sua vez, como defensor da fé ortodoxa e do papado, toma dos bizantinos a cidade de Classe e vários territórios na Emília.

729 - Acordo entre o exarco Eufíquio e o rei lombardo Liutprando. Eufíquio ajuda Liutprando a sujeitar os duques de Spoleto e Benevento, que, até então, gozavam de uma quase completa autonomia, em troca de

auxílio para reconquistar Roma. Os dois exércitos, então, dirigiram-se a Roma, mas antes do ataque decisivo o papa Gregório II conseguiu convencer Liutprando a desistir da empreitada.

730 - Após o fracasso das tentativas com o clero contrário à iconoclastia, o imperador bizantino Leão III publica um edito em que ordena a destruição de todas as imagens cultuadas, depondo o patriarca Germano, que se recusa a aprová-lo. Para boicotar a igreja itálica antiiconoclasta, ele submete a Sicília e a Calábria à jurisdição do patriarcado de Constantinopla.

731 - O papa Gregório II se recusa a reconhecer Germano, o sucessor iconoclasta do patriarca de Constantinopla, mas pouco tempo depois falece. Sucedido por Gregório III, que de pronto condena a doutrina iconoclasta; mas os mensageiros encarregados de levar a decisão a Constantinopla são presos pelo comandante Sérgio na Sicília.

742 - O novo imperador Constantino V, em meio à campanha contra os árabes, é atacado e derrotado por seu cunhado Artavasde, que se proclama imperador, apresentando-se como o campeão da "adoração às imagens", e é coroado em Constantinopla. Enquanto o culto às imagens é restaurado na cidade, Constantino V foge e obtém o apoio incondicional de anatólicos e trácios.

743 - Constantino V retoma o poder pelas armas, manda cegar Artavasde e seus dois filhos, e se vinga de seus seguidores.

753 - O rei dos lombardos, Astolfo, impõe um tributo pessoal aos romanos, a título de protetorado. Sua recusa a suspender a aplicação do tributo leva o papa a solicitar o auxílio de Constantinopla para defender Roma, mas o imperador Constantino V se recusa a intervir. Com a ruptura da paz, os lombardos dirigem-se a Roma vindos de várias direções, para bloquear todas as vias de acesso à cidade. Diante do perigo lombardo, o papa envia um peregrino ao rei dos francos, Pepino, pedindo sua ajuda. Mas o rei Pepino não intervém, o papa deixa a Itália e, nos primeiros dias do ano seguinte, junta-se ao rei dos francos em Vetry.

754 - No palácio imperial de Hieria, na costa adriática do Bósforo, reúne-se um concílio de bispos favoráveis à iconoclastia ("sínodo acéfalo"), que condena a adoração das imagens. Após a assembléia, em toda parte

as imagens sagradas são destruídas e substituídas por pinturas de temas profanos. Os dissidentes são perseguidos sem tréguas.

756 - Astolfo mais uma vez cerca Roma. O papa manda outros embaixadores a Pepino, para pedir ajuda. Os francos descem até a península, derrotam o exército lombardo e impõem a Astolfo um novo tratado. O rei lombardo entrega o papa a Pentápolis e Comacchio e aceita pagar um tributo ao rei dos francos. Pepino dá ao pontífice os territórios, que se tornam oficialmente "patrimônio de São Pedro", recusando-se a aceitar o pedido dos embaixadores bizantinos que requeriam a restituição do exarcado de Ravena.

760 - Trezentos navios bizantinos chegam à Sicília para atacar a Península Itálica, enquanto a diplomacia de Constantinopla trabalha fervorosamente para isolar o papa.

767 - Em Constantinopla, a oposição à iconoclastia se reúne em torno do abade Estêvão de Auxentios, que, no entanto, é assassinado pelo povo, encorajado pelo imperador.

768 - Sérgio, filho de Cristóvão, no comando dos lombardos, monta acampamento na colina de Gianicolo. O papa Constantino é preso, e, para ocupar seu posto, é eleito o padre Felipe. Mas Cristóvão intervém e faz o povo romano expulsar Felipe, levando a uma nova eleição regular, na qual é escolhido Estêvão III. A eleição é acompanhada por novas desordens e uma série de vinganças.

775 - O imperador oriental Constantino V morre durante uma expedição contra os búlgaros. É sucedido pelo filho Leão IV, mais moderado e fortemente influenciado pela mulher, Irene, adepta do culto às imagens.

780 - A morte prematura de Leão IV leva ao trono seu filho, Constantino VI, de apenas 10 anos. A mãe, Irene assume a regência e se opõe vitoriosamente a uma tentativa de usurpação por parte dos tios paternos de Constantino, obrigando-os a se tornarem padres.

784 - Na igreja dos Santos Apóstolos em Constantinopla é aberto um concílio para restaurar a adoração às imagens, mas a intervenção dos soldados da guarda, em um primeiro momento, provoca a dispersão da assembléia. A imperatriz Irene afasta as tropas iconoclastas da capital com

o pretexto de uma campanha contra os árabes e chama para Constantinopla tropas trácias, fiéis ao culto às imagens.

786 - Inicia-se, na igreja dos Santos Apóstolos, em Constantinopla, um concílio para retomar a adoração às imagens, mas a intervenção dos soldados da guarda, em um primeiro momento, dissolve a assembléia. A imperatriz Irene então afasta as tropas iconoclastas da capital, com o pretexto de uma campanha contra os árabes, e convoca tropas trácias, fiéis ao culto às imagens, para ocupar Constantinopla.

787 - Finalmente é realizado em Nicéia um concílio convocado pela imperatriz bizantina Irene, que retoma definitivamente — não sem oposição — o culto às imagens.

790 - Eclode, em Constantinopla, uma grande divergência entre o imperador Constantino VI e sua mãe, Irene, que gera uma rebelião de iconoclastas contra a imperatriz, que, no entanto, consegue sufocá-la. Irene, então, tenta legalizar o próprio poder absoluto, apoiada pelas tropas da capital, mas a decisiva intervenção do exército da Ásia Menor proclama Constantino IV o único monarca.

797 - O imperador bizantino Constantino VI, que nesse meio-tempo ganhou o apoio dos ortodoxos e dos iconoclastas, morre após ter sido cegado por ordem de sua mãe, Irene, que se torna a única governante do Império. Irene é a primeira imperadora de Bizâncio e, para conservar a simpatia da população, concede isenções fiscais, em especial aos mosteiros, levando o sistema financeiro do Estado ao caos.

802 - Para resolver o problema da coroação do imperador Carlos por parte de Bizâncio, são enviados a Constantinopla embaixadores do papa e do imperador do Ocidente, com a missão de pedir a mão da imperadora do Oriente, Irene, de forma a unificar os dois territórios. Contudo, pouco tempo depois da chegada dos embaixadores, uma revolta palaciana depõe Irene, que é deportada para Prinkipos e, posteriormente, para Lesbos, onde morre.

815 - Depois da Páscoa, tem início em Constantinopla um sínodo que anula o Segundo Concílio de Nicéia e volta à iconoclastia, retomando as perseguições contra os fiéis ao culto das imagens.

820 - O imperador de Bizâncio, Leão, o Armênio, é morto por

seguidores de um antigo companheiro seu de armas, Miguel, o Armoriano, que ascende ao trono sob o nome de Miguel II. Durante seu reinado, as divergências religiosas têm um momento de trégua, já que ele proíbe qualquer discussão a respeito do culto às imagens.

829 - Sobe ao trono de Bizâncio o filho de Miguel II, Teófilo, último expoente da iconoclastia. Em seu reinado, a arte bizantina floresce notavelmente.

837 - João, o Gramático, tutor do imperador Teófilo e chefe dos iconoclastas, torna-se patriarca de Constantinopla e dá início a uma severa perseguição aos adoradores de imagens.

842 - Morre o imperador de Bizâncio, Teófilo, e a iconoclastia, já pouco popular, rui definitivamente.

843 - O patriarca João, o Gramático, é deposto em Constantinopla. Metódio é eleito para assumir seu lugar, e um sínodo realizado em março proclama solenemente a restauração do culto às imagens.

Nasce o Estado Pontifício

Pouco depois da morte de Justiniano, assentaram-se na Itália vizinhos inconvenientes para os bispos de Roma: os lombardos, que em várias ocasiões ocuparam boa parte da península.

Em 728, o rei dos lombardos, Liutprando, tentou tirar vantagem do conflito que opunha a Igreja de Roma e o Império Bizantino acerca da questão da iconoclastia e, sob o pretexto de defender o papa, invadiu os territórios bizantinos do exarcado de Ravena e da Pentápolis (composta por Rimini, Pesaro, Fano, Senigallia e Ancona).³⁰ No mesmo ano, doou à Santa Sé os castelos de Sutri, Bomarzo, Orte e Amélia (o episódio é conhecido como a "Doação à Santa Sé"). Os territórios em si não tinham grande valor estratégico, mas foram o primeiro núcleo do que depois se tornaria o Estado da Igreja.

Nas décadas sucessivas, entretanto, o reino lombardo se tornou uma ameaça concreta à independência de Roma. Assim, os papas solicitaram a ajuda dos francos, um povo germânico que vivia há séculos na antiga Gália.³¹ No biênio 755-756, o rei dos francos, Pepino, desceu à Itália a pedido do papa Estêvão II, derrotou os lombardos que sitiavam

Roma e presenteou a Igreja com Ravena, a Pentápolis e Comacchio. O ato do rei franco não foi uma doação desinteressada, e sim o pagamento de uma dívida. Alguns anos antes, na verdade, Pepirio era um simples ministro palaciano (o que hoje chamamos de "primeiro-ministro") do rei Quílderico III. Deu um verdadeiro golpe de Estado, com a aprovação prévia do papa. O próprio Estêvão II foi à Gália para coroá-lo rei, ungindo-o com óleo sagrado, em um rito tirado da Bíblia.³²

Carlos Magno, filho de Pepino, ampliaria os territórios daquilo que, para todos os efeitos, era um Estado, dando-lhe a forma que manteria por mais de um milênio.

As "Doações de Constantino"

Todos Os territórios tão generosamente presenteados por Pepino eram, na verdade, propriedade do imperador de Bizâncio, que, furioso, protestou contra o furto. Providencialmente, tirou do nada um antigo documento, nada menos que o testamento assinado do imperador Constantino I. De acordo com o documento, Constantino, curado da lepra graças à ajuda do papa Silvestre, já havia doado à Igreja de Roma não só os territórios reconquistados por Pepino, mas toda a Península Itálica e o primado sobre as igrejas metropolitanas de Antióquia, Constantinopla, Alexandria e Jerusalém. Eis a razão por que, em dado momento, Constantino se mudou para Constantinopla: porque dera Roma ao papa.

O documento, conhecido como "Doação de Constantino" era falso, mas por dois séculos todos o acreditaram verdadeiro, inclusive os adversários do papa. A doação justificaria o poder temporal do pontífice durante toda a Idade Média. Nos séculos seguintes, entre altos e baixos, a Igreja incrementaria suas posses e sua influência sobre a vida política européia.

Os papas Gregório VII (1073-1085) e Inocêncio III (1198-1216) chegariam a teorizar a teocracia, ou seja, a supremacia do poder da Igreja sobre o dos reis e imperadores. Só em 1440, o humanista Lorenzo Valia conseguiria provar definitivamente que a doação era uma fraude, em seu tratado *De falso credita et ementita Constantini Donatione*.

CAPÍTULO 5

Carlos Magno, as conquistas e os crimes

Carlos Magno (cerca de 742-814) era o filho primogênito de Pepino, o Breve, ungido rei pelo papa Bonifácio, na presença dos bispos francos. Em 754, ajoelhou-se diante do papa para reconhecer por completo sua condição de súdito e autoridade. O papa, em troca do gesto de submissão, o ungiu rei e lhe conferiu o título de patrono dos romanos.

Com a morte de Pepino, em 768, o reino foi dividido entre os filhos Carlos e Carlomano, que morreu três anos depois. O irmão, então, apossou-se de todo o reino franco, expulsando seus sobrinhos, que se refugiaram, junto com a mãe, no reino dos lombardos, na Itália.¹

Em 773, para socorrer o papado, tradicional aliado dos francos, Carlos desce à Itália para lutar contra os lombardos e toma toda a Planície Padana. Como causa direta da derrota militar, os súditos do duque lombardo de Spoleto e os habitantes de Ancona, Osimo, Fermo e Città di Castello se declararam súditos do papa.

Em 774, Carlos foi a Roma para a Páscoa, tendo sido triunfalmente recebido pelo papa e pelo povo. Nos anos seguintes, desceu mais duas vezes à Itália para conter a rebelião lombarda. Com as novas campanhas, apoderou-se do Friuli e sujeitou o duque de Benevento, destruindo, definitivamente, o domínio lombardo na Itália. Outra diretriz da expansão franca foi a Europa setentrional, dominada pelos saxões, contra quem Carlos se mostrou um conquistador impiedoso. Em 772, estabeleceu os primeiros antepostos em território saxão e mandou construir mosteiros para facilitar o trabalho dos missionários (os saxões eram pagãos). Era o primeiro passo de um conflito que duraria mais de vinte anos.

A guerra contra os saxões foi longa e cansativa: os exércitos francos penetravam os novos territórios, desmantelavam os acampamentos inimigos e construía fortificações.

Os saxões, por sua vez, reorganizavam-se e destruíam as fortalezas francas. Mas Carlos teimosamente reconquistava o terreno perdido, mandava reconstruir os antepostos e, quando podia, criava novos em posições mais avançadas. "Era um método extenuante de fazer guerra

[e que custa caro em termos de vidas humanas] e que não trazia grandes sucessos; mas, com o tempo, os recursos humanos e econômicos do invasor, altamente superiores, estavam destinados a prevalecer." (Alessandra Barbero, 2000, p. 56.)

"A submissão da Saxônia foi, em última análise, resultado de seu lento estrangulamento, com a construção de uma rede de bases fortificadas capazes de dar apoio umas às outras, de bloquear todos os rios, de mandar companhias de soldados devastarem os territórios inimigos, espalhando o terror e submetendo os habitantes, enquanto os fortes erguidos pelo inimigo eram tomados de assalto e destruídos, um após o outro, lentamente, mas de maneira eficaz." (Alessandra Barbero, 2000, p. 57.)

Oficialmente, a guerra se deu por questões fronteiriças, mas Carlos acrescentou a elas também motivações religiosas, como a proteção dos missionários cristãos e a conversão dos pagãos. O batismo forçado era imposto aos saxões que se rendiam, e os que não aceitassem eram condenados à morte.²

Em 782, eclodiu uma repentina e violenta rebelião saxônica. Os revoltosos exterminaram uma expedição militar enviada para dominá-los, matando ainda alguns colaboradores próximos de Carlos. O rei dos francos, em represália, entrou na Saxônia com um novo exército, obrigou as tropas rebeldes a se renderem e entregarem as armas e mandou decapitar 4.500 rebeldes em um único dia.³ A partir de então, Carlos Magno conduziu uma verdadeira guerra de devastação, que só terminou em 785, com a rendição dos saxões, assolados pela fome, e o batismo dos últimos líderes rebeldes.

Na mesma época, foi publicado o *Capitulare de partibus Saxoniae*, uma lei que punia com a morte quem ofendesse a religião cristã e seus sacerdotes. Dentre as "ofensas" punidas com a morte, havia faltas menores, como a não-observância do jejum de sexta-feira.⁴

Em 793, eclodiu a última grande rebelião dos saxões. Carlos, dessa vez, ordenou a deportação em massa da população das províncias rebeldes, substituída por colonos francos e escravos. Então, amenizou as medidas repressivas antipagãs e se reconciliou com os nobres saxões

sobreviventes.

A expansão franca também chegou à Espanha, que na época estava sob o domínio do emir árabe de Córdoba. Com a cumplicidade de alguns dignitários muçulmanos contrários ao emir, Carlos organizou duas expedições militares em 778 e 797. A primeira foi um fracasso, e, durante a retirada, a retaguarda das tropas imperiais foi massacrada pelos bascos. A segunda levou, em 799, à conquista de Vichy. Outras expedições de conquista ampliaram os domínios ibéricos dos francos, até que, em 810, o emir de Córdoba firmou um tratado de paz reconhecendo o domínio franco na Espanha setentrional.

Finalmente, falemos da expansão para o leste, na Panônia (atual Hungria). Aqui, Carlos lutou contra o povo pagão dos ávaros, contra quem lançou uma guerra de extermínio. Os historiadores da época falam de um número tão alto de vítimas que deixou a Panônia "deserta".⁵ Os territórios assim esvaziados teriam sido então ocupados por colonos francos e germânicos.

O papa agraciado com o milagre

Em 795, Leão III é eleito papa. Sacerdote de origem humilde e reputação duvidosa, era malvisto pela nobreza. O próprio Carlos duvidava de sua moralidade, tendo em vista que, em uma carta cumprimentando-o pela eleição, pedia que o novo bispo de Roma seguisse escrupulosamente os cânones e as Constituições dos Pais da Igreja; além disso, encarregava o abade Angilberto de garantir pessoalmente que o novo papa "vivesse honestamente".⁶ Em 799, Leão III fugiu durante uma revolta de nobres romanos e se refugiou na corte de Carlos. Nesse meio-tempo, espalhou-se o boato de que o pobre papa teve os olhos arrancados e a língua cortada. Essa era uma prática comum para os bizantinos, para tornar inofensivo um adversário político sem se manchar com o pecado do homicídio.

Na verdade, Leão III permaneceu incólume e contou que sua língua e seus olhos voltaram a crescer por milagre.⁷

Ao território de Carlos chegaram também os adversários do papa, que o acusaram de perjúrio e adultério. Carlos entregou a questão a uma espécie de comissão de eruditos que devia avaliar a veracidade das

acusações contra o pontífice. Um dos integrantes, o bispo Arno de Salisburgo, personalidade de prestígio e acima das partes, enviou à corte um verdadeiro relatório, cujas conclusões não deviam ser muito favoráveis ao papa. Tanto que Alcuíno, conselheiro de Carlos, destruiu o documento e respondeu ao prelado usando o famoso lema evangélico: "Quem não tiver pecado, que atire a primeira pedra."⁸ No final, Carlos decidiu tomar partido do papa e o mandou de volta a Roma escoltado por um exército. Pouco depois, em 23 de novembro de 800, ele mesmo dirigiu-se a Roma e foi recebido triunfalmente pelo clero.

Em 1º de dezembro, "Carlos, agindo como um novo Constantino, inaugurou os trabalhos do concílio que, na basílica vaticana, deveria se pronunciar a respeito das acusações feitas ao papa. Àquele ponto, no entanto, todos sabiam que se tratava de um processo político e que Leão sairia dele ileso: a assembléia confirmou que, tecnicamente, ninguém poderia julgá-lo e permitiu que se desculpasse das acusações, jurando solenemente sobre os Evangelhos a própria inocência, o que o papa tratou logo de fazer" (Barbero, 2000, p. 101). Leão III até hoje é adorado pela Igreja Católica como santo.

Em 23 de dezembro, Leão prestou o juramento de purificação relativo às acusações que lhe foram impostas, e seus adversários foram exilados.

Dois dias depois, durante a missa da noite de Natal, Leão III coroou Carlos Magno imperador e "augusto" do Sacro Império Romano. O círculo se fechava: por um lado, o papa cortava qualquer relação com o Império Bizantino (que considerava Roma sua extensão) e criava para si um imperador sob medida, com quem seria muito mais fácil se entender e de quem seria ainda mais fácil obter ajuda. Por outro lado, Carlos se tornava o verdadeiro chefe da cristandade no Ocidente e via formalmente legitimado e justificado o poder que já detinha de fato. Carlos (como Constantino antes dele) entendeu perfeitamente a formidável função agregadora e de instrumento de domínio espiritual que o cristianismo tinha em uma Europa ainda desunida e com as fronteiras ainda ameaçadas pelas populações "bárbaras" pagãs. Por essa razão, antes de ser coroado imperador, adotara uma política decisiva de cristianização dos povos a ele

submetidos.

"Em seus cabeçalhos, se intitulava 'por graças de Deus e por concessão de sua misericórdia, rei e reitor do reino dos francos e devoto defensor e humilde servo da Santa Igreja, mas não nos deixemos enganar por seu tom.

A ajuda que o rei dava à Igreja consistia em nomear os bispos e abades, em vigiar severamente seu comportamento e reuni-los em concílio quando julgasse oportuno, determinando pessoalmente a ordem do dia e promulgando as conclusões; todas as responsabilidades que acostumamos a ver ligadas ao papa." (Barbero, 2000, p. 107.)

Para administrar e controlar melhor o Império, Carlos dividiu seu amplo domínio em reinos, por sua vez fragmentados em uma série de pequenos distritos chamados condados. Cada condado era entregue a um conde, que centralizava os poderes militar, judiciário e econômico. Nas regiões de fronteira, por razões militares, os condados eram reagrupados em unidades maiores, os marquesados, sob o governo de marqueses ou duques, onde sobreviviam os títulos lombardos. Um grande número de funcionários imperiais, os *missi dominici*, em geral eclesiásticos, viajavam de um condado a outro levando as ordens do imperador e controlando o trabalho dos vassalos.⁹

Carlos morreu em 814. Seu império duraria menos de um século, esfacelado pelas guerras entre seus sobrinhos e pelas ambições dos grandes feudatários.

Os súditos de Carlos

Quem pagava a conta das campanhas de Carlos? Quando lemos a respeito de exércitos em marcha e campanhas de conquistas que duraram anos, temos que pensar que, na época, as tropas não levavam seus provimentos consigo, tomando das populações locais tudo aquilo que precisavam: comida, cavalos, bois, forragem para os animais, lenha para o fogo etc. A passagem de um exército tinha como consequência quase inevitável devastações e escassez.

Na Itália arrancada dos lombardos, por exemplo, a escassez tinha chegado a níveis tais que muitos venderam seus terrenos a preços ínfimos e chegaram a vender a si mesmos e as próprias famílias como

escravos aos mercadores gregos, embarcando em seus navios. O fenômeno atingiu proporções tamanhas que alarmou o papa e o próprio Carlos. Tanto que, no final, o imperador decretou uma lei extraordinária anulando a redução à condição de escravo e as alienações realizadas em estado de necessidade.¹⁰

Mas também em tempos de paz, para os povos conquistados, tornar-se súdito dos francos não devia ser grande negócio. Todos os súditos, aos 12 anos, deviam fazer um juramento de fidelidade ao imperador, que dizia expressamente que o fiel devia servir a Deus, obedecer aos mandamentos da Igreja, prestar serviço militar e, dependendo de sua situação econômica, pagar os impostos. Além dos tribunais ordinários, existiam os episcopais, para os crimes de natureza religiosa.

Os funcionários e os exércitos que os vigiavam a mando do imperador tinham o direito de se hospedar onde quisessem e requisitar cavalos, animais, carros, forragem e comida. Teoricamente, tais obrigações recaíam sobre todos os súditos livres, mas, na verdade, os mais prejudicados eram os pobres.¹¹ Muitas vezes, condes, duques e marqueses criavam, por iniciativa própria, impostos e serviços obrigatórios, ainda que a lei, teoricamente, proibisse isso.

Uma reclamação de alguns súditos istrianos, que antes se submetiam ao Império Bizantino, expressa bem a idéia do nível de vexações às quais eram submetidos: "Na época dos gregos, nunca pagamos pela forragem;¹² nunca trabalhamos de graça nas empresas públicas; nunca alimentamos os cães; nunca coletamos impostos, como fazemos agora; nunca pagamos pela matéria-prima, como fazemos agora, entregando todos os anos ovelhas e carneiros; e ainda devemos prestar o serviço de transporte até Veneza, Ravena, na Dalmácia, e ao longo dos rios, o que nunca fizemos antes. Quando o duque precisa partir para a guerra do imperador, pega nossos cavalos e leva consigo a força de nossos filhos, fazendo-os guiar os carros e depois tomando-lhes tudo e mandando que voltem para casa a pé; e nossos cavalos ficam lá na França ou são entregues a seus homens. Na época dos gregos, entregávamos, por ano, se necessário para os ritos imperiais, uma ovelha a cada cem, quem as tivesse; agora, ao contrário, quem tem mais de três

deve entregar uma por ano. E fazemos todas essas prestações e pagamentos à força, porque nossos pais nunca os fizeram; e nossos parentes e vizinhos riem de nós em Veneza e na Dalmácia, assim como os gregos, que nos governavam antes." (Barbero, 2000, p. 215.)

Mas os bravos súditos istrianos também reclamaram das autoridades eclesiásticas: "Primeiro, a Igreja pagava metade de todos os impostos recolhidos para o Império, agora não mais. No mar público, onde todo o povo pescava junto, não ousamos mais pescar, pois os homens da Igreja nos pegam a pauladas e cortam nossas redes." (Barbero, 2000.)

Carlos Magno santo

Depois de sua morte, nasceu um verdadeiro culto à imagem de Carlos. Em 1165, Frederico Barba-Ruiva mandou sua "criatura", o antipapa Pascoal III, santificá-lo oficialmente.

Parece que já naquela época alguns eclesiásticos levantavam o problema de sua vida particular, por nada irrepreensível, dividida entre massacres promovidos por vingança e uma enorme quantidade de concubinas (e não se entende bem qual dos dois pecados era considerado o mais grave). Até hoje, a *Bibliotheca Sanctorum*, texto oficial da Igreja Católica, mostra algum constrangimento ao delinear sua biografia:

A vida particular de Carlos foi absolutamente deplorável, e não se podem decerto esquecer dois repúdios e muitas concubinas, nem os massacres justificados apenas pela vingança ou a tolerância para com a liberdade dos costumes da corte. Não faltavam, contudo, indícios de sua sensibilidade para a culpa em um período predominantemente rude e corrupto. Seu biógrafo Eginardo informa que Carlos não gostava dos jovens, muito embora convivesse com eles, e embora sua vida religiosa pessoal nos seja desconhecida, sabemos que fazia questão de observar os ritos litúrgicos que mandava celebrar especialmente em Aquisgrana (atual Aachen) com honras suntuosas.¹³

Hoje, o culto a Carlos Magno é celebrado oficialmente apenas na diocese de Aachen e é "tolerado por indulto da Santa Congregação dos Ritos" também em Metten e Münster.¹⁴

A corrupção do poder: a pornocracia romana

Observando a solenidade e a retidão dos conclaves atuais, é difícil imaginar que, nos primeiros séculos do cristianismo, as eleições dos bispos de Roma acontecessem em um clima bem diferente: com brigas, confrontos em praça pública, contestação de resultados, eleições de contrabispos. Quando o cristianismo se tornou religião de Estado, e o cargo de bispo de Roma passou a ser um dos mais cobiçados do Império, as lutas entre as facções dos candidatos rivais, por vezes, chegaram a níveis sangrentos. Durante a eleição episcopal de 336, por exemplo, os confrontos entre os que apoiavam Damaso, de base popular, e os que apoiavam seu rival Ursino, a aristocracia, deixaram um saldo de 136 mortos em um único dia. O próprio Damaso, eleito papa, foi intimado para responder no tribunal pela acusação de homicídio, mas foi absolvido.¹⁵

Osséculos seguintes presenciaram uma situação aparentemente paradoxal: o papado aumentava cada vez mais seu poder e sua influência, pelo menos no Ocidente. Mas justamente por isso, muitos tinham interesse em colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança. Nobres romanos, grandes senhores feudais itálicos, prelados ambiciosos, imperadores legítimos e seus rivais... cada um jogava com as próprias cartas, que podiam ser intriga, homicídio, revoltas populares ou invasões militares. Nos 130 anos entre a eleição de João VIII (873) e a morte de Silvestre II (1003), houve 33 papas mais quatro antipapas. Dez deles morreram assassinados. Muitos foram presos ou exilados. Poucos governaram por muito tempo, muitos ficaram menos de um ano ou até poucos dias. Nobres romanos e grandes senhores feudais itálicos, imperadores legítimos e seus rivais: todos procuravam colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança.

Talvez isso possa explicar o que os historiadores chamam de período da pornocracia (ou seja, do "governo das prostitutas"),¹⁶ um dos mais negros da história da Igreja.

De fato, por décadas, o poder de Roma esteve nas mãos das mulheres da poderosa família Teofilatto, que teve grande influência sobre a vida pública e o papado, utilizando como instrumento de poder qualquer meio à sua disposição, incluindo os ilícitos e imorais. Aqui nos limitaremos a

narrar as saliências de alguns papas cuja conduta pode ser definida como licenciosa.

João VIII foi envenenado em 882, mas como o veneno não surtiu o efeito desejado, seus inimigos acabaram quebrando-lhe a cabeça a golpes de martelo. Um de seus adversários era Formoso, que se tornou papa em 891. Seu sucessor, Estêvão VI (896-897), que pertencia a uma facção oposta, exumou seu corpo em putrefação, para que fosse julgado e condenado por um concílio, mandando jogá-lo nas águas do Tibre. Estêvão, por sua vez, foi preso e estrangulado.

Leão V e o antipapa Cristóvão foram destronados, presos e assassinados. Sérgio III (904-911) foi amante de Marozia Teofilatto, mulher do conde Alberico di Tuscolo, com quem teve até um filho, o futuro papa João XI (931-935). João X (914-928), inicialmente apoiado por Marozia, demonstrou-se independente demais da família Teofilatto e acabou preso e sufocado com um travesseiro.

É provável que o poder ilimitado de Marozia tenha dado vida à lenda da papisa Joana, que presumivelmente nasceu da sátira antipapal. De acordo com a lenda, uma mulher vestida com roupas masculinas foi eleita para o trono de Pedro em 17 de julho de 855. A papisa, entretanto, ficou grávida e, durante uma procissão, no meio da multidão, caiu de quatro e começou o trabalho de parto. Revelada a verdadeira identidade "do papa", a multidão enfurecida esquartejou Joana. A lenda fez com que nenhum outro papa passasse por aquele caminho e que o sucessor da papisa retirasse o nome de sua predecessora dos registros históricos.

Voltando a Marozia, nesse meio-tempo ela havia atizado a multidão de Roma contra o próprio consorte Alberico, que foi linchado, deixando-a, assim, viúva e livre para se casar com o conde Guido, da Toscana.

Em 931, o filho de Marozia torna-se o papa João XI. Este, aliado ao meio-irmão Alberico (filho do conde linchado pela multidão), mandou prender a mãe e expulsou de Roma seu terceiro marido, o rei da Itália, Ugo. Foi instaurada na cidade uma república aristocrática. O pontífice morreu na prisão em 936.

O ano de 955 presenciou a eleição de João XII, de 20 anos (955-

964, primeiro papa a alterar o nome de batismo), filho daquele Alberico que se tornou o chefe de Roma. João era um jovem apaixonado por festas e pela caça, e totalmente alheio à liturgia. Ele transformou São João de Latrão em um bordel e foi acusado de adultério e fornicação. Foi durante seu pontificado que o imperador Otone I sancionou o *Privilegium Othonis*, ou seja, o direito do imperador de ratificar a eleição dos papas e exigir sua fidelidade. Deposto por Otone, substituído pelo antipapa Leão VIII, João retomou a posse do trono pontifício em 864. Morreu no mesmo ano (talvez assassinado), na cama de uma mulher casada.

As décadas seguintes viram a luta entre a facção imperial e aquela ligada à nobreza romana. Várias vezes a cátedra de Pedro ficaria vaga ou seria reivindicada contemporaneamente por dois ou mais rivais.

Em 965, João XIII foi expulso de Roma por uma revolta de nobres e recolocado no trono por Otone I. Em 974, Bento VI foi preso no Castelo de Sant'Angelo pela facção romana antigermânica e estrangulado no cárcere. João XIV também morreu no cárcere (984), talvez morto pelo fio de uma espada, talvez de fome. João XV foi exilado e recolocado no trono pelo imperador Otone III. O antipapa Bonifácio VII morreu envenenado em 984, e seu cadáver nu não foi enterrado. O antipapa João XVI foi torturado por soldados imperiais e trancado em um mosteiro, onde morreu em 998.

Em 996, o imperador Otone III, então com 16 anos, foi a Roma e fez seu primo de 23 anos ser eleito papa, sob o nome de Gregório V. Assim que Otone partiu, uma nova rebelião eclodiu em Roma, o papa foi expulso, e foi eleito um antipapa, João XVI. O imperador então voltou a Roma, mandou mutilar o antipapa e decapitou Crescêncio, líder da facção antigermânica. E a história poderia continuar...

Na metade do século XI, o papado chegou a seu ponto de decadência máxima com Bento IX (1032-1045). Contam que ele viveu da maneira mais libertina possível, ainda que, do ponto de vista teológico, fosse extremamente ortodoxo. Foi expulso de Roma por um breve período de tempo e substituído por Silvestre III. Mesmo voltando em abril de 1045, após expulsar o usurpador, Bento abdicou em maio, quiçá para se casar, vendendo seu pontificado a João Graciano, seu padrinho (provavelmente

por 1.000 talentos de ouro), que se tornou o papa Gregório VI. Talvez arrependido da venda, Bento voltou a Roma três anos depois, para reivindicar o trono de Pedro. O imperador Henrique III desceu à Itália em 1046, para dirimir a controvérsia acerca do papado. Na verdade, três pontífices eleitos (o demissionário Bento IX, Gregório VI e Silvestre III) lutavam ao mesmo tempo pelo cargo de bispo de Roma.

Henrique III convocou, em Sutri, um concílio que depôs tanto Gregório VI quanto o rival Silvestre III (em seguida, um sínodo em Roma depôs também Bento IX) e fez eleger o bispo saxão Clemente II, que, no Natal, o coroou imperador. Mas a intervenção pacificadora do imperador tinha um preço: o controle imperial sobre o papado (ao menos em teoria) tornou-se absoluto.¹⁷

CAPÍTULO 6

As Cruzadas: duzentos anos de guerras, roubos e crimes em nome de Deus

Jerusalém caiu nas mãos dos infiéis e precisava ser libertada. "Deus quer" era o lema dos cruzados. Seguiram-se ao menos duzentos anos de guerras para libertar os lugares sagrados. Duzentos anos de guerras inúteis: no final, Jerusalém permaneceu nas mãos dos muçulmanos. As Cruzadas deterioraram irremediavelmente as relações entre o Oriente ortodoxo e o Ocidente católico e, em última análise, facilitaram a expansão turca.¹

A ameaça turca e o apelo à Cruzada

Em 1070, os turcos, povo de origem muçulmana, conquistaram Jerusalém, a cidade sagrada dos cristãos, meta de peregrinação de vários deles. Na verdade, havia séculos que Jerusalém estava sob o domínio dos árabes, que toleravam, no entanto, a presença cristã.

Na primeira metade do século XI, as relações diplomáticas entre os dominadores árabes da cidade e o Império Bizantino eram bastante cordiais. Mas os novos conquistadores turcos, além de tornarem mais difícil a peregrinação, representavam uma ameaça à incolumidade do Império Cristão do Oriente e à própria Europa.

Em 1095, o papa Urbano II, respondendo ao pedido de ajuda do imperador bizantino ameaçado pela invasão turca, convidou todo o Ocidente a intervir militarmente. Aos voluntários da Igreja, prometia a delação do pagamento dos débitos, a anulação de eventuais condenações penais, a remissão dos pecados com as indulgências plenárias e outros prêmios.

De acordo com cronistas da época, o discurso do papa foi: "Ricos e pobres deveriam igualmente partir, deveriam parar de se matar uns aos outros e, em vez disso, lutar uma guerra justa, realizando a obra de Deus; e Deus os guiaria. Quem morresse em combate receberia a absolvição e a remissão dos pecados.

Aqui, a vida era miserável e malvada com homens que se entregavam até destruir o próprio corpo e a própria alma; aqui, eles eram pobres e infelizes, lá, seriam felizes, ricos e verdadeiros amigos de Deus."

(Runciman, 1996, p. 94.)

Os europeus logo se lançaram ao feito, convencidos de que a conquista dos países mediterrâneos orientais seria fácil, pois era sabido que o domínio turco estava despedaçado em emirados hostis entre si, exatamente como os senhores feudais da Europa.

Os bizantinos logo se dissociariam dos feitos dos cruzados, seja porque estes, durante sua passagem, saquearam também cidades cristãs, seja porque a idéia de uma "guerra santa" com tantos bispos, abades e monges armados de tudo era estranha à sua mentalidade.

A Cruzada dos "Mendigos"

O apelo do papa Urbano II obteve, ao menos de início, uma resposta bem morna por parte dos soberanos e dos grandes senhores feudais, mas, ao contrário, uma adesão entusiasta, superior às previsões, nas classes mais baixas. Pregadores que viajavam pela Europa anunciando a Cruzada obtinham muito sucesso junto aos aventureiros, homens de armas miseráveis e camponeses famintos que sonhavam em mudar de vida.

A Primeira Cruzada (1096-1099) foi chamada a dos "mendigos", pois era composta principalmente por pessoas muito pobres e famílias camponesas provenientes, na maioria, da França, Alemanha e Itália, que esperavam encontrar no Oriente a liberdade da opressão dos senhores feudais e novas terras onde se estabelecer.

Por volta de 20 de abril de 1096, antes mesmo que a Cruzada "oficial" estivesse pronta, um exército de vinte mil pessoas guiadas pelo monge e pregador Pedro, o Eremita, partiu de Colônia. Sem provisões ou dinheiro, os cruzados, durante sua longa viagem, realizavam pilhagens. Ao chegar à cidade húngara de Zemun, um tumulto iniciado por uma discussão banal se transformou em uma verdadeira batalha. Os cruzados atacaram a cidade, saquearam-na e mataram quatro mil húngaros (todos cristãos), e por isso fugiram às pressas com medo da chegada do exército. Em seguida, destruíram um contingente militar de turcos fiéis ao imperador e saquearam e incendiaram Belgrado.

Ao chegar aos arredores da cidade servia de Nis, os seguidores de Pedro provocaram outros incidentes, obrigando as tropas do

governador cristão Nicetas a lutar contra eles. Muitos cruzados foram trucidados, outros foram presos (incluindo mulheres e crianças) pelo resto da vida.² Após muitas travessias, os sobreviventes finalmente chegaram a Constantinopla. O imperador Aleixo I Comneno perdoou os cruzados pelos crimes cometidos e convidou Pedro para uma audiência na corte.

"Aleixo, com sua experiência, julgava a expedição muito pouco eficaz e temia que, se passasse pela Ásia, fosse destruída pelos turcos. Por outro lado, a indisciplina dos peregrinos o obrigou a afastá-los o quanto antes dos arredores de Constantinopla. Os ocidentais cometiam furtos sem fim, faziam irrupções em palácios e nas cidades dos subúrbios, roubavam até o chumbo dos telhados das igrejas." (Runciman, 1996, p. 112.)

Em 8 de agosto, os cruzados foram embarcados para além do estreito de Bósforo. Durante sua breve campanha, abandonaram-se a ferozes saques, massacrando e torturando até mesmo os habitantes cristãos da área. Dizem que alguns cruzados chegaram a assar crianças em espetos.

Mas nos primeiros grandes combates militares contra o exército turco, os "mendigos" foram exterminados. Alguns se salvaram renunciando ao cristianismo; outros, mulheres e crianças, foram poupados por terem bela fisionomia e foram vendidos como escravos. A última bandeira dos sobreviventes foi salva por uma expedição de socorro bizantina.

A expedição de Pedro não foi a única do tipo "faça você mesmo". Outras cruzadas menores partiram na mesma época. Por exemplo, Gautier Sans-Avoir, um pequeno dono de terras francês, partiu de Colônia com alguns milhares de seguidores poucos dias antes de Pedro e entrou nos territórios do Império Bizantino, encontrando as autoridades totalmente despreparadas para sua chegada. Em Belgrado, pilhou os campos próximos e lutou contra a guarnição da cidade, saindo vencedor. Muitos cruzados foram mortos em combate, outros foram queimados vivos dentro de uma igreja. O exército de Gautier foi seguido e escoltado até Constantinopla, onde se juntaria ao de Pedro, o Eremita, dividindo com ele o destino trágico.

Os judeus e a Cruzada do Pato Sagrado

O clima geral de hostilidade para com os infiéis muçulmanos não

podia não atingir outra categoria de infiéis presentes na Europa havia mais de um milênio: os judeus.

"Para um cavaleiro, era caro se equipar para uma Cruzada, e [...] precisava pedir dinheiro emprestado aos judeus. Mas era justo que, para lutar pela cristandade, fosse necessário cair nas garras da raça que crucificara Cristo? O cruzado mais pobre muitas vezes já tinha dívidas com os judeus: era justo que fosse impedido de cumprir com seu dever cristão em razão de obrigações com alguém que pertencesse àquela raça ímpia? A pregação evangélica da Cruzada evidenciava particularmente Jerusalém, local da crucificação, e inevitavelmente chamava a atenção para o povo que havia feito Jesus Cristo sofrer. Os muçulmanos eram os inimigos do momento [...] mas os judeus com certeza eram piores, pois haviam perseguido o próprio Cristo." (Runciman, 1996, p. 121.)

As várias comunidades judaicas da Europa, por volta de 1095, estavam muito alarmadas: começava a circular um boato de perseguição e massacres contra elas. Dizia-se que o próprio Godofredo de Bulhão (futuro "libertador" de Jerusalém) tinha jurado vingar a morte de Cristo com o sangue dos judeus. Assim, as comunidades judaicas de Colônia e Magonza lhe ofereceram uma contribuição espontânea de mil moedas de prata para financiar a Cruzada. Godofredo agradeceu de bom grado e acalmou os doadores a respeito de suas intenções.

Pedro, o Eremita, pediu aos judeus franceses uma carta de apresentação convidando a comunidade judaica de toda a Europa a acolhê-lo e a abastecer seus seguidores com todas as provisões que tivessem pedido. Se não concordassem, seria difícil segurar seus homens... Obviamente, o pedido foi atendido.

O imperador Henrique IV, por sua vez, mandou os grandes senhores feudais garantirem a incolumidade de todos os judeus em suas terras.

Mas essas boas intenções não interromperam o massacre. Em abril de 1096, o conde alemão Emich de Leinsingen, já conhecido no passado por seus atos de vandalismo, fingiu ter ganhado os estigmas e se fez cruzado, reunindo um exército que contava com alguns nobres e vários peregrinos entusiastas. Entre eles, havia um pato e uma dezena de

seguidores, convencidos de que o animal era inspirado diretamente por Deus e que os conduziria sem parar até a Terra Santa.

Emich resolveu inaugurar sua cruzada no dia 3 de maio, com um ataque contra a comunidade judaica de Spira. Mas os judeus de lá pediram proteção ao bispo, proteção esta que, obviamente, custou caro, e assim os cruzados conseguiram trucidar "apenas" 12 deles, que haviam se recusado a abjurar, além de uma mulher que se suicidou para fugir do estupro. Alguns assassinos foram depois capturados pelas forças do bispo e tiveram as mãos arrancadas.

Em Worms, os cruzados, juntamente com alguns habitantes e camponeses locais, conseguiram fazer melhor. Dezenas de judeus foram mortos pelas ruas. Não satisfeitos, os fanáticos invadiram o palácio do bispo e massacraram outros cinquenta judeus lá refugiados.

Em Magonza, os seguidores de Emich encontraram as portas da cidade fechadas por ordem do arcebispo Rothard. Mas, após alguns tumultos anti-semitas, alguns cidadãos abriram as portas para deixar os "peregrinos" entrarem. Os judeus, sitiados na sinagoga, enviaram doações em dinheiro ao arcebispo e ao senhor laico local para que os hospedassem em seus respectivos palácios, além de sete libras de ouro ao próprio Emich, que prometeu poupar a cidade, mas foi dinheiro jogado fora. Emich atacou de surpresa o palácio episcopal, provocando a fuga de Rothard e de sua corte, e trucidou todos os judeus lá refugiados. Depois, ateou fogo ao palácio do protetor laico, obrigando os ocupantes a evacuá-lo. Muitos judeus salvaram a vida renegando a própria religião. Todos os outros foram mortos. Alguns dos que haviam abjurado se mataram por remorso. Um deles incendiou a sinagoga, para que não fosse profanada. O rabino Calonymos se refugiou com cerca de cinquenta companheiros em Rudesheim, onde o arcebispo aproveitou a situação para tentar convertê-lo. O rabino reagiu com um gesto que custou a vida dele e de seus seguidores. O balanço final do massacre de Magonza foi a morte de pelo menos mil judeus.

Depois de Magonza, foi a vez de Colônia. Aqui, os judeus já haviam fugido ou estavam escondidos nas casas de cristãos conhecidos. Emich precisou se contentar em queimar a sinagoga e trucidar um casal de

judeus que não quis abjurar. A intervenção do arcebispo impediu outros assassinatos. A esse ponto (estamos em 2 de junho), Emich decidiu finalmente deixar a Renânia e continuar sua viagem em direção à Terra Santa. Um grupo de seguidores o abandonou e continuou o que poderíamos chamar de "cruzada anti-semita" nos vales do Mosel. Em Treviri, o grosso da comunidade judaica se refugiou no palácio do arcebispo, mas alguns, em pânico, jogaram-se no rio e se afogaram. Em Metz, foram mortos 22 judeus. Os cruzados então voltaram a Colônia, de onde partiram para massacrar os judeus de várias outras localidades e depois se dispersaram.

Alguns voltaram para casa, outros se uniram à cruzada oficial de Godofredo de Bulhões.

No entanto, Emich e o grosso da tropa haviam entrado na Hungria, onde não foram bem acolhidos. Após uma série de embates, seu exército foi destruído quase por completo. Tendo por sorte se salvado, ele voltou para casa, onde pequenos senhores feudais se uniram às expedições seguintes. "O esfacelamento da cruzada de Emich [...] impressionou profundamente a cristandade ocidental. Para muitos bons cristãos, pareceu um castigo infligido do alto aos assassinos dos judeus; outros, que consideravam insensato e iníquo todo o movimento cruzado, viram nos desastres a aberta desaprovação de Deus." (Runciman, 1996, p. 126.)

Outras cruzadas anti-semitas foram as guiadas por Volkmar (um discípulo de Pedro, o Eremita) e por Gottschalk. Volkmar, que perseguira cerca de dez mil homens, no dia 30 de junho massacrou os judeus de Praga. Suas fileiras então foram feitas em pedaços pelo exército húngaro. Gottschalk, que tinha um exército um pouco mais numeroso, se distinguiu pelo massacre dos judeus de Ratisbona. Chegando à Hungria, primeiro foi tratado com benevolência; então, quando seus homens deram início aos saques e empalaram um jovem do local, as tropas húngaras obrigaram os cruzados a entregar as armas e os atacaram, matando do primeiro ao último.

A Cruzada dos Príncipes e dos Cadetes

A primeira Cruzada "oficial", que partiu também em 1096, era composta de cavaleiros bem armados e bem equipados, como

Godofredo de Bulhões e seu irmão Balduíno. Em sua maioria, eram cavaleiros cadetes, ou seja, nobres sem terras que perderam o direito de sucessão e eram particularmente ambiciosos e ávidos por terras. Muitos deles já tinham trabalhado como mercenários, alguns até como piratas.

Estes cruzados também, como seus antecessores "mendigos", tiveram alguns acidentes de percurso durante a viagem. Por exemplo, Balduíno, em Constantinopla, capturou sessenta pechenegues que tentavam frear os roubos dos cruzados e matou vários outros. O próprio Godofredo teve desentendimentos com as tropas imperiais de Bizâncio, até que cedeu e aceitou jurar fidelidade ao imperador.

Um ramo da cruzada, que havia seguido outro caminho, encontrou um vilarejo de hereges paulicianos na estrada e queimou as casas com os moradores dentro.

De qualquer forma, os cruzados provaram seu valor no campo de batalha. Conquistaram Nicéia (durante o ataque, os soldados cristãos cortaram as cabeças de muitos cadáveres inimigos e jogaram-nas do outro lado das muralhas, para enfraquecer o moral da guarnição turca), que se entregou, no entanto, às tropas bizantinas, evitando um provável massacre. Em seguida, expugnaram Tarso, e aqui começaram seus desentendimentos. A cidade fora "libertada" pelos cavaleiros de Tancredo, mas Balduíno, chegando com um exército mais numeroso, obrigou-os a ir embora e deixou do lado de fora das muralhas um destacamento de trezentos cavaleiros vindos nesse meio-tempo para ajudar os homens de Tancredo.

Apesar das súplicas, Balduíno não os deixou entrar, e os cavaleiros foram todos massacrados durante a noite pelas forças turcas que corriam pelos campos.

Depois de Tarso, foi a vez de Edessa, cidade habitada na maioria por armênios cristãos, onde os cruzados fundaram seu primeiro estado. Aqui, Balduíno deixou que uma revolta local matasse o governador legítimo, Thoros, que o havia adotado como um filho em uma cerimônia pública, e transformou a cidade em um condado de seu domínio. A seguir, utilizou o tesouro de Edessa para comprar em dinheiro o emirado de Samosata, ocupando a cidade de Saruj em nome do príncipe muçulmano

Barak (na prática, ele havia se tornado um mercenário pago por um "infiel"), mas a tomou para si.

Em Antióquia (conquistada graças à traição de um oficial armênio), os cruzados não pararam até terem assassinado o último turco, fosse ele homem ou mulher. Fala-se de milhares de mortos. Na confusão, também foram mortos muitos cristãos. Todas as casas dos cidadãos, cristãos ou muçulmanos, foram pilhadas. Grande parte das riquezas, das provisões e das armas encontradas foi inconscientemente destruída.

O cavaleiro Boemundo, futuro príncipe da Antióquia, comprou a cabeça do emir Yaghi-Siyan, que um camponês lhe levava como troféu de caça. "Não se podia andar na rua sem pisar em um cadáver, e todos logo entravam em putrefação no calor do verão, mas Antióquia era cristã de novo." (Runciman, 1996, p. 202.)

Outro massacre aconteceu na cidade de Maarat an-Numan. Quando entraram, os cruzados mataram todos que encontraram e saquearam e incendiaram as casas. Boemundo prometera incolumidade a todos que se rendessem e se refugassem em uma grande sala próxima da porta principal. Mas as coisas não aconteceram bem assim: os homens foram trucidados, e as mulheres e as crianças foram vendidas como escravos.

O massacre, de Jerusalém

O filme se repete, mas em maiores dimensões, entre 14 e 15 de julho de 1099, com a conquista de Jerusalém. Os únicos muçulmanos a se salvarem foram o emir Iftikhar e seus homens, pois foram escoltados por Raimundo de Toulouse para fora da cidade, em troca de uma polpuda soma em dinheiro. Todos os outros foram trucidados.

"Os cruzados, enlouquecidos com uma vitória tão exultante [...] se lançaram pelas ruas, nas casas e nas mesquitas, matando todos aqueles que encontravam, fossem homens, mulheres ou crianças, sem distinção. O massacre continuou por toda a tarde e toda a noite." (Runciman, 1996, p. 247.) Nem um grupo de muçulmanos protegidos pelos homens de Tancredo, reunidos em uma mesquita encimada por seu estandarte, se salvou.

Quando Raimundo de Aguilier, mais tarde naquela manhã, visitou

a área do templo, precisou abrir caminho entre os cadáveres e o sangue que chegava a seus joelhos. Nem os judeus de Jerusalém, acusados de terem ajudado os muçulmanos, foram poupados. A sinagoga em que haviam se refugiado foi incendiada, e todos morreram.

"O massacre de Jerusalém impressionou muito todo o mundo. Ninguém pode dizer quantas foram as vítimas, mas a cidade foi esvaziada de seus habitantes muçulmanos e judeus. Muitos cristãos também ficaram horrorizados [...] e, para os muçulmanos [...] dali em diante nasceu a certeza de que os ocidentais deveriam ser expulsos. Aquela sangrenta demonstração de fanatismo cristão reacendeu o fanatismo islâmico. Quando, em seguida, os latinos mais sábios do Oriente se esforçaram para encontrar uma base qualquer para a colaboração entre cristãos e muçulmanos, a lembrança do massacre sempre se colocou no caminho." (Runciman, 1996, p. 248.)

Mais de sessenta mil pessoas foram mortas.

Com o massacre de Jerusalém, encerra-se a Primeira Cruzada que tirou a vida de mais de um milhão de pessoas.

A notícia da tomada de Jerusalém devolveu o ânimo a muitos cavaleiros aventureiros que andavam em busca de fortuna.

Em 1100, partiu para a Terra Santa uma expedição de nobres lombardos, eclesiásticos e famílias inteiras de camponeses famintos. Essa nova Cruzada era tragicamente parecida com a de Pedro, o Eremita. E acabou em um desastre semelhante. Como seus antecessores, estes cruzados criaram vários problemas de ordem pública em Constantinopla.

Assim que chegaram à Terra Santa, em vez de cumprir sua missão (restabelecer os meios de comunicação entre o Império Bizantino e a Síria), os lombardos quiseram seguir a própria cabeça e entraram na Anatólia, no meio do território turco, levando consigo também os estandartes de cruzados alemães e franceses.

No primeiro grande ataque dos turcos, os cavaleiros lombardos fugiram tomados de pânico, abandonando a infantaria. Coube, então, aos franceses conter o ataque e reagrupar a expedição.

Não satisfeitos, os lombardos insistiram em continuar a marcha em território hostil, em vez de buscar a salvação na região costeira. E, como lá

estavam, saquearam também um povoado cristão.

Próximo à cidade de Mersivan, houve uma batalha campal entre os turcos e os cruzados, na qual os últimos levaram a pior. "Os lombardos perderam as cabeças bem rápido e, com seu comandante, o conde de Biandrate, à frente, fugiram abandonando suas mulheres e os padres." (Runciman, 1996, p. 302.)

A retirada provocou a queda também dos mercenários turcos. Assim, os cruzados franceses e alemães, desguarnecidos, tiveram que capitular. No final, apenas os homens a cavalo conseguiram escapar. A infantaria foi massacrada, junto com civis e mulheres idosas. "Os lombardos, cuja obstinação fora a causa do desastre, foram aniquilados, com exceção dos líderes. As perdas foram estimadas em quatro quintos de todo o exército. Grandes quantidades de objetos de valor e de armas caíram nas mãos dos turcos, e os haréns e mercados de escravos do Oriente se encheram de moças e crianças capturadas naquele dia." (Runciman, 1996, p. 302.)

Os reinos cruzados

As décadas seguintes vieram a ampliação dos domínios cruzados com a conquista de importantes cidades costeiras, como Beirute e Trípoli. Nesta última, os cruzados italianos deram início a um massacre generalizado, antes que o soberano de Jerusalém conseguisse freá-los. Nas terras conquistadas, os cruzados criaram Estados; o mais importante era o Reino de Jerusalém, no modelo dos feudos europeus. Os Estados eram independentes entre si (aliás, não faltaram batalhas entre os soberanos cruzados, com tropas mistas turco-cristãs) e não reconheciam a jurisdição do Império de Constantinopla. Os súditos dos reinos cruzados tinham obrigações pesadas: os servos da gleba, árabes e sírios, tinham que pagar ao proprietário de suas terras um imposto de quase 50% da colheita. Os camponeses livres eram submetidos com o uso da força.

Nas cidades costeiras, o comércio estava nas mãos dos genoveses, venezianos e marselheses, que haviam obtido o privilégio de poder constituir suas colônias. Os cruzados não levaram nenhum elemento novo à vida econômica dos países conquistados, simplesmente porque, na época, as forças produtivas e a riqueza cultural do Oriente eram muito

superiores às ocidentais.

Eles, na maioria das vezes, comportaram-se como ladrões e opressores, o que explica a constante hostilidade das populações locais,

No que concerne à religião, os conquistadores tentaram substituir o clero bizantino e o árabe por seus prelados e ritos, de início, até mesmo com o uso da violência. Por exemplo, no dia seguinte ao da conquista de Jerusalém, foi nomeado um novo arcebispo latino, o intolerante e corrupto Arnolfo. Uma de suas primeiras medidas foi torturar os sacerdotes ortodoxos que escondiam o pedaço maior da Vera Cruz (a relíquia mais sagrada da cidade) para que a entregassem. Como os sacerdotes relutaram, mandou torturá-los.

Para defender os locais sagrados e proteger os peregrinos, foram criadas as Ordens Cavalheirescas (a dos Templários, de origem francesa; a dos Teutônicos, de origem alemã; e a dos Joanitas, ou Hospitalários, mais conhecidos como Cavaleiros de Malta). Eram ordens religiosas armadas cujos membros, além dos votos religiosos de castidade, pobreza e obediência, também juravam defender os lugares sagrados contra os infiéis e dependiam diretamente do papa. Depois, as ordens receberam igualmente a incumbência de conquistar novos territórios e realizar a cristianização forçada das populações nativas.

A Segunda Cruzada

A Segunda Cruzada teve origem na queda de Edessa (1144). Na época, em Roma, foi realizado o Segundo Concílio de Latrão (1139), que havia proibido o uso da balestra, sob pena de excomunhão, pois a arma causava feridas horríveis. Mas seu uso foi admitido na guerra contra os infiéis. O papado conseguiu convencer o rei da França e o imperador germânico a se lançarem contra os turcos. Como na época da Primeira Cruzada, a empolgação contra os infiéis, de início, mirou os judeus. O abade de Cluny, Pedro, o Venerável, protestou porque estes não versavam uma contribuição para financiar a Cruzada.

Na Alemanha, o monge cisterciense Rodolfo instigou a multidão a massacrar os judeus e só foi calado após a intervenção decisiva de Bernardo de Chiaravalle. Como as outras Cruzadas, esta também teve seus "acidentes de percurso". Em Filipópolis, por exemplo, os cruzados

incendiaram um mosteiro e trucidaram seus ocupantes.

Saladino era um cavaleiro

A Terceira Cruzada foi causada pela queda de Jerusalém (1187), por obra do grande comandante islâmico Saladino, que já estendera seu domínio ao Egito e à Arábia Ocidental. Ao contrário dos cruzados, Saladino não promovia massacres nas cidades que conquistava. Os cristãos tinham a chance de ir embora se pagassem um resgate em ouro (para um homem, dez dinares; para uma mulher, cinco). Quem não pagasse era feito escravo. Os nobres cristãos capturados podiam baratear a liberdade com a entrega das fortalezas a eles designadas. Assim, a conquista acontecia de maneira fácil e indolor.

Embora os reis da Inglaterra e da França, bem como o imperador germânico, participassem da Cruzada, seus resultados foram irrelevantes (o imperador Frederico Barba-Ruiva chegou a morrer na época, e nem foi em combate) em razão das divergências internas.

Jerusalém permaneceu nas mãos dos turcos, ainda que os cristãos tivessem liberdade de acesso. O único resultado útil foi deter, pelo menos momentaneamente, o avanço turco.

A Cruzada que errou o caminho

O papa Inocêncio III ordenou a Quarta Cruzada (1202-1204), procurando aproveitar a morte de Saladino (1193). Os cruzados entraram em acordo com a República de Veneza para poderem usar sua poderosa frota. O plano era desembarcar no Egito, conquistá-lo e, de lá, chegar a Jerusalém. Mas Veneza, que tinha boas relações comerciais com o Egito, conseguiu desviar a Cruzada com a astúcia.

Para começar, os venezianos puseram os cruzados em uma posição de inferioridade. "Acampados na pequena ilha de São Nicolau do Lido, atormentados por mercadores venezianos com quem haviam contraído dívidas, mantidos sob a ameaça de terem suspensas todas as provisões se não desembolsassem dinheiro [...] os cruzados estavam dispostos a aceitar qualquer condição." (Runciman, 1996, p. 728.) E a condição dos venezianos era a seguinte: os cruzados só poderiam partir se antes aceitassem conquistar, para a Sereníssima, a cidade cristã de Zara, em Istria. Em poucos dias, Zara foi atacada, conquistada e saqueada.

Indignado, Inocêncio III excomungou os cruzados, mas logo depois lhes concedeu o perdão, na esperança de que, finalmente, se lançassem contra os turcos.

Enquanto os cruzados invernavam em Zara, chegou ao acampamento o filho do imperador de Constantinopla para anunciar que o pai havia sido banido pelo irmão. Se o ajudassem a retomar o trono, os cruzados ganhariam grandes somas em dinheiro e a submissão da Igreja grega a Roma.

Os cruzados, então, se dirigiram a Constantinopla, onde encontraram a resistência dos cidadãos, que não queriam saber dos latinos. O imperador deposto e cegado foi recolocado no trono sem que fosse derramado sangue nobre, pois o irmão usurpador já havia fugido da cidade. Os cruzados exigiram que o filho fosse coroado ao lado do imperador, com o mesmo título, para garantir os compromissos feitos em Zara.

O tesouro de Constantinopla, todavia, estava vazio. O patriarca e o povo se recusavam a reconhecer o papa como chefe da Igreja Universal, e não tinham a menor intenção de pagar as dívidas do imperador nem de conceder privilégios aos cruzados e aos venezianos. Por essa razão, a população bizantina se rebelou, matando o imperador, o filho e algumas centenas de soldados.

Os cruzados invadiram novamente a cidade e a saquearam terrivelmente, proclamando o Império Latino do Oriente e se esquecendo de Jerusalém.

"O saque a Constantinopla não teve paralelos na história. Por nove séculos, a grande cidade foi capital da civilização cristã. Era cheia de obras de arte deixadas pela Antiga Grécia e de obras-primas de seus próprios e excelentes artesãos. Os venezianos conheciam efetivamente o valor de tais objetos e, onde puderam, apoderaram-se dos tesouros para adornar as praças, as igrejas e os palácios de suas cidades. Mas os franceses e os flamengos estavam ávidos pela destruição. Lançavam-se furiosos e gritando pelas ruas e pelas casas, arrancando tudo que brilhava e destruindo tudo que não pudessem transportar, parando apenas para assassinar ou violentar, ou para arrombar as adegas e matar a sede com

vinho. Não poupavam nem mosteiros, nem igrejas, nem bibliotecas. Na própria [basílica de] Santa Sofia, viam-se soldados bêbados arrancando as tapeçarias e quebrando as iconóstases de prata, pisando nos livros sagrados e nos ícones. Enquanto bebiam alegremente do cálice do altar, uma prostituta se sentou no trono do patriarca e começou a cantar uma canção obscena francesa. Muitas freiras foram violentadas em seus próprios conventos. Palácios e cabanas foram igualmente invadidos e destruídos. Mulheres e crianças feridas jaziam moribundas pelas ruas. Por três dias, as terríveis cenas de saque e derramamento de sangue continuaram, até que a imensa e magnífica cidade foi reduzida a um matadouro. Até os sarracenos teriam sido mais misericordiosos, exclamou o historiador Niceta, e com razão." (Runciman, 1996, p. 792.)

No comando da Igreja bizantina, foi colocado um novo patriarca que procurou fazer um jogo que fosse vantajoso, aproximando a população local, a grega e a eslava do catolicismo. O papa condenou oficialmente o massacre, mas, quando viu que o imperador eleito e o patriarca reconheciam sua supremacia sobre toda a Igreja cristã do Oriente e do Ocidente, decidiu aceitar o fato.

Mais ainda que o papado ou os senhores feudais, foi Veneza que tirou maior vantagem da conquista do Império Bizantino. Os mercadores venezianos, em especial, conseguiram obter isenção fiscal para suas mercadorias em todos os países do Império.

O Império Latino ruiu em 1261, sob o golpe conjunto dos búlgaros, dos albaneses e dos bizantinos, ajudados pelos genoveses, que temiam a presença veneziana nos Bálcãs.

O Império de Bizâncio sobreviveria por outros duzentos anos, mas nunca mais voltaria a seu antigo esplendor.

As Cruzadas das Crianças

Os apelos de Inocêncio III para a partida de uma Cruzada "verdadeira" (já que a Quarta Cruzada havia sido desviada para Constantinopla) obtiveram, em uma Europa incessantemente percorrida por pregadores tomados por uma espécie de histeria coletiva contra os infiéis de toda espécie (muçulmanos e hereges; na época havia também a Cruzada contra os cátaros), um efeito curioso. Inflamados pela

propaganda da época, milhares de crianças da França e Alemanha formaram verdadeiros exércitos e marcharam em direção à Terra Santa.

Em maio de 1212, Estêvão, um pastor de 12 anos proveniente da cidade de Cloyes, em Orleans, apresentou-se à corte do rei Felipe da França. Ele afirmava que, enquanto conduzia as ovelhas ao pasto, Cristo em pessoa apareceu e o mandou chamar os fiéis para a Cruzada, entregando-lhe uma carta para o rei.

O rei da França mandou o menino voltar para casa, mas este não se deixou abater e começou a pregar em público diante da porta da abadia de Saint-Denis. Prometeu que aqueles que se juntassem à Cruzada veriam os mares se abrirem, como o Mar Vermelho para Moisés, e que chegariam a pé até a Terra Santa.

O rapaz "tinha o dom de uma eloqüência extraordinária; os adultos se impressionavam, e as crianças respondiam em massa ao seu chamado" (Runciman, 1996, p. 806). Estêvão começou sua viagem pela França reunindo prosélitos e pedindo a ajuda de seus convertidos nos sermões.

Todos os garotos se reuniram em Vendôme por volta do final de junho. Os cronistas da época falavam em pelo menos trinta mil jovens, nenhum de mais de 12 anos. Eram na maioria órfãos, filhos de pais desconhecidos ou pequenos camponeses cujos pais viam a partida como um alívio, livrando-se, assim, de mais uma boca para alimentar. Mas havia também descendentes da nobreza foragidos de casa e algumas moças.

Aos "pequenos profetas", como os chamavam os cronistas da época, juntaram-se alguns peregrinos adultos e alguns jovens padres, talvez incentivados, em parte, pela compaixão para com aqueles meninos, em parte, pela esperança de receber alguns dos donativos que choviam sobre os rapazes.

Estêvão dividiu a horda em bandos, cada um guiado por um chefe que levava uma auriflama, o estandarte do rei da França. No final, a Cruzada partiu em direção a Marselha: os pequenos camponeses marchavam a pé; os pequenos nobres, a cavalo, ao lado de seu profeta; e Estêvão, sobre um carro decorado, encimado por um baldaquim para protegê-lo do sol. "Ninguém se ressentiu do fato de que o inspirado profeta

viajava confortavelmente, mas, ao contrário, todos o tratavam como um santo e guardavam chumaços de seus cabelos e pedaços de suas roupas como preciosas relíquias." (Runciman, 1996, p. 807.)

Naquele ano, o verão foi árido, a seca causou escassez de comida e de água, e viajar a pé pelas estradas da época não era fácil. Muitas crianças morreram pela estrada, outras abandonaram a Cruzada e tentaram voltar para casa. Mas, no final, o grosso da expedição chegou a Marselha, onde os meninos foram acolhidos cordialmente pelos habitantes. Os pequenos cruzados correram para o porto para ver o mar se abrir, mas como o milagre não acontecia, alguns se revoltaram contra Estêvão, acusando-o de tê-los enganado, e fizeram o caminho de volta.

Muitos, no entanto, permaneceram à beira do mar, esperando o milagre por mais alguns dias, até que dois mercadores marseheses lhes ofereceram uma "carona de graça" no navio para a Palestina. Estêvão aceitou de bom grado e todo o contingente de jovens partiu a bordo de sete barcos.

Só em 1230 se receberiam notícias deles, dadas por um ex-membro da expedição que, por sorte, voltara à Europa. Dois dos sete navios afundaram por causa de uma tempestade, e todos os seus ocupantes morreram afogados. Os sobreviventes foram entregues aos sarracenos pelos mercadores de Marselha, para serem vendidos como escravos. Em Bagdá, 18 deles foram martirizados por se recusarem a abraçar o islamismo. De acordo com os relatos do ex-membro, no momento em que ele partira, dos trinta mil componentes da expedição que saíram de Vendôme, só restavam aproximadamente setecentos.

A notícia dos sermões de Estêvão logo se espalhou pela Europa, inflamando a imaginação de muitos jovens da sua idade. Poucas semanas após sua partida, na Alemanha, surgiu outro pequeno pregador: chamava-se Nicolau e provinha de um vilarejo à beira do Reno. Começou sua obra no santuário dos Três Reis Magos, em Colônia. Ele também anunciava que os jovens podiam fazer melhor que os adultos e que o mar seria aberto na frente deles. Mas, ao contrário de Estêvão, Nicolau anunciava que as crianças não conquistariam a Terra Santa com as armas, mas com a conversão dos infiéis.

Nicolau, auxiliado por outros pequenos pregadores seus discípulos, reuniu em Colônia um verdadeiro e próprio exército. Os meninos alemães deviam ser um pouco mais velhos que seus colegas franceses; entre eles também havia mais moças e um contingente de descendentes de nobres mais numeroso. Também não faltavam vagabundos e prostitutas.

A expedição se dividiu em dois grupos, que se dirigiam para a Itália (onde o mar deveria se abrir para permitir que chegassem a pé à Terra Santa): um para o lado do Mar Tirreno, outro para o Adriático. O primeiro contingente, de vinte mil unidades, guiado pelo próprio Nicolau, atravessou a Suíça e os Alpes, sofrendo perdas consideráveis durante o difícil percurso. Menos de um terço dos rapazes saídos de Colônia chegou a Gênova, em 3 de agosto. Lá, as autoridades (que temiam um complô alemão) permitiram que descansassem apenas uma noite, mas ofereceram a todos os que quisessem a possibilidade de se estabelecer definitivamente na cidade.

Os cruzados alemães também correram para a beira do mar no dia seguinte, esperando que ele se abrisse, e mais uma vez houve muita desilusão quando o milagre não aconteceu. Muitas crianças aceitaram a oferta das autoridades genovesas, mas Nicolau e o grosso do contingente continuaram a viagem: se o mar não se abriu em Gênova, talvez pudesse fazê-lo em outro lugar. Poucos dias depois, chegaram a Pisa, onde dois navios a caminho da Palestina concordaram em aceitar vários rapazes a bordo. Nunca mais se teve notícias deles.

Contudo, Nicolau permanecera em terra, junto com seus mais fiéis seguidores, pois ainda esperava o milagre. Os rapazes que sobreviveram se dirigiram a Roma, onde foram recebidos pelo papa Inocêncio III. "Ele ficou comovido com a devoção deles, mas confuso com sua loucura. Com gentil firmeza, disse que deveriam voltar para casa; quando crescessem, poderiam cumprir suas promessas e combater pela cruz." (Runciman, 1996, p. 808.) Aos garotos só restou pegar o caminho de volta. Muitos deles, em especial as moças, cansados com as loucuras da viagem, detiveram-se na Itália. Apenas poucos debandados voltaram à Renânia na primavera seguinte, e não é certo que Nicolau estivesse entre eles. O pai do pequeno

profeta, acusado de ter encorajado o filho em sua obra vangloriosa, foi preso pelos pais dos rapazes desaparecidos e enforcado.

Nem o ramo "adriático" dos jovens alemães teve sorte. Cansados da viagem realizada em condições precárias, os pequenos cruzados chegaram a Ancona, onde esperaram inutilmente pelo milagre da abertura do mar. Então, continuaram viagem até Brindisi. Lá, alguns embarcaram em navios que zarpavam para a Palestina, mas a maior parte recuou, batendo em retirada para casa. Desde então, apenas um grupo desaparecido de fato voltou.

Outras Cruzadas

A Quinta, a Sexta, a Sétima e a Oitava Cruzadas não tiveram muita importância, senão pelo número de mortes que causaram: os cruzados sofreram outras derrotas, apesar da adesão dos mongóis contra os turcos e os árabes.

O imperador Frederico II chegou a entrar em acordo com os turcos sem ao menos lutar. O fato é que, depois da Quarta Cruzada, não havia mais quase ninguém no Ocidente disposto a participar de expedições distantes e perigosas, e por isso os cruzados enfrentavam dificuldades e nunca conseguiam a ajuda e os reforços requeridos.

Nos séculos XII-XIII, na Europa, verificou-se um notável aumento da produção agrícola. As técnicas de cultivo haviam se aperfeiçoado, as cidades haviam se desenvolvido. O aumento das áreas cultivadas e do produto das colheitas fez os camponeses perderem o interesse de emigrar. Os mercadores se contentaram com os resultados das primeiras quatro Cruzadas, que haviam assegurado a eliminação da função mediadora entre leste e oeste exercitada pelo Império Bizantino. Os cavaleiros, por sua vez, tiveram a possibilidade de ingressar nas tropas mercenárias das monarquias nacionais europeias, cujo poder só crescia.³

Mas não houve apenas Cruzadas pela reconquista de lugares sagrados na Terra Santa: houve Cruzadas contra os hereges,⁴ Cruzadas contra reis e imperadores católicos, e outras que se dirigiram ao norte e ao leste da Europa (vide seção sobre os Cavaleiros Teutônicos).

As ordens cavalleirescas

Os Templários

A ordem militar religiosa do Templo (*Pauperes Commilitones Christi Templique Salomonis*, Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão) foi fundada em 1119, em Jerusalém, por Hugo de Payens, para defender os lugares sagrados e proteger os peregrinos. De 1128 em diante, foi criado um regulamento próprio, inspirado em Bernardo Chiaravalle, fundador da Ordem Cisterciense. A estrutura interna previa uma classe de cavaleiros, uma de escudeiros e uma de capelães; no ápice, estava o grão-mestre, auxiliado por alguns dignitários. O símbolo da ordem era a cruz vermelha sobre fundo branco para os cavaleiros, e sobre fundo marrom para os escudeiros. Os Templários se destacaram por seu valor e pelos vários episódios de guerra contra os árabes (Batalhas de Acre, em 1189; Gaza, em 1244; al-Mansura, em 1250), e seu número aumentou notavelmente no Oriente e no Ocidente.

Enriquecendo, por causa das várias doações e se tornando uma poderosa força financeira, independente do reino cruzado de Jerusalém, a ordem atraiu a hostilidade dos soberanos. Felipe IV (o Belo) da França, em especial, em 1307, pediu ao papa Clemente V a proibição da ordem, dando início a uma feroz caça a seus membros ativos na França, muitas vezes torturados e condenados à morte, com as mais variadas e fantasiosas acusações: heresia, bruxaria, sodomia (o lacre dos Templários mostrava dois cavaleiros, mas um só cavalo, o que, dentre outras coisas, foi utilizado para acusá-los de sodomia). Conta-se que dois mil Templários foram presos e torturados, e centenas foram queimados. Em 1312, com a bula *Ad providam*, o papa decretou oficialmente a dissolução da ordem e a transferência de seus bens para os jerosolimitanos.

Os Cavaleiros Teutônicos

Esta ordem, nascida também na Terra Santa a partir de 1200, foi utilizada pela Igreja Católica e por reis e imperadores cristãos para conquistar novos territórios no Báltico e nos países eslavos, lutando contra povos pagãos ou de religião ortodoxa grega. Os Teutônicos e os outros cruzados do norte foram conquistadores e dominadores impiedosos, similares a seus colegas na Terra Santa.⁵

Como recompensa pelos serviços prestados, a Ordem Teutônica ganhou grande parte dos territórios conquistados em forma de feudo. Em

um segundo momento, no entanto, esses territórios foram militarmente redimensionados pelo rei da Polônia, e os cavaleiros tiveram de se contentar com a Prússia Oriental. Eles tentaram estender seus domínios até a Rússia, mas lutaram contra um inimigo natural invencível (Napoleão, Mussolini e Hitler o conhecem bem). Lembremos uma batalha especial dos Cavaleiros Teutônicos:

A batalha no gelo (1242)

O nobre Alexandr Nevsky reunira um exército de camponeses para defender a Rússia das incursões dos Cavaleiros Teutônicos... Obviamente, estes estavam convictos da superioridade das armaduras pesadas que lhes cobriam o corpo e os cavalos.

Na frente desse exército de guerreiros profissionais, dedicados às orações e aos saques, estava a horda de pobres malvestidos em sua primeira primavera na gélida Rússia. O plano era simples. Aliás, muito simples. Os russos iniciaram a batalha na borda do lago Peipus. O lago estava congelado, tudo estava coberto de neve, e não se podia perceber onde terminava a terra firme e onde começava o lago. Quando os Cavaleiros Teutônicos atacaram as fileiras do nobre Alexandr, os russos, após uma leve resistência, fugiram abandonando as armas.

Os cavaleiros, tomados de excitação, esporearam seus cavalos e correram atrás dos soldados em fuga. Os russos os atraíram para cima do lago, onde o gelo era mais fino. Em dado momento, ele começou a ceder com o peso da cavalaria teutônica, que morreu na água gelada.

Foram necessários poucos segundos para que, do exército, só restassem as pegadas dos cavalos na neve.

Foi a última vez que os Cavaleiros Teutônicos apareceram.⁶

As ordens cavaleirescas continuaram a obra de destruição ainda por um bom tempo. Durante o cerco a Belgrado, em 1456, oitenta mil muçulmanos foram mortos. Na Polônia, no século XV, os monges guerreiros saquearam 1019 igrejas e 18 mil povoados.

CAPÍTULO 7

As heresias medievais

Os pobres irrompem na história

Cátaros, patareus, albigenses, frades, apostólicos, dulcinistas, beguinos... Tantos nomes, tantas facetas de um grande fenômeno. Um gigantesco movimento de pessoas que reivindicavam uma Igreja livre das rédeas do poder e se chocavam com a prepotência dos nobres. Contra eles, a resposta do rei e dos prelados será impiedosa: torturas, execuções e até verdadeiras guerras.

Como vimos nos capítulos anteriores, os anos entre os séculos X e XI viram a extrema decadência do papado, a submissão das hierarquias eclesiásticas à autoridade imperial e uma corrupção geral da Igreja. A simonia (pecado que consiste na compra e venda de absolvições, indulgências e benefícios eclesiásticos e em seu uso para enriquecimento pessoal) e o concubinato do clero foram um grande problema para a Igreja, tanto que, em dado momento, um conselho declarou os eclesiásticos simoníacos (1075).

Outro elemento de corrupção da Igreja era a instituição dos bispos-condes. Como já foi dito antes, o Império Romano do Ocidente (ou o que restava dele) e vários reinos cristãos haviam repartido seus próprios domínios em feudos (marquesados, condados, ducados etc.), confiados aos vassalos ou senhores feudais. Teoricamente, os vassalos eram apenas funcionários, que podiam ser exonerados de suas funções a qualquer momento. Com o tempo, no entanto, principalmente os senhores feudais maiores tendiam a se considerar donos absolutos do território a eles designados e tinham conquistado o direito de passá-los aos filhos.

Os imperadores resolveram o problema confiando feudos aos eclesiásticos, que, fazendo voto de castidade, não podiam ter descendentes legítimos. Mas quem ordenava os bispos? Hoje, a resposta parece óbvia: os bispos são nomeados pelo papa ou uma autoridade eclesiástica. Mil anos atrás, a questão não era tão simples. Na Alemanha e no norte da Itália, os bispos eram investidos pelo imperador, por costume antigo. Obviamente, este escolhia os colaboradores mais capazes e confiáveis. Não é necessário dizer que os bispos-condes se comportavam

mais como administradores de patrimônios do que como pastores de almas, e que eram mais fiéis ao imperador do que à Igreja.

No século XI, começou uma queda-de-braço entre o papado e o Império, que entrou para a história com o nome de "Luta pela Investidura" e que duraria quase um século, terminando apenas com a vitória da Igreja de Roma.

O contraste entre os dois potentados se acendeu mais sob o pontificado de Gregório VI (1073-1085), eleito graças também à pressão de uma revolta popular. Exponente dos movimentos reformistas, Gregório impôs a doutrina da autonomia e da autoridade absolutas do papa sobre toda a Igreja e da submissão de todos os cristãos, reis e também imperadores à autoridade espiritual. Conseqüentemente, não só o poder de consagrar os bispos era uma prerrogativa absoluta do papa, bem como os bens temporais por eles administrados deveriam, de algum modo, passar para a jurisdição da Igreja de Roma.

O imperador Henrique IV, em 1076, convocou em Worms um concílio de bispos alemães, que declararam a destituição do papa. Este respondeu excomungando o imperador e isentando seus súditos da obrigação de fidelidade. Os príncipes alemães logo aproveitaram a ocasião para se rebelar, e o imperador foi obrigado a pedir o perdão papal.

Em 1077, enquanto se hospedava no castelo de Canossa, Gregório VII recebeu a visita do imperador, que teve de esperar por três dias do lado de fora das muralhas, com roupas de penitente. O papa concedeu o perdão, mas o ato não pôs fim à rebelião.

Derrotado pelas tropas rebeldes e mais uma vez excomungado, Henrique IV jogou com tudo que tinha. Com os soldados que lhe permaneceram fiéis, desceu até a Itália, ocupou Roma militarmente (1084) e nomeou um antipapa, Clemente III, que, por sua vez, o coroou imperador.

Pouco depois, chegaram a Roma as tropas normandas, aliadas ao papa, que expulsaram as imperiais, mas causaram tanta devastação à cidade que os romanos se rebelaram contra o próprio pontífice, que morreu no exílio no ano seguinte.

Henrique IV moveu seus exércitos também contra o papa Urbano VIII (1088-1099) e Pascoal II, sendo, em ambos os casos, detido por uma rebelião: a primeira, sob liderança de **seu** primogênito, Conrado; a outra, de seu segundo filho, Henrique V.

Este, ao suceder o pai, desceu à Itália em 1110, ocupou Roma, mandou prender o papa Pascoal II (1099-1118), junto com os cardeais, e o obrigou a coroa-lo imperador.

A luta pela investidura só terminou com a concórdia de Worms, de 1122. O imperador renunciava ao direito de nomear os bispos, mas mantinha o de presenciar sua eleição e de garantir-lhes os benefícios feudais. Era reconhecida formalmente a supremacia espiritual do pontífice, enquanto, na prática, o imperador ainda possuía amplo poder de intervenção na escolha dos bispos.

Os movimentos reformistas

Em reação contra a corrupção na Igreja, surgiram dois movimentos reformistas de origem diversa, um do tipo monástico, outro popular. O movimento monástico era o cluniacense, cujo nome provém do mosteiro francês de Cluny, fundado em 910, que envolveu as ordens regulares dos beneditinos, dos cistercienses, dos cartusianos, dos camáldulos, além de boa parte do clero e muitos leigos. Os cluniacenses lutavam pelo renascimento da moral da Igreja e pela sua volta à qualidade de guia espiritual. Acreditavam que poderiam obter o resultado desejado reforçando a autonomia e a autoridade do papado.

Além desse, havia um movimento político-religioso de origem popular que lutava contra o excesso de poderes dos feudatários eclesiásticos e por uma Igreja mais próxima dos pobres. Em Milão, ele criou o fenômeno da "pataria", do qual falaremos mais adiante. O termo "popular" não deve suscitar mal-entendidos: na época, o "povo" era formado pelos membros das classes que hoje podemos considerar burguesas. Podemos, portanto, imaginar que não lhes faltassem elementos dotados de iniciativa, cultura e meios econômicos.

O inimigo comum dos cluniacenses e patarinos eram os bispos-condes, independentes demais em relação ao papa e dependentes demais do imperador. E foi contra este último adversário que se criou uma

aliança inédita. Em Milão, expoentes do clero (dentre eles o futuro pontífice Alexandre II) entraram na pataria. Em Florença, os monges reformistas instigaram uma rebelião contra o bispo simoníaco Pietro Mezzabarba. "Os cidadãos se transformaram de cordeiros em feras", observava, desconsolado, o bispo de Alba. Mas os monges reformistas não ignoravam os "planos elevados": muitos brilhantes membros do movimento se plantaram na corte papal.

O sonho dos cluniacenses foi coroado com a eleição de um deles para papa: Gregório VII (1073-1085). Gregório, que fora eleito graças também à pressão do povo de Roma, teorizou e tentou colocar em prática a autoridade absoluta do papa no corpo da Igreja, além da primazia do poder espiritual sobre o temporal.

A pataria e os movimentos afins foram um instrumento útil para subtrair o poder dos bispos-condes e reforçar a autoridade central da Igreja de Roma. Mas agora que o objetivo fora alcançado, a "ralé" não tinha mais utilidade e devia voltar ao seu lugar, por bem ou por mal. Após um primeiro momento de moralização e aproximação, a Igreja se afastou ainda mais dos pobres, que, em teoria, deveria ter defendido.

Em 1200, o papa já havia se tornado um soberano sob todos os aspectos, talvez um dos mais poderosos soberanos europeus, que, como todos os outros regentes, tinha pretensões territoriais, firmava tratados, fazia e desfazia alianças. Um soberano que, com as Cruzadas, podia mandar exércitos para a guerra e influenciar pesadamente os reis e imperadores católicos com a arma da excomunhão (que na época incluía, também, a perda de todos os direitos).

Os bispos-condes, ainda que nomeados em Roma, continuavam a deter nas próprias mãos a pastoral, símbolo do poder espiritual e o cetro do poder feudal, e possuíam em suas dependências exércitos, vassalos e servos da gleba. Os conventos eram proprietários de imensas riquezas e latifúndios, que geriam com ampla autonomia com relação ao poder estatal, verdadeiros Estados dentro dos Estados (algumas ordens, como a dos Cavaleiros de Malta, gozam ainda hoje da extraterritorialidade em seus palácios). Não era incomum que altos eclesiásticos assumissem funções de destaque nas dependências dos vários soberanos europeus.

Tudo isso só provocava uma crescente corrupção do clero, cada vez mais ocupado com a gestão dos próprios bens temporais e sempre menos atento à própria missão de guia espiritual, tornando a carreira eclesiástica atraente para as pessoas erradas e pelos motivos errados. A situação não era melhor no clero menor, formado não raro por pessoas rudes, ignorantes e corruptas, às vezes até analfabetas e certamente menos eloqüentes e menos fiéis às Escrituras do que muitos pregadores "hereges".¹

Apenas para entender qual era o fermento da época contra o clero, eis o que escreve Pierre Cardenal, poeta do século XIII, sobre os eclesiásticos.

*Sua pobreza não era de espírito:
guardam o que é seu e pegam o que é meu.
Para túnicas, usam tecidos de lã inglesa,
deixam o cilício muito áspero.
E não dividem suas vestes
como fazia São Martinho.
Mas as esmolas com as quais se mantêm
a gente pobre, querem todas para eles.
Com roupas leves e largas, com a capa passada,
fina no verão, grossa no inverno,
com sapatos delicados — de solas francesas
quando faz frio — de couro marselhês,
sempre amarrados com maestria —
pois mal-amarrado é imperdoável —
vão pregando, com seu sutil saber,
que para servir a Deus devemos dar o coração e os bens.
Se fosse marido, eu teria medo
se um homem sem meias se sentasse próximo à minha mulher...²*

As Cruzadas, que na época já provocavam o horror de muitos crentes, afetaram a cristandade com outro veneno poderoso: o conceito de Guerra Santa, a idéia de que matar um infiel era não só um ato lícito, como também abençoado por Deus. Qualquer um que pregasse o retorno

a uma Igreja mais simples, mais pobre, não comprometida com o poder, corria o risco de se ver, apesar de tudo, declarado herege e inimigo da Igreja.

Por todos esses motivos, uma massa crescente de pessoas se afastou da instituição eclesiástica para se aproximar dos movimentos heréticos, cujos líderes eram os primeiros a colocar em prática os preceitos da pobreza e da caridade que pregavam. As heresias medievais, em muitos casos, eram verdadeiros movimentos populares que uniam, aos sermões religiosos, a prática de um estilo de vida solidário e igualitário.

Em alguns casos, os hereges professavam efetivamente uma doutrina diferente da "oficial", mas, em outros, a acusação de heresia tinha apenas finalidades políticas, como no conhecido caso de Joana d'Arc.

Os "pobres" hereges e os católicos

"O que inicialmente distinguia São Francisco de Pierre Valdo? Ambos queriam se desfazer dos próprios bens e devolver à Igreja sua simplicidade primitiva, mas um é venerado em todas as igrejas do mundo católico, enquanto o outro foi tachado de herege."³

Talvez o pontificado de Inocêncio III (1198-1216) tenha marcado o ápice do poder político do papado na Europa. Um papado que, no entanto, precisou enfrentar uma grave ameaça: os pregadores cátaros e valdenses que obtinham um sucesso crescente. Os cátaros (apoiados pelos nobres locais) chegaram a criar, no sul da França, uma Igreja alternativa, que corria o risco de superar a oficial. Para conter o perigo, Inocêncio III atuou em duas frentes: primeiro acolheu na Igreja movimentos como o dos franciscanos, que criaram sua própria regra de pobreza, desde que se submetessem à autoridade do pontífice; criou uma congregação de "pobres católicos" rival à dos valdenses. "Uma das maiores instituições de Inocêncio III foi a compreensão de que a capacidade de conseguir adeptos junto aos cátaros era exatamente a vida humilde, escondida, pobre. Quando o papa se viu diante dos fenômenos franciscano e dominicano, intuiu que o caminho da pobreza podia 'salvar a Igreja', enquanto tinha também o poder de destruí-la. Se o poder eclesiástico era acusado de não abraçar mais o mandamento da pobreza de Cristo [...] o aparecimento de homens fiéis às instituições e capazes de retomar a

genuinidade das origens podia lhe devolver a credibilidade." (Benazzi D'Amico, 1998, p. 33.)

Ao mesmo tempo, ele puniu impiedosamente as heresias, encorajou Domingos de Gusmão (o futuro São Domingos) a pregar contra elas no sul da França e ordenou que os bispos procurassem os hereges e os reconduzissem ao seio da Igreja ou os punissem de forma exemplar. Inocêncio III foi o promotor da famosa Cruzada contra os cátaros.

Com o passar do tempo, os vértices da Igreja acabaram considerando perigoso o próprio conceito de "pobreza evangélica". Se Inocêncio III e Honório III reconheceram as Regras das Ordens mendicantes (franciscanos e dominicanos), um século depois, João XXII decretou herética a afirmação de que "Cristo e seus apóstolos nada possuíam".⁴

As cidades-Estado

Dentre as mudanças anunciadas da nova época, há uma que com certeza não é menos importante: um crescente número de camponeses deixava a condição de servos da gleba e incrementava a população e a disponibilidade de mão-de-obra das cidades, onde se afirmava uma nova classe de mercadores, artesãos, profissionais. Estes grupos, aliados a alguns expoentes da pequena nobreza, dariam vida, por volta do final do século XI, a uma nova civilização, a das cidades-Estado.

As cidades-Estado eram verdadeiras repúblicas autônomas que, aos poucos, se libertavam do domínio dos feudatários, leigos ou eclesiásticos, e impunham um ordenamento que podemos definir como democrático (ainda que os expoentes das classes mais humildes e as mulheres fossem excluídos da vida política). Sofrendo com a ingerência e as pretensões imperiais, logo surgiram cidades-Estado nos territórios papais. A cidade-Estado de Roma, que nasceu em 1145, chegou a expulsar o pontífice de seus domínios. O descontentamento popular se devia ao cansaço decorrente das contínuas guerras realizadas pelo Estado pontifício e pela opressão das classes nobiliárias.

A revolução das cidades-Estado não foi apenas política e social, mas também cultural. Se nos séculos anteriores a transmissão da cultura foi monopólio do clero, a nova época viu o nascimento das universidades, associações autônomas nascidas por iniciativa dos próprios estudantes e

professores (só depois a Igreja tomaria o controle dessas novas instituições, através da infiltração em massa de docentes dominicanos e franciscanos).

Nas cidades nascia, em número cada vez maior, um novo grupo intelectual de funcionários e profissionais de formação "leiga". Nos atos públicos e comerciais, mas também na produção artística, o "vulgar" (ou seja, a língua do povo) era cada vez mais difundido, em detrimento do latim (língua escrita dos doutos, do clero e dos juristas).

A independência política, econômica e cultural das cidades-Estado permitiu também um grande grau de tolerância para com os movimentos e pregadores hereges (desde que não contestassem o poder das novas classes dirigentes) e uma maior liberdade de pensamento e de expressão. E no momento em que a ingerência papal era vista como um perigo, algumas adotaram sérias restrições contra a Igreja, chegando mesmo a proibir que seus cidadãos tivessem relações com o bispo.

O herege Arnaldo de Brécia pregou ser incomodado na cidade-estado de Roma. O papa Honório III (1216-1227) definira Brescia como "a sede da heresia", e Milão era "um fosso cheio de hereges". A cidade de Gênova foi condenada pelo bispo de Toulouse por se recusar a introduzir no próprio ordenamento leis contra os hereges.

Um panorama das heresias medievais

Apresentaremos, a seguir, uma lista de alguns dos mais significativos personagens e movimentos hereges da Idade Média. A lista não pretende ser completa, mas permite reconstruir, graças também à bibliografia especializada e aos exemplos retratados no apêndice, o clima geral da época.

"Ou beije a cruz, ou se jogue no fogo": os hereges de Monforte

Os hereges de Monforte, para a Igreja, eram culpados de graves crimes: praticavam a castidade, sujeitavam-se ao jejum e eram vegetarianos. Mas a coisa mais escandalosa era que seus bens eram comuns a todos. Centenas deles foram queimados.

Por volta de 1028 (a data não é precisa), o arcebispo e feudatário de Milão, Ariberto, visitou a diocese de Turim, que na época era dependência sua. Lá, soube do surgimento de um movimento herético no castelo de Monforte, na diocese de Asti. Preocupado, chamou um homem

da comunidade para ter informações a respeito de suas atividades. Apresentou-se, então, um tal Gerardo, que ilustrou a vida da comunidade: eles davam grande valor à castidade, havia pessoas casadas que faziam voto de virgindade perpétua; nunca se alimentavam de carne e realizavam *ipium* continuamente. Os *maiores* se revezavam nas rezas durante o dia "para que nunca houvesse um instante sem orações".⁵ Finalmente, seus bens eram todos comunitários.⁶

As declarações de Gerardo sobre a Trindade eram heterodoxas, mas o que chamou a atenção do arcebispo foi que, ao ser perguntado sobre a fé na Igreja de Roma, Gerardo respondeu que eles não acreditavam no bispo de Roma, mas em seu próprio pontífice, "que todos os dias visita os irmãos espalhados pelo mundo".⁷ No final do interrogatório, o arcebispo mandou seus soldados ao castelo de Monforte com a ordem de prender todas as pessoas que ali encontrassem. Dentre os prisioneiros, estava a condessa Berta, senhora do castelo, que demonstrara simpatia pelo movimento.

Os hereges de Monforte foram levados a Milão, onde o arcebispo pretendia vigiá-los de perto e tentar, com calma, fazê-los cair em si. Mas o tiro saiu pela culatra: os integrantes começaram a pregar também em Milão, e a cada dia atraíam multidões de pessoas da cidade e dos campos próximos.

Os nobres locais, então, decidiram recorrer à força. Em uma grande praça, foram instaladas uma cruz e uma fogueira, e todos os hereges de Monforte tiveram de escolher: ou abraçar os pés da cruz e voltar à Igreja Católica, ou se jogar no fogo. Alguns abraçaram a cruz e abjuraram, mas a maioria (algumas centenas) cobriu o rosto com as mãos e se jogou no fogo. Até poucos anos atrás, a praça onde a execução foi realizada se chamava Piazza Monforte.

De acordo com os cronistas da época, a decisão de matar os hereges foi tomada por leigos notáveis da cidade (feudatários dos campos milaneses e administradores dos bens da Igreja), impondo-se ao próprio arcebispo, que teria preferido continuar a obra de persuasão e conversão. O que assustava os senhores locais não era tanto a heresia doutrinária, mas a mensagem de igualdade que os "monfortenses" pregavam.

É provável que aquela tenha sido uma das primeiras comunidades cátaras, um movimento herege que, nos dois séculos seguintes, atingiu proporções gigantescas e ameaçou, em várias regiões da Europa, a própria hegemonia da Igreja de Roma.

Os patarinos

A pataria foi um movimento social e religioso que se desenvolveu em Milão por volta do início do século XI. Os patarinos lutavam contra os desmandos do arcebispo Guido, senhor de Milão e nomeado pelo imperador, e de seus vassalos e contra um clero profundamente corrupto (em Milão, por exemplo, existia um verdadeiro tarifário das prestações eclesiásticas). O nome "pataria" se deve ao mercado milanês de tecidos, e os seguidores do movimento foram pejorativamente chamados de "patarinos" ou "esfarrapados".

O líder da revolta foi o diácono Arialdo, ao lado de um padre, Anselmo de Baggio (o futuro papa Alexandre II, 1061 -1073), e de um clérigo, Landolfo. Arialdo e Landolfo, excomungados pelo arcebispo para não se apresentarem diante de um concílio convocado pelo próprio Guido, recorreram ao papa, ameaçando chegar, se necessário, a um cisma da Igreja milanese. Roma interveio a favor dos patarinos e, em 1066, excomungou o arcebispo Guido.

Guido, que contava com apoio do imperador, rejeitou a excomunhão e acusou os patarinos de querer a autonomia da Igreja milanese, sujeitando-a à romana. eclodiram tumultos e embates entre os adeptos das duas facções. Arialdo, obrigado a fugir de Milão, foi capturado e morto pelos matadores dos nobres feudais.

Erlembaldo, irmão de Landolfo, assumiu, assim, a liderança do movimento, expulsando Guido da cidade e se vingando furiosamente em seus seguidores. Guido, considerado o mandante do homicídio de Arialdo, foi obrigado a se exonerar em 1067.

O conflito se reacendeu quando o imperador Henrique IV da Alemanha, atacou o subdiácono Godofredo, do arcebispado.

Em 1072, os patarinos elegeram um bispo alternativo, o clérigo Antão. O papa Alexandre II (de origem patarina) confirmou a nomeação, e o movimento conseguiu impedir a entrada do bispo imperial na cidade. O

papa Gregório VII, que sucedeu Alexandre II em 1072, conseguiu entrar em acordo com Henrique para dar uma solução pacífica à questão. Mas um incêndio desastroso que aconteceu em Milão naquele ano, e que foi atribuído aos patarinos, fez eclodirem novos tumultos, nos quais foi morto Erlembaldo, marcando, assim, o declínio do movimento.

Marginalizada sob o ponto de vista político-social, a pataria foi derrotada também no âmbito doutrinário. Se os patarinos afirmavam que sacramentos dados por sacerdotes indignos não eram válidos, a Igreja de Roma adotou oficialmente uma posição conciliatória: confirmou a condenação dos comportamentos simoníacos, mas admitiu a validade dos sacramentos, ainda que celebrados por oficiantes corruptos.

Um século depois, os cátaros também acabaram por receber a denominação pejorativa de "patarinos", que se tornou, para todos os efeitos, sinônimo de "hereges"

Os petrobrusianos

O nome vem de Pedro de Bruys, pregador do início do século XII, que rejeitava o batismo de crianças (os adeptos de seu movimento eram rebatizados quando adultos), a eucaristia e as liturgias como a missa e a oração para os defuntos. Além disso, opunha-se fortemente à adoração da cruz: para ele, a partir do momento em que ela foi instrumento da morte de Jesus, os cristãos deveriam odiá-la, em vez de venerá-la.⁸ Ele e seus seguidores foram acusados de profanar igrejas e queimar cruzes. Morreu queimado vivo por volta de 1135.

Tanquelmo e Arnaldo de Bréscia

O holandês Tanquelmo afirmava que a autoridade do papa não era absoluta e que os sacramentos não eram válidos se celebrados por clérigos corruptos. Foi acusado (mas provavelmente era calúnia) de propagar o amor livre. Foi preso pelo arcebispo de Colônia e morto em 1115, durante uma tentativa de fuga.⁹

Arnaldo de Bréscia, sacerdote de vida exemplar, afirmava que nenhum membro do clero deveria possuir bens ou exercer poder temporal. Ele também era contrário ao batismo de crianças e declarava inválidos os sacramentos celebrados por sacerdotes indignos.

Por causa de suas idéias, foi banido várias vezes e precisou vagar

pela Europa. Em 1145, chegou a Roma e, graças a seu carisma e eloqüência, tornou-se um dos conselheiros políticos e espirituais da cidade-Estado de Roma, sorteado alguns anos antes para a função de antipapa. De acordo com um cronista da época, Arnaldo "criticava abertamente os cardeais, dizendo que suas assembleias [...] não eram a Igreja de Deus, mas um mercado e uma espelunca de ladrões [...] Nem o papa era o que dizia ser, homem apostólico e pastor de almas, mas um homem sanguinário cuja autoridade tinha por base incêndios e homicídios, torturador das igrejas, perseguidor da inocência, que no mundo só servia para envergonhar as pessoas, enchendo o próprio cofre e esvaziando os dos outros" (Merlo, 1989, p. 35).

Sua popularidade lhe permitiu atuar por anos em Roma sem ser perturbado, até que, em 1155, o papa Adriano IV conseguiu mandá-lo ao exílio com a ameaça de publicar um "interdito" contra a cidade, uma espécie de "embargo religioso" que suspendia as atividades eclesiásticas sobre seu território. O interdito ameaçava tirar da cidade o lucrativo mercado de peregrinos.

Enquanto fugia de Roma, Arnaldo foi capturado pelas tropas de Frederico Barba-Ruiva, que o entregou ao papa. Foi enforcado, e, por medo de que surgisse um culto popular em torno de seus restos mortais, seu corpo foi cremado, e as cinzas, jogadas no Tibre. Seus seguidores, os arnalistas, continuaram, no entanto, a arrebanhar adeptos por anos, até se juntarem aos valdenses.

Os cátaros

Embora conhecidos por vários nomes — albigenses, patarinos, concorrenzzianos¹⁰ —, preferiam ser chamados de "cátaros", os "puros", do grego *katharos*. Eram ascetas e pacifistas, e seus sacerdotes não possuíam riquezas. Os cátaros tinham uma concepção dualista do mundo, herdada dos bogomilos:¹¹ o espírito é o bem e a matéria é o mal. Rejeitavam a doutrina da encarnação (já que a matéria é má, Deus não podia ser Jesus encarnado), o matrimônio, a procriação, e observavam longos e rigorosos jejuns. Praticavam uma espécie de batismo espiritual com a imposição das mãos. Tinham um "clero" próprio formado por "maiores" (bispos), presbíteros (padres) e diáconos. Além disso, distinguiam entre "perfeitos" (os

plenamente adeptos à seita, com todas as obrigações vinculadas) e "crentes" (uma espécie de "simpatizantes" a quem os cátaros permitiam a adesão formal aos ritos da Igreja Católica).

A heresia cátara era muito difundida na França meridional, a ponto de quase prevalecer sobre o catolicismo. Várias comunidades estavam presentes também na Itália e na Espanha setentrional, nos territórios eslavos e em Constantinopla. Os cátaros (como os primeiros cristãos) estavam presentes sobretudo nos centros urbanos. A população era conquistada por seu ascetismo e moralidade, muito maior do que a do clero ortodoxo. Aceitavam apenas uma parte das Sagradas Escrituras e consideravam a Igreja de Roma uma criatura do demônio. Assim, em 1167, fundaram uma verdadeira Igreja alternativa, com um concílio internacional numeroso no sul da França.¹² Os cátaros gozavam do apoio dos nobres provençais, que sonhavam em se apoderar dos bens da Igreja e temiam seu poder.

Em 1179, o Terceiro Concílio de Latrão estendeu os benefícios previstos para os cruzados da Terra Santa a quem empunhasse armas contra os hereges do sudoeste da França. Era a primeira vez que se ordenava uma Cruzada contra os cristãos.¹³

Em 1208, o papa Inocêncio III, preocupado com o crescimento contínuo da influência dos cátaros, renovou o chamado à Cruzada, prometendo de novo as mesmas indulgências e os mesmos privilégios concedidos aos cruzados.¹⁴

Assim, dois anos depois, foi formado um exército de duzentos mil cruzados, na maioria nobres do norte da França ansiosos por conquistar terras e mercadorias às custas de seus colegas do sul. "Por vinte anos, a parte mais civilizada da Europa — e, segundo alguns, também mais feliz —, a terra dos trovadores, foi devastada por saques e destruições em larga escala." (Christie-Murray, 1998, p. 155.)

A Cruzada teve episódios de grande fúria, como o massacre de Béziers, em 1209. Quando os cruzados conquistaram a cidade e perguntaram ao representante do papa como poderiam diferenciar os católicos dos hereges, este respondeu: "Matem todos. Deus reconhecerá os seus." "A cidade de Béziers foi dominada, e como nossos homens não

distinguiram dignidade, sexo ou idade, quase vinte mil homens morreram sob a espada... a cidade foi saqueada e queimada: assim a atingiu o admirável castigo divino." (Christie-Murray, 1998, p. 155.) Assim escreveram os representantes do pontífice, em um relatório oficial ao papa sobre os acontecimentos.

O massacre de Béziers causou o autêntico repúdio da opinião pública da época. Eis o que escreve o trovador provençal Guilhem Figueira, em seu "Sirvente contra Roma", composto por volta de 1227:

Roma...

Seria bom privá-la

De cérebro,

pela vergonha que carrega no chapéu,

você e seus Citeaux — que massacraram

Béziers, e assustadoramente!¹⁵

Após Béziers, sucedeu-se a conquista de Carcassone, Narbonne e Toulouse. A Cruzada se encerrou em 1229, com a tomada de Toulon e o tratado de Meaux, no qual o conde Raimundo VII, de Toulouse, reconheceu o domínio do rei da França, que lhe cedeu parte dos próprios territórios, e se reconciliou com a Igreja Católica. O tratado também equiparou o crime de heresia ao de lesa-majestade. Para provar sua boa vontade, em seguida, o conde mandou pessoalmente 80 hereges à fogueira em Agen, em 1249.

Os cátaros sobreviventes se refugiaram parte na Itália setentrional, parte nos Bálcãs, onde incrementaram as fileiras de uma Igreja dualista autônoma hegemônica na Bósnia-Herzegóvina, que foi destruída pela invasão turca do final do século XV.

Em 1244, o arcebispo de Narbonne, "seguindo as diretrizes apostólicas" (ou seja, as ordens do papa Inocêncio IV), mandou para a fogueira mais de duzentos hereges de ambos os sexos capturados após um ano de sítio à fortaleza de Montségur. Enquanto isso, a Igreja desenvolveu uma legislação para encorajar o "arrependimento". Em Milão, por exemplo, o período de noviciado para os ex-hereges que quisessem entrar para a ordem dos dominicanos foi reduzido. E houve ex-cátaros que se tornaram inquisidores e perseguidores de hereges, como o dominicano Ranier

Sacconi. No início do século XIV, "a questão cátara já estava resolvida: os focos de resistência seriam facilmente debelados pelos inquisidores". (Merlo, 1989, p. 98.)

Os valdenses

Estes devem seu nome a Pierre Valdo (ou Valdense), rico mercador de Lyon, que abriu mão de seus bens, doando-os aos necessitados, e, em 1176, reuniu um grupo de paupérrimos pregadores errantes. Gostavam de ser chamados de "Pobres de Lyon" ou "Pobres no Espírito", e ao menos no início puderam contar com certa simpatia por parte dos meios eclesiásticos.

Os valdenses atacavam a corrupção na Igreja romana e atribuíam o sacerdócio a todos os fiéis, homens ou mulheres. Para eles, todo bom cristão tinha o direito de pregar, absolver dos pecados e ministrar os sacramentos. Rejeitavam a comunhão, as orações pelos mortos, as indulgências, a confissão, a penitência, os hinos cantados, a recita de ladainhas em latim e a adoração aos santos. Para eles, o homicídio e a mentira, qualquer que fosse, eram pecados mortais, portanto, eram pecadores também os promotores das Cruzadas.

Os pastores valdenses se consagravam ao celibato e à pobreza e se dedicavam aos sermões. Graças ao zelo missionário, sua crença se espalhou por vários países da Europa Ocidental. Seu sucesso preocupou os vértices da Igreja, que passaram da tolerância relativa à repressão. O próprio Valdo foi excomungado em 1184.

O papa Inocência III percebeu a popularidade dos "Pobres de Lyon" e, em 1208, tentou cruzar seu caminho, instituindo os "Pobres Católicos", que, sob o controle da Igreja, tinham permissão para observar todas as práticas valdenses julgadas ortodoxas.

A conduta dos valdenses era irrepreensível: eram trabalhadores operários e humildes, vestiam-se de forma simples, esquivavam-se dos ataques de raiva e evitavam as formas de prazer terreno, como a dança ou a reunião em tabernas. Mas sua vida pacífica e popularidade não conseguiram salvá-los. Alguns acabaram na fogueira em Estrasburgo, em 1212. O Concílio de Latrão os condenou definitivamente em 1215, e em seguida tiveram de enfrentar também os ataques da Inquisição, que

prende centenas deles. Em 1393, foram queimados na fogueira 150 valdenses em um único dia. Dizimados, refugiaram-se nos Alpes, entre a França e a Savóia.

Em 1484, Carlos I de Savóia empreendeu uma verdadeira guerra contra eles, mas após as primeiras batalhas, vencidas pelos "hereges", entrou em acordo com eles. Três anos depois, o papa convocou uma Cruzada contra os valdenses.

O empreendimento teve grande sucesso, especialmente no lado francês: os povoados valdenses foram incendiados, as famílias que haviam se refugiado nas grutas foram retiradas e massacradas. Em uma caverna, dezenas de homens, mulheres e crianças foram queimados vivos.¹⁶ Mas a repressão não conseguiu acabar com eles.

Durante a Reforma Protestante, os valdenses tomaram partido dos calvinistas, chegando, com seus sermões, até a Suíça. Reanimados pelo novo clima, renovaram a verve missionária, atraindo para si outras perseguições.

Em 1545, o rei da França, Francisco I, organizou uma feroz repressão contra eles, na qual milhares de pessoas foram mortas e povoados inteiros foram destruídos. Entre 1560 e 1561, Manuel Filiberto de Savóia conduziu uma dura guerra contra os valdenses. Estes, como outros "hereges" antes deles, para defender suas idéias, sofreram uma transformação: de profetas desarmados a hábeis guerreiros. Os habitantes das planícies foram abatidos, mas aqueles que se encontravam nos vales conseguiram resistir e, em 1561, obtiveram o direito de exercitar o próprio culto, ao menos em locais isolados, distantes dos católicos.¹⁷ O novo clima gerado pela Contra-Reforma, no entanto, mais uma vez dificultará suas vidas.

As Páscoas Piemontesas

O período entre o fim do século XVI e a primeira metade do século XVII viu crescentes pressões e verdadeiras perseguições contra os valdenses. O ápice ocorreu em abril de 1653, com o massacre da Via Pellice, conhecido como "Páscoa Piemontesa".

Em 24 de abril daquele ano, um exército de mais de quatro mil soldados armados sob o comando do marquês de Pianezza ocupou os

vales valdenses e saqueou os povoados de San Giovanni e Torre, sem encontrar qualquer resistência. Apesar dos atos de submissão dos "hereges" (que aceitaram alojar as tropas católicas em suas próprias casas), Pianezza pôs a ferro e fogo os povoados de Pra del Torno, Villar e Bobbio. As casas foram saqueadas, os habitantes que não conseguiram fugir a tempo foram torturados e mortos. Ao final dos massacres, em 3 de maio, Pianezza convocou uma cerimônia solene durante a qual, na presença de seus homens e da população sobrevivente, mandou fincar no chão uma cruz. Nos dias seguintes, o exército católico atacou outros povoados da região, apesar da resistência armada de alguns cidadãos.

Em 1655, os Savóia foram obrigados a devolver aos valdenses pelo menos uma parte dos direitos a eles subtraídos, sob pressão da opinião pública internacional e de uma guerra comandada pelo líder camponês Giosuè Gianavello (que em seguida escreverá um manual da guerrilha).

O exílio e o glorioso repatriamento

Após a revogação do Edito de Tolerância de Nantes (18 de outubro de 1685), que colocara fim à série de guerras religiosas na França e regularizara a posição dos huguenotes, os valdenses foram atacados conjuntamente por exércitos de franceses e piemonteses. Pelo menos dois mil morreram em campo. Outros 8.500 foram capturados e aglomerados nas prisões em condições desumanas, onde milhares morreram. Os sobreviventes estavam destinados a ser vendidos como escravos. Outros três mil abjuraram sua fé e foram deportados para o Vercellese. Apenas um núcleo isolado de irredutíveis resistia fortificado nos vales.

Graças à mediação dos suíços, os prisioneiros sobreviventes puderam ser expatriados, e os últimos bandos armados puderam se refugiar nos vales (mas os pastores foram mantidos presos). Centenas deles morreram ou se perderam ao longo do caminho para os Alpes.

Os exilados realizaram, em 1689, o Glorioso Repatriamento, que os levou de volta às suas montanhas. Em grande segredo, na noite entre 16 e 17 de agosto de 1689, um exército misto de milhares de soldados valdenses e huguenotes armados atravessou o lago de Genebra. Em 27 de agosto, atravessaram a fronteira saboiana e, com uma marcha rápida, em 9 dias

chegaram a seu vale nas montanhas piemontesas, pegando de surpresa as tropas do duque de Savóia.

Durante os primeiros embates, os valdenses levaram a melhor, apesar da esmagadora superioridade numérica do adversário. Ao final, entre baixas em combate e derrotas, apenas um estandarte de trezentos homens conseguiu passar o inverno em seus vales. Um ano depois, estes mesmos combatentes conseguiram escapar dos tiros de canhão e dos ataques de um exército de quatro mil dragões.

O duque de Savóia, então, aliou-se à Inglaterra protestante, libertou os pastores presos e publicou um edito de tolerância. Os valdenses súditos de Savóia precisaram esperar, entretanto, até 1848 para ver reconhecida a igualdade total de direitos com seus conterrâneos católicos.

Já no início do século XIV, um núcleo de valdenses do Piemonte havia se transferido às montanhas da província de Cosenza. A comunidade não parou de crescer com as sucessivas chegadas. Outro núcleo de valdenses se estabeleceu na Puglia, em Capitanata, no início do século XVI.

Sua existência, até então pacífica e tolerada, tornou-se bruscamente mais difícil quando, após sua adesão à Reforma, decidiram dar novo impulso à pregação pública do Evangelho, chamando pregadores externos. Este ativismo renovado abriu os olhos da Inquisição. Dois pregadores foram presos e, após serem levados a Roma, queimados na fogueira.¹⁸ Todos os outros tiveram de abjurar.

Os valdenses de Guardiã e San Sisto, sem a intenção de abjurar, pediram para emigrar para terras mais hospitaleiras, mas não obtiveram o consentimento. Eles, então, pegaram em armas para se defender e, em abril de 1561, enfrentaram e levaram a melhor sobre as tropas do Reino de Nápoles. A reação não tardou: em 28 de maio, as tropas governamentais atacaram os vilarejos valdenses com permissão para matar impunemente homens, mulheres e crianças que resistissem à captura. Os povoados foram saqueados e queimados; grande parte dos prisioneiros foi morta no local, degolada ou jogada de uma torre. Os sobreviventes acabaram diante de um tribunal misto composto de juízes reais e eclesiásticos que culminou em 86 condenações à morte, logo executadas.

O balanço final da perseguição, redigido com meticulosidade pelo vice-rei Alcalá, fala de dois mil mortos e 1.600 presos. Destes, 150 foram condenados à morte. Além disso, as tropas rastream e justicaram outros cem valdenses debandados nos campos. Os da Puglia, menos "militantes" e mais "acomodados", tiveram um destino melhor, talvez também por mérito dos senhores feudais do lugar, que não viam com bons olhos uma intervenção militar que os privaria de sua preciosa mão-de-obra. Mas, ao final, estes também foram obrigados a abjurar.

Os *stendigs* e os franciscanos

O *stendigs* eram uma população germânica que vivia às margens do rio Weser. Recusaram-se a reconhecer a jurisdição temporal do arcebispo de Bremen e, por esta única rebelião, foram declarados hereges (na verdade, não consta que praticassem heresias doutrinárias). O papa Gregório IX (1227-1241) lançou contra eles uma Cruzada em 1234. Foram atacados pelas forças conjuntas do duque de Brabante e dos condes da Holanda e de Cleves, que investiram contra eles com uma frota de trezentos navios. De quatro mil a cinco mil *stendigs* foram mortos em combate. O restante da população em parte morreu afogada no Weser, em parte se dispersou. O balanço final gira em torno de 11 mil vítimas.

Nem as ordens reconhecidas pela Igreja escaparam da acusação de heresia. Antes mesmo da morte de seu santo fundador, os franciscanos se dividiam em duas correntes: os conventuais, favoráveis a uma flexibilização da regra de pobreza, e os espirituais, também chamados de zelosos, fiéis à regra original e fortemente críticos em relação à Igreja.

Após a morte de Francisco (1226), as posições entre as duas correntes acabaram se cristalizando, até produzirem um verdadeiro confronto. Em 1274, um grupo de freis da região de Marche, alarmados pela falsa notícia de que a regra franciscana seria modificada para permitir que a ordem possuísse bens, deu vida a uma rebelião. O movimento logo se espalhou por toda a Umbria e pela Toscana. Em seguida, alguns rebeldes foram condenados à prisão perpétua, tendo sido agraciados muitos anos depois.

Em 1294, o papa Celestino V concedeu aos extremistas a permissão de criar uma ordem separada. Bonifácio VIII (1294-1303) revogou

a disposição e os perseguiu.

Dos espirituais franciscanos derivou também o movimento herético dos "fraticelli", difundido especialmente no centro e no sul da Itália.

Sua heresia consistia em pregar as profecias apocalípticas que circulavam no meio franciscano, mas principalmente na interpretação extrema da regra da pobreza. A afirmação de que "Cristo e os apóstolos não possuíam nenhum bem" custou a fogueira a nove deles durante o pontificado de Urbano IV (1261-1264).¹⁹

A partir de 1316, o papa João XXII (1316-1334), condenado pelos "fraticelli" como o anticristo, ordenou sua perseguição. Em 1322, a assembléia geral dos frades menores (os franciscanos espirituais) assumiu sua posição no debate teológico, declarando que "Cristo e os apóstolos haviam vivido em pobreza absoluta". No ano seguinte, o pontífice declarou heréticas as teses franciscanas e ordenou que a Inquisição perseguisse quem quer que as defendesse. Nos anos sucessivos, vários freis católicos acabaram na fogueira (David Christie-Murray, 1998, p. 160).

Jacopone de Todi

É um dos mais ilustres personagens da corrente espiritual, místico e poeta. Aliou-se, junto a outros expoentes espirituais franciscanos, à poderosa família Colonna, acirrada inimiga de Bonifácio VIII, e foi um dos signatários do Manifesto de Lunghezza (10 de maio de 1297), que declarava ilegítima a nomeação do papa e pedia a convocação de um concílio para nomear um novo pontífice. Excomungado junto a outros seguidores em 1298, foi encarcerado. As condições da detenção eram muito rígidas: acorrentado dia e noite nos frios e úmidos subterrâneos de um convento onde desembocava uma tubulação de esgoto, a pouca comida que recebia era por meio de uma cesta lançada do alto, e só conseguia se mexer o que os ferros permitiam.

Em vão, pediu ao papa que ao menos a excomunhão fosse revogada, mas o pontífice, apesar de ter concedido uma indulgência plenária por ocasião do primeiro Ano Santo (1300), furtou-se a perdôá-lo. Só depois da morte de Bonifácio VIII (1303), Jacopone, já com mais de 70 anos, viu-se livre da prisão e da excomunhão e voltou ao convento. Dizem que já não conseguia andar, pois seus joelhos haviam se calcificado em

decorrência da posição em que foi obrigado a ficar por anos. Morreu em 1306.

Frei Dulcino

Talvez o mais famoso herege medieval italiano. Em 1300, Dulcino tornou-se líder carismático dos apostólicos, uma seita herética pauperista que contestava a corrupção da Igreja e cujos pregadores gozavam de grandes favores junto ao povo depois que seu fundador, Gherardo Segalello, foi morto queimado.

Este enviou aos seguidores um apelo de tons proféticos: a era do mal estava por acabar, em breve o imperador Frederico III de Aragão derrubaria o falso papa Bonifácio VIII e, com ele, todo o clero corrupto. Adviria, então, uma era de paz universal, com a eleição de um papa santo. Enquanto isso não acontecia, os apostólicos eram obrigados a viver na clandestinidade para fugir das perseguições da falsa Igreja, que perseguia e mordia, como cães, os verdadeiros fiéis.²⁰

E foi por incentivo de Dulcino que os apostólicos se transformaram, de movimento anárquico e espontâneo, em uma organização "subversiva" clandestina que criou uma fervorosa propaganda anticlerical que se difundiu em grande parte da Itália. Os pregadores podiam contar com a hospitalidade e a cumplicidade de um grande número de pessoas de vários extratos sociais, admiradas com o comportamento desses "homens bons" e com o carisma profético de Dulcino. Todavia, como este previra, a Inquisição começava a perseguir os apostólicos: os vilarejos foram peneirados à procura de hereges e das famílias que os protegiam. Em 1303, Zaccaria de San'Agata, que afirmava que a Doação de Constantino fora a verdadeira causa da ruína da Igreja, foi queimado na fogueira.

Em Bolonha, foi a vez de Rolandino de Ollis, Pietro dal Pra, o eremita Bartolomeo Petri Rubey e Giovanni Gerardini (este salvo rocambolescamente várias vezes da captura) acabarem na fogueira ou pegarem prisão perpétua. Muitas outras pessoas, mesmo anos depois dos acontecimentos, foram alvo das atenções da Inquisição por terem hospedado os apostólicos. Algumas delas foram condenadas, outras escaparam abjurando ou declarando que agiram de boa-fé e foram

enganadas; "pareciam homens bons" será a defesa de muitos. E o próprio Dulcino havia declarado que não era pecado prestar falso testemunho aos inquisidores para salvar a própria vida ou a de companheiros.

Em 1304, Dulcino se refugiou em Novara, estabelecendo-se, junto com seus seguidores, nas terras entre Serravalle e Gattinara. Lá, fundou uma comunidade cujas bases eram a igualdade evangélica e a comunhão de bens. A população recebeu, com alegria, a presença dos apostólicos, mas a intervenção das milícias estatais, conduzidas pelo inquisidor padre Emanuele, obrigou os dulcinistas a se refugiar, no verão de 1305, no monte Parete Calva, em Valsesia, uma espécie de fortaleza natural intransponível. No monte, Dulcino realizou a segunda transformação de seu movimento: de pregadores pacíficos a guerreiros, homens e mulheres dispostos a defender com as armas a própria independência. Para se manter, os dulcinistas empreenderam verdadeiras incursões armadas no vale, saqueando e roubando as despensas dos senhores feudais, fazendo ricos de reféns e trocando-os por comida. Os cruzados anti-hereses, por sua vez, atacavam todos os suspeitos de ajudar os rebeldes e emboscavam os dulcinistas que desciam a montanha. Além disso, onde os inquisidores não chegavam, chegavam o rigor do frio do inverno e uma tremenda escassez. O exército de Dulcino foi dizimado pela fome, pelo cansaço e pelos embates militares. Ao final, quando as condições de vida se tornaram proibitivas, os apostólicos sobreviventes (cerca de mil), na primavera de 1306, partiram em novo êxodo: através de passagens inacessíveis, chegaram à região do monte Rubello (ou seja, "rebelde", que ganhou este nome pela presença dos rebeldes dulcinistas), onde construíram uma verdadeira cidade fortificada. Lá, a luta contra eles foi conduzida diretamente pelo bispo e inquisidor Vercelli Raniero Avogardo, que reuniu tropas da Inquisição, milícias estatais, além das forças do arcebispo de Milão e do duque de Savóia, convocadas a pedido do próprio papa Clemente V. Todos os acessos ao monte foram bloqueados e, apesar de uma surtida dos revoltosos, o assédio venceu egregiamente. Debilitados pela fome (de acordo com os relatos da época, chegaram ao ponto de se alimentar dos corpos dos companheiros mortos), os dulcinistas não conseguiram opor resistência quando, em 23 de março

de 1307, as tropas de coalizão do arcebispo fizeram o ataque final. Centenas de hereges morreram em combate ou afogados na torrente que nasce no monte. Deles, 140 (dentre os quais o próprio Dulcino e sua companheira, Margherita) foram capturados vivos e poupados intencionalmente, para que sua condenação servisse de exemplo.

A Inquisição e o tribunal eclesiástico lutaram pela honra de presidir o processo, que se encerrou rapidamente com uma sentença já executada. Na prisão, Dulcino e seus seguidores foram torturados longa e cruelmente para que abjurassem, mas sem êxito.

E, assim, em 1º de junho de 1307, foi queimado vivo em Vercelli, após sofrer um grande suplício. O carro que o levou ao patíbulo fez várias paradas, e cada uma correspondia a uma tortura do público: primeiro, sua carne foi arrancada (*usque ad ossa*, ou seja, até chegar ao osso, pelo que diz um cronista da época) com alicate quente, depois seu nariz foi quebrado, e finalmente lhe foram arrancados os genitais. Antes de subir na fogueira, viu o "espetáculo" de sua companheira, Margherita, sendo despida e queimada viva. Seus restos foram jogados no rio.²¹

Todos os combatentes que ajudaram a localizar Dulcino foram agraciados com o nome de "cruzados" e gozaram de benefícios especiais e indulgências.

O comportamento de Dulcino, que não se entregou a súplicas e gritos desesperados nem durante o suplício nem no fogo, suscitou comentários de admiração até mesmo dos cronistas e relatores católicos. A figura de Margherita, em uma época não muito gentil com as mulheres, também foi tratada com respeito pelos escritores eclesiásticos, que não hesitaram em difamar, de todas as formas, a memória de Dulcino e de seus seguidores.

Assim, o líder dos dulcinistas saiu da história para entrar no mito. Por um lado, a lenda negra: diziam que fora um bruxo poderoso e que só a magia podia explicar a excepcional resistência armada de um bando de rebeldes pobres diante das armaduras e máquinas de guerra do exército do arcebispo. Diziam que os espíritos dos rebeldes ainda vagavam pelos arredores do monte Rubello, e os boatos eram tão insistentes que convenceram as autoridades eclesiásticas a erguer, em 1308, um santuário

dedicado a São Bernardo, para exorcizar a área da presença dos espíritos malignos e comemorar sua libertação da "peste herética". Ao mesmo tempo, nasce também uma lenda branca, que considerava Dulcino e Margherita quase dois santos. Ao herege foram atribuídos, após sua morte, verdadeiros milagres.

Jan Hus, o Lutero da Boêmia

Jan Hus (cerca de 1373-1415) foi o precursor da Reforma na Boêmia. Sacerdote de vida irrepreensível, tornou-se diretor da Faculdade de Filosofia e reitor da Universidade de Praga. Inspirado pelas teses de Wyclif, Hus era favorável à interpretação particular das Escrituras e defendia o direito de se rebelar contra a autoridade (civil ou religiosa) para agir de acordo com a consciência.²²

Para tornar as Escrituras acessíveis ao homem comum, pregava em tcheco, além do latim, alimentando um sentimento crescente de nacionalismo boêmio.

Hus era popular entre as massas, na aristocracia (chegou a se tornar o confessor da rainha) e entre os estudantes da Universidade de Praga, onde, por um período, suas teses dominaram. Pregou contra a corrupção do clero em todos os níveis e negou a validade dos sacramentos ministrados por sacerdotes indignos. Fez vários ataques violentos contra a Igreja de Roma.²³ Um de seus últimos atos foi a denúncia do comércio de indulgências por parte dos representantes do papa para financiar uma Cruzada contra o rei de Nápoles.²⁴ E foi esta a última e fatal batalha: excomungado pelo papa e interdito por Praga, Hus continuou a pregar ao ar livre apoiado pelo público.²⁵

Condenado pelo Concílio de Constanza, foi expulso do clero e, em 6 de julho de 1415, mandado para a fogueira. No ano seguinte, foi a vez de um discípulo seu, Jerônimo de Praga. Hus já tinha se tornado, aos olhos dos boêmios, um mártir e autêntico herói nacional. De seus sermões, nasce o movimento hussita, dividido em duas vertentes: uma moderada, composta prevalentemente por aristocratas, e outra extremista, mais difundida em meios populares.

Em 1418, a ala radical fez eclodir uma rebelião popular que envolveu tanto a cidade de Praga quanto os campos vizinhos.²⁶

O imperador Sigismundo percebeu que a guerra religiosa era também uma guerra de independência e, em 1420, invadiu a Boêmia. Mas seu exército foi esmagado pelos camponeses tchecos, que utilizaram técnicas de combate inovadoras. Os anos seguintes presenciaram a difusão das doutrinas hussitas na Áustria, Alemanha, França e Hungria. Por volta de 1430, a ala moderada e a extremista se confrontaram em uma verdadeira guerra civil, perdida pelos radicais. De todo modo, os hussitas conseguiram obter, pelo menos na Boêmia, liberdade de culto. Depois, a maior parte deles passou para a igreja calvinista.

Joana d'Arc, bruxa, herege e santa

Em 30 de maio de 1431, Joana d'Arc foi condenada por bruxaria e heresia, e mandada para a fogueira. Sob o ponto de vista doutrinário, sua "heresia" não era muito diferente da de Hus: ela colocara o juízo pessoal à frente do oficial da Igreja. Séculos depois, esta admitiu implicitamente seu erro e a proclamou santa em 9 de maio de 1920.

Jerônimo Savonarola

Jerônimo Savonarola (1452-1498) era um frei dominicano que condenava os pecados e a vaidade, e que denunciava os males da Igreja. Começou a pregar em Florença por volta de 1491, anunciando o iminente fim do mundo. Os acontecimentos de 1494, com a invasão de Florença por parte do rei da França e a expulsão da família Medici, pareciam confirmar suas profecias. Dessa forma, conquistou o carisma de um profeta diante dos florentinos e exerceu grande influência sobre o nascente governo da cidade-estado. Por incentivo seu, a república florentina deu vida a uma legislação intransigente e intolerante não só contra a usura e a corrupção, mas também contra o luxo e a "imoralidade".

Um dos alvos dos sermões de Savonarola era o pontífice da época, Alexandre VI Bórgia, que, por sua vez, odiava o pregador e os florentinos, que atrapalhavam sua pretensa hegemonia sobre a Itália central.

Em maio de 1497, Savonarola foi excomungado. Ele, então, apelou a todos os Estados europeus para que convocassem um concílio ecumênico para depor Alexandre VI. Mas obedeceu às ordens de seus

superiores dominicanos e interrompeu os sermões. Um franciscano o desafiou a se submeter a um ordálio (passar através do fogo, para demonstrar ser protegido por Deus), mas ele recusou a prova, que foi aceita por um seguidor seu. Talvez a recusa tenha diminuído seu prestígio, talvez o fim do apoio francês ao governo florentino tenha tornado seus adversários mais agressivos, talvez simplesmente os florentinos não tenham agüentado mais sua rigidez moralista, mas o fato é que, em 7 de abril de 1498, o dia previsto para o ordálio, o povo de Florença se revoltou contra Savonarola. O papa pôde, assim, capturá-lo e processá-lo. Sob tortura, confessou ser culpado de heresia e de vários outros crimes e, em maio de 1498, foi queimado na fogueira junto com dois seguidores.

Recentemente, foi beatificado.

TERCEIRA PARTE
Modernidade e repressão

CAPÍTULO 8

Os cristãos eram proibidos de ler a Bíblia

Inacreditável, mas verdadeiro. Em alguns períodos, traduzir a Bíblia para uma língua compreensível pelo povo era um crime que podia custar a vida. Ter o Evangelho em casa era proibido a quem não fosse sacerdote.

Judeus, cristãos e muçulmanos são chamados também de "povos do Livro", pois baseiam a própria fé, os próprios preceitos e hábitos em textos ditados (ou inspirados) por Deus. De acordo com essas religiões, o fiel não só tem o direito, como o "dever" de ler, estudar e entender as Escrituras. Por exemplo, no mundo protestante, a leitura e o conhecimento da Bíblia representam uma tradição. Já no mundo católico, apenas há algumas décadas os altos escalões da Igreja levantaram a questão de uma "alfabetização bíblica" dos fiéis. Essas diferenças culturais têm causas históricas precisas.

O problema das religiões baseadas em uma revelação escrita é a língua. O que acontece quando uma crença desse tipo se difunde entre outros povos ou quando, no próprio local em que nasce, a evolução natural no decorrer dos séculos faz a linguagem mudar? Acontece, de forma banal, que a Revelação corre o risco de não mais ser compreendida pela maior parte dos crentes.

A Bíblia dos Setenta e a *Vulgata*

Antes mesmo do nascimento de Cristo, os judeus, que tinham várias comunidades espalhadas por todo o oriente helênico, precisavam enfrentar esse exato problema. A Bíblia (*biblia*, que, em grego, significa "livros"), sendo na maior parte escrita em hebraico,¹ não era de fácil compreensão para muitos judeus, principalmente os de segunda ou terceira geração, que não dominavam mais a língua de seus antepassados.

Além disso, havia muitos "gentios" (ou seja, "não-judeus") de língua grega que se aproximavam com curiosidade do culto judaico. Assim, no século III a.C, a comunidade judaica de Alexandria, no Egito, traduziu as Escrituras do hebraico para o grego, produzindo a versão conhecida como "Bíblia dos Setenta", pois setenta eruditos teriam trabalhado em sua

tradução, pelo que diz a tradição.

Séculos depois, em Roma, quando o cristianismo já estava difundido no Ocidente e tinha se tornado religião de Estado, surgiu o mesmo problema. A Bíblia dos cristãos (ou pelo menos dos adeptos da Igreja "oficial") era composta pelo "Antigo Testamento" (ou seja, a velha Bíblia judaica, já traduzida para o grego) e o "Novo Testamento", uma coleção de vários textos (Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, Atos dos Apóstolos, Epístolas, Apocalipse de João) escritos em grego.

São Jerônimo (347-420) traduziu para o latim — a língua mais difundida nos territórios ocidentais do Império Romano — a Bíblia cristã. Ainda hoje, a versão por ele traduzida é conhecida com o nome de *Vulgata* (ou seja, "popular", "acessível", "divulgada").

São Jerônimo viu-se diante de questões complexas e perigosas de tipo filológico e teológico, como a adoção do cânone. De fato, os judeus completaram o cânone bíblico séculos após a tradução dos Setenta, excluindo vários livros já presentes na edição alexandrina (Tobias, Judite I e II, Macabeus, Baruc e Lamentações de Jeremias, Sabedoria, Eclesiástico, partes de Ester e de Daniel). No final, Jerônimo decidiu incluir em sua tradução os livros já presentes na tradução dos Setenta, embora não considerando todos eles canônicos.

A questão do cânone bíblico está em aberto até hoje. Os católicos (apenas do parecer contrário de Jerônimo) consideram sagrados todos os livros contidos na *Vulgata*. Os protestantes, por outro lado, consideram o Antigo Testamento como cânones bíblicos mais restritos, e, de acordo com as várias crenças, ou mantiveram livros não canônicos como "apócrifos" ou os arrancaram de suas Bíblias.

Mais ou menos nos mesmos anos, o bispo ariano Wulfila realizou um feito parecido, inventando um novo alfabeto para traduzir a Bíblia para o godo e torná-la, assim, acessível aos povos germânicos. Um século depois, São Patrício difundiu o Evangelho em língua celta, para cristianizar a Irlanda.² Muito mais tarde, São Cirilo sistematizou o alfabeto glagolítico, antepassado do atual cirílico, para difundir sua fé entre os povos eslavos.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, o latim foi caindo em desuso e, na Europa, nasceram as chamadas línguas "vulgares", das

quais derivam nossas atuais línguas nacionais. No início do século XI, na Europa, o latim só era falado de fato por doutores e juristas, uma língua desconhecida pelas pessoas comuns.

Bíblia - heresia

Pareceria lógico, portanto, que a Igreja da época promovesse energeticamente a tradução da Bíblia para as novas línguas nacionais, de modo que os fiéis pudessem, se não estudá-las (pouquíssimos sabiam ler e escrever), pelo menos ouvi-la em uma língua compreensível. Mas não. Pelo contrário, a partir do século XIII, todas as tentativas de tornar as Escrituras compreensíveis para o povo foram condenadas e seus artífices foram perseguidos. Por quê? Os hereges e aqueles que contestavam o poder da Igreja utilizavam as Sagradas Escrituras para demonstrar para o povo como a Igreja oficial havia se distanciado do mandamento evangélico originário de pobreza e humildade.

Em 1199, o papa Inocêncio III (o promotor da Cruzada contra os cátaros) lançou-se contra os leigos, homens e mulheres, que "em reuniões secretas chamaram para si o direito de expor os escritos e pregar uns aos outros".³ Em 1229, o Concílio de Toulouse, convocado no sul da França, onde haviam sido exterminadas dezenas de milhares de hereges, proibiu que os leigos possuíssem e lessem a Bíblia, especialmente aquela em língua vulgar, com exceção dos Salmos e dos passos contidos nos breviários autorizados.⁴

De fato, o estudo e a pregação da Bíblia eram atividades reservadas ao clero. Os que ousavam infringir o *status quo* corriam o risco de ser acusados de heresia e mandados para a fogueira. É possível até afirmar que, a partir dessa época, não houve mais processo contra hereges em que os réus não fossem acusados também de "tradução e leitura não autorizada dos Evangelhos".

A invenção da prensa e as novas proibições

Em meados do século XV, Gutenberg inventou a prensa de tipos móveis, e a primeira obra a ser produzida com o novo sistema foi exatamente a Bíblia. "A invenção da prensa e o uso do papel contribuíram para aumentar a difusão dos livros, tornando a heresia mais difícil de ser controlada. De fato, enquanto queimar um manuscrito herético produzido

através de um cansativo trabalho de cópia que durava semanas ou meses podia significar a anulação completa daquela expressão de pensamento heterodoxo específico — especialmente se, junto com o manuscrito, seu dono também acabava na fogueira —, destruir todas as cópias de uma edição feita na prensa parecia quase impossível."⁵

Em 1492, os bastante cristãos reis da Espanha proibiram a tradução da Bíblia em língua vulgar. No início do século XVI, uma tradução francesa do Novo Testamento fez tanto sucesso que alarmou a Faculdade de Teologia de Paris e levou o Parlamento, em 1526, a ordenar, por força de lei, a apreensão de todas as traduções bíblicas e a proibir que os tipógrafos as imprimissem no futuro.⁶

Quando Lutero começou a traduzir a Bíblia em alemão (e outros, animados com seu exemplo, fizeram o mesmo nas várias línguas nacionais), o alto clero católico o acusou de golpe. Eis o que escreveu uma comissão de preladados sobre o assunto, em um relatório enviado ao papa em 1553:

É preciso fazer todos os esforços possíveis para que a leitura do Evangelho ' seja permitida o mínimo possível... O pouco que se lê na missa já basta, que ler mais do que aquilo não seja permitido a quem quer que seja. Enquanto os homens se contentaram com aquele pouco, os interesses de Vossa Santidade prosperaram, mas quando se quis ler mais, começaram a ficar prejudicados.

Em suma, aquele livro [o Evangelho] foi o que, mais que qualquer outro, suscitou contra nós aqueles turbilhões e tempestades em que por pouco não nos perdemos inteiramente.

E se alguém o examinar inteira e cuidadosamente e depois comparar as instruções da Bíblia com o que se faz nas nossas igrejas, perceberá logo as divergências e verá que nossa doutrina muitas vezes é diferente e, mais ainda, contrária ao texto: o que quer que o povo entendesse, não pararia de reclamar de nós até que tudo fosse divulgado, e então nos tornaríamos objeto de desprezo e de ódio de todo o mundo.

Por isso, é preciso tirar a Bíblia da vista do povo, mas com grande cautela, para não dar ensejo a tumultos.⁷

Estranhamente, a Itália da época estava em condições melhores do que outros países europeus. Lá, no final do século XV, já haviam se

difundido várias divulgações dos livros sagrados, antecipando-se às traduções em alemão e francês, e outras foram lançadas nas décadas seguintes, encontrando um notável sucesso de público.⁸

Depois da explosão do cisma luterano, as autoridades eclesiásticas adotaram um comportamento ambivalente sobre as traduções italianas das Escrituras. De um lado, toleravam-nas com reserva, tendo em vista a grande requisição dos fiéis (até os analfabetos podiam conhecer seu conteúdo, pedindo que alguém o lesse). Do outro, a posse e a leitura de uma Bíblia em língua vulgar podiam levantar suspeitas de heresia. Foi, por exemplo, o caso do pintor Riccardo Perucolo, condenado pela Inquisição, que confessara calmamente ao juiz que lia o Novo Testamento para entender melhor os sermões do padre.

As traduções do Antigo e do Novo Testamento fizeram tanto sucesso entre o povo e as mulheres de todas as condições sociais que alarmaram as autoridades eclesiásticas. "Qualquer um de nós quer as condições, seja fêmea ou macho, idiota (analfabeto) ou letrado, para entender as mui profundas questões da teologia e da escritura divina", escreveu, escandalizado, uma testemunha da época. E outro intelectual lamenta que "aos impuros, soldados, vendedores de ferro-velho, açougueiros, tintureiros, batedores de lã, pedreiros e ferradores [conferissem, junto com as mulheres, o direito de] expor a Escritura, falar de algo tão importante e ler para os prelados da Igreja" (Fragnito, 1997, p. 73).

A Bíblia na fogueira

Em 1558, o inquisidor de Veneza proibiu que os tipógrafos da cidade imprimissem traduções da Bíblia em língua vulgar.

O Índex (lista de livros que os católicos eram proibidos de ler ou possuir, salvo com permissão especial da autoridade eclesiástica), de 1559, vedava de forma peremptória que qualquer pessoa imprimisse, lesse ou possuísse uma Bíblia traduzida em qualquer língua vulgar, salvo se permitido pela Santa Inquisição de Roma. Edições posteriores do Índex revogaram pelo menos parte da proibição, que foi mantida, no entanto, por prelados mais zelosos.

Em 1571, o bispo de Cagli e Pergola proibiu que as clarissas do mosteiro de Monteluca lessem a Bíblia em italiano.

O novo Índice, de 1596, revalidou a proibição. "A Igreja tentava, com uma operação sem precedentes, suprimir qualquer traço residual do texto sagrado em italiano." (Fragnito, 1997, p. 197.) Nas décadas que se sucederam, centenas de Bíblias e Evangelhos proibidos foram recolhidos em igrejas, conventos e residências privadas, e queimados. Tratava-se não só de obras escritas por hereges e protestantes, mas também de traduções aprovadas e comentadas por eclesiásticos católicos.

Em 1605, o embaixador veneziano Francesco Contarini, defendendo a causa da Sereníssima, ameaçada por um interdito papal, afirmou que os teólogos venezianos não atacavam a Santa Sé em seus sermões, mas se limitavam a expor passagens das Escrituras. O papa Paulo V então rebateu: "Não sabeis (como) a leitura da Escritura estraga a religião católica?" (Fragnito, 1997, p. 130.)

Seria preciso esperar até 1758 para rever na Itália traduções das Sagradas Escrituras em língua vulgar.

CAPITULO 9

A Inquisição

Entre os séculos XI e XII, as penas de morte para os hereges não eram mais um fato inédito, mas a maioria do corpo eclesiástico ainda relutava em aceitar a situação. Pier Damiani (1007-1072) afirmou orgulhosamente que os santos estão dispostos a sacrificar a própria vida pela fé, mas não matam hereges.

Em 1144, Wazo, bispo de Liège, salvou a vida de alguns cátaros que a multidão queria jogar na fogueira.¹ O arcebispo de Milão também protestou contra a multidão que havia linchado alguns hereges. Bernardo de Chiaravalle, que contribuiu para prender vários hereges, declarou, no entanto, que estes deveriam ser conquistados com a razão, e não com a força. Em 1162, o papa Alexandre III (1159-1181), julgando o caso de alguns cátaros, declarou que "era melhor perdoar o culpado do que tirar a vida de um inocente". Em 1165, em Narbonne, um debate público pacífico explicou a diferença entre católicos e cátaros.² Em suma, na Igreja, observavam-se várias tendências sobre como lidar com os hereges.

Na verdade, foi o próprio "clemente" Alexandre III que deu um passo muito importante para o nascimento da futura Inquisição. Usando as deliberações do Terceiro Concílio de Latrão, ele daria aos bispos ordens expressas para investigar sobre os hereges, mesmo com base em meras suspeitas. Ao poder leigo foi reservado o papel de subordinado do braço executivo da instituição eclesiástica.³ Inocêncio III (1198-1216), com os decretos *Licetheli*, de 1199, e *Qualiter et quando*, de 1206, estabeleceu que a acusação de heresia podia ser formalizada mesmo com base em "fama pública", ou seja, nos boatos que corriam sobre dada pessoa.⁴

Em 1229, um concílio reunido em Toulouse, em uma região que retomara a "verdadeira fé" com as armas e o extermínio, criou oficialmente o Tribunal da Santa Inquisição. Mais tarde, o papa Gregório IX (1227-1241) tirou dos bispos o controle dos processos contra os hereges e os confiou a comissários especiais escolhidos entre dominicanos e franciscanos.⁵ Justamente os membros das ordens mendicantes, que haviam sido acusadas de heresia, tornaram-se os mais ferrenhos perseguidores de quem professava idéias não ortodoxas. Muitos conventos franciscanos foram

dotados de prisões para os hereges, mas também para os frades culpados de rebeliões.

A partir desse movimento, a Inquisição adquiriu uma estrutura autônoma, tornando-se uma verdadeira polícia da Igreja, com tarefas de investigação e repressão. Os inquisidores tinham plenos poderes, inclusive o de depor e mandar prender eclesiásticos que defendessem hereges.

O quadro foi completado por Inocêncio IV (1243-1254), que deliberou o recurso à tortura para "promover a obra de fé de maneira mais verdadeira".⁶ Esta deveria ser realizada por autoridade secular, mas depois, por questões práticas, os inquisidores e seus assistentes também receberam permissão para "sujar as mãos", com a possibilidade de darem a absolvição uns aos outros.⁷

Além da política de repressão, a Inquisição usou também a de "colaboração". Ainda Inocêncio IV, em 1426, autorizou que fosse reduzido o período de noviciado para os cátaros convertidos que quisessem entrar para a ordem dos dominicanos e se tornar inquisidores. Bonifácio VIII (1294-1303) permitiu "que no processo inquisitório contra a maldade herética se agisse de maneira simples e extrajudicial, longe da confusão dos advogados e do procedimento judiciário".⁸

Os territórios da cristandade foram divididos em distritos, correspondentes às Províncias das Ordens Mendicantes. Para cada distrito, era designado um inquisidor junto com um séquito de policiais, espiões e torturadores. Os tribunais da Inquisição eram itinerantes. O terreno era preparado por um pregador, que percorria as várias cidades e povoados alguns dias antes do inquisidor e concedia indulgências a todos que abjurassem a eventuais convicções heréticas e dessem o nome de outros pecadores.⁹ Contemporaneamente, o poder temporal também contribuiu para a luta contra as heresias. Além disso, um Estado cristão que tolerasse a heresia poderia receber excomunhão, interditos, além de correr o risco de ser alvo de uma Cruzada. Frederico Barba-Ruiva, em 1184, declarou os hereges ilegais. Em 1197, Pedro de Aragão os condenou à fogueira.

Como já lembramos, o Tratado de Meaux, de 1229, que sucedeu a Cruzada anticátaros, equiparava o crime de heresia ao de lesa-majestade, delito punível com a pena de morte. O imperador Frederico II

emanou, entre 1220 e 1239, uma série de editos cada vez mais cruéis, com os quais condenou os hereges ao confisco dos bens, ao exílio, à prisão perpétua e, finalmente, à fogueira.¹⁰

Na França, a condenação à fogueira, já aplicada de fato, tornou-se lei para todos os efeitos em 1270. Na Inglaterra, só foi aprovada em 1401, com o estatuto que tinha o estranho nome de *Da haeretico comburendo*.¹¹

A aliança entre trono e altar para frear um fenômeno que ameaçava tanto a autoridade civil quanto a religiosa se tornou um dos traços constitutivos da Inquisição também nos anos seguintes à sua criação. Os tribunais da Inquisição emitiam suas condenações, mas era o "braço secular" que as executava.

Portanto, uma denúncia anônima ou a suspeita de heresia já eram suficientes para ser investigado; suspeita essa que podia ser "leve", "veemente" ou "violenta", de acordo com o juiz.¹² Até mesmo a prática assídua demais da oração e do jejum podia levantar suspeitas.

Diante dos tribunais da Inquisição, um suspeito era considerado culpado, a menos que conseguisse provar a própria inocência. "Para a Igreja, ser investigado equivale a ser legitimamente suspeito. O inquisidor poderá (ou melhor, deverá) investigar e julgar, partindo sempre da presunção de que o imputado — ou seja, o réu — [...] é culpado, e, conseqüentemente, deve confessar a própria culpa, o que significa que o inquisidor não deverá julgar com base no fato ou fatos provados, mas na suspeita; não no que retém dos atos, mas no que suspeita ser." (Mereu, 1200, p. 187.) Esse procedimento se contrastava bastante com o direito romano e com o germânico, de origem bárbara, ambos de tipo acusatório (ou seja, o acusador deve fornecer as provas do que afirma, e não o contrário) e baseados na presunção de inocência.

As provas e os depoimentos eram colhidos secretamente, sem o conhecimento do imputado. A construção da acusação não era nada sutil: podiam ser colhidos depoimentos de mulheres, crianças, hereges, excomungados, "arrepentidos", inimigos pessoais, mentirosos declarados e criminosos. Os patrões podiam testemunhar contra os empregados, e os empregados contra os patrões. Naturalmente, também eram válidas as

declarações conseguidas por meio de tortura.

O suspeito de heresia era convocado pelos inquisidores sem saber as motivações, e quando se apresentava, antes de tudo, era-lhe perguntado se tinha idéia da razão por que fora chamado. Então, as acusações eram lidas de forma sumária. O réu não tinha direito de saber quem o acusava nem de confrontar os acusadores ou ler todos os atos que lhe diziam respeito. Eventuais testemunhas de defesa corriam o risco de, por sua vez, serem acusadas de cumplicidade. Aqueles que colaboravam com os inquisidores, ajudando-os a pegar um suspeito, por exemplo, obtinham, em compensação, as mesmas indulgências que os peregrinos que iam à Terra Santa.

Os processos da Inquisição não acabavam nunca com a total absolvição. Mesmo quando não era condenado, o imputado devia abjurar a heresia da qual era acusado. Em todos os casos, a instrução contra ele podia ser aberta a qualquer momento. O mero fato de ser suspeito de heresia o transformava automaticamente em reincidente em caso de novo processo.

O *Manual do inquisidor*, de Eymerich, descreve uma série de "malícias" dos acusados nos processos: dar respostas elusivas, dizer que não sabe ou fingir-se de louco. Como diferenciar alguém verdadeiramente louco de quem finge sê-lo? Eymerich não tem dúvidas: "Para ter certeza, será preciso torturar o louco, seja ele falso ou real. Se não for louco, dificilmente continuará sua farsa se tomado de dor."¹³ Por lei, a tortura só podia ser infligida uma vez, mas na verdade era repetida enquanto o inquisidor achasse necessário, com a desculpa de se tratar de uma única sessão com vários "intervalos".

Se a instrução, a tortura e os debates aconteciam em segredo, a sentença e a subsequente execução mereciam o máximo de publicidade. Como explica um eclesiástico do século XVI: "É preciso lembrar que o principal escopo do processo e da condenação à morte não é salvar a alma do réu, mas buscar o bem público e aterrorizar o povo... Não resta dúvida de que instruir e aterrorizar o povo com o proferimento das sentenças... seja uma boa ação."¹⁴

"As sentenças [...] eram executadas aos domingos, durante a

grande missa na catedral, com a participação das autoridades civis. Os suspeitos confessavam seus erros e abjuravam publicamente antes de se submeter à penitência (nunca chamada de pena ou punição), que podia ir de tempo de reclusão à morte, passando pela flagelação ou a peregrinação sob coação.¹⁵ Aqueles que permanecessem obstinadamente fiéis a suas próprias posições ou que recaíssem na heresia eram conduzidos para fora da igreja e entregues aos magistrados com a recomendação de serem caridosos e não causarem derramamento de sangue. A suprema hipocrisia de tudo isso estava no fato de que, se o magistrado não mandasse as vítimas para a fogueira no dia seguinte, seria processado de co-autoria em heresia."¹⁶

Todavia, nem sempre as execuções públicas conseguiam concretizar sua intenção de intimidar o povo. Às vezes, obtinham até o efeito contrário. Em 1279, por exemplo, a multidão que assistia à execução da herege Olivia de Fridolfi, em Parma, ficou tão revoltada com a crueldade do espetáculo (parece que foi queimada "em fogo lento") que deu início a um tumulto. O convento dominicano vizinho, que também hospedava o Tribunal da Inquisição, foi invadido e saqueado. Os frades que lá se encontravam foram expulsos a pauladas.¹⁷

Nem os mortos escapavam da fogueira. Vários notáveis e eclesiásticos (mais adiante falaremos do caso de Wycliffe) foram declarados hereges após a morte, e seus corpos foram exumados e entregues às chamas. O primeiro ato da Inquisição espanhola medieval, por exemplo, foi a execução póstuma do conde Raymond de Forcalquier, em 1257. A prática da condenação póstuma não tinha apenas um valor simbólico: a excomunhão era retroativa e previa o confisco dos bens pertencentes aos condenados, prejudicando os herdeiros legítimos.

Em toda a história da Igreja, como já vimos, não faltaram contradições, crimes, perseguições e até guerras por motivos de fé. Mas, muitas vezes, eram decorrentes do fanatismo ou da ambição de soberanos ou pontífices, do clima histórico de outras épocas ou da histeria coletiva. Podia-se falar de "luzes e sombras" de um fenômeno complexo e articulado.

A organização da Inquisição determinou um verdadeiro salto de

qualidade dentro dos aparatos burocráticos: a estrutura interna eclesiástica se moldou e adaptou para melhor realizar a obra dos que estavam encarregados de revelar e destruir os hereges. Os bispos foram superados em suas prerrogativas; a delação, a confissão extraída com tortura, o recurso a suplícios públicos e execuções capitais "para dar o exemplo" se tornaram práticas habituais e aceitas, se não abençoadas. E criticar ou obstar o trabalho dos inquisidores era considerado diabólico.

Mas, além disso, aos poucos caiu uma pesada capa sobre todas as práticas religiosas. Podia-se rezar em grupo, mas só nas formas e maneiras consentidas pela Igreja. Podia-se ler o Evangelho, mas só com uma autorização escrita. Podiam-se venerar os santos, mas apenas os "oficiais"; os mortos com "cheiro de santo", não reconhecidos pela Igreja, podiam ser exumados e queimados para evitar o nascimento de cultos populares incontroláveis.¹⁸

O sexo era pecado, mesmo no seio do matrimônio, mas o cristão casado que fizesse voto de castidade poderia ser suspeito de heresia. Em suma, tudo que não era proibido era obrigatório. Ou melhor, às vezes o proibido e o obrigatório coincidiam.

A Inquisição medieval chegou ao ápice de sua atividade na metade do século XIV, para chegar a uma lenta decadência nos 150 anos sucessivos, em especial na Itália.¹⁹ Os motivos do declínio residiam paradoxalmente no sucesso de sua obra, mas também na vulnerabilidade das nascentes monarquias nacionais a qualquer forma de interferência externa.

A história que causou o cisma de Lutero, por exemplo, é tratada por canais diferentes dos inquisitoriais. Só depois da difusão da Reforma em toda a Europa, a Cúria romana relançou a Inquisição, com a intenção de impedir a difusão das idéias protestantes em todos os territórios que ainda permaneciam sob o controle da Santa Sé.

A Inquisição espanhola

A Inquisição espanhola foi retomada por volta de 1482, por iniciativa do rei Ferdinando. Sua principal característica era a criação de um organismo central chamado "Conselho da Suprema e Geral Inquisição", que tinha a tarefa de organizar e coordenar os vários tribunais distritais,

rever os processos presididos pelas cortes locais, julgar pessoalmente os casos mais graves e investigar os próprios inquisidores.

Os membros da "Suprema" eram nomeados formalmente pelo papa, mas quem os escolhia e dirigia era o rei da Espanha. O próprio nome de "Conselho", dado ao novo organismo, já o caracteriza: na época, os conselhos eram órgãos do governo que equivaliam aos nossos ministérios (existia um Conselho de Estado, um da Economia etc.). O primeiro presidente da "Suprema", Diego Espinoza, também era presidente do Conselho de Castela.²⁰ E ainda mais políticas do que religiosas eram as finalidades da nova Inquisição: "O motivo (aparente) de defesa da fé nos reinos espanhóis do século XVI estava perfeitamente conectado à questão (real e verdadeira) da reconstrução da unidade política e social do território, dividido em dois reinos (Castela e Aragão), perturbado pela presença invasora muçulmana (que irá se encerrar com a retomada de Granada), transtornado com as guerras civis financiadas pelos nobres e falido, por causa de tudo isso, sob o ponto de vista econômico."²¹ A contaminação mútua entre Igreja e Estado e o uso da religião como *instrumentum regni* se tornaram cada vez mais evidentes.

O mais famoso inquisidor espanhol foi, sem dúvida, o dominicano Tomás de Torquemada (1420-1498), filho de judeus convertidos, homem de vida exemplar e irrepreensível cujo nome parecia já assinalar um destino (em espanhol, *torque* significa "enforcado", e *quemada*, "queimada"). O rei Ferdinando queria a Inquisição, mas foi Torquemada que a organizou materialmente, instituindo um a um os tribunais das várias províncias do reino e redigindo um verdadeiro código para disciplinas à ação.

O dominicano, no entanto, encontrou oposições violentas à sua obra. Muitas vezes, nas cidades por que passava, autoridades e cidadãos se recusavam a acolhê-lo, e a população o insultava durante seus sermões públicos. Foi, por exemplo, expulso pela população de Barcelona e rejeitado das Cortes (conselhos municipais) de Valência e Aragão.

Apesar desses incidentes de percurso, Torquemada mandou mais de dez mil hereges à fogueira, a Inquisição se ramificou por toda a Espanha e as "cortes" de itinerantes se tornaram estáveis: tribunais em todos os sentidos.

Como já foi dito, ninguém estava a salvo das investigações da Inquisição. Com certeza não os nobres, para os quais estavam previstas punições específicas, como a proibição de se vestir com elegância, andar a cavalo e portar armas. Nem os próprios inquisidores, contra os quais até pessoas por eles mesmos condenadas podiam testemunhar. Qualquer um poderia utilizar a estrutura da Inquisição para atingir eventuais rivais, mas também podia ser vítima, em uma espécie de vingança sem fim. O inquisidor de Córdoba, Luis de Capones, por exemplo, viu-se acusado de 106 delitos. Essa situação criou um clima de medo e suspeitas gerais, em que um desconfiava do outro, dando vantagem ao poder do rei, único árbitro de qualquer processo.

Ao contrário do que se poderia pensar, a Inquisição espanhola tratou muito pouco das ditas "bruxas". O episódio mais significativo de perseguição antifeminista dizia respeito às "ilusas", clarividentes itinerantes que "se faziam passar por santas" e que eram punidas com o açoite nas cidades em que pregavam.

Os processos por bruxaria muitas vezes se concluíam com o que hoje chamamos de declaração de doença mental. Talvez tanta "benevolência" escondesse uma subestimação da mulher, tão desprezada pela sociedade espanhola da época que não era considerada um perigo real. "Assim, o Santo Ofício espanhol fez da bruxa uma variedade de 'ilusa', não mais temida e poderosa, mas louca e burra [...] e contribui habilmente para fazer que as mulheres sofram de afasia histórica." (Benassar, 2005, p. 209.) Ou talvez existissem na sociedade espanhola da época outras categorias de pessoas que já desempenhavam muito bem o papel de bode expiatório no lugar das bruxas, como judeus convertidos e mouriscos, os muçulmanos convertidos.

Os judeus convertidos e os mouriscos

Grande parte do território espanhol fora ocupada por muito tempo pelos emirados muçulmanos, e apenas em 1492 o domínio cristão se estendeu por toda a Península Ibérica. Dentro dos limites dos reinos cristãos, havia não só uma quantidade significativa de muçulmanos, mas também uma grande comunidade judaica, muito florescente do ponto de vista econômico e cultural. Na verdade, os regimes islâmicos da época tinham

por hábito dar aos judeus condições melhores do que as dos cristãos. O sucesso econômico, o espírito empreendedor e o prestígio de muitos expoentes da comunidade judaica (que se tornaram conselheiros tanto nas cortes cristãs quanto nas muçulmanas) acabaram atraindo contra eles o ódio da povo e a inveja da nobreza.²²

Por volta do final de século XIV, a hostilidade popular contra os judeus (chamados pejorativamente de "marranos", "porcos") se manifestou através de verdadeiros *pogrom* (massacres indiscriminados). Muitos se salvaram fugindo, outros se convertendo e praticando sua verdadeira religião às escondidas. Os que ousavam fazê-lo viviam em um estado de ameaça constante, assim como os cristãos, que rejeitavam publicamente a própria religião, mas continuavam a celebrar seus ritos em segredo: eram acusados de crime de apostasia e muitas vezes eram punidos com a morte.

Em 1391, em Sevilha, quatro mil judeus foram mortos em uma única noite. Em 1412, houve vários casos de expulsão, alguns executados por "convertidos" condenados pelo pontífice Nicolau V. Em 1477, dois judeus convertidos foram queimados na fogueira em Llerena. Uma investigação conduzida à época por um dominicano apurou que quase todos os judeus continuavam praticando sua religião escondidos. Essa descoberta foi o pretexto para novas perseguições anti-semitas e para a volta da Inquisição a Castela.

Em 1481, foi celebrado o primeiro auto-de-fé, no qual morreram seis conhecidos convertidos. O auto-de-fé era uma condenação à fogueira executada em público e o rito jurídico mais impressionante e solene usado pela Inquisição espanhola. O condenado era arrastado por entre a multidão com os cabelos raspados e vestido com sacos, era feita uma oração por ele e a sentença era cumprida. As imagens nas vestes espelhavam a pena: uma cruz de Santo André, se o réu houvesse se arrependido a tempo de evitar o suplício; meia cruz, se também tivesse recebido uma multa; chamadas se, arrependido *in extremis*, devesse ser estrangulado e depois queimado; e diabos e dragões entre chamadas se não tivesse renegado a própria posição. Quem confessava recebia penas inferiores, como peregrinações, penas pecuniárias, açoite em público ou a

obrigação de costurar cruzes em suas roupas. Os falsos acusadores eram obrigados a costurar nas roupas duas línguas em tecido vermelho.

Em 1482, Xisto IV posicionou-se contra alguns excessos da Inquisição espanhola, mas seus protestos permaneceram como palavras ao vento. Os dominicanos haviam se tornado conselheiros da corte, conquistando um papel muito parecido com o desempenhado pelos judeus em seu tempo. Em 1485, alguns judeus convertidos assassinaram o inquisidor Pedro Arbués, o que causou um recrudescimento da repressão. Em Saragoza, no período entre 1486 e 1490, 307 pessoas morreram na fogueira. Em Maiorca, nos anos entre 1488 e 1499, foram executadas 129 sentenças de morte. Em Barcelona, em 1491, foram cominadas 129 sentenças, das quais 126 em contumácia.

Em 31 de dezembro de 1492, um edito real submeteu os judeus a uma escolha drástica: o exílio ou a conversão. O provimento atingiu também um dos patrocinadores da expedição de Cristóvão Colombo.

Tratamento similar foi reservado aos mouriscos, os muçulmanos convertidos. Em 1492, um tratado firmado entre o reino cristão e o último soberano muçulmano de Granada previa, em troca de sua retirada, a garantia de liberdade de culto para os islâmicos. Dez anos depois, no entanto, a rainha Isabel de Castela submeteu os muçulmanos ao mesmo dilema dos judeus: ou se converte ou vai embora. Naturalmente, muitos árabes resolveram se converter e sempre foram suspeitos de falsa conversão.

Em Granada, entre 1550 e 1580, 780 mouriscos foram condenados a várias penas. Em Hornachos (povoado de sete mil habitantes), no biênio 1590-1592, foram julgados 133 processos. Em geral, os muçulmanos convertidos foram condenados a penas relativamente mais leves do que os judeus. Eram na maioria confiscos, multas ou decretos de expulsão. No geral, foi uma guerra étnica ferrenha que expropriou bens de árabes e judeus abastados.

A Inquisição romana

Em 1542, o papa Paulo III (1534-1549), com a demonstração de eficácia da Inquisição espanhola, decidiu imitá-la para impedir a difusão das doutrinas protestantes.

Foram instituídos tribunais territoriais com jurisdição exclusiva para todos os casos de heresia. Acima deles, foi fundado um organismo central com sede em Roma composto de sete cardeais e sob o controle direto do pontífice, que participava de todas as sessões. O organismo podia investigar também outros prelados e tinha jurisdição em todo o território cristão, mas na verdade tratou principalmente das questões italianas.

O papa Júlio III (1550-1555) mandou queimar as cópias do Talmude (um dos textos sagrados do judaísmo. Ao contrário da Tora, o Talmude só é reconhecido pelos judeus e consiste em uma coletânea de discussões ocorridas entre sábios e mestres — rabinos — sobre os significados e as aplicações dos passos da Tora) em mãos dos judeus de Roma²³ e incluiu a blasfêmia entre os crimes investigados pela Inquisição. Os plebeus blasfemos eram punidos com a perfuração da língua, o açoite e os remos por três anos. Os blasfemos nobres, ao contrário, recebiam uma multa, perdiam o título, dignidade e benefícios; eram proibidos de fazer testamento e receber herança; eram considerados incapazes de testemunhar; e exilados de Roma por três anos.

Paulo IV (1555-1559) tornou a propor o crime de "heresia simoníaca", que consistia também em ordenar menores de idade em troca de dinheiro, e utilizou a inquisição para mandar prender cardeais adversários seus. Pio IV (1559-1565) mandou absolver os cardeais presos por seu antecessor por decreto inquisitorial e ordenou a prisão de cardeais da facção contrária, junto com seus colaboradores e familiares. Em seguida, os novos prelados presos foram condenados à morte, naturalmente, após um processo.²¹

Paulo IV, Pio IV e seu sucessor, Pio V (1565-1572), formaram o que os historiadores chamam de "trindade do terror, não porque eram especialmente 'maus', mas porque utilizaram com muito zelo todos os expedientes necessários para lutar sua batalha sem que nenhum golpe fosse excluído. De Pio V, será dito que o zelo o fez ser proclamado santo [...] A santidade faz fronteira com os métodos policiais, que se torna um mérito" (Mereu, 2000, p. 84).

Gregório XIII (1572-1585), ao contrário, conquistou junto aos biógrafos a fama de pontífice "moderado", por ter permitido que os

condenados à fogueira usassem uma roupa comum, no lugar daquela com as chamas que eram obrigados a usar.

Xisto V (1585-1590) dividiu a administração pontifícia em 15 congregações, cuja principal era a da Santa Inquisição da Herética Pravidade, diretamente presidida por ele.

Homossexualidade

O papa Júlio III (1550-1555), amante dos banquetes, das festas, da caça e das apresentações teatrais, ordenou cardeal um rapaz de 17 anos, que os escritos da época definiam pudicamente como "desviado". A coisa provocou protestos veementes de alguns altos prelados.²⁵

O gesto de Júlio III certamente foi a gota d'água, principalmente por ter ocorrido durante o Concílio de Trento, que tornou ainda mais rígida a moral sexual da Igreja, mas é fato que, acerca da homossexualidade, havia, se não doutrinas, ao menos práticas diferentes.

É preciso rever a cronologia do pecado da sodomia. Os conceitos do que era "natural" ou "contra a natureza" sempre mudou de acordo com a época e o lugar. O que parecia "natural" em uma civilização era condenado por outra e vice-versa.

Segundo o mito grego exposto por Platão no Simpósio, em sua origem, a humanidade era formada por três tipos de seres completos: o primeiro era composto por dois homens fundidos em um só; o segundo, por duas mulheres; e o terceiro, por um casal de homem e mulher. Para castigá-los, os deuses dividiram esses seres superiores, dando vida à humanidade atual, formada por homens e mulheres que vagam por aí incompletos em uma eterna busca pela "cara-metade". De acordo com essa visão da natureza humana, portanto, tanto as escolhas heterossexuais quanto as homossexuais são completamente legítimas e "naturais". A rigor, o único comportamento que vai "contra a natureza" é o celibato.

O cristianismo tirou seu desprezo pela homossexualidade do judaísmo. A cultura judaica (assim como a grega e a romana) também era resultado de uma sociedade patriarcal e guerreira, hostil às mulheres, consideradas inferiores, e à feminilidade.

O homossexual, que se comportava "como uma mulher", era digno de profundo desprezo e atentava contra a ordem do Universo

desejada pelo próprio Deus ("Deus criou o homem à sua imagem [...] criou-os macho e fêmea.")²⁶ Além disso, desperdiçar o sêmen para fins diferentes ao reprodutivo era considerado um grave pecado, como mostra o episódio de Onan.

São Paulo, que considerava superadas as rigorosas proibições alimentares judaicas, levou para o cristianismo os preceitos contra as mulheres e os "sodomitas". Quando, no final do século IV, o cristianismo se tornou a única religião de Estado do Império Romano, um dos primeiros efeitos da nova época foi uma lei de 390 que previa a morte na fogueira para quem praticasse o homossexualismo.²⁷

O imperador do Oriente, Justiniano, mandou executar publicamente dois bispos homossexuais. Mas a perseguição aos "sodomitas" só se acirrou quando a Igreja Católica, após o século XI, reafirmou com vigor o princípio do celibato eclesiástico. Era uma tentativa de assexualizar as relações entre os homens de Deus em uma sociedade (a Igreja) totalmente masculina. Mas se a Igreja tivesse imposto o celibato sem punir a sodomia, os fiéis teriam entendido esse ato como a demonstração de que a instituição era composta de misóginos homossexuais. De todo modo, por séculos, diferentes orientações conviveram juntas dentro da Igreja.

Por outro lado, o penitencial de Gregório III (século VIII) impunha uma penitência de 160 dias para o lesbianismo, de um ano para a sodomia e de três anos para o padre que fosse à caça.²⁸ No século XI, duas tendências opostas se confrontam sobre esse argumento. De um lado, São Pedro Damiano criticou os clérigos que se entregavam às práticas homossexuais e lutou (inutilmente) para que fossem banidos da Igreja. O abade Aelred de Rievaulx, por outro lado, tentou defender o amor entre os homens (ainda que, no final, tenha recomendado a castidade).

A moral sexual da Igreja tomou uma direção mais clara com o Concílio de Latrão de 1179, que determinou que os religiosos homossexuais fossem reduzidos ao estado leigo ou à reclusão no mosteiro, para os clérigos, e à excomunhão, para os leigos. De todo modo, nunca houve uma Cruzada contra os homossexuais nem uma perseguição sistemática por parte da Inquisição, como aconteceu com as heresias. A Igreja, na verdade, nunca reconheceu os homossexuais como um grupo, limitando-se

a condenar os comportamentos, mas pedindo aos governos "leigos" que os punissem.

A partir do século XIII, vários países europeus adotaram legislações muito severas contra as práticas homossexuais. Por exemplo, na França, um código previa a fogueira para quem reincidisse no crime de sodomia, pena que atingia também as mulheres. E parece que o termo "finocchio", que em italiano significa funcho e é usado pejorativamente para designar homossexuais, deriva do costume de queimar plantas aromáticas nas fogueiras, para encobrir o fedor da carne. O confisco de bens em favor do soberano era uma das penas acessórias, o que, em algumas épocas, encorajava os monarcas a fazer de tudo para combater o homossexualismo.

Muitas vezes, o crime de sodomia era colocado no mesmo caldeirão que os de heresia e bruxaria. Por essa razão, não é simples quantificar o número exato de vítimas.

Um estudo recente²⁹ sobre processos por sodomia julgados em Bolonha no século XVI, revelou dados muito interessantes. De oito processos de sodomia contra 11 acusados, cinco eram eclesiásticos. Dos oito acusados leigos, três foram condenados à morte (por enforcamento ou decapitação), cinco foram banidos pelo resto da vida. Dos cinco eclesiásticos, apenas um foi confinado no convento por três anos. Para os outros quatro, o processo não seguiu em frente ou foi encerrado sem condenação. Não se podia admitir que no interior do clero, tão rígido na hora de regulamentar os costumes sexuais dos outros, houvesse "sodomitas". Além disso, se o poder sagrado do clero se baseava na castidade, colocá-la em questão ameaçava sua legitimidade.

CAPÍTULO 10

A caça às bruxas

Dor sem conselho, saco sem fundo, febre contínua que nunca termina, besta insaciável, folha levada pelo vento, bastão vazio, louca desvairada, mal sem nenhum bem, em casa um demônio, na cama uma vadia, na horta uma cabra, imagem do Diabo.

Em geral, falar de caça às bruxas significa voltar à época medieval. A perseguição em massa e os massacres, no entanto, continuaram muito depois desse período. As grandes ondas repressivas contra as bruxas e os hereges aconteceram, na verdade, de 1480 a 1520, período ao qual sucederam uma relativa pausa e uma nova onda de perseguições de 1580 a 1670.

Aquela que na Idade Média fora uma guerra aberta contra populações inteiras que haviam escolhido uma vida comunitária (como os cátaros e dulcinistas) se transformou em uma perseguição de estilo policial em larga escala destinada a extirpar a erva daninha da desobediência,

A legislação cristã logo passou a cuidar da bruxaria, associando-a ao paganismo e considerando-a uma forma de heresia. "A motivação era tipicamente teológica: quem usa as artes da magia rejeita o poder livre e libertador do Deus de Jesus, enquanto tenta estabelecer uma espécie de domínio sobre realidades terrenas [e] sobre a vida humana em si." (Benazzi, D'Amico, 1998, p. 258-9.)

Os primeiros mandantes do fenômeno eram muito céticos acerca da real existência dos poderes sobrenaturais das bruxas e magos. O Cânone Episcopal, um documento eclesiástico do século XIX, diz: "Não nos esqueçamos das mulheres desventuradas que se ofereceram a Satanás, sessões de encantamento e fantasmas de origem diabólica, afirmaram terem montado animais durante a noite junto à deusa paga Diana e fizeram isso com várias outras mulheres... Muitas se deixaram enganar por essas coisas e acham que tudo é verdade, afastando-se da verdadeira fé [...] Mas quem pode ser tão tolo a ponto de crer que tudo isso acontece [...] e corporalmente?"²

Enfim, quem praticava bruxaria cometia um pecado grave, mas as artes mágicas em si não representavam um perigo.

A partir do século XI e até a metade do XIII, a atenção da Igreja se concentrava mais nas heresias, como as dos cátaros e valdenses, e o mundo do ocultismo foi, em parte, ignorado.

Bruxaria e heresia

As coisas começaram a mudar depois do nascimento da Inquisição. O deslocamento da perspectiva entre as primeiras e brandas perseguições e as sucessivas, mais sistemáticas, é fundamental. Segundo essa nova visão, na verdade, o Demônio se torna um ser físico, que pode possuir e ter aliados na Terra, que tem um exército próprio e uma Igreja. A batalha entre o bem e o mal se concretiza transformando-se em uma guerra em sentido físico, além do metafísico.

Em 1258, Alexandre IV condenou as práticas mágicas. Em 1320, João XXII encarregou os inquisidores de Toulouse de intervir contra os bruxos. Em 1436, o juiz Claude Tholosan declarou que os magos e bruxas não tinham direito a indulgências da Igreja e considerou suspeitas até práticas populares aparentemente inócuas, como a colheita das plantas durante a festa de Santo Antônio. Em 1451, Nicolau V exortou os inquisidores a punir os adivinhos mesmo quando não houvesse uma condição evidente de heresia: a Inquisição podia, assim, atingir também a superstição popular.³ Por volta do final do século XV, o bispo de Paris determinou a excomunhão a qualquer um que lesse as mãos.

Durante todos os séculos XIV e XV, sucederam-se, com preocupante aumento, vários tratados sobre bruxaria e intervenções de juristas sobre o assunto. Será dito que, no instante em que aceitam ter relações com o Demônio, as bruxas se mancham com o crime de heresia. Ou melhor, elas chegam a constituir uma verdadeira seita que luta pela destruição da Igreja.

Aos hereges também são atribuídos malefícios e pactos diabólicos. Os Templários foram acusados de heresia, bruxaria e de adoração a um ídolo chamado Bafometo. Os valdenses de Arras, processados durante o século XV, confessaram, sob tortura, a filiação a uma seita de adoradores do diabo. Eles iam voando aos sabás, onde abjuravam a religião cristã e blasfemavam contra Deus, a Trindade e Nossa Senhora.⁴

Os cátaros foram acusados de ter o nome derivado de Cato, demônio que adoravam.

O objetivo de tais comparações é claro: se as bruxas eram por definição hereges, então hereges também eram os magos. Assim, bruxas e hereges constituíam um único grande inimigo comum do poder espiritual e do civil. Sem contar que o rótulo de "mago" contribuía para queimar a terra em volta dos pregadores heréticos e tornava mais fácil atizar o ódio do povo contra eles.

A bula papal *Summis desiderante affectibus*, promulgada por Inocêncio VIII, em 5 de dezembro de 1484, marcou a data de início daquilo que se tornou um verdadeiro extermínio em massa de mulheres e homens acusados de bruxaria. Nesse documento, o papa, alarmado pelas notícias provenientes do norte da Alemanha, onde parecia que os cultos satânicos e a bruxaria tinham muitos adeptos, dava aos inquisidores plenos poderes para extirpar o fenômeno.⁵

Dois anos depois, foi o poder leigo que interveio. O imperador Maximiliano da Áustria emanou uma ordem na qual convidava todos os bons católicos a ajudar os inquisidores em sua obra.

O Martelo das feiticeiras

No mesmo ano, saiu o *Malleus Maleficarum* (*Martelo das feiticeiras*), um verdadeiro tratado reproduzido através da nova técnica da prensa inventada por Gutenberg, que descrevia por completo o mundo das bruxas, seus malefícios, como reconhecê-las e como conduzir os interrogatórios. A tese do *Malleus* era que a bruxaria existia e que era uma forma de heresia, assim como negar sua existência era um comportamento herético. Seus autores, Krämer (vulgo Institoris) e Spengler, são dois teólogos dominicanos. Krämer, em especial, era um conhecido e incansável inquisidor internacional, famoso por perseguir os valdenses, hussitas e as bruxas. Sua conduta na Alemanha meridional atraiu para si o desprezo dos eclesiásticos locais e o ódio da população, que chegou a um passo da revolta. Ele atuou também na diocese de Bressanone, mas o bispo Georg Golser o afastou em razão de sua crueldade e arbitrariedade, que mais uma vez contribuíram para atrair a ira do povo. O *Martelo das feiticeiras*, que foi impresso até 1669, tornou-se um verdadeiro best-seller na

época.

Muitos outros "caçadores de bruxas" escreveram dissertações sobre o assunto, dentre os quais Jean Bodin, obstinado inquisidor e perseguidor que, por sua vez, foi acusado de heresia, e Henry Boguet, inquisidor suíço que entrou para a história por pedir a condenação à morte de algumas crianças acusadas de bruxaria.⁶

As áreas mais atingidas pela caça às bruxas foram Artois, Flandres, Hinaut, Cambrésis, Brabante, Luxemburgo, Lorena, Renânia, as regiões do sul da Alemanha, a Borgonha, os Países Bascos e o Piemonte.⁷

De certo ponto de vista, a caça às bruxas tornou-se uma gigantesca guerra do poder masculino contra as mulheres e contra as últimas formas de matriarcado.

Por exemplo, foi tirado do gênero feminino o "poder" de curar os males e assistir no parto, entregando-os ao monopólio da casta masculina dos médicos. O *Malleus Maleficarum* afirma claramente que "ninguém prejudicou mais a Igreja do que as parreiras". Não é preciso se esforçar muito para encontrar na literatura, na teologia, mas também nos tratados de medicina da época, afirmações de forte desprezo, se não de ódio, às mulheres. Um exemplo de Laurent Joubert, médico do século XVI, afirma: "Por si mesmo indiferente é o sêmen... este muitas vezes degenera na fêmea por causa da frieza e da umidade... e pela abundante presença de sangue menstrual cru e indigesto."⁸ Por outro lado, Tommaso Campanella escreveu: "As mulherzinhas, que consomem um péssimo alimento, ou pelo sangue menstrual, ou pelos excrementos retidos no útero tomado de vapores da concepção, acabam perturbadas e realizando atos para receberem os demônios."⁹

Homens e personalidades de alta estirpe também foram condenados à fogueira, mas isso não impede que a grande maioria das vítimas fosse de mulheres pobres, muitas vezes à margem da sociedade. Às vezes, a figura da bruxa parteira/curandeira se confundia com a da prostituta. Então, reaparecia um personagem social de grande poder que ainda possuía a linfa das sacerdotisas dos cultos matriarcais. Não sabemos quanto disso era real e quanto era uma fantasia dos inquisidores. É verdade, no entanto, que, em algumas localidades (por exemplo, nos

territórios eslavos), os cultos matriarcais que remontavam a quatro, cinco mil anos antes de Cristo sobreviveram por muito tempo, até depois do século XVII, às vezes camuflados de ritos cristãos, às vezes praticados pelo povo às escondidas — como aconteceu por muito tempo com os ritos matriarcais dos escravos negros nas Américas.

A louca engrenagem da Inquisição

No final do século XV, a Inquisição já era uma máquina bem lubrificada e rodada para eliminar os hereges. O sucesso e a carreira dos inquisidores dependiam do número de processos julgados e das condenações executadas. Também se acreditava que o povo devia se sentir constantemente ameaçado pela visão dos castigos exemplares, para não ousar sair do recinto da verdadeira fé. As fogueiras e as mortes em praça pública serviam de exemplo.

Por sorte, não faltaram pessoas que se opuseram ao clima da época, como o filósofo e matemático Nicolau de Cusa. Em 1457, ele julgou, na qualidade de bispo de Bressanone, o caso de duas mulheres que haviam confessado ter sido transportadas a um sabá por uma misteriosa mulher chamada Richella, após terem abandonado a fé cristã e terem visto homens devorando crianças não batizadas.

De Cusa encerrou o caso como se fosse um sonho e condenou as mulheres a uma simples penitência. A crença na bruxaria, de acordo com o raciocínio do bispo, alimentava nas pessoas o medo do diabo, a ponto de fazê-las acreditar que este fosse mais poderoso que o próprio Deus.¹⁰

Em 1489, Ulrich Müller declarou que as bruxas não eram nada além de mulheres pobres dominadas por uma ilusão diabólica. No início do século XVI, o frei Samuel De Cassinis chegou a acusar os inquisidores de heresia, pois acreditavam nos sabás, e lutou para que os tribunais devolvessem aos parentes das bruxas executadas os bens que haviam confiscado. O humanista Andréa Alciato, em 1544, afirmou a inutilidade da perseguição às bruxas. Em 1553, o médico Johann Weyer afirmou que as bruxas eram apenas pobres mulheres vítimas de alucinações. Por causa dessa teoria, foi atacado violentamente pelos teólogos católicos e protestantes.¹¹ Em 1594, Reginald Scot publicou um livro contra os excessos cometidos durante a caça às bruxas. As cópias do volume foram

queimadas por ordem do rei da Escócia.

No início do século XVII, o renano Cornelius Loos tentou inutilmente mandar imprimir uma obra em que acabava com a fantasia dos sabás, das cavalgadas noturnas e das negociações som o demônio. Ele foi o primeiro a identificar nas bruxas uma cultura alternativa à dominante e muito arraigada entre os pobres. Por suas idéias, foi condenado à fogueira, mas morreu de peste na prisão antes da execução.

Em 1631, o jesuíta alemão Friedrich von Spee, em seu tratado *Cautio Criminalis, seu de processibus contra sagas*, afirmou: "Envergonhame de confessar que, principalmente na Alemanha, entre católicos e o povo, estão presentes superstições inacreditáveis [...] que [...] recaem mais sobre as pobres mulheres. [...] Com a tortura, um inquisidor conseguiria fazer até o papa confessar-se bruxo."¹² Todavia, até a metade do século XVII, esses tipos de manifestações eram sempre isolados.

O processo

O processo por bruxaria acontecia paralelamente ao de heresia e podia ser instruído com base em uma mera suspeita (ou simplesmente "aparecer no sonho" de outra pessoa). As delações anônimas também valiam. Nas igrejas, chegou a ser colocada uma urna para as denúncias, parecida com a das ofertas.

Assim que a audiência começava, a suposta bruxa era convidada a confessar e abjurar o demônio; se não o fizesse, era torturada. Entre as provas da possessão diabólica estava a presença de sinais específicos no corpo da bruxa. Podia ser uma mancha na pele, uma verruga, um calo ou qualquer "imperfeição". Aquela era a marca deixada pelo Diabo. Outro elemento de avaliação era o Ordálio. No caso de suspeita, ver a ré chorando ou lacrimejando já bastava para os juízes (acreditava-se que as bruxas não podiam chorar, mas que o Diabo podia simular as lágrimas). Nos casos mais graves, recorria-se à prova da água: a acusada (muitas vezes amarrada a uma grande pedra) era jogada na água. Se afundasse, era inocente. Se, ao contrário, boiasse, queria dizer que era culpada, sendo protegida por um sortilégio do demônio. Os interrogatórios eram realizados em meio a perguntas e armadilhas criadas especialmente para confundir o imputado. Por exemplo, diante da

pergunta "Você acredita em bruxas?", responder "não" significava negar a própria existência do Diabo e, assim, assumir o crime de heresia. Responder "sim" ocasionava outras perguntas dos juízes, como: "Quantas bruxas você conhece?" e assim por diante.

As bruxas, por sua vez, espontaneamente ou sob tortura, muitas vezes acusavam outras pessoas que supostamente teriam participado com elas dos sabás e que acabaram processadas. Às vezes, as acusadas, por vingança, davam os nomes dos próprios acusadores, criando, assim, uma lúgubre reação em cadeia que podia durar anos e envolver centenas de pessoas.

Mas o processo por bruxaria tinha uma diferença muito importante em relação àquele por heresia. O herege que confessasse e abjurasse imediatamente diante dos juízes podia ser absolvido logo ou, no máximo, receber uma leve punição (constando dos autos que, se fosse novamente processado, a morte seria certa). A bruxa que confessasse "espontaneamente" seria absolvida da acusação de heresia, mas os juízes mandariam seu caso ao tribunal "leigo" para que sofresse os efeitos "civis" de suas ações.¹³

As penas por bruxaria variavam de castigos corporais e períodos de exílio a, nos casos mais graves, prisão perpétua ou a fogueira. Às vezes, como gesto de clemência, a bruxa era estrangulada antes de ser queimada. Às vezes, eram queimados junto com a bruxa os autos do processo, como ato de purificação. Por isso, também, não há como documentar o número exato de bruxas executadas, apenas aproximadamente.

As estimativas mais prudentes dão, para o período entre o final do século XIV e o final do século XVII, um balanço que oscila entre 70 e 320 mil vítimas. Mas há quem fale de milhões de mortos.¹⁴ A estes, acrescentem-se as pessoas mortas, talvez anos depois, em consequência das torturas sofridas; as mortas de fome por causa do exílio ou por terem sido isoladas da sociedade após serem "marcadas" como bruxas; e os familiares dos "hereges bruxos", condenados à miséria em consequência do confisco dos bens. E sabe-se lá em quantos povoados pequenos e isolados, após uma colheita ruim ou a morte de animais, os próprios

habitantes processaram e mataram "com as próprias mãos" uma suposta bruxa, sem que tenhamos qualquer testemunho por escrito.

A tortura

A primeira tortura era psicológica: a suposta bruxa era levada à sala de interrogatório, onde eram expostos todos os instrumentos de suplício. Em seguida, era despida diante do magistrado, depilada e coberta com um lençol.

A tortura mais branda eram as chibatadas. Depois havia a "corda": os braços eram amarrados atrás por uma corda presa à polé; a vítima era içada, provocando o deslocamento do ombro. Ainda mais cruel que a polé era o cavalo de estiramento, um pedaço de madeira triangular com a ponta virada para cima: "O corpo da torturada era deitado e amarrado apertado à ponta, que lhe penetrava na carne, do pescoço aos glúteos. Então em suas mãos e pernas eram amarrados pesos cada vez mais pesados; ou cordas ligadas a uma roda que girava com a ajuda de uma manivela. Puxando as cordas, todo o corpo era esticado, e os membros, após algumas horas, soltavam-se do corpo."⁵ Outra prática era a de acender uma fogueira sob os pés da vítima. E havia as tenazes, cujo uso deixamos a cargo da sua imaginação, e muitos outros instrumentos.

Teoricamente, a tortura deveria durar um tempo limitado, e um médico supervisionava as operações para garantir que o imputado não corresse risco de vida ou sofresse danos graves à saúde. Mas, na verdade, o suplício continuava ao sabor do inquisidor, e não eram raros os casos de mulheres mortas ou estropiadas de forma irreversível em razão das sevícias sofridas.

UMA BREVE LISTA

Fazemos aqui uma lista de alguns dos maiores processos por bruxaria que talvez possam dar uma idéia de como devia ser o dia-a-dia na época da caça às bruxas.

Como, 1416: ao longo do ano, trezentas bruxas foram queimadas na fogueira.

Sion, 1420: setecentos supostos adeptos de uma seita que adorava o diabo, em forma de urso ou bode, foram processados. Deles, cem confessaram sob tortura e foram queimados vivos.

Rouen, 1430: Joana d'Arc morre na fogueira por heresia e bruxaria. No seu caso, são evidentes as motivações políticas da sentença.

Como, 1484: sessenta bruxas são queimadas na fogueira.

Mirandola, 1522-1523: o processo "de Mirandola" atinge com firmeza centenas de cidadãos, a ponto de ser lembrado como o "pogrom de Mirandola". A violência com que os acusados foram tratados foi tal que fez os cidadãos que assistiam à execução exclamarem: "Não é justo que esses homens sejam mortos de maneira tão cruel."

Genebra, 1513: em três meses, quinhentas bruxas foram queimadas.

Como, 1514: trezentas bruxas foram justificadas como "reincidentes ou impenitentes". Fontes da época falam de uma média de cem bruxas executadas por ano também nos anos sucessivos, a ponto de o inquisidor ser repreendido pelo excesso de zelo.

Noruega, 1544: na luterana Dinamarca, os católicos foram equiparados às bruxas. Só neste ano, 52 pessoas foram executadas.

Languedoc (França), 1557: o parlamento local mandou queimar quatrocentas pessoas.

Paris, 1565-1640: 1.119 pessoas foram julgadas em 75 anos. Foram executadas cem sentenças de morte, quase sempre de pessoas abastadas.

Genf, 1571: 21 mulheres foram queimadas em maio.

Lorena, 1576-1606: o juiz Nicolas Remy se vangloriou de ter mandado à fogueira entre duas mil e três mil bruxas no período (uma média de cerca de duas por semana).

Bordeaux, 1577: quatrocentas bruxas são mandadas à morte pela corte soberana de Bordeaux.

Alemanha, 1560 (aproximadamente): os príncipes protestantes processaram, torturaram e condenaram à fogueira algumas centenas de bruxas.

Inglaterra, 1560-1600: sob o reinado de Elisabete I, 314 vítimas foram queimadas na fogueira, na maioria mulheres.

Treviri, 1587-1593: sob as ordens do arcebispo-eleitor Johann Von Schöneburg, ligado aos jesuítas, foram queimadas vivas 368 bruxas em 22

povoados. Em dois deles, apenas uma mulher foi deixada viva. Dentre as vítimas do arcebispo, havia também protestantes e judeus, além do ultracatólico reitor da universidade e magistrado Dietrich Flade. Este, acusado de ter sido clemente demais para com as bruxas, foi preso, torturado, estrangulado e queimado.

Nesses mesmos anos, a caça às bruxas provocaria a destruição de povoados inteiros na Suíça e a execução de 311 bruxas na região francesa do Vaud.

Tiora (Ligúria), 1588: a responsabilidade de uma pesada escassez foi atribuída às bruxas. Na verdade, como se descobriria depois, não houve nenhuma escassez, os influentes locais é que se apoderaram do fruto das colheitas para vendê-los a preços altos. Enquanto isso, a intervenção da Inquisição mandou prender e torturar dezenas de mulheres e um suposto bruxo, todos acusados também de se relacionar com protestantes. Treze mulheres morreram torturadas, seis foram condenadas à morte e uma se suicidou na prisão para escapar das sevícias.

Val Mesolcina, 1593: o cardeal Carlos Borromeu (santificado em 1610) favorece a condenação de várias mulheres. Oito bruxas foram amarradas de cabeça para baixo e jogadas no alto na fogueira.

Ao longo de todo o século XVI, somam-se ao menos mil execuções na Dinamarca, quantidade análoga na Escócia, e quase duzentas fogueiras erguidas na Noruega.

Alemanha, 1600, (aproximadamente): o caçador de bruxas Balthasar Ross deu início a uma atividade própria. Ele chegava de surpresa nos povoados com um tribunal itinerante. As bruxas eram presas, processadas, torturadas com novos instrumentos inventados por ele, condenadas e queimadas. Em três anos de trabalho, ele conseguiria matar 250 mulheres e seria amplamente recompensado pelo príncipe e pelas autoridades locais.

Inglaterra, 1600 (aproximadamente): o arcebispo de Saint Andrew, acamado por uma grave doença, manda chamar a curandeira Alison Peirsoun. Esta o cura e ele, em compensação, manda que seja presa, torturada e, finalmente, condenada à morte.

Mântua, 1603: o duque de Mântua mandou afixar um decreto no

qual previa uma recompensa de 50 escudos para quem denunciasse uma bruxa.

Zagarramurdi (Países Bascos), 1614: após um processo que durou quatro anos e um interrogatório de 300 testemunhas, foram condenadas 12 bruxas. Sete foram queimadas vivas, as outras cinco morreram durante o processo e foram queimadas "em efígie" (ou seja, um retrato seu foi jogado nas chamas).

Würtzburg, 1623-1631: o príncipe católico Filipe von Ehrenburg mandou novecentas pessoas à fogueira, dentre as quais o sobrinho, 19 cardeais católicos condenados por sodomia e algumas crianças de 5 a 7 anos acusadas de ter tido relações sexuais com o Demônio.

Oppenau, 1631-1632: um processo mandou à fogueira 8% da população.

Inglaterra, 1645-1647: o caçador de bruxas Matthew Hopkins viajava pelas cidades e povoados cobrando uma libra esterlina por cada bruxa que conseguisse fazer condenar. Só na província de Suffolk, ele conseguiu fazer enforcar 98 mulheres. O próprio Hopkins conduzia os interrogatórios e se voltava principalmente contra mulheres jovens, que torturava após violentar repetidas vezes.

Polônia, 650-1700 (aproximadamente): calcula-se que o número de vítimas da caça às bruxas seja em torno de dez mil pessoas.

Salem (Massachusetts), 1692: uma escrava negra confessou ter induzido as moças da cidade a participar de uma dança noturna com práticas de magia e dá o nome de alguns membros importantes do local. Tem início uma espécie de histeria coletiva que levaria à morte várias pessoas. Um total de 155 meninas, moças e jovens mulheres seriam processadas, e 20 delas acabariam na fogueira.

Suíça, 1782: a última bruxa é queimada na fogueira.

Polônia, 1793: a última bruxa é queimada na fogueira.

Ordálio

O termo "ordálio" deriva do anglo-saxão "ordeal", "juízo". Sua definição técnico-jurídica é: procedimento em que "forças sobrenaturais se manifestam dando seu próprio juízo sobre uma questão que provoca uma conseqüência jurídica."¹⁶

Alguns estudiosos afirmam que o "juízo de Deus" já era mencionado na Bíblia.¹⁷ Entretanto, até hoje, é difícil saber se a Igreja aprovava os ordálios, uma vez que o Quarto Concílio de Latrão (1215) os vetou explicitamente.

Na verdade, o "juízo de Deus" não foi vetado de fato. Por vezes, foi utilizado até por eremitas e monges na tentativa de tornar Deus testemunha de suas próprias razões, passando por cima das instituições eclesiásticas.

Nos primeiros séculos do cristianismo, muitos eremitas e missionários cristãos utilizaram de várias formas a prova do fogo para testemunhar a própria fé ou ser absolvidos de acusações infames.

O missionário Bonifácio, diante dos exércitos russo e alemão, submeteu-se à prova do fogo em nome de Deus. Conta-se que os espectadores, ao ver que seu corpo não queimava, converteram-se ao cristianismo.

A Igreja Católica do século XIII, já estatizada e hierarquizada, não podia permitir que houvesse outras fontes de legitimação espiritual e de santificação além das bulas provenientes da Santa Sé.¹⁸ Mas o instituto do ordálio sobreviveu de fato ainda por séculos e foi reintroduzido durante os processos por bruxaria.

O primeiro ordálio, surgido na Alemanha, foi a prova da fogueira, que consistia em fazer uma pessoa vestida com uma camisola coberta de cera passar por entre duas fileiras de galhos em chamas. Em 1098, um camponês da região da Provença, Pierre Barthélemy, submeteu-se espontaneamente à prova, conseguindo passar incólume através das duas fileiras de oliveiras em chamas colocadas a uma distância de pouco mais de um pé umas das outras.

Outro ordálio era a prova do ferro de marcar, que devia ser segurado na mão como se fosse um buquê de flores. O manuscrito *Saxo Gramaticus* fala de Poppus, que se submeteu à prova para demonstrar a verdade do cristianismo.

Ordálio semelhante é o da água fervente: a pessoa submetida à prova devia pegar um objeto dentro de um caldeirão cheio de água ou óleo fervente. Dizem que uma escrava teutoa acusou a ama de

infidelidade, e ambas passaram pela prova.

A ama enfiou a mão e conseguiu pegar o objeto, enquanto a escrava se queimou e foi morta com um banho de água fervente.

Outro ordálio, ainda, era o da água fria (usada não por acaso contra as bruxas). O examinado era submerso em uma banheira de água fria com o polegar da mão e o indicador do pé amarrados. Se afundasse, era inocente; se boiasse (por ao menos cinco minutos) era culpado.

O último ordálio de que falaremos é a prova da Bíblia. O acusado subia sobre o prato de uma balança, enquanto do outro lado era colocada uma Bíblia. Se seu peso fosse inferior ao do livro, era condenado. As Bíblias da época pesavam cerca de 25kg.

Os bem-andantes, os bruxos "bons"

Por volta do final do século XVI, os inquisidores do Friuli viram-se diante de casos de bruxaria que não se encaixavam nos esquemas conhecidos.

Alguns camponeses eram conhecidos nas redondezas por sua capacidade de curar as pessoas atingidas por males. Um deles, como disse um pároco ao inquisidor da diocese de Aquiléia em 1575, declarara ser um "bem-andante" e se vangloriara de "vagar pela noite com bruxos e gnomos".¹⁹

O inquérito, de início, avançou lentamente (foi interrompido em 1575 e retomado apenas em 1580), mas no final chegou a confirmar a presença de um fenômeno muito difundido. Segundo a lenda, os "bem-andantes", homens e mulheres, durante o sono entravam em uma espécie de transe durante o qual a alma saía do corpo em forma de "fumaça", ratos ou outros pequenos animais. Como as bruxas, eles chegavam ao lugar de encontro (os campos do Vêneto ou do Friuli, mas também o vale bíblico de Josafá) voando, sozinhos ou cavalgando sobre pequenos animais, e, como as bruxas, reuniam-se com seus semelhantes para realizar feitos mágicos. Ao contrário das bruxas, no entanto, os bem-andantes não utilizavam unguentos para voar, não participavam de orgias, não abjuravam a fé católica e não adoravam o diabo. Ao contrário, eles afirmavam que lutavam 'em nome da religião e de Cristo' contra as bruxas e magos maus, e para defender a colheita.

Ninguém se dizia bem-andante, mas nascia assim. Todas as crianças que viessem ao mundo de "camisa", ou seja, cobertas por uma película placentária, como se fosse uma roupa, eram potenciais bem-andantes, desde que guardassem a membrana e a levassem sempre consigo. Em geral, os futuros xamãs eram avisados do futuro que lhes esperava por suas mães ou por um bem-andante "ancião", que o visitava pessoalmente ou em sonho. Por volta dos 20 anos, nas noites de quinta-feira da quarta têmpora,²⁰ eles eram chamados em sonho por um "capitão" ou anjo. Quando chamados, seu espírito abandonava o corpo e voava com o capitão. O destino era um campo onde lhe esperava uma luta contra bruxas e magos malvados. Os bruxos bons lutavam com ramos de funcho, os maus, com galhos de sorgo. Caso os primeiros vencessem, a colheita daquele ano seria boa; se fossem os segundos, o ano seria péssimo.

Os bem-andantes eram vinculados com o máximo segredo a suas ações e aos nomes de seus companheiros e dos bruxos adversários, sob pena de receberem pauladas "em sonho" durante a noite. Na verdade, muitas vezes falavam de suas atividades, por orgulho ingênuo ou para tirar alguma vantagem. A eles era atribuída a capacidade de curar pessoas atingidas por encantamentos e de reconhecer uma bruxa à primeira vista. As mulheres nascidas com a "camisa" podiam falar com os mortos. Todos esses eram dons que podiam trazer alguma vantagem econômica.²¹

Os inquisidores, durante os interrogatórios, tentavam insinuar habilmente a suspeita de que "o anjo" visto pelos bem-andantes era ninguém menos que o Demônio disfarçado e incluir nos relatos dos malfadados xamãs elementos típicos do "sabá" das feiticeiras, como a presença de "belas cadeiras", utilizadas pelo Diabo como trono, e de danças e "diversões".

Os camponeses continuaram repetindo que apenas as bruxas se entregavam a "diversões", enquanto eles se reuniam para promover o bem. Mas, no final, cederam à pressão psicológica e às armadilhas das perguntas capciosas e admitiram, ainda que renegando a própria fé, terem sido vítimas do Maligno.

Os autos dos processos contra os que nasceram com a "camisa" registraram uma evolução ao longo dos anos. O retrato do bem-andante se afastou cada vez mais daquele do "bruxo bom" para assumir o aspecto de bruxo malvado, apóstata da fé e adorador de Satanás. O que impressiona é o fato de muitos inquisidores investigarem cuidadosamente as pessoas que os bem-andantes afirmavam ter visto em sonho. De qualquer modo, nenhum foi condenado pelo simples "chamado em sonho".

As condenações da Inquisição contra os bem-andantes entre 1581 e 1705 foram, somando tudo, leves: muitos foram repreendidos ou tiveram de abjurar publicamente, alguns foram detidos por poucos meses ou banidos temporariamente. Apenas dois de 16 condenados foram exilados para sempre.²² O bem-andante Michele Soppe morreu na prisão antes da sentença, talvez pelas péssimas condições da detenção.²³

Muitos processos foram interrompidos, muitos supostos bem-andantes considerados inencontráveis não foram procurados. É provável que a Inquisição estivesse mais preocupada com a infiltração das teses luteranas, cujos adeptos foram identificados e perseguidos com eficiência e rapidez.

Além disso, entre o final do século XVI e a metade do século XVII, o interesse dos inquisidores pelos sabás diminuiu, enquanto aumentou seu ceticismo. Mas ainda que não tenha sido uma tragédia material, o fim dos bem-andantes representou um crime cultural e significou a destruição da vida para muitos acusados, obrigados a viver à margem da sociedade.

Xamãs europeus

Os bem-andantes não eram os únicos "bruxos bons" presentes na Europa. Em 1692, na Letônia, Thiess, um homem de mais de 80 anos, declarou aos juízes que era um lobisomem e que três noites por ano (Santa Lúcia, Pentecostes e São João) os licantropos se transformavam em lobos e se dirigiam ao Inferno para pegar dos diabos e dos bruxos maus os grãos da colheita que estes haviam roubado. Os licantropos batiam nos bruxos com açoites de ferro, enquanto estes, por sua vez, os expulsavam com cabos de vassoura.²⁴

Thiess, irritado com as perguntas dos inquisidores, repetiu várias vezes que os lobisomens eram "cães de Deus", que expulsavam o Diabo

com todas as suas forças e que, sem eles, este roubaria todos os frutos da Terra. Os lobisomens russos e alemães faziam o mesmo. Thiess, que não voltava atrás de suas declarações, foi, por fim, condenado a dez chibatadas.

As semelhanças com os bem-andantes do Friuli são evidentes. Talvez os "nascidos com a camisa" e os licantropos letões representassem os últimos remanescentes de um culto xamanista pré-cristão antes difundido em várias áreas da Europa e que sobrevivera em algumas zonas marginais, como os campos do Friuli e o extremo norte. Até hoje, na Istria ou na Dalmácia, há terapeutas e "antibruxos" nascidos com a "camisa".²⁵

No caso específico dos bem-andantes, talvez haja um elemento a mais de originalidade. Segundo dom Gilberto Pressacco (1945-1997), seus ritos reuniram também elementos da tradição estática dos Terapeutas de Alexandria, veiculada no Friuli através dos sermões de Ermagora, discípulo de São Marcos (de origem alexandrina) e fundador da Igreja de Aquiléia.²⁶ Assim como os lobisomens, originalmente bons, foram transformados pela tradição cristã em seres negativos, os bem-andantes acabaram sendo identificados com os próprios demônios que combatiam.

CAPÍTULO 11

A salvação de Lutero e a Reforma Protestante

A venda de indulgências

No que consistia a doutrina das indulgências? "Acreditava-se que Cristo em pessoa, a Virgem Maria e muitos santos tivessem ganhado, durante sua vida, um *surplus* de mérito que poderia ser distribuído entre os cristãos menos praticantes da fé e que haviam, ao contrário deles, acumulado um déficit em razão dos pecados cometidos, e, para expiá-los, deveriam passar um longo período de tempo no Purgatório. Os papas, depositários, através de Pedro, das chaves da Igreja, tinham acesso a esse tesouro e podiam estendê-lo aos pecadores que precisassem de uma diminuição na pena. Estes podiam, assim, privar-se de parte das riquezas acumuladas durante a vida terrena e receber em troca a riqueza espiritual dos santos. Mesmo não sendo possível comprar a salvação, podia-se, no entanto, pagar pela remissão (mesmo total) da pena." (David Christie-Murray, 1998, p. 169.)

O auge dessa prática se deu durante o pontificado de João de Mediei, o Leão X (1513-1521), que lançou uma aberta política de venda de indulgências. Verdadeiros mascates percorreram a Europa vendendo "cartas de indulgência", quase bônus-Paraíso, que podiam ser comprados sem maiores formalidades, mas desconcertando muitos crentes genuínos.

Em 1517, foi divulgada a *Taxa Camarae*, uma lista das indulgências previstas para os vários pecados, com um tarifário a elas referentes, reportado a seguir:

1. O eclesiástico que incorrer em pecado carnal, seja com freiras, primas, sobrinhas, afilhadas ou, enfim, com outra mulher qualquer, será absolvido mediante o pagamento de 67 libras e 12 soldos.

2. Se o eclesiástico, além do pecado de fornicção, pedir para ser absolvido do pecado contra a natureza ou de bestialidade, deverá pagar 219 libras e 15 soldos. Mas se tiver cometido pecado contra a natureza com crianças ou animais, e não com uma mulher, pagará apenas 131 libras e 15 soldos.

3. O sacerdote que deflorar uma virgem pagará 2 libras e 8

soldos.

4. A religiosa que quiser ser abadessa após ter se entregado a um ou mais homens simultânea ou sucessivamente, dentro ou fora do convento, pagará 131 libras e 15 soldos.

5. Os sacerdotes que quiserem viver em concubinato com seus parentes pagarão 76 libras e 1 soldo.

6. Para cada pecado de luxúria cometido por um leigo, a absolvição custará 27 libras e 1 soldo.

7. A mulher adúltera que pedir a absolvição para se ver livre de qualquer processo e ser dispensada para continuar com a relação ilícita pagará ao papa 87 libras e 3 soldos. Em um caso análogo, o marido pagará o mesmo montante; se tiverem cometido incesto com o próprio filho, acrescentar-se-ão 6 libras pela consciência.

8. A absolvição e a certeza de não ser perseguido por crime de roubo, furto ou incêndio custarão ao culpado 131 libras e 7 soldos.

9. A absolvição de homicídio simples cometido contra a pessoa de um leigo custará 15 libras, 4 soldos e 3 denários.

10. Se o assassino tiver matado dois ou mais homens em um único dia, pagará como se tivesse assassinado um só.

11. O marido que infligir maus-tratos à mulher pagará às caixas da chancelaria 3 libras e 4 soldos; se a mulher for morta, pagará 17 libras e 15 soldos; e se a tiver matado para se casar com outra, pagará mais 32 libras e 9 soldos. Quem tiver ajudado o marido a perpetrar o crime será absolvido mediante o pagamento de 2 libras por cabeça.

12. Quem afogar o próprio filho pagará 17 libras e 15 soldos (ou seja, 2 libras a mais que aquele que matar um desconhecido), e se pai e mãe o tiverem matado de comum acordo, pagarão 27 libras e 1 soldo pela absolvição.

13. A mulher que destruir o filho que carrega no ventre e o pai que contribuir para a realização do crime pagarão 17 libras e 15 soldos cada. Aquele que facilitar o aborto de uma criatura que não for seu filho pagará 1 libra a menos.

14. Pelo assassinato de um irmão, uma irmã, mãe ou pai, pagar-se-ão 17 libras e 5 soldos.

15. Aquele que matar um bispo ou prelado de hierarquia superior pagará 131 libras, 14 soldos e 6 denários.

16. Se o assassino tiver matado mais sacerdotes em várias ocasiões pagará 137 libras e 6 soldos pelo primeiro homicídio e a metade pelos seguintes.

17. O bispo ou abade que cometer homicídio por emboscada, acidente ou estado de necessidade pagará, para conseguir a absolvição, 179 libras e 14 soldos.

18. Aquele que quiser comprar antecipadamente a absolvição por qualquer homicídio accidental que possa vir a cometer no futuro pagará 168 libras e 15 soldos.

19. O herege que se converter pagará, pela absolvição, 269 libras. O filho do herege que tiver sido queimado, enforcado ou executado de qualquer outra forma poderá ser readmitido apenas mediante o pagamento de 218 libras, 16 soldos e 9 denários.

20. O eclesiástico que, não podendo pagar os próprios débitos, quiser se livrar de ser processado pelos credores entregará ao pontífice 17 libras, 8 soldos e 6 denários, e a dívida lhe será perdoada.

21. Será concedida a licença para a instalação de postos de venda de vários gêneros sob os pórticos das igrejas mediante o pagamento de 45 libras, 19 soldos e 3 denários.

22. O delito de contrabando e fraude aos direitos do príncipe custará 87 libras e 3 denários.

23. A cidade que quiser que seus habitantes ou sacerdotes, freis ou monjas obtenham licença para comer carne e laticínio em épocas em que é proibido pagará 781 libras e 10 soldos.

24. O mosteiro que quiser variar a regra e viver com menos abstinência do que a prescrita pagará 146 libras e 5 soldos.

25. O frade que, por conveniência própria ou gosto, quiser passar a vida em um ermitério com uma mulher dará ao tesouro pontifício 45 libras e 19 soldos.

26. O apóstata vagabundo que quiser viver sem obstáculos pagará igual quantia pela absolvição.

27. Igual montante pagarão os religiosos, sejam eles seculares ou

regulares, que queiram viajar em trajes de leigo.

28. O filho bastardo de um sacerdote que queira preferência para suceder o pai na cúria pagará 27 libras e 1 soldo.

29. O bastardo que queira receber ordens sagradas e gozar de seus benefícios pagará 15 libras, 18 soldos e 6 denários.

30. O filho de pais desconhecidos que queira entrar para as ordens pagará ao tesouro pontifício 27 libras e 1 soldo.

31. Os leigos feios ou deformados que queiram receber ordenamentos sagrados e ter benefícios pagarão à chancelaria apostólica 58 libras e 2 soldos.

32. Igual quantia pagará o vesgo do olho direito, enquanto o vesgo do olho esquerdo pagará ao papa 10 libras e 7 soldos. Os estrábicos bilaterais pagarão 45 libras e 3 soldos.

33. Os eunucos que queiram entrar para as ordens pagarão a quantia de 310 libras e 15 soldos.

34. Aquele que, por simonia, queira comprar um ou muitos benefícios se dirigirá aos tesoureiros do papa, que lhe venderão os direitos a preços módicos.

35. Aquele que, tendo descumprido um juramento, queira evitar qualquer perseguição e se livrar de qualquer tipo de infâmia pagará ao papa 131 libras e 15 soldos. Além disso, dará 3 libras para cada um que ouviu o juramento.¹

Não havia crime, nem o mais cruel, que não pudesse ser perdoado mediante pagamento.

Naqueles anos, o dominicano Tetzel percorreu a Alemanha vendendo cartas de indulgência. Mais tarde, Lutero descreveria sua obra da seguinte forma: "Seus poderes e graça foram ampliados de tal forma pelo papa que, se alguém violasse ou engravidasse a Virgem Maria, ele teria perdoado aquele pecado assim que uma quantia de dinheiro suficiente fosse colocada em sua bolsa... Ele redimiou mais almas com as indulgências do que São Pedro com seus sermões; quando era colocado em sua bolsa um dinheiro pelo Purgatório... a alma se elevava imediatamente para o Paraíso; não havia necessidade de comprovar dor ou arrependimento por um pecado se era possível comprar indulgências

ou cartas de indulgência. Tetzal vendia até o direito de poder pecar no futuro... qualquer coisa era garantida em troca de dinheiro."²

A venda de indulgências era apenas a ponta do iceberg de um fenômeno geral de corrupção na Igreja da época. Os altos prelados acumulavam mais encargos e as relativas prebendas. Os bispos não residiam nas sedes a eles designadas: por exemplo, um nobre de Ferrara podia ser nomeado arcebispo na Hungria e nunca sair de sua casa, limitando-se a receber o dízimo dos fiéis de cujas almas devia cuidar.

O título de cardeal (que era o "príncipe", também em sentido terreno) muitas vezes não era resultado de um longo percurso espiritual, mas da venda ou concessão do papa a parentes e amigos. Quem podia se permitir o comprava para o filho caçula ou ilegítimo, por vezes adolescente, como uma renda vitalícia. O próprio Leão X (1513-1521) se tornara cardeal aos 13 anos.

Os pontífices eram, em todos os aspectos, soberanos renascentistas. Como os reis, eliminavam os adversários e se cercavam de homens de confiança. Como os reis, usavam a intriga e o homicídio político, como o papa Alexandre VI Bórgia (1492-1503), por exemplo, e seu filho César. Como os reis, declaravam guerra contra seus inimigos e conduziam as tropas na batalha; o papa Júlio II (1503-1513) foi retratado em armadura.³ Como os reis, tinham concubinas e filhos bastardos. E, como os reis, amavam as artes e protegiam os artistas. Mas os cuidados com as almas nada tinham a ver com tudo isso.

Martinho Lutero

Lutero (1483-1546) foi ordenado sacerdote em 1507, após ter concluído brilhantes estudos universitários. Atormentado com o sentido do pecado, sua ânsia o levou a elaborar uma nova doutrina da Salvação, em contraposição à católica. Para Lutero, a absolvição do pecado derivava de uma relação direta entre Deus e o fiel, que poderia ser obtida apenas através da própria fé, não por meio de obras e, muito menos, com a compra de indulgências ou a intervenção de um confessor.⁴

Lutero defendeu o direito que cada fiel tem de ler e interpretar as Escrituras, negou a autoridade jurisdicional do papa, dando início a uma vigorosa polêmica contra a corrupção da Igreja de Roma, e contestou o

poder temporal do clero. Negou também a validade de alguns sacramentos e o valor do celibato eclesiástico.

Em 31 de outubro de 1517, afixou na porta de uma igreja as "95 teses para esclarecer a eficácia das indulgências", que suscitaram grandes polêmicas e tiveram ampla difusão em toda a Alemanha.

Em 15 de junho de 1520, uma bula papal condenou algumas proposições luteranas, ordenando que fossem queimadas. Lutero, em compensação, queimou, diante de uma multidão que o aplaudia, o que ele mesmo chamava de "execrável bula anticristo".

Em 1521, apresentou-se à Dieta de Worms com o salvo-conduto do imperador Carlos V. Ao final de uma acirrada discussão teológica, Lutero declarou que não podia se remeter à autoridade do papa e dos concílios, até porque estes muitas vezes se contradiziam, mas apenas à das Sagradas Escrituras.

Excomungado pela Igreja e banido pelo imperador, continuou suas atividades ou, ao menos, deu início a um projeto ambicioso: a tradução das Escrituras para o alemão. Lutero, com grande probabilidade, salvou-se da fogueira por um conjunto de fatores deliciosamente políticos: o favor de alguns príncipes alemães, dentre os quais estava o eleitor da Saxônia, que o escondeu no castelo de Wartburg encenando um falso rompimento; a desconfiança do papa com relação a Carlos V, cuja influência se tornara preponderante na Itália; o fato de que o próprio Carlos V, nos anos seguintes, estivesse ocupado demais com guerras contra turcos, franceses, venezianos e o próprio Estado Pontifício.

As teses luteranas eram populares entre os príncipes alemães, que desejavam se apoderar dos bens dos grandes eclesiásticos: latifúndios enormes com vários servos da gleba e que gozavam de amplos privilégios fiscais, quase Estados dentro dos Estados.

Lutero também gozava de grande admiração entre o povo, que reconhecia em algumas de suas declarações as próprias aspirações de justiça social. Mas as expectativas de muitos, sob esse ponto de vista, não foram atingidas.

Em 1524, eclodiu nos territórios do Império uma gigantesca rebelião camponesa. Bandos armados compostos de cerca de trezentos

mil camponeses saquearam igrejas, castelos e cidades. Lutero, depois de tentar inutilmente uma mediação, escreveu o tratado *Contra os bandos arruaceiros e assassinos dos camponeses*, uma espécie de carta aberta aos príncipes alemães pedindo para conter os rebeldes. "Esta é a época da ira e da espada, não a da graça [...] Por isso, caros senhores [...] matem, esganem, estrangulem quem puderem [...] e se alguém julgar tudo isso duro demais, pense que a sedição é insuportável e que a cada momento é preciso esperar a catástrofe do mundo."⁵

Os príncipes católicos e protestantes acolheram o convite e massacraram os rebeldes. Uma das características da Igreja Luterana foi o direito de envolvimento dos príncipes na gestão eclesiástica. O soberano de um Estado se tornava o chefe da Igreja nacional.

Os escritos de Lutero tiveram ampla difusão na Europa, com exceção, talvez, apenas da Itália, onde desencadearam uma severa repressão. Os sermões luteranos se difundiram em muitos países europeus, em alguns casos fornecendo combustível para as fogueiras, em outros, com sucesso, transformando a Reforma em religião de Estado (que perseguiu, por sua vez, os católicos).

A Dinamarca se tornou protestante com o reinado de Cristiano III (1534-1559). Os bispos católicos foram presos e substituídos pelos luteranos, as propriedades eclesiásticas foram confiscadas e utilizadas para manter o Estado e financiar a cultura. O rei era o chefe da Igreja. A Bíblia foi traduzida para o dinamarquês.

Posteriormente, Cristiano III estendeu a própria soberania também sobre a Noruega e a Suécia. Na Noruega, os soldados luteranos demoliram algumas igrejas católicas, e todos os bispos foram expulsos, com exceção de dois que se converteram ao luteranismo. Na Suécia, as doutrinas reformadas penetraram de maneira mais suave e "em diálogo" com Roma. A ruptura só aconteceu em 1523, quando o papa se recusou a ratificar a nomeação de quatro bispos suecos enquanto não se pagassem as anonas (um dos tantos tributos que os reinos cristãos deviam à Santa Sé). O rei da Suécia respondeu que o país era pobre demais para pagar e nomeou ele próprio os bispos.

Dos países escandinavos, o luteranismo se propagou pelas

regiões bálticas. Na Finlândia, tornou-se religião de Estado. A Islândia, no século XVI, estava subordinada à Dinamarca, e o luteranismo chegou com os mercadores e doutos que tinham estudado no continente (a Universidade de Wittenberg tornara-se um importante centro de difusão cultural), mas sobretudo pela influência de Cristiano III, contestada em vão por um bispo local e seus dois filhos. Os prelados católicos foram depostos, e seus bens, confiscados. Contudo, a Igreja Reformada manteve várias práticas católicas, como a da confissão e a adoração a alguns santos locais.

Na Boêmia, a Reforma se difundiu graças aos estudantes hussitas formados em Wittenberg. Os alemães da Boêmia se tornaram luteranos; os eslavos, calvinistas, mas depois as duas correntes elaboraram uma confissão de fé unitária para enfrentar melhor os soberanos católicos, o que deu ensejo a uma violenta reação dos católicos em geral e dos jesuítas em particular. Até o final do século XVI, calcula-se que 90% dos boêmios fossem protestantes.

Na Hungria, a Reforma também se difundiu através de diretrizes "étnicas": alemães e eslavos se voltavam preferivelmente ao luteranismo; os magiares, com algumas exceções, ao calvinismo. Vários fatores ajudaram a obra dos reformadores.

Em primeiro lugar, a corrupção que se espalhou entre o clero e os leigos católicos. Os hussitas e (provavelmente) os valdenses abriram o caminho.

A invasão turca à Hungria, em 1541, auxiliou na instituição da Reforma tanto indireta (muitos líderes católicos foram mortos em combate contra os turcos) quando diretamente: as forças de ocupação turcas favoreceram os protestantes em detrimento dos católicos, mais temidos por sua propensão às Cruzadas e sua ligação com o imperador.⁶

Na Transilvânia, alguns decretos de 1568 e 1571 garantiram direitos iguais a católicos, calvinistas, luteranos e unitaristas.

João Calvino

Calvino (1509-1564), francês, foi o fundador da Igreja Calvinista, outro grande culto reformado que se espalhou pela Europa talvez com um sucesso ainda maior que o luterano. Para Calvino, o pecado original

transmitido por Adão a toda a humanidade tornou os homens incapazes de redenção. Apenas os eleitos, que haviam recebido uma graça especial de Deus, poderiam se salvar; todos os outros estavam predestinados à danação.⁷

Com base nessa afirmação, ninguém além de Deus podia saber com certeza quem eram os eleitos, embora a profissão de fé, uma vida correta e a observância dos sacramentos fossem provas evidentes do favor divino. Existem, assim, duas Igrejas: uma invisível, formada pelos eleitos vivos e mortos e conhecida apenas por Deus; e uma visível, composta também de homens indignos, imperfeita, mas passível de melhoras, e os cristãos deveriam respeitar sua autoridade.⁸ Obviamente, quando falava de "Igreja visível", Calvino se referia àquela fundada por ele próprio. A Igreja e o Estado eram partes integrantes da mesma comunidade sagrada. Entre os deveres do Estado, havia o de defender a religião e evitar as ofensas contra ela. A pena capital e, dadas as condições, a guerra eram consideradas práticas legítimas e admissíveis para um cristão.

Graças à sua influência, a República de Genebra se transformou em um regime teocrático, o que lhe conferiu um incrível impulso para o comércio, os investimentos e a educação. Um conselho eclesiástico cuidava da moralidade dos cidadãos, cominando penas severas até mesmo para pequenas infrações, e se ocupava dos crimes de heresia.⁹

Considerado herege e banido da Igreja de Roma, Calvino, por sua vez, teve um comportamento muito duro com os dissidentes de sua doutrina.¹⁰

O calvinismo se difundiu em vários países, às vezes em detrimento do luteranismo, como em Estrasburgo, onde muitos reformados aderiram à nova crença, incentivados pela intransigência dos luteranos mais radicais. No Palatinado, tornou-se religião de Estado, e o governo perseguiu católicos e luteranos.¹¹

Os huguenotes

Na França, a Reforma se difundiu sobretudo no sul do país, onde três séculos antes pregavam os cátaros e os valdenses. Os calvinistas franceses eram apelidados de "huguenotes". A disciplina e a moral rígida que os caracterizavam lhes permitiram exercer grande influência na vida

pública francesa, embora representassem uma pequena minoria dentro de um país quase totalmente católico.

As autoridades francesas adotaram uma política que se alternava entre tolerância e repressão aos calvinistas e outras minorias religiosas. A repressão não poupou nem os seguidores do bispo católico reformista de Meaux, Guillaume Briçonnet (1492-1549), confessor de Margarida, irmã do rei, que foram lançados à fogueira. A Sorbonne proibiu livros de reformistas, o Parlamento os banuiu e decretou a destruição de muitas cidades habitadas por comunidades hereges.

Em 1535, para vingar uma suposta profanação da hóstia sagrada, foram queimados seis hereges, um por cada uma das estações que compunham a solene procissão do *Corpus Domini*.¹²

O ano de 1572 pareceu presenciar um período de paz na luta entre católicos e huguenotes. As núpcias entre a católica Margarida, irmã do rei da França, e o protestante Henrique, rei de Navarra, estavam previstas para o dia 28 de agosto. Mas na noite de São Bartolomeu (24 de agosto), em Paris, os soldados do rei da França entraram nas casas dos huguenotes e os mataram em emboscadas. Poucos encontraram abrigo, todas as ruas haviam sido bloqueadas. Nos dias que se seguiram, o massacre se estendeu também a outras cidades francesas e aos campos. Calcula-se que, em Paris e arredores, foram mortos entre 25 mil e 35 mil huguenotes.

O papa Gregório XIII (1572-1585), assim que foi informado do massacre, ordenou que o acontecimento fosse comemorado com festas solenes e celebrou um jubileu "no qual os fiéis deveriam agradecer a Deus pela destruição dos huguenotes e pedir que absolvesse, por completo a França católica".¹³ Finalmente, encarregou Vasari de imortalizar o feito em um afresco na Sala Regia do Vaticano.

As contendas religiosas, que se misturaram às dinásticas pelo trono da França, só tiveram fim em 1594, quando Henrique IV se tornou rei dos franceses, um protestante convertido ao catolicismo. "Paris vale uma missa", frase que lhe foi atribuída, diz tudo sobre as relações entre política e religião.

Em 1598, foi promulgado o Edito de Nantes, que garantia aos

huguenotes a liberdade de culto e o controle, a título de garantia, de algumas cidades fortificadas. Apesar disso, as perseguições não cessaram.

Em 1621, os huguenotes assinaram, na cidade fortificada de La Rochelle, uma verdadeira declaração de independência. A cidade foi tomada em 1628, após um longo sítio. Os reformistas perderam, assim, sua cidade e foram obrigados a pagar pesadas taxas, sendo excluídos por lei do exercício de algumas profissões.

Em 1680, novas perseguições se iniciaram (Luís XIV, o Rei Sol, não tolerava nenhuma forma de autonomia no próprio reino). Alguns protestantes emigraram, outros se converteram à força, por meio de missionários escoltados por bandeiras de dragões (as forças francesas mais ferozes). Dizem que, em três dias do ano de 1684, foram convertidos sessenta mil huguenotes.

Em 1685, o Edito de Nantes foi ab-rogado, provocando um novo êxodo de protestantes. Nas montanhas de Cevennes, um grupo de três mil reformistas guiados, ao que parece, por alguns "profetas-meninos", desafiou um contingente de seis mil soldados do exército francês.

Henrique VIII e a Reforma inglesa

A Igreja Anglicana nasce graças a Henrique VIII (1509-1547), conhecido por ter tido seis mulheres (duas repudiadas, duas decapitadas e uma morta no parto). Henrique iniciou seu reinado com o marco da ortodoxia católica: seguidores das teses luteranas, como o estudioso Thomas Bilney e o sacerdote William Tyndale, que traduziu para o inglês o Novo e grande parte do Antigo Testamento, acabaram na fogueira. Ele próprio escreveu (ou mandou escrever) um libelo antiprotestante e foi nomeado *Defensor Fidei* (defensor da fé) pelo papa. Em 1509, casou-se com Catarina de Aragão, viúva de seu irmão mais velho, Artur, após ter obtido uma dispensa especial do papa (as leis da época proibiam casamento entre cunhados).

Por volta de 1527, não havendo tido nenhum filho homem de sua união e desejoso de um herdeiro para sua dinastia, Henrique tentou obter do papa a anulação do casamento, para poder se casar com Ana Bolena. O papa indeferiu o pedido, provavelmente porque temia ofender o imperador Carlos V, sobrinho de Catarina, que já havia saqueado Roma

com suas tropas.

Henrique entrou em controvérsia com a Igreja Católica. Em 1531, a assembléia geral do clero o nomeou "chefe supremo da Igreja na Inglaterra" e doou uma notável quantia em dinheiro à Coroa. Em seguida, o Parlamento decretou que os impostos religiosos não fossem mais pagos ao papa, mas ao rei, e que a Igreja Anglicana podia deliberar sobre as próprias questões internas, sem recorrer a Roma.

Quando o papa excomungou Henrique, o parlamento inglês abrogou o chamado "Óbolo de Pedro", uma taxa papal imposta a todas as famílias pela Igreja de São Pedro, e proclamou o rei o "único chefe supremo em Terra da Igreja na Inglaterra". Qualquer referência ao papa foi tirada das missas.

Forest, um frei praticante, defensor da autoridade absoluta do papa nas questões de fé, foi acusado de heresia e queimado na fogueira junto com um ídolo de madeira venerado em Gales. Thomas Moore e o bispo Fisher também foram decapitados por sua fidelidade a Roma.

Em todas as igrejas, apareceram uma Bíblia em latim e uma em inglês, para que os leigos lessem diretamente as Escrituras e verificassem como muitas doutrinas e costumes católicos não correspondiam aos textos sagrados. Os mosteiros foram saqueados e destruídos, e seus bens foram confiscados e vendidos.

A ruptura com Roma não significou a automática adesão às doutrinas luteranas, muito pelo contrário. Henrique VIII em pessoa, junto com seus bispos, julgou o caso do luterano John Nicholson, que foi condenado e mandado à fogueira apesar de seu pedido de perdão.

Sob o reinado de Henrique e o breve governo de Eduardo VI, os artigos da fé da Igreja Anglicana foram reescritos várias vezes, alternando posições reformistas e "católicas", às vezes com resultados tragicômicos. Em 1539, foram promulgados os Seis Artigos, que reformulavam vários aspectos da doutrina católica, como o celibato eclesiástico. As infrações seriam punidas com a fogueira ou com o enforcamento. O arcebispo Cranmer, que se casara, teve de esconder a mulher. Em 1543, seis pessoas foram executadas num único dia: três queimadas por heresia e três enforcadas por negarem a supremacia religiosa do rei.

Maria, a Sanguinária, e Elisabete I

Em 1553, a reação católica levou ao poder Maria I (chamada também de Maria, a Católica; ou Maria, a Sanguinária), filha de Henrique VIII e de Catarina de Aragão.

Durante seu breve reinado, ela ab-rogou todos os provimentos de Henrique VIII e Eduardo e retomou as leis contra os hereges. Muitos protestantes fugiram do país e os bispos católicos retomaram a posse de suas sedes. Foram instituídas comissões especiais com a tarefa de encontrar e processar os hereges em todo o território do reino. Em cinco anos, 282 pessoas foram mortas por heresia.

Elisabete I (1558-1603) escolheu o meio-termo, criando uma igreja autônoma cujos artigos de fé representavam um compromisso entre instâncias católicas, luteranas e calvinistas e contentaram grande parte dos cristãos da Inglaterra. Ela conservou a oposição ao extremismo: de um lado, aos jesuítas, que ordenaram vários complôs contra a rainha; de outro, aos puritanos.

Em 1570, Elisabete foi oficialmente excomungada por Roma (lembramos que esse ato, que excluía os súditos da obrigação de fidelidade, representava um grave perigo para a autoridade e a própria vida do monarca), ao que respondeu perseguindo, sem hesitar, os católicos. Das 187 pessoas mortas durante seu reinado, 123 eram sacerdotes católicos ou jesuítas.

Puritanos e anglicanos

A Igreja da Inglaterra fora dividida em duas: de um lado, os puritanos, integralistas da religião, que rejeitavam liturgias e hierarquias eclesiásticas, mas eram impiedosos com os "pecadores"; de outro, os anglicanos, partidários do poder, mais tolerantes com o pecado, mas impiedosos com os puritanos.

Os puritanos (rótulo que na verdade englobava uma constelação de movimentos muito diferentes entre si) professavam o sacerdócio universal, defendiam a igualdade de todos os ministros do culto contra a hierarquia dos bispos e condenavam como "idolatrás" a missa e outros rituais anglicanos adaptados dos católicos. Seu programa "político-social" previa punições severas contra blasfemos, caluniadores, perjuros,

fornicadores e alcoólatras, além da pena de morte "sem salvação" para os adúlteros. O Parlamento inglês apoiou seus pedidos. Seus adversários eram a monarquia e o clero institucional. A luta entre uma Igreja Alta, aliada ao poder real, e uma Igreja Baixa, muito influente no Parlamento, duraria quase um século, intercalando-se com os vários fatos históricos da época.¹⁴

Os anglicanos emanaram leis muito severas contra os puritanos: quem não participasse da missa seria punido com o exílio. Quem fazia "reuniões religiosas particulares" era condenado a penas graves (o pregador John Bunyan foi preso por 12 anos). Os escritores e pregadores puritanos corriam o risco de ser colocados na berlinda, açoitados, marcados com fogo ou ter o nariz e as orelhas arrancados.

A guerra civil e o período do Commonwealth (1649-1659) marcaram um breve triunfo dos puritanos, que conseguiram abolir a instituição dos bispos. Mas a sucessiva restauração voltou a fazer a balança pender para o lado dos anglicanos, que reinstauraram à força a hierarquia eclesiástica. Só os católicos nunca tiveram seu instante de triunfo e foram cuidadosamente perseguidos durante todo o século XVII, acusados de conjuras verdadeiras (como a dos pós) ou inventadas, e excluídos dos cargos públicos. Em 1689, um Ato de Tolerância garantiu liberdade de culto a batistas, presbiterianos, congregacionalistas e quacres, mas não aos católicos e unitaristas.

Na Irlanda, os católicos se rebelam

Apesar do cisma de Henrique VIII, os irlandeses continuaram tenazmente ancorados pela Igreja Católica. O arcebispo de Amagh declarou que "esta ilha não pertence a ninguém além do bispo de Roma, que a entregou aos antepassados do soberano". Em todas as dioceses, enfrentaram-se dois bispos rivais, nomeados respectivamente pelo papa e pelo rei.

A destruição dos mosteiros revelou-se uma verdadeira catástrofe para o povo irlandês, já que eram os únicos centros de difusão da cultura e da assistência. A destruição das imagens sagradas gerou o horror dos fiéis. Bispos e eclesiásticos anglicanos comportaram-se com grande arrogância em relação aos irlandeses, não se preocupando nem em convertê-los. Os habitantes da ilha, apoiados pelos jesuítas a partir de 1542, reagiram

criando a Liga Católica, para se defender da obrigação de freqüentar as igrejas protestantes e para difundir a instrução. A existência de uma oposição católica organizada representaria um obstáculo durante todo o reinado da rainha Elisabete.

CAPÍTULO 12

A Guerra dos Trinta Anos

A Reforma Protestante havia dividido a Europa em duas: de um lado, os Estados católicos; de outro, os protestantes.

A divisão percorria o próprio Sacro Império Romano: a maior parte dos Estados alemães setentrionais tornou-se luterana ou calvinista, enquanto os meridionais continuaram com Roma.

Os príncipes católicos queriam que fosse garantida liberdade de fé a seus correligionários mesmo nos territórios dominados pelos reformistas, mas não tinham nenhuma intenção de conceder a mesma liberdade aos seus súditos protestantes.

Nasceram, assim, duas coalizões contrárias de Estados: a Liga de Ratisbona (católica), em 1524, e, dois anos depois, a Aliança de Torgau (protestante). Por vários anos, os dois partidos se enfrentaram, alternando intransigência e tentativas de conciliação, até que, em 1530, o imperador Carlos V ordenou que os príncipes luteranos se submetessem à religião católica. Estes responderam criando a Liga de Smalcalda, uma aliança político-militar que estabeleceu acordos também com a França e outras potências hostis ao imperador.

Sucederam-se trinta anos de guerras e tréguas alternadas, até que, em 1555, Carlos V, derrotado por uma aliança que reunia a França católica e os Estados reformados, foi obrigado a fazer um acordo com seus adversários.

Em 1555, Carlos V e os príncipes reformados firmaram a Paz de Augusta. Pela primeira vez, desde seu nascimento, tomou forma a idéia de que duas religiões cristãs diferentes poderiam coexistir no Sacro Império Romano.

O tratado continha, no entanto, dois princípios restritivos:

1) *il cuius regio eius religio*: os súditos de um Estado deviam se adequar à religião de seu príncipe, fosse ele católico ou protestante, ou, caso contrário, emigrar; e

2) *il reservatum ecclesiasticum*: a Igreja Católica renunciaria a reivindicar os bens eclesiásticos confiscados antes de 1552; em compensação, deveria receber de volta aqueles subtraídos após essa

data (os príncipes trataram de honrar esse compromisso).

Além disso, os prelados católicos que se convertessem ao luteranismo teriam de renunciar- a todos os benefícios e bens que possuíam em virtude de seu cargo, devolvendo-os à Igreja Católica.

Pouco tempo depois, Carlos V abdicou, dividindo em dois seu imenso território. O irmão Fernando I ficou com o Império e a Boêmia; seu filho Filipe II ganhou a Espanha, os Países Baixos, grande parte da Itália e os territórios do Novo Mundo.

A caminho da guerra

A paz durou pouco. Muitos elementos contribuíram para demolir o edifício do Império e revolucionar a ordem europeia:

1) a verve expansionista dos turcos otomanos, que ameaçavam diretamente os domínios de família dos Habsburgo e que, no auge de sua expansão, chegaram a sitiar Viena;

2) a revolta dos nobres dos Países Baixos, que levou, no início do século XVII, ao nascimento de uma república protestante holandesa independente da Espanha;

(3) as novas rotas comerciais através do Atlântico em direção às Américas e à Ásia, que favoreciam nações como a Inglaterra, a Holanda e a França, em detrimento das Repúblicas Marinhas, deslocadas no Mediterrâneo, que se tornara um mar quase periférico;

4) o aparecimento, no cenário europeu, de novas monarquias agressivas, como a sueca, que impôs seu predomínio sobre o Báltico (controlar os mares significava deter as rotas comerciais e o transporte de matérias-primas);

5) a grave crise econômica e política da Espanha;

6) o fato de que a Contra-Reforma, de um lado, e a propagação da Reforma calvinista (sob muitos aspectos, mais rígida, intransigente e autoritária), de outro, tinham dividido a Europa em dois blocos contrários. É claro que se tratava de dois grupos internamente bem diferentes (por exemplo, anistas), mas isso não impediu que a tendência geral tenha sido a de procurar alianças, acordos dinásticos, apoios e interesses comuns, em especial com Estados em que vigoravam crenças religiosas afins; e

7) uma decisiva ofensiva diplomática e militar por parte da

França para redimensionar o poder do rival império dos Habsburgo. O cardeal Richelieu e seu colaborador, o frei José, franciscano bastante ortodoxo, fizeram tudo que estava a seu alcance para aumentar a duração e a destrutividade do conflito.¹

Nem os soberanos protestantes nem a fé católica na França não hesitariam em se aliar até mesmo com "o infiel" por definição: o Império Turco Otomano.

A divisão entre católicos e protestantes corria o risco de criar uma crise na própria sucessão dinástica dos Habsburgo no governo do Império. Na época, o título de imperador não passava automaticamente de pai para filho; era conferido por um colégio de Grandes Eleitores, composto por bispos e grandes senhores feudais católicos, como o rei da Boêmia, ou protestantes, como o duque da Saxônia e o conde de Palatinato.

Em 1608, os Estados do Império se agruparam em duas coalizões opostas: a Liga Católica, guiada por Maximiliano da Baviera (que, na verdade, defendia mais os interesses da Santa Sé do que os do imperador), e a União Evangélica, liderada pelo Eleitor Palatino (que, sendo calvinista, teria sido boicotado pelos príncipes luteranos)-

As divergências religiosas dariam vida a um conflito assustador com milhões de mortos, comparável às duas Guerras Mundiais.

A guerra (1618-1648)

O pretexto para iniciar o conflito foi dado pela Boêmia, **onde a maioria da população**, protestante, era oprimida por um monarca católico.

Em 1618, os boêmios se rebelaram, jogando pela janela do Castelo de Praga os lugares-tenentes do imperador e chamando em seu socorro o príncipe Palatino.

Entender todos os interesses econômicos e geopolíticos em jogo e todas as alianças, mudanças de frente, intrigas e rivalidades internas entre as coalizões opostas em um conflito que durou trinta anos e que envolveu, de uma maneira ou de outra, toda a Europa, é algo que vai bem além do objetivo deste livro.²

Aqui só nos cabe sublinhar o fato de que praticamente não houve país europeu que não tenha sido atingido pela guerra durante uma fase ou outra do conflito, direta ou indiretamente. Além de que o elemento

do fanatismo religioso desempenhou um papel fundamental na longa duração e na dureza do conflito.

Provavelmente, uma guerra normal para redefinir fronteiras e áreas de influência teria terminado antes de levar à repetida aniquilação de exércitos inteiros, ao pesado endividamento de príncipes e reis, à total e deliberada destruição de países invadidos, quando, pelo contrário, um conquistador teria todo o interesse de que seus novos domínios fossem ricos e prósperos.

As conseqüências sobre a população foram quase inimagináveis. Por décadas, exércitos de dimensões imensas atravessaram os territórios da Europa central, arrasando tudo que era possível, impondo com a força a própria fé, católica ou protestante, e queimando tudo para impedir que os exércitos inimigos tivessem provisões. Às vezes, junto com os saques, eram levados embora também homens e mulheres como escravos.³ O mais imponente desses exércitos era o de Wallenstein, que por anos foi capitão a serviço da causa católica. Contando, além dos soldados, com o séquito de vivandeiros, comerciantes ambulantes, prostitutas e trabalhadores, calcula-se que seu exército fosse composto de centenas de milhares de pessoas.

"Seu exército [...] era o maior e mais bem organizado empreendimento particular já visto na Europa antes do século XX. Todos os oficiais tinham participação financeira e obtinham um grande proveito de seu investimento (proveito esse que derivava de saques); as tropas reunidas em qualquer parte da Europa e incapazes de mostrar solidariedade eram pagas de maneira irregular, o que levava a uma rápida substituição da força de trabalho."⁴

Durante a Dieta Imperial em Ratisbona, em 1630, os súditos da Pomerânia se apresentaram com uma petição para o fim da guerra.

"No ano anterior, os exércitos de Wallenstein espoliaram de tal modo o país que desde então as pessoas começaram a morrer de fome. Muitos, na verdade, morreram, e os sobreviventes comiam ervas e raízes, bem como as crianças e doentes, além de cadáveres há pouco enterrados [...]. O imperador e os eleitores ouviram comovidos os pomerânios, mostraram seu profundo interesse e deixaram as coisas como

estavam. Dado o sistema político em que viviam e exerciam suas funções, dada a mentalidade e o sentimento então vigentes nos círculos principescos, não se podia esperar mais deles. Além disso, durante a Guerra dos Trinta Anos, nenhum senhor alemão passou fome fosse por um dia [...] A gente comum podia morrer de fome ou se alimentar, de forma obscena, de carne humana, mas nas salas de banquete do imperador, dos eleitores e dos bispos o antigo costume alemão de se empanturrar e de beber nunca foi abandonado. Cheios de bifés e vinho, os príncipes podiam suportar os sofrimentos dos súditos com grande força." (Huxley, 1966, p. 242-3.)

A Pomerânia era apenas o início. Outras regiões do Império, nos anos sucessivos, sofreram uma "[...] escassez que fez morrer dezenas de milhares de pessoas e transformou em canibais muitos dos sobreviventes. Os cadáveres, ainda pendurados, dos malfeitores eram tirados das forcas para que servissem de alimento nas mesas, e quem houvesse perdido algum familiar recentemente era obrigado a montar guarda nos cemitérios, para impedir a atividade dos ladrões de cadáveres" (Huxley, 1966, p. 279).

Muitas vezes, quando um exército era derrotado, os soldados debandados vagavam a esmo como animais, procurando desesperadamente algo para comer, e se não encontravam o que pilhar, morriam às centenas.

A Paz de Westfália (1648) marcou o fim da guerra. Suécia, França e Brandemburgo obtiveram importantes cessões territoriais. A Espanha reconheceu a independência da Holanda. Os príncipes alemães, católicos e protestantes, obtiveram a independência de fato, enquanto a autoridade imperial se tornava pouco mais que uma formalidade.

Teoricamente, foi reconhecido a todos os súditos dos vários principados o direito de professar em particular a religião que preferissem, mas esta cláusula, por muito tempo, seria apenas letra morta.

Do ponto de vista econômico, social e humano, as conseqüências foram desastrosas.

Em 1618, a Alemanha possuía cerca de 21 milhões de habitantes. Em 1648, a população caíra para 13 milhões.

"Em um período em que os índices da população em toda a

Europa mostravam um ritmo ascendente, as terras a oriente do Reno perderam mais de um terço de sua população em consequência dos massacres, da escassez, das privações e das doenças." (Huxley, 1966, p. 301.)

Algumas das áreas mais atingidas, como a Boêmia, tinham perdido até 50% da população.

Segundo Polisky, levando em conta a alta mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida na época, envolveram-se no conflito não menos de cem milhões de pessoas! Os pobres sofreram as consequências da guerra muitos anos depois que ela acabou.

O escritor Aldous Huxley nos dá um vivo retrato daquele período: "No século XVII, não havia produção em massa de explosivos, e estes não eram muito eficazes [...] Só se destruiu o que podia ser queimado com facilidade, ou seja, as casas e principalmente as cabanas dos pobres. Cidades e campos sofriam de modo quase igual em decorrência da guerra: os habitantes foram espoliados de seu dinheiro e perderam seu comércio; os camponeses foram espoliados de seus produtos e perderam suas casas, ferramentas, sementes e animais. A perda de bovinos, ovinos e suínos foi especialmente grave [...] um patrimônio zootécnico depauperado requer um tempo bem longo para ser reconstruído. Duas ou três gerações se passaram antes que naturalmente se preenchessem os vazios deixados pelas depredações..."

Os exércitos debandados também representavam um problema. Os "[...] anos de guerra [...] tinham criado em toda a Europa uma classe de aventureiros das armas, sem terra, sem casa, sem família, sem nenhum sentimento natural de piedade, sem religião ou escrúpulo, sem saber nenhum ofício além do da guerra e só capazes de destruir [...] A desmobilização foi gradual e se estendeu por um dado período de anos; mas nem assim faltaram confusões, e muitos mercenários nunca mais voltaram à vida em sociedade, mantendo, como bandidos, rufiões e assassinos profissionais, o caráter de parasitas adquirido durante os longos anos de guerra". (Huxley, 1966, p. 270.)

As cidades e os Estados estavam grandemente endividados com os banqueiros, e essas dívidas atingiram as populações ainda por muitos

anos, sob forma de tributos e confiscos.

CAPÍTULO 13

Colonialismo e escravidão

Antes de 1492, os Estados cristãos do Ocidente lutavam entre si dentro de uma bacia bem restrita: a Europa, a África do Norte e as terras banhadas pelo Mediterrâneo. Após a façanha de Colombo, essas lutas se espalharam pelo mundo todo, com a bênção das várias Igrejas. O próprio Cristóvão Colombo (que, não nos esqueçamos, inaugurou a descoberta do novo continente com a captura de alguns escravos) sonhava que, com o ouro das Índias, o reis da Espanha poderiam realizar uma Cruzada para libertar a Terra Santa.¹ Foi um pontífice, Alessandro VI Bórgia (1492-1503), que dividiu, com a bula *Inter Caetera*, o globo terrestre entre as nascentes potências coloniais católicas. Uma linha de alto a baixo dividia em dois o mapa: metade era reservada à Espanha, outra, a Portugal.

Quando Colombo desembarcou em Cuba, a população da ilha somava cerca de oito milhões de habitantes. Quatro anos depois, estava mais do que dizimada. Depois que os cubanos em parte foram exterminados, os espanhóis começaram a importar escravos de outras ilhas do Caribe. Assim, "milhões de autóctones da região caribenha foram efetivamente liquidados em menos de um quarto de século".²

O trabalho de conquista, exploração e sujeição das populações do continente americano foi levado adiante pelos conquistadores, comandantes de exércitos a serviço dos reis da Espanha e da fé católica. Estes tinham ao seu lado corajosos sacerdotes. Hernán Cortês, Francisco Pizarro, Hernando De Soto, Pedro de Alvarado e centenas de outros, aproveitando-se da superioridade tecnológica e militar de que gozavam, destruíram florescentes civilizações como a inca, a maia e a asteca. As conseqüências das conquistas foram milhões de mortos e um estado de dependência evidente até hoje.

As Américas

Desde o início, o massacre dos nativos americanos foi "abençoado por Deus". Nos "Contos Astecas sobre a Conquista",³ colhidos pelo clero franciscano, lê-se que Cortês era apoiado pelo Estado Pontifício: "Esta era a vontade do papa, que dera seu consentimento à vinda deles". Além disso, sabemos que o famoso conquistador andava sempre com um

sacerdote do lado.

Mas quantos mortos a conquista auspiciada por Deus e conduzida pelas mãos dos conquistadores deixou? No México, só a título de exemplo, a população passou de 12 milhões, em 1519, a menos de 1,3 milhão na metade de 1600. Noventa por cento da população local havia sido exterminada.⁴ No início do século XVI, a população nativa do continente centro e sul-americano girava em torno de setenta milhões de pessoas. Na metade do século XVII, havia sido reduzida a sete milhões.⁵ E em países como o Brasil, a Guatemala ou a região mexicana do Chiapas a dizimação dos índios acontece até hoje.

Os conquistadores não eram muito sutis. Se um povoado resistia, avançavam matando todos os habitantes que encontravam no caminho. As crônicas da época falam de "incontáveis cadáveres" espalhados por toda parte e de seu fedor "penetrante e pestilento".⁶ Muitos relatos acerca das atrocidades vieram dos próprios missionários e dos funcionários imperiais ou mesmo dos conquistadores.

Para entender quem eram, basta citar alguns episódios. Cortês, para coibir uma rebelião popular, convocou sessenta caciques (dignitários astecas) e ordenou que cada um levasse consigo o próprio herdeiro. Então, mandou queimá-los vivos na presença de seus parentes e advertiu os herdeiros para que conhecessem a inconveniência de desobedecer os espanhóis.

Um povo nativo, guiado pelo chefe indígena Hatuey, tentou se rebelar contra a escravidão. Tentaram uma fuga em massa, mas foram novamente capturados pelos espanhóis. Hatuey foi queimado vivo. "Quando o amarraram ao patíbulo, um frade franciscano implorou insistentemente para que abrisse seu coração a Jesus, de modo que sua alma pudesse subir aos céus, em vez de se precipitar na perdição. Hatuey respondeu dizendo que se o Céu era o lugar reservado aos cristãos, ele preferia de longe ir para o Inferno."⁷

Seu povo também teve uma sorte parecida: "Os espanhóis gostavam de imaginar todo tipo de atrocidade ainda não cometida [...] Chegaram a construir forcas enormes em que os pés mal tocavam o chão (para evitar o sufocamento) e penduraram em cada uma — em honra do

redentor e dos 12 apóstolos — grupos de 13 indígenas, colocando embaixo lenha e brasas e queimando-os vivos."

Em ocasiões parecidas, inventaram outras gracinhas: "Os espanhóis arrancavam o braço de um, a perna ou a coxa de outro, para arrancar de um só golpe a cabeça de alguém, de modo não muito diferente de como faz um açougueiro, que esquarteja as ovelhas para o mercado. Seiscentas pessoas, incluindo caciques, foram esquartejadas como animais ferozes... Vasco de Balboa fez quarenta delas serem devoradas pelos cães." (Standard, 2001.)

Às vezes, as mortes não tinham nenhuma finalidade prática, mas eram um simples ato arbitrário. Por exemplo, em 1517, nas ilhas caribenhas, "alguns cristãos encontraram uma índia que segurava uma criança em um braço, dando-lhe de mamar. Como os cães que os acompanhavam estavam famintos, tiraram o menino dos braços da mãe e o jogaram vivo como alimento para os cães, que o fizeram em pedaços diante dos olhos da mulher [...] quando havia mulheres que haviam parido há pouco entre os prisioneiros, se os recém-nascidos começassem a chorar, pegavam-nos pelas pernas e os batiam contra as pedras ou os jogavam em plantas espinhosas para que acabassem de morrer" (Todorov, 1997, p. 169).

Outro grave episódio foi o massacre de Caonao, em Cuba, presenciado pelo mesmo Las Casas. Uma centena de espanhóis armados, para verificar se suas espadas estavam bem afiadas, "começaram a estripar, perfurar e massacrar ovelhas e cordeiros, homens e mulheres, idosos e crianças que estavam tranqüilamente sentados ali perto, observando maravilhados os cavalos e os espanhóis". Não contentes com o massacre ao ar livre, entraram em uma casa grande e "começaram a assassinar, cortando e furando todos aqueles que ali se encontravam: o sangue escorria por toda parte, como se um rebanho de vacas tivesse sido morto... A visão das feridas que cobriam os corpos dos mortos e dos moribundos era um espetáculo horrível e assustador... os golpes sobre os corpos completamente nus e sobre aquelas carnes delicadas haviam partido ao meio um homem com um único golpe" (Todorov, 1997, p. 172).

O viajante Pietro Martire assim descreve a expedição de Vasco Nunez de Balboa: "Assim como os açougueiros cortam em pedaços a

carne dos bois e das ovelhas para vendê-la pendurada em ganchos, os espanhóis arrancavam com um só golpe o traseiro de um, a coxa de outro, as costas de outro ainda. Consideravam-nos animais isentos de razão... Vasco mandou os cães esquartejarem quarenta deles".⁸

Ainda em 1550, o monge Jerônimo de San Miguel denunciou que os espanhóis "queimaram vivos alguns índios, arrancaram mãos, nariz, língua e membros de outros; outros foram jogados aos cães; mulheres tiveram os seios cortados..." O bispo de Yucatán, Diego de Landa, disse ter visto "uma grande árvore com galhos onde um capitão havia enforcando várias índias; e em seus tornozelos pendurara, pela garganta, seus filhos. [...] E se durante o transporte os indígenas, arrastados com a corda no pescoço, não andassem animados como seus companheiros, os espanhóis cortavam sua cabeça, para não precisar parar para desamarrá-lo".⁹

Um cronista de 1570 fala de um "oidor" (juiz) "que afirmava em público, de cima de seu tablado e em voz alta, que se faltasse água para irrigar as fazendas dos espanhóis, seria utilizado o sangue dos indígenas".

Uma conquista "legal"

A base "legal" da conquista era o *Requerimiento*, um documento que os funcionários espanhóis liam, obviamente em espanhol, aos povos que pretendiam submeter antes de dar início aos combates. O documento começava com uma breve história da humanidade, na qual surgia uma figura central, Cristo, definido como o "chefe da estirpe humana". Cristo transmitiu seu poder a São Pedro, e este, aos papas, seus sucessores. Um desses papas deu o continente americano aos espanhóis, que eram seus legítimos governantes. Se os "índios" se submetessem aos espanhóis "de boa vontade", manteriam o status de homens livres, do contrário seriam capturados como escravos. "Com isso, garanto e juro que, com a ajuda de Deus e com a nossa força, penetraremos em suas terras e faremos guerra contra vocês [...] para submetê-los ao jogo e ao poder da Santa Igreja [...], causando-lhes todo prejuízo possível e de que somos capazes, como convém a vassallos obstinados e rebeldes que não reconhecem seu senhor e não querem obedecer, mas se opor a ele." (Standard, 2001, p. 66.)

Em 1550, o conquistador Pedro de Valdívia enviou uma relação sobre a guerra contra os arauaques, nativos do Chile, ao rei da Espanha.

Nela se lê, entre outras coisas: "Mandeí cortar o nariz e as mãos de duzentos deles, para puni-los por sua insubordinação".¹⁰ O conquistador Oviedo chegará a afirmar: "Quem irá negar que usar a pólvora contra os pagãos é como oferecer incenso a Nosso Senhor?"¹¹

As guerras de conquista, além de assassinatos, provocavam a morte de vários índios em decorrência da escassez que se sobreveio a elas. Durante a guerra para a conquista da Cidade do México, os espanhóis destruíram as colheitas e se viram a ponto de ter eles próprios problemas com as provisões de milho.

Grande parte da população nativa foi reduzida à escravidão diretamente, capturada pelos espanhóis, ou indiretamente, não conseguindo pagar os pesados tributos impostos pelos novos dominadores. Eis o que escreve um cronista da época: "Os impostos que recaíam sobre os índios eram tão altos que muitas cidades, não conseguindo pagá-los, vendiam aos usurários as terras e os filhos dos pobres; mas como os empréstimos eram freqüentes demais, e os índios não podiam se livrar nem vendendo tudo que tinham, algumas cidades se esvaziaram completamente e outras perderam parte da população."¹²

O governador da Cidade do México, Nino de Guzmán, escravizou dez mil nativos em uma população total de 25 mil. Os sobreviventes abandonaram os vilarejos por medo de ter a mesma sorte. Muitas vezes, aqueles que não conseguiam pagar os impostos eram punidos com a tortura ou o cárcere.

Os índios escravizados, em especial nos primeiros anos da Conquista, eram tratados como animais de matadouro. Las Casas denunciou episódios de espanhóis que davam a carne de índios trucidados aos animais no pasto e aos cães; nativos eram abertos para que se extraísse sua gordura (à qual se atribuíam qualidades medicinais) ou tinham as extremidades horrendamente mutiladas (nariz, mãos, seios, língua, órgãos genitais).¹³

Outro episódio também denunciado por Las Casas mostra que os nativos eram em todos os aspectos tratados como animais: um "homem indigno se vangloriou e se jactanciou — sem mostrar nenhuma vergonha —, diante de um religioso, de ter feito de tudo para engravidar muitas

mulheres índias, a fim de conseguir um preço melhor ao vendê-las como escravas grávidas".¹⁴

Os nativos não pereciam só pela espada ou pela pólvora, mas também pelas condições de vida desumanas impostas pelos conquistadores. Turnos de trabalho massacrantes, desnutrição, doenças trazidas pelos conquistadores, às quais seu organismo não estava acostumado. Todas essas causas fizeram mais vítimas do que guerras ou massacres juntos.

Também foi grande o número de indígenas mortos durante o trabalho de construção da Cidade do México e de demolição dos "templos do Diabo", ou seja, templos de sua religião tradicional. Houve quem caísse dos andaimes, quem fosse esmagado por traves ou quem ficasse embaixo de prédios demolidos. Os índios empregados no trabalho de demolição não só não eram remunerados, como tinham que procurar sozinhos seus materiais.

A expectativa de vida para quem era obrigado a trabalhar nas minas de ouro era de 25 anos. Os serviços de provisionamento nas minas também era de um cansaço extenuante. Os índios encarregados do trabalho percorriam a pé, sobrecarregados de peso, distâncias de quase 100 quilômetros. Muitas vezes, suas próprias provisões terminavam antes de chegarem ao destino, e, quando chegavam, podiam ser pegos para trabalhar nas minas por vários dias sem receber nenhuma alimentação suplementar. Muitos morriam de fome e de cansaço nas minas ou na estrada de volta.

"Os corpos dos índios e dos escravos mortos nas minas produziam uma exalação tão fétida que deles nasceu uma pestilência, sobretudo nas minas de Guaxaca. Até um raio de meia légua de distância, e por grande parte da estrada, não se fazia nada além de caminhar sobre cadáveres ou montes de ossos, e os bandos de pássaros e corvos que chegavam para devorá-los eram tão grandes que tapavam o sol. Assim, muitos povoados se esvaziaram ao longo da estrada e nos arredores."¹⁵

As transferências de mão-de-obra por navio de um local de trabalho extenuante a outro também não eram livres de vítimas. "Toda vez que os índios eram transferidos, tantos morriam de fome durante a travessia

que o rastro deixado pelos corpos seria suficiente — acreditamos — para guiar outra embarcação até o porto. [...] Depois que mais de oitocentos índios eram transferidos a um porto daquela ilha chamado Porto de Plata, esperavam-se dois dias antes de fazê-los descer da caravela. Deles, seiscentos morriam e eram jogados no mar: boiavam como grandes tábuas de madeira." (Todorov, 1997, p. 166.)

Obviamente, entre os abusos daqueles que os vigiavam estavam os sexuais. Falando da condição dos operários em uma mina, um cronista notou que cada capataz "tinha adquirido o hábito de ir para a cama com as índias que dependiam dele, se o agradassem, fossem elas virgens ou casadas. Enquanto o capataz estava com uma índia na cabana, o marido era enviado para extrair ouro nas minas; de noite; quando o pobre voltava para casa, não só o capataz o enchia de pauladas ou chicotadas por não ter pego bastante ouro, como muitas vezes amarrava suas mãos e pés e o jogava debaixo da cama como um cão, enquanto se deitava em cima, com a mulher".¹⁶

Os missionários e o assassinato da alma

Com a conquista e a cristianização forçada, os índios não foram mortos apenas fisicamente, mas também moralmente. Sob esse aspecto, é exemplar o caso do povo dos lucaianos, deportados em massa pelos espanhóis com seu engodo. Os conquistadores, com a cumplicidade dos padres, conseguiram convencê-los de que os estavam levando para uma Terra Prometida, onde encontrariam todos seus parentes já mortos.

"Como os padres os encheram de falsas crenças e os espanhóis as confirmaram, abandonaram sua pátria para correr atrás daquela vã esperança. Tão logo entenderam que tinham sido enganados, já que não encontraram nem seus pais, nem outras pessoas que queriam reencontrar, enquanto eram obrigados a aturar condições extenuantes e trabalhos pesados com os quais não estavam acostumados, se desesperaram. Ou se suicidavam, ou decidiam se deixar morrer de fome e faziam jejum, recusando-se a comer a qualquer custo." (Todorov, 1997, p. 166.)

O bispo de Zumarraga escreveu ao rei da Espanha que os nativos "não procuram mais as mulheres para não gerar escravos". Las Casas denunciava que "marido e mulher não ficavam juntos nem se viam por oito

ou dez meses ou por um ano inteiro; quando no final se encontravam, estavam tão cansados e prostrados de fome e dos trabalhos, tão acabados e enfraquecidos, que mal se importavam em ter relações conjugais. Assim, pararam de procriar. Os recém-nascidos morriam logo, pois as mães — cansadas e famintas — não tinham leite para alimentá-los. Quando estive em Cuba, sete mil crianças morreram em três meses por esse motivo. Algumas mães afogavam os filhos por desespero; outras, ao perceber que estavam grávidas, abortavam com o auxílio de algumas ervas que fazem parir filhos natimortos. Trata-se... de um assassinato econômico, e os colonizadores têm toda a responsabilidade" (Todorov, 1997, p. 166).

Missionários abençoaram os massacres e as tragédias, e os reis da Espanha instituíram na América, além das missões, tribunais de Inquisição destinados a punir todos os indígenas que insistissem em seguir seus próprios cultos tradicionais. Filipe II chegou ao ponto de instituir uma inquisição "de galeras", um tribunal itinerante com o objetivo de descobrir e punir os hereges nos navios durante as longas travessias oceânicas.¹⁷

Por outro lado, não faltavam sacerdotes que se interessavam genuinamente pelas condições de vida dos indígenas e denunciaram com força os abusos, as atrocidades e os massacres. O caso mais famoso foi provavelmente o do bispo Bartolomé De Las Casas, que escreveu vários livros sobre as condições de vida dos nativos americanos e defendeu sua causa junto aos reis da Espanha.

Sabendo com quem estava lidando, Las Casas e os outros sacerdotes apelaram não só aos seus sentimentos, mas também à utilidade econômica de uma política de clemência. Las Casas, em um relatório, afirmou que a realização de suas propostas seria "de grande proveito para Sua Alteza, cujos rendimentos aumentariam proporcionalmente". E o eclesiástico Motolinia escreveu: "Os espanhóis não percebem que, se não fossem os frades, não teriam mais empregados em suas casas e em suas terras, pois teriam matado todos, como aconteceu em Santo Domingo e em outras ilhas, onde os índios foram exterminados." Mas se os nativos não podiam mais ser utilizados em funções pesadas, quem trabalharia nas plantações e nas minas, quem construiria as casas

dos novos dominadores?

Os conquistadores encontraram uma solução pior que o mal: importar da África escravos negros.

Os sacerdotes "bons" também se preocuparam em aprender a língua e os costumes dos nativos, para tornar mais eficaz sua obra de conversão e transformar os indígenas em perfeitos cristãos.

O franciscano Bernardino de Sahagün, docente de um colégio de Tlatelolco destinado aos descendentes da antiga nobreza asteca, obtém resultados extraordinários no ensino do latim. De início, como ele mesmo conta, os espanhóis e os monges das outras ordens caçoaram de seus esforços, pois os índios eram considerados animais, "obtusos como asnos". Mas quando perceberam que o grupo de estudantes tinha feito grandes progressos, alarmaram-se: "Para que lhes ensinar a gramática? Não corriam o risco de se tornar hereges? Diziam também que lendo as Sagradas Escrituras constatariam que os antigos patriarcas tinham muitas mulheres, exatamente como eles".¹⁸ Um funcionário de Carlos V escreveu: "É bom que eles sejam catequizados, mas saber ler e escrever é tão perigoso quanto se aproximar do Diabo".

Em suma, instruir os índios era positivo, mas até certo ponto. Por um lado, os nativos não tinham direito de seguir as próprias tradições e a própria cultura, por outro, não lhes era permitida nem a possibilidade de se integrarem à nova sociedade e se tornarem "pares" dos espanhóis.

Em 1579, em uma petição à Inquisição, os superiores das ordens agostiniana, dominicana e franciscana pediram que fosse proibida a tradução da Bíblia nas línguas indígenas.¹⁹

América do Norte

O *script* se repete, com poucas variações, na conquista inglesa da América do Norte. Lá também os colonos justificaram a invasão com a necessidade de levar o Evangelho e de "edificar um bastião contra o reino do anticristo".²⁰ Os brancos logo começaram a expulsar os nativos de suas terras, e isso apesar de os primeiros colonizadores terem conseguido sobreviver ao inverno rigoroso graças à ajuda dos "Índios". Também lá, as guerras, massacres, prepotência e epidemias exterminaram grande parte dos povos indígenas. De 10 a 12 milhões de nativos que povoavam o atual

território norte-americano antes da colonização, só restaram 250 mil.²¹

A epidemia de varíola, que exterminou cerca de dois terços da população indígena, foi vista pelos colonizadores como um dom divino. Eis o que escreve, em 1634, o governador de Massachusetts: "Quanto aos indígenas, quase todos morreram de varíola, e assim o Senhor confirmou nosso direito de continuar o que fazemos".²²

Para os nativos da América do Norte, a guerra não era um fenômeno desconhecido, mas os combates entre as tribos de peles-vermelhas nunca assumiram a crueldade dos embates entre ocidentais. Os padres peregrinos (os primeiros colonizadores que deram origem aos Estados Unidos da América) notavam com estupor que "suas guerras não são nem de longe tão cruéis" quanto as européias, e acontecia até "de guerrearem por sete anos sem que sete homens perdessem a vida". Além disso, os índios, no combate, poupavam mulheres e crianças do adversário.

Bem diferentes eram os costumes dos "civilizadores" cristãos: "Quando um índio era acusado por um inglês de roubar uma xícara e não a devolvia, a reação inglesa era logo violenta: atacavam os índios ateando fogo ao povoado todo".²³ Citemos, por exemplo, dentre as inúmeras guerras índias que ocorreram entre 1600 e 1800, a dos pequots, antigos habitantes do atual Massachusetts.

De início, os colonos entraram em guerra com outro povo, o dos narragansett, responsáveis, talvez, pela morte de um inglês. Mas, com o tempo, encontraram a tribo dos pequots, que também eram inimigos dos narragansett, e em vez de reunir forças contra um inimigo em comum, os cristãos os atacaram e destruíram seus povoados. Talvez tenham pensado que um índio valia por outro. O comandante dos puritanos, John Mason, assim descreveu um dos massacres: "O Onipotente incutiu tanto terror a suas almas, que fugiram diante de nós se jogando nas chamas, onde muitos pereceram... Deus abria as asas sobre eles e escarnejava de seus inimigos, os inimigos de seu povo, tornando-os estacas ardentes... Assim o Senhor castigou os pagãos, alinhando seus corpos: homens, mulheres e crianças. Assim o Senhor quis dar um chute no traseiro de nossos inimigos, dando-nos, em compensação, suas terras."²⁴

Outro puritano,²⁵ Underhill, conta que "o espetáculo sangüinário foi

impressionante para os jovens soldados", mas logo lembra: "Às vezes a Santíssima Trindade ordena que as crianças pereçam com seus pais".

O massacre continuou até que os pequot foram exterminados quase por completo. Muitas outras tribos sofreram a mesma sorte. Vários nativos caíram vítimas de campanhas de envenenamento, algo terrivelmente parecido com as "desratizações" atuais. Os colonos chegaram a adestrar cães para farejar os índios, arrancando os pequenos dos braços das mães e destroçando-os. Para usar suas próprias palavras: "Cães ferozes para caçá-los e cães policiais ingleses para o ataque".

Quando as mulheres e crianças eram poupadas, era apenas para serem vendidas como escravas nos mercados das Antilhas ou da África do Norte, de onde nunca ninguém voltou. A utilização de jovens indígenas como escravas era um verdadeiro símbolo de status. Se alguma desgraçada tentava fugir, era marcada com fogo.

O pastor Roger Williams, por ter ousado declarar que aos olhos de Deus a fé dos nativos valia tanto quanto aquela dos brancos e por ter comprado a terra, em vez de tomar posse dela, foi expulso de sua colônia junto com uma dúzia de seguidores.

Uma inscrição no túmulo de um puritano do século XVII resume bem o clima da época: "Em memória de Lynn S. Love, que, durante sua vida, matou 98 índios que o Senhor lhe destinara. Ele pretendia elevar o número a 100 [...] quando dormiu nos braços de Jesus".²⁶

HECATOMBE

Em New Hampshire e em Vermont, antes da chegada dos ingleses, a população de abenakis somava 12 mil pessoas. Menos de cinqüenta anos depois, restavam apenas 250.

O povo dos pocumtuck chegava a 18 mil. Duas gerações depois, seu número havia caído para 920.

Os quiripi-unquachog eram pelo menos trinta mil antes da chegada dos ingleses. Eles também foram exterminados no intervalo de duas gerações: os sobreviventes não somavam mais de 1.500.

A população nativa de Massachusetts, inicialmente composta de pelo menos 44 mil pessoas, cinqüenta anos depois estava reduzida a apenas seis mil componentes.

E a horrível lista poderia continuar... Tenhamos em mente que a colonização americana estava apenas começando. A grande epidemia de varíola do biênio 1677/78 ainda não tinha chegado, nem a epopéia do Faroeste. Calcula-se que entre 1500 e 1900, nas duas Américas, 150 milhões de pessoas perderam a vida. Destas, dois terços por causa de epidemias (a partir de 1750, muitas vezes provocadas intencionalmente, através de presentes infectados), e cinquenta milhões diretamente por atos de violência dos conquistadores, em decorrência da escravidão ou de tratamentos desumanos.

Os exterminadores partilhavam seus relatórios sobre os massacres com entusiásticos boletins de guerra e citando as Escrituras: "É a vontade de Deus, que, no final das contas, nos dá motivos para exclamar: 'Como é grandiosa sua bondade! E como é esplêndida sua glória!'" E ainda: "Até que nosso Senhor Jesus o mandou inclinar-se diante dele e lamber a pólvora!"

Em 1703, o pastor Salomão Stoddard, uma das mais influentes autoridades religiosas na Nova Inglaterra, fez um pedido formal ao governador de Massachusetts para que se estendessem aos colonizadores as contribuições econômicas para "adquirir grandes matilhas de cães e para adestrá-los para caçarem índios como o fazem com os ursos".²⁷

Em 1860, o religioso Rufus Anderson comentou a respeito do banho de sangue, que até então havia exterminado pelo menos 90% da população autóctone das ilhas do Havaí, definindo-o como um fato natural, comparável à "amputação das membranas doentes de um organismo".

Os peles-vermelhas eram considerados menos do que humanos e ninguém tinha obrigação de respeitar a palavra dada a eles. Os tratados de paz eram estipulados já com a intenção de serem violados. Por exemplo, o Conselho de Estado da Virgínia declarou que, se os nativos "ficam mais calmos depois que um tratado é firmado, temos não só a vantagem de pegá-los de surpresa, como de roubar seu milho".²⁸

Em 1851, foram instituídas as "Reservas Indígenas", que eram verdadeiros campos de concentração onde os povos nativos eram presos.

Desde então, passaram-se 150 anos, mas ainda hoje, nas

Reservas, as condições de vida são terríveis. No final dos anos 1990, algumas registravam uma mortalidade neonatal de 10%, enquanto entre os brancos a taxa era de 8,1 por mil nascimentos. Ainda nas Reservas, uma criança a cada três morria até os seis meses. E a expectativa de vida de um nativo era claramente inferior à de um branco (63 anos contra 76). O percentual de suicídios entre os nativos era o dobro daquele da população branca, além de 75% deles sofrerem de problemas de desnutrição.²⁵

África, Ásia e Oceania

A primeira conquista colonial do território africano ocorreu em 1344, quando o almirante de la Cerda conquistou as Ilhas Canárias. O feito foi ordenado pelo papa Clemente VI. Depois, por volta de 1400, os portugueses começaram a penetrar nas costas de Angola e da Guiné. Conseguiram o feito graças a "tratados" com as populações locais, ludibriadas pelos missionários.

Todas as interiorizações seguintes se iniciaram assim, com os missionários inaugurando as conquistas européias. Se os africanos não cedessem, os próprios religiosos informariam aos conquistadores que chegara o momento de recorrer às armas. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Kilwa, em 1505. Os habitantes das cidades não permitiram a criação de missões nos arredores, pois sabiam muito bem que eram um pretexto para o estabelecimento de antepostos militares. Então, os missionários franciscanos informaram os portugueses, que destruíram totalmente a cidade. Os missionários abençoavam os massacres, mas logo perceberam que não havia comparação entre as riquezas que os portugueses conseguiam acumular na África e as migalhas que mandavam à Santa Sé. Assim, eles arregaçaram as mangas e trataram de conseguir, no início do século XVI, seus próprios escravos. O papa tentou até a conquista militar da África (por exemplo, em 1540, o exército de Deus atacou o então reino etíope), mas considerou mais conveniente ser o intermediário da conquista, ganhando, com isso, escravos e latifúndios.

Logo o tráfico de escravos da Santa Sé se intensificou. Em 1650, a Companhia de Jesus possuía tal quantidade de escravos, que impressionava até os portugueses, e utilizava sua própria frota, adaptada

ao seu transporte.

Os nativos fizeram eclodir verdadeiras revoltas antimissionárias, e os sacerdotes se viram "obrigados" a demonstrar determinação. Quando os escravos ousavam se rebelar, eram torturados publicamente. Em 1707, estourou uma revolta de escravos em Madagascar. Os missionários, no caso calvinistas, torturaram os rebeldes em praça pública e estrangularam uma escrava.

Na África do Sul, a Igreja também se colocou sempre ao lado dos bôeres (colonizadores brancos de origem holandesa). Tanto que, quando em 1837 os zulus se insurgiram contra o roubo de suas terras, os missionários ajudaram os brancos a chegar perto de seus povoados. Foram massacrados quatrocentos africanos, sobretudo mulheres, idosos e crianças.

Em compensação pela atividade e preciosa participação missionária na conquista da África, as potências coloniais doaram à Igreja enormes latifúndios e entregaram às missões o monopólio da educação e da saúde.

A África, antes da chegada dos brancos, possuía um sistema amplo de assistência sanitária. Não havia povoado em que um terapeuta tradicional não pudesse curar, com misturas de ervas e minérios moídos, quem quer que pedisse. Todas essas práticas e remédios foram tornados ilegais, para garantir o monopólio sanitário das missões. Mas como estas não estavam amplamente difundidas no território, a maior parte dos vilarejos africanos ficou sem possibilidade de tratamento. Foi um massacre. No que diz respeito à educação, foram apagados milênios de história africana para educar os negros à superioridade branca. As missões ensinavam a história da Europa e a palavra de Deus. Com o bastão e o chicote, extinguiu-se a cultura de um continente.

As etapas da opressão

Em 1341, uma expedição ítalo-portuguesa fundou um povoado nas Ilhas Canárias. Estas eram habitadas por um povo de origem africana, os guanchos. Seu número, antes do desembarque dos europeus, fora calculado em cerca de oitenta mil indivíduos. Em 1344, o papa Clemente VI ordenou que o almirante francês de origem espanhola Louis de la Cerda

conquistasse as Canárias.

Foi o primeiro ato consciente de colonialismo europeu após as Cruzadas, e os guanchos foram o primeiro povo a ser totalmente exterminado. Em 1496, um indígena fez sinal para os soldados cristãos se aproximarem, e suas palavras entraram para a história: "Não há ninguém mais para combater: estão todos mortos".

Em 1441, Antônio Gonçalves, de volta do Rio de Oro, ofereceu dez escravos africanos a Henrique, infante de Portugal. Este os ofereceu ao papa Martinho V, que, por sua vez, concedeu a Portugal a "soberania" sobre a África ao sul do Cabo Branco. A aceitação dos escravos por parte do pontífice e sua sucessiva concessão deram a Henrique a prova do consentimento do papa quanto ao tráfico de escravos.

Em 1460, os jesuítas convenceram Ngola, rei angolano-congolês do povo quimbundo, a conceder a Diaz de Novais, o navegador, a permissão para capturar escravos e levá-los para Lisboa. Os reinos de Angola e do Congo começaram a se separar por causa do tratado. Entre 1480-1500, os portugueses entraram na Guiné graças a tratados do gênero, feitos através de logros entre os missionários e os chefes tribais da Guiné e de Angola.

Em 1490, um certo Uoulof levou o chefe tribal a expulsar todos os missionários. Os soldados portugueses o mataram por isso, mas a resistência continuou a agir e impediu o estabelecimento de outros missionários.

Em 1505, a cidade de Kilwa resistiu aos missionários e à conquista. Foi saqueada e destruída enquanto os missionários abençoavam o massacre. Em 1508, os missionários enviados ao Congo criaram um comércio próprio de escravos. Em 1529, os portugueses incendiaram e pilharam Mombaça, em represália às revoltas populares contra invasores e missionários. O tráfico de escravos esvaziou as regiões do Congo.

Em 1534, São Tomé, sede principal do comércio, foi declarada cidade e arcebispado submisso aos missionários brancos. Em 1540, o Estado da Igreja tentou uma colonização militar do então reino etíope de Ambara-Galla-Harar.

Em 1553, uma nova missão jesuíta chegou a Mbanza, no Congo, onde se ocupou também do tráfico de escravos. Em 1600, Francisco de

Almeida, os jesuítas e os colonos eram os donos absolutos das costas de Angola, mas não ainda do interior. Em 1628, os missionários ampliaram a própria influência e ganharam da resistência africana. Foram conquistados novos territórios na África oriental.

Em 1633, o cardeal Richelieu concedeu à Companhia Senegalesa de Dieppe e Rouen o monopólio do comércio de escravos por dez anos. Em 1650, os missionários da Zambésia foram desmoralizados pela prolongada resistência africana. Os dominicanos dispunham de enormes propriedades imobiliárias e da mão-de-obra escrava. Os jesuítas intensificaram sua participação no comércio de escravos em Angola e se tornaram latifundiários, como em Moçambique. A Companhia de Jesus possuía uma frota de navios particulares para o transporte dos escravos.

Em 1660, os capuchinhos estabelecidos nas colônias portuguesas falaram de uma ampla hostilidade dos africanos para com eles. Só em Gorée, nos duzentos anos seguintes, foram "exportados" vinte milhões de escravos.

Em 1676, as revoltas contra os missionários latifundiários e escravocratas obrigaram os bispos portugueses a abandonar São Salvador, na Angola setentrional. Em 1694, a maior parte das igrejas do país havia sido demolida pela resistência antiescravista africana.

Em 1700, os escravistas e os missionários retomaram Angola, mas a parte setentrional do país e São Salvador eram praticamente desertas e despovoadas, por causa do comércio de escravos. Calcula-se que, desde o início do tráfico, foram massacrados 25 milhões de africanos. Os missionários, com notável precisão, atribuíram o declínio moral e material do continente negro à resistência africana.

Em 1707, na África do Sul, um escravo iniciou uma revolta. Os missionários holandeses, a título de demonstração, torturaram quatro rebeldes com a roda e estrangularam uma escrava com as mãos.

Em 1721, na África do Sul, os missionários holandeses obrigaram as crianças nativas a serem batizadas, mas proibiram que os escravos, pais das crianças, presenciassem a cerimônia.

Em 1781, os bantos xhosas e os khoi-khoi, guiados pela rainha Hoho, rebelaram-se contra o roubo de seus animais e de suas terras.

Resistiram por alguns anos, mas, no final, o exército branco, de grandes dimensões, os derrotou. Os sobreviventes, em 1792, foram conduzidos à missão de Baviaanskloof, a partir de onde foram distribuídos como escravos aos camponeses brancos.

Em 1800, o missionário Van der Kemp fundou a missão de Bethelsdorp, que serviu de base militar para os ingleses.

Em 1805, os irmãos Albrecht, missionários alemães anglicanos, deram início à conquista alemã, fundando uma missão em Warmbad, no sudoeste da África.

Em 1815, o missionário alemão Schnelen, com a concordância da Igreja e de seu governo, fundou a missão de Betânia, no território dos namas, destinada a desenvolver um papel fundamental no período das conquistas.

Em 1818, com o auxílio dos missionários, os ingleses do Cabo atacaram Makanda, general dos ndlambes.

Em 1819, na Cidade do Cabo, o missionário segregacionista John Philip propôs a formação de uma "cadeia de Estados". Seu governo teria como base as missões. O povo se rebelou, mas os missionários entraram em um acordo com o governo e os militares aplacaram as revoltas com o sangue. Os canhões ingleses abateram três mil xhosas que lutavam para defender a própria terra.

Em 1823, os missionários ocuparam os territórios baralong e criaram chefes fantoches para comandar a guerra contra Moshesh e os rebeldes.

Em 1828, os relatórios do missionário John Philip revelavam os planos dos missionários anglicanos, que pretendiam adotar critérios segregacionistas para escolas, locais públicos e reservas e utilizar um "sistema de tratados" para conquistar e sujeitar os africanos.

Em 1829, a missão de Philipton era a base militar britânica, juntamente com a missão de Glasgow em Balfour. O missionário metodista Shaw armou e sitiou grupos de brancos em Albany e na zona oriental do Cabo. Os colonos de Albany atacaram os negros para ampliar seus latifúndios.

Em 1834, o missionário Philip aconselhou o governador a anexar o Xhosalande a recorrer ao governo indireto criando chefes fantoches. Mas

os xhosas resistiram ao ataque combinado de uma força de vinte mil homens composta de ingleses, bôeres e missionários católicos, wesleyanos e anglicanos.

Em janeiro de 1835, os xhosas foram derrotados pelas tropas do missionário Philip. Os outros missionários seguiram seu exemplo.

Em 1837, graças ao apoio dos missionários católicos e wesleyanos, os bôeres massacraram, em Mosega, quatrocentos zulus, exclusivamente mulheres, velhos e crianças.

Em 1844, os missionários franceses "Pais do Espírito Santo" fundaram a missão de Santa Maria do Gabão e extorquiram "tratados" dos chefes das tribos, que permitiram que os franceses sitiessem o estuário do Gabão.

Em 1853, David Livingstone atravessou a África e chegou às margens do lago Niassa, onde fundou uma missão que transformou uma base contraos nativos, preparando o terreno para os colonos ingleses.

Em 1868, o chanceler alemão Bismarck pediu à Inglaterra para proteger os missionários do sudoeste da África. O governador do Cabo, Sir Philip Wodehouse, respondeu ao apelo do império prussiano, auxiliado pela missão do doutor Hahn, e atacou o povo dos namas. Estes resistiram enquanto puderam, mas, no final, foram exterminados quase por completo. Seu chefe foi punido pelos missionários.

Em 1894, no dia 6 de janeiro, na Drill Hall da Cidade do Cabo, Rhodes agradeceu publicamente às missões anglicanas e católicas, ao Exército da Salvação, ao Movimento dos Jovens Exploradores de Baden Powell e à Sociedade Abolicionista por terem contribuído para a "libertação" da Rodésia dos rebeldes africanos.

Em 1914, a maior parte do território africano pertencia às potências coloniais européias, que confiaram o controle da educação aos missionários cristãos.

Em 1920, a Aliança das Sociedades Missionárias no Quênia pediu à Comissão da África Oriental para não permitir as contratações livres entre empregados e patrões.

Em 1921, no Congo Belga, Kimbangu liderou o movimento anticolonialista. Seguidor de Gandhi, ele pregava a não-violência. Outro movimento de resistência foi liderado por Simon N'Tualani. Os missionários

católicos pediram ao governo belga para perseguir os dois líderes e seus grupos, pois se recusavam a trabalhar e pagar impostos aos colonizadores. Kimbangu foi preso, torturado e morto. N'Tualani, por sua vez, conseguiu fugir, mas os missionários conspiraram com o governo colonial para prendê-lo. N'Tualani foi então capturado, junto com 38 mil pessoas, torturado e mantido em cárcere até sua morte.

Em 1926, a Conferência Missionária Internacional condenou as Igrejas africanas "etíopes" separatistas.

Em 1940, em maio, foi firmada uma concordata entre Portugal e o Vaticano que incluiu uma "orientação" missionária católica nas colônias portuguesas.

Em 1946, em Uganda, foi fundado o partido Bataka, cujo programa englobava a requisição de terras para os camponeses e os direitos de cidadania para os negros. Os missionários proibiram os membros do partido de entrar nas igrejas.

Em 1950, nasce o movimento nacionalista ugandense, cujo programa antimissionário previa a redistribuição da terra e um governo próprio.

Em 1953, no Quênia, os missionários, guiados por Crey lançaram uma campanha racista contra as populações kikuyu e mau mau (os guerreiros quenianos independentistas). Foi estipulada a pena de morte para quem prestasse o juramento mau-mau.

Em 1955, graças ao monopólio educacional das missões, o Congo não formou um só engenheiro ou advogado africano.

Em 1960, nas colônias portuguesas, havia mais de cem missões católicas. As atividades "didáticas e educacionais", controladas por essas missões e por outros quinhentos missionários protestantes, eram do tipo segregacionista: não existiam universidades para os negros, e grande parte das crianças em idade escolar não freqüentava as aulas. A assistência sanitária, também controlada pelos missionários, era só para os brancos. Em Angola, a mortalidade infantil era de 50%, havia um médico para cada dez mil habitantes, e quase todos a serviço dos grupos europeus. Quando a população da África do Sul se insurgiu contra a segregação, ateou fogo a muitas igrejas católicas.

Em 1964, depois da independência e do fim do monopólio das missões no campo educacional, a taxa de analfabetismo em Gana caiu de 85% para 25%.

Em 1977, na África do Sul, pela primeira vez no século, as escolas "brancas" católicas, anglicanas e metodistas admitiram não-europeus, através de critérios seletivos e limitados e com o consentimento tácito do governo, objetivando "desintrincar" a situação pós-Soweto.

QUARTA PARTE
A Idade Contemporânea

EPÍLOGO

Silêncio, omissão, segredos, mentiras...

Falar das posições (e ações) da Igreja durante o século XX é uma tarefa árdua, pois os fatos ainda são recentes e estão encobertos por muitos mistérios, silêncios omissões.

Por exemplo, existe um envolvimento da Igreja nos crimes perpetrados durante a ditadura nazista, mas seu papel no extermínio de judeus e homossexuais ainda precisa ser reconstruído com precisão.

Deixando de lado seu papel ativo, a falta de condenação já diz bastante sobre a posição ideológica da Santa Sé. No que diz respeito às mais sanguinárias ditaduras sul-americanas, a Igreja sempre optou por adotar posições instrumentais e oportunistas.

Todos se lembram do abraço entre Pinochet e o papa Wojtyła, bem como da oposição à Teologia da Libertação. A aprovação ou participação ativa de religiosos nos massacres mereceria ser tratada em um livro inteiro, com trechos dedicados às causas e reviravoltas geopolíticas em parte ainda não questionadas.

Ainda não conhecemos (ao menos não oficialmente) qual foi a verdadeira causa da morte de Albino Luciani, João Paulo I, morto com apenas 33 dias de pontificado.

E ainda há a grande e controversa história das questões econômicas e financeiras do Vaticano: o Instituto de Obras Religiosas, o caso do Banco Ambrosiano, a história de Roberto Calvi, mas também a de Michele Sindona e, principalmente, de Paul Marcinkus, então presidente do Banco do Papa. Uma história de mortes, furtos e lavagem de dinheiro.

Até hoje não se conhecem os verdadeiros mandantes e o verdadeiro motivo do atentado contra o papa e suas conseqüências internacionais, do desaparecimento de Emanuela Orlandi e Mirella Gregori, e da morte dos guardas suíços, passando por aspectos obscuros de instituições como a *Opus Dei*.

Nos últimos trinta anos, o Vaticano acumulou uma infinidade de segredos e mistérios dificilmente decifráveis.

Neste epílogo, que não se pretende em absoluto exaustivo, tentaremos narrar alguns dos mais controversos episódios, deixando os

aprofundamentos para um próximo livro totalmente dedicado aos últimos cem anos de história.

Pequeno Estado, grande Império

O Vaticano é hoje um Estado minúsculo, de apenas 0,44 quilômetros quadrados, inserido no coração de Roma e com pelo menos oitocentos habitantes. Estamos bem longe da expansão territorial de poucos séculos atrás, mas o pequeno Estado, hoje, tem mais poder do que nunca, pois controla um bilhão de fiéis em todo o mundo. Na cabeça deste Império está o papa, um verdadeiro monarca ladeado pela Cúria composta de 2.300 pessoas que cuidam de todos os interesses da Santa Sé no mundo. Uma teocracia absoluta.

O Vaticano possui ramificações e emissários em toda parte. Está envolvido não só na história espiritual do planeta, mas também nas decisões políticas e nas escolhas operacionais, ora apoiando, ora obstruindo os vários poderes que se alternam. Seus objetivos se mostram pontualmente utilitaristas.

A Igreja e o nazismo

Nos últimos tempos surgiu uma nova discussão sobre a figura do papa Pio XII (1939-1958) e de seu possível envolvimento no nazismo e no extermínio de judeus.

No final de novembro de 2005, uma comissão católico-judaica internacional, criada em outubro de 1999 e composta por seis historiadores (três judeus e três católicos), não foi capaz de dar uma resposta satisfatória, formulando, ao contrário, 47 perguntas sobre o pontificado do papa Pacelli. Dentre elas: por que o Vaticano não condenou o *pogrom* nazista de 1938 contra os judeus? O papa tinha conhecimento do extermínio de judeus? Como os fundos colocados à disposição por uma organização judaica americana acabaram sendo usados pela Igreja para salvar judeus convertidos, e não todos os perseguidos? E quanto aos ciganos, negros e homossexuais? A falta de desculpas da Igreja a estas minorias é uma aprovação ao massacre.

É verdade que o papa deu sua aprovação ao anti-semitismo de Pétain em Vichy? Por que durante o famoso discurso do Natal de 1942 o papa condenou as violências nazistas, mas sem fazer menção aos judeus?

Por que a Santa Sé se opôs à transferência dos judeus para a Palestina?

Segundo um relatório secreto redigido pelo então embaixador americano junto à Santa Sé, Harold Tittmann, sobre sua audiência com o papa em 30 de dezembro de 1942, Pacelli lhe revelou que considerava exageradas as notícias sobre as atrocidades nazistas contra os judeus.

No encontro de 40 minutos, o papa disse não estar disposto a denunciar explicitamente os nazistas. Ele demonstrou "temer" que as notícias sobre as atrocidades pudessem ter fundamento, mas "também me deixou entender que estava convencido de que os Aliados haviam exagerado por razões de propaganda", o diplomata americano contou no relatório de quatro páginas, carimbado como *top secret* e apenas recentemente revelado pelos arquivos públicos americanos.¹ A Igreja ainda hoje responde a essas perguntas com o silêncio, chegando a permitir, ironicamente, que a comissão só consulte os arquivos vaticanos até 1922. Outra resposta significativa a essas perguntas foi a canonização do papa Pio XII por parte de João Paulo II.

A Igreja e as ditaduras

Uma constante na orientação política da Igreja Católica, e de muitas outras crenças cristãs no século XX, foi a grande aversão ao marxismo e às doutrinas socialistas de maneira geral. Aversão essa que muitas vezes levou a hierarquia eclesiástica a apoiar regimes conservadores e ditaduras de direita, embora tivesse conhecimento dos crimes por elas perpetrados.

Por exemplo, em 1933, na Alemanha, o Partido Católico de Zentrum votou a favor de leis especiais que conferissem plenos poderes a Hitler. Em troca, o novo governo nazista, poucos meses depois, assinou uma concordata com a Santa Sé.

Muitos outros prelados aderiram ideologicamente a doutrinas de tipo nazifascista ou consideraram este tipo de regime um mal menor.

As ditaduras de direita foram consideradas um "fenômeno transitório" diante dos totalitarismos comunistas, que, ao contrário, tendiam a se autoperpetuar e a subtrair o "cuidado com as almas" do controle da instituição eclesiástica.

Dois exemplos recentes desse comportamento condescendente

da Igreja com as ditaduras de direita são a Argentina e o Chile.

A Argentina

A ditadura argentina de Videla (1976-1983) foi uma das mais cruéis da história recente do continente sul-americano, ligada a um fenômeno tristemente famoso, os *desaparecidos*.

Calcula-se que, nos poucos anos de ditadura, com a desculpa da luta contra o terrorismo, na verdade um fenômeno marginal na época, pelo menos trinta mil pessoas desapareceram. As vítimas eram opositores políticos, intelectuais, estudantes, sindicalistas, trabalhadores, religiosos e até crianças. Todas essas pessoas foram ilegalmente seqüestradas, torturadas, mortas ou sumiram do nada.

A repressão foi parte de um plano ilegal, predeterminado e sistemático realizado pelos militares.

A tragédia dentro da tragédia foram os filhos das desaparecidas, nascidos nas prisões e nos campos de concentração, por vezes concebidos em atos de violência sexual dos militares. Subtraídos dos pais, foram dados em adoção aos torturadores, materialmente responsáveis pela morte dos pais.

Pelo menos nove mil presos políticos sofreram torturas, e calcula-se que 15 mil tenham sido mortos pelas ruas, incluindo aí padres e religiosas.

Desde o início, o regime militar argentino, que também perseguiu muitos católicos, foi moralmente acobertado pelos expoentes da Igreja do país.² O núncio apostólico (embaixador do Estado Vaticano), monsenhor Pio Laghi, em 27 de junho de 1976, apenas três meses antes do golpe, deu o seguinte pronunciamento: "O país tem uma ideologia tradicional, e quando alguém pretende importar idéias diferentes ou estranhas, a Nação reage como um organismo, com anticorpos, contra os germes, e assim nasce a violência. Os soldados cumprem seu dever primeiro de amar Deus e a Pátria, que está em perigo. Pode-se falar não só de invasão de estrangeiros, como de invasão de idéias que colocam em risco valores fundamentais. Isso provoca uma situação de emergência, e, nessas circunstâncias, podem-se aplicar as idéias de São Tomás de Aquino, que ensina que, em casos do gênero, o amor pela Pátria se equipara ao amor por Deus."

Pio Laghi, que em seguida se tornou cardeal, tinha uma relação cordial com o alto oficialato golpista. Por exemplo, jogava tênis com o almirante Emilio Massera, um dos componentes da junta militar que deu o golpe, tendo celebrado o casamento de seu filho e batizado um neto seu.

A colaboração entre a Igreja Católica e a ditadura se tornou operacional por intermédio de capelães militares nas prisões políticas, que deviam não só confortar espiritualmente os autores dos genocídios e os torturadores, como também, por meio da confissão, colaborar com o Exército extraindo informações dos detentos.

Muitas vezes, os capelães, obrigados ao segredo acerca de todas as atrocidades das quais eram testemunhas, presenciavam também as sessões de tortura, tornando-se cúmplices da tortura psicológica. Por exemplo, aos presos que reclamassem dos maus-tratos sofridos, a resposta dos capelães era pedir que colaborassem para acabar com o sofrimento a eles imposto (essa prática lembra os métodos da Inquisição). Além disso, usavam as informações recebidas no confessionário para favorecer a captura dos "subversivos".

Um deles foi o sacerdote Christian von Wernich, atualmente preso e processado por crimes cometidos durante a ditadura. Ele foi um ativo repressor que participou de sessões de tortura e de execuções nos centros de detenção clandestinos (aproximadamente 340 em todo o país, escondidos da mídia internacional e das organizações humanitárias e geridos pela junta militar). A um preso que implorou que não o deixasse morrer, respondeu: "A vida dos homens depende de Deus e da sua colaboração."

Ele ainda batizava os recém-nascidos que vinham ao mundo nos centros de detenção e ajudou na captura de subversivos revelando segredos de confissão.

Em maio de 1997, a Associação das Mães da Praça de Maio apresentou à magistratura italiana uma denúncia contra Pio Laghi — que havia voltado ao Vaticano e se tornara Prefeito da Congregação para a Educação Católica — por cumplicidade com o regime militar argentino.

Segundo as Mães, o núncio "colaborou ativamente com membros sanguinários da ditadura militar e conduziu pessoalmente uma campanha

cujo objetivo era ocultar tanto dentro quanto fora do país o horror, a morte e a destruição. O monsenhor Pio Laghi trabalhou ativamente para desmentir as incontáveis denúncias dos familiares das vítimas do terrorismo de Estado e os relatórios de organizações nacionais e internacionais de direitos humanos."³

Ele também é acusado de "ter calado as denúncias internacionais sobre o desaparecimento de mais de trinta sacerdotes e a morte de bispos católicos. Pio Laghi providenciou, com a ajuda de membros do episcopado argentino, a nomeação de capelães militares, da polícia e das prisões que garantissem o silêncio a respeito das execuções, torturas e estupro a que assistissem. Tais capelães deviam não só confortar espiritualmente os autores dos genocídios e os torturadores, como também, por meio da confissão, colaborar com o exército extraindo informações dos detentos".

A denúncia era acompanhada de um grande dossiê com testemunhos de antigos presos políticos e de parentes dos desaparecidos. Os depoimentos falam do empenho pessoal do monsenhor Laghi para obter a soltura e a expatriação de vários presos políticos, mas também demonstram que o núncio estava totalmente a par das torturas e mortes, e que até visitou alguns dos campos de concentração.

O dossiê também trazia os testemunhos constantes dos autos de um processo realizado em 1985 na Argentina, que se encerrara com a condenação à prisão perpétua dos ditadores Videla e Missera (mais tarde soltos graças ao indulto concedido pelo presidente Menem).

Outro documento relevante é a confissão do capitão-de-corveta Adolfo Scilingo, segundo a qual [...] a decisão que determinou que os presos desaparecidos deveriam ser jogados vivos no mar do alto de aviões da Marinha foi comunicada pelo ex-comandante de Operações Navais, o vice-almirante Luis Maria Mendía, em uma grande reunião de oficiais da Marinha na base naval de Puerto Belgrano. Scilingo afirma que as autoridades eclesiásticas foram consultadas e aprovaram o método como 'uma forma de morte cristã'. "Isso aconteceu sob o comando do ex-comandante-em-chefe Emilio Massera, amigo íntimo de Pio Laghi e seu companheiro das partidas de tênis matinais".⁴

O dossiê ainda reunia uma extensa lista de pessoas cujos depoimentos poderiam ser úteis em um eventual processo contra Pio Laghi.

Hebe de Bonafini, ativista da Associação das Mães, declarou em uma entrevista: "Nós, mães, sofremos o desprezo da Igreja, cujas autoridades chegaram à decisão, que talvez também dependesse de Laghi, de que não poderíamos receber a comunhão, 'pois estávamos cheias de ódio'. Na Argentina e em toda a América Latina, existem duas Igrejas: a que luta junto ao povo e aos setores mais pobres, e aquela aristocrática, dirigida pela *Opus Deu* que estabelece alianças criminosas com os ditadores da vez."

É óbvio que, na Itália, nunca houve um processo para apurar a verdade sobre essas acusações, até porque Laghi foi protegido pela cidadania vaticana e por seu status de diplomata. O ex-núncio se defendeu das acusações com um pequeno comunicado tornado público pela assessoria de imprensa do Vaticano.

"As afirmações desse grupo de mulheres argentinas são apenas difamatórias e destituídas de qualquer conteúdo e fundamento, seja no que diz respeito aos fatos, seja do ponto de vista ético e jurídico. Meu trabalho como núncio apostólico na Argentina, de julho de 1974 até o final de dezembro de 1980, está todo documentado tanto junto ao "bispado argentino quanto na Secretaria de "Estado. Os documentos estão todos nas mãos deles. Naquele período, recebi dos bispos da Argentina, dos líderes da comunidade judaica, de sacerdotes, religiosos e fiéis uma infinidade de declarações escritas de solidariedade e de reconhecimento pelo que pude fazer na época para defender — como eles mesmos dizem — com grande responsabilidade e dedicação todos os sofredores que encontrei em minha longa missão a serviço da Santa Sé em vários países do mundo."

O documento contradiz a si próprio, já que, no primeiro parágrafo, o ex-núncio apostólico nega saber de qualquer coisa, ao passo que, no último, menciona seu trabalho em defesa dos "sofredores", ou seja, as vítimas da ditadura, o que implica, ao menos em linhas gerais, o conhecimento da repressão.

A parte central do comunicado é particularmente interessante, pois Pio Laghi basicamente afirma não ter agido a título pessoal, com seu

trabalho tendo sido aprovado pela Santa Sé. O caso Laghi exemplifica bem o papel da Santa Sé na história recente de torturas e massacres na Argentina. E é emblemática também em razão da dificuldade de análise dos fatos recentes.

O Chile

Mais ou menos na mesma época, uma relação igualmente cordial ligava o núncio apostólico no Chile, monsenhor Ângelo Sodano, nomeado em 1977, e o ditador Augusto Pinochet, alçado ao poder no golpe militar de 1973, que, aliás, sempre ostentou seu catolicismo.

Sodano, futuro cardeal e secretário de Estado do Vaticano, chegou a declarar a respeito do regime chileno: "Até as obras-primas têm algumas máculas. Convido vocês a não se deterem nelas e a observarem o conjunto, que é maravilhoso."⁵

Menos cordiais eram as relações entre a nunciatura e o arcebispo de Santiago, Raul Silva Henriquez, decidido opositor ao regime, cujos posicionamentos públicos antiditadura por várias vezes irritaram os ambientes diplomáticos vaticanos.⁶

Em abril de 1987, o papa João Paulo II, durante viagem à América Latina, visitou o Chile e encontrou o ditador Pinochet. A visita foi fruto do empenho conjunto de Sodano e da *Opus Dei*, organização à qual pertenciam tanto o atual porta-voz do Vaticano, Joaquín Navarro Valls, quanto ministros do governo chileno, como Francisco Javier Cuadra.

O pontífice visitou o palácio presidencial (uma foto que ficou na história retrata Woityla e Pinochet cumprimentando a multidão lado a lado, na sacada do La Moneda), mas não a sede da *Vicaria de la Solidaridad*, estrutura da diocese de Santiago utilizada para assistir às vítimas da repressão, limitando-se a cumprimentar seus dirigentes do lado de fora.

A chegada do papa reuniu uma multidão de dezenas de milhares de pessoas. Mas muitos eram católicos vindos para protestar contra o que parecia um aval da Igreja à ditadura chilena e para denunciar publicamente os crimes do regime. Na mesma noite da visita ao palácio, os confrontos entre policiais e manifestantes levaram à morte de um destes.

João Paulo II visitou vários lugares no Chile; encontrou-se com

representantes da oposição, inclusive presos políticos que ainda traziam no corpo as marcas dos maus-tratos sofridos; e fez vários discursos públicos. O papa, por um lado, convidou Pinochet a respeitar os direitos humanos e declarou que a ditadura era "um evento transitório". Por outro, condenou a ingerência da comunidade internacional nos assuntos internos de um Estado soberano e pediu que os opositores ao regime não recorressem nunca, por nenhuma razão, à luta armada.

Se o comportamento da Igreja em relação ao regime militar chileno, de algum modo, podia ser entendido como "razão de Estado", menos compreensíveis são outras demonstrações de apoio à pessoa de Augusto Pinochet, mesmo depois da queda da ditadura.

"Vinte anos depois do golpe", escreve Gianni Perrelli no *L'Espresso* de 10 de dezembro de 1998, "a legitimação mais calorosa ao ditador Augusto Pinochet chegou das salas do Vaticano. Em 18 de fevereiro de 1993: a muito particular ocasião de suas bodas de ouro foi comemorada com duas cartas em espanhol, escritas de próprio punho, que expressavam amizade e estima e traziam na parte de baixo a assinatura do papa Wojtyła e do secretário de Estado Ângelo Sodano. Ao general Augusto Pinochet Ugarte e à sua digníssima esposa, senhora Lúcia Hiriarte Pinochet, por ocasião de suas bodas de ouro e em sinal das abundantes graças divinas', escreve o pontífice, sem constrangimento. 'É com grande prazer que concedo, também a seus filhos e netos, uma bênção apostólica especial. João Paulo II?' Ainda mais calorosa foi a mensagem de Sodano. "O cardeal escreve que recebeu do pontífice 'a tarefa de enviar à Sua Excelência e à sua digníssima esposa o autógrafo pontifício, aqui incluído, em sinal de especial benevolência. E acrescenta: 'Sua Santidade guarda a comovida lembrança de seu encontro com os membros de sua família por ocasião da extraordinária visita pastoral ao Chile.' E conclui afirmando ao senhor general a expressão de minha mais alta e distinta consideração?'

Ainda em 1998, quando a magistratura espanhola pediu a extradição de Pinochet, acusado do homicídio de cidadãos espanhóis, a Secretaria de Estado vaticana se opôs à extradição por "razões humanitárias", provocando protestos nos círculos católicos progressistas.

A Teologia da Libertação

Nem toda a Igreja Católica concordava com as ditaduras sul-americanas. Ao contrário. Em 1968, durante uma conferência episcopal na América do Sul, nasceu uma corrente de pensamento denominada "Teologia da Libertação". Alguns altos expoentes da hierarquia eclesiástica assumiram uma posição decidida a favor dos extratos mais desfavorecidos da sociedade latino-americana e de sua luta. No Brasil, a Teologia teve o apoio do cardeal de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, e do bispo Helder P. Câmara.

Na Nicarágua, vários sacerdotes e leigos católicos participaram da luta armada contra a ditadura de Somoza, e, em seguida, sacerdotes como Ernesto Cardenal e Miguel D'Escoto chegaram a fazer parte do governo sandinista. Mas a terceira reunião da conferência episcopal, que aconteceu em Puebla, no México, em 1979, presenciou a emergência de uma forte oposição às teses da Teologia da Libertação, levada adiante pelos setores conservadores. Essa oposição foi reforçada nos anos 1980, graças ao apoio do pontífice João Paulo II. Os principais artífices da Teologia da Libertação foram progressivamente afastados das camadas hierárquicas superiores e seu campo de ação, aos poucos, foi sendo reduzido.

O papa Bento XVI também se pronunciou várias vezes contra a Teologia da Libertação, em especial no confronto com um de seus mais acirrados defensores, o padre franciscano Leonardo Boff.

Em 6 de agosto de 1984, o então cardeal Ratzinger escreveu o primeiro documento vaticano "Sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação".

Poucos dias depois, em 7 de setembro, teve seu primeiro encontro com Leonardo Boff, convocado pelo Vaticano para uma "reunião" no gabinete da Congregação para a Defesa da Fé. Durante a "conversa", o cardeal Ratzinger e o frei Boff falaram de "alguns problemas surgidos da leitura do livro *Igreja: carisma e poder*", para "dar ao frei Boff a oportunidade de esclarecer alguns aspectos do livro que suscitaram dificuldade". Mas no ano seguinte, em 20 de março de 1985, uma "notificação" da mesma Congregação, assinada pelo cardeal Joseph

Ratzinger e aprovada pelo papa Wojtyła, afirmou que o livro continha "opções que colocavam em perigo a real doutrina da fé". Foi imposto ao teólogo franciscano um ano de silêncio.

Alguns dias depois, Ratzinger, referindo-se a Boff para alguns jornalistas, afirmou combater sua tese. Boff largaria a batina.⁷

A Igreja e os negócios

A Santa Sé tornou-se uma potência financeira que administra fortunas tão colossais quanto discretas na economia mundial.

Com os Pactos de Latrão de 1929, entre o governo do Duce e a Santa Sé, resolveu-se o contencioso com o Estado italiano pela anexação dos territórios antes sujeitos ao Estado Pontifício.

O acordo financeiro liquidava as pendências econômicas entre as duas partes mediante um conspícuo pagamento feito pelo governo italiano e a cessão de uma boa quantidade de ações, a título de indenização pelos danos causados à Santa Sé com a anexação dos antigos Estados Pontifícios à Itália e a conseqüente liquidação de grande parte dos bens patrimoniais eclesiásticos.

Na ocasião, o Estado garantiu ao Vaticano um subsídio anual de 3.250.000 liras.

Pouco depois, o Estado italiano reconheceu ao Estado Vaticano uma ulterior indenização *una tantum* de um bilhão e 750 milhões de liras da época, entre dinheiro e títulos.

Para administrar esse imenso patrimônio, a Santa Sé confiou em um leigo, Bernardino Nogara, ex-vice-presidente do Banco Comercial Italiano, que aceitou sob a condição de ter total liberdade para investir em todos os lugares do mundo e de todas as maneiras que considerasse oportunas, de forma "completamente livre de qualquer consideração religiosa ou doutrinária".⁸

Atualmente, a Cidade do Vaticano tem três instituições financeiras: a "Apsa", que funciona como banco central; o "Ministério da Economia"; e o "Ior".

O Ior (Instituto de Obras Religiosas) é o banco do papa (o papa é seu único acionista) e é completamente independente, pois não tem responsabilidade para com os outros dois institutos. Tem três conselhos

administrativos: o primeiro é constituído por cardeais de alto nível; o segundo, por banqueiros internacionais que colaboram com funcionários do banco vaticano; e o terceiro e último é formado por um conselho de administração que cuida dos negócios do dia-a-dia.

Desde seu nascimento, o Ior esteve no centro de grandes polémicas alimentadas também pela excessiva confidencialidade de seus negócios. Existem documentos, tanto na Alemanha quando nos Estados Unidos, que parecem demonstrar as transferências de fundos nazistas do Reichsbank e de bancos suíços controlados pelos nazistas para o Ior.

O Ior poderia ser um dos maiores cúmplices do desaparecimento do tesouro da Croácia independente (um Estado-fantoches alemão), avaliado em cerca de 200 milhões de dólares em 1945. Os nazistas croatas, os ustatas, eram nacionalistas ferrenhos com um ódio incalculável pelos servos cristãos ortodoxos, a ponto de matar mais de quinhentos mil deles junto com dezenas de milhares de judeus e ciganos.

Quando, em 1945, o ditador Ante Pavelic fugiu, junto com seu gabinete e quinhentos religiosos católicos, encontrou refúgio em Roma, onde viveu por três anos escondido no Collegio di San Girolamo degli Illirici. Levou consigo o ouro, as jóias e os títulos roubados das vítimas. O Vaticano, então, ajudou-o a fugir para a Argentina, em 1949, vestido com roupas de padre e munido de um passaporte válido.

Com a mesma, mobilidade, a Santa Sé ajudou na fuga de duzentas ustatas e cinco mil criminosos nazistas, a aristocracia do crime, dentre os quais estava o Dr. Mengele, Walter Rauff, Adolf Eichmann, Erick Priebke e Franz Stangl.

No comando da organização de socorro do Vaticano, que os aliados chamaram de "*rat line*", caminho dos ratos, estavam Draganovic, monsenhor e ex-coronel ustasa; e o bispo Alois Hudal, titular da igreja de Santa Maria das Almas em Roma e homem de confiança do papa Pacelli. As memórias de Hudal, publicadas em alemão após sua morte, representam a mais detalhada documentação do caminho dos ratos: "Trabalho realizado pelo Vaticano", como ele afirma.

Em 1998, o Departamento de Estado americano indicou, no relatório conhecido como "O destino do tesouro dos ustatas", o Vaticano

como possível local onde procurar as respostas. A Secretaria de Estado vaticana, então dirigida pelo cardeal Sodano, opôs-se veementemente a tornar públicos os arquivos relativos à Segunda Guerra Mundial e enviou ao governo americano uma nota diplomática em que lhe pedia para pressionar a Justiça para arquivar o caso. O Departamento de Estado se recusou, e a questão ainda espera uma decisão.

Em 1968, dez anos depois da morte do engenheiro Bernardino Nogara, nomeado pelo papa como administrador especial da Santa Sé, e quarenta anos depois dos Pactos de Latrão, as várias participações do Vaticano na indústria, nas finanças e nos serviços foram estimadas em oito bilhões de dólares.

Depois de Nogara, o Vaticano recorreu aos serviços de Sindona, e, quando este não foi mais confiável, aos de Roberto Calvi. Seria preciso esperar a falência do Banco Ambrosiano, após a morte de Calvi, para descobrir o gigantesco envolvimento do Vaticano nos negócios ilícitos operados por Sindona e Calvi.

Roberto Calvi se tornara presidente do Banco Ambrosiano em 1975. Era apelidado de "Banqueiro de Deus", por sua proximidade com o Ior de Paul Marcinkus.

Calvi criou uma rede de estruturas *ad hoc* formada por filiais *off-shore* nas Bahamas, uma *holding* em Luxemburgo, empresas-pirata na América Central e cofres na Suíça. Ao longo dos anos, criou um império que se desenvolveu extraordinariamente e que se tornou ponto central não só de lavagem de dinheiro do crime organizado, como de operações internacionais de vários gêneros: do tráfico de armas para a Guerra das Malvinas e apoio à ditadura de Somoza ao financiamento do sindicato católico polonês Solidariedade. Quando a posição do "Banqueiro de Deus" ficou insustentável, o Ior e a *Opus Dei* se retiraram, tirando-lhe qualquer apoio. Calvi foi preso e, após a soltura, fugiu para Londres em busca de amparo internacional e ameaçou divulgar documentos bombásticos em seu poder.

Em 17 de junho de 1982, foi encontrado morto enforcado sob a ponte de Black Friars, em Londres. A polícia inglesa arquivou o caso como "suicídio". Apenas em 1988, durante um processo civil, o tribunal italiano

declarou sua morte como homicídio, após as análises radiográficas do cadáver terem mostrado ausência das lesões ósseas na região cervical muito prováveis em caso de morte por enforcamento, em razão do contragolpe dado quando a corda se estica. Além disso, o exame das unhas e das mãos de Calvi comprovaram que ele nunca encostou nos tijolos encontrados em seus bolsos ou na estrutura que sustenta a ponte de Black Friars. Portanto, o banqueiro foi assassinado (ao que tudo indica, a 100 metros da ponte, em um canteiro de obras), e depois foi encenado seu "suicídio".

O processo penal ainda não terminou.

A secretária pessoal de Calvi morreu 12 horas depois dele, "jogando-se" da janela de seu escritório no Banco Ambrosiano. Michele Sindona (mentor de Calvi), após encenar o próprio seqüestro, foi preso e morreu na cadeia em 1986, após tomar um café com arsênico. Sindona, em um inacreditável dossiê de 27 volumes redigido pelo FBI, aparece repetidas vezes ligado ao Vaticano.

O bispo Paulo Hnilica, que também pertencia ao Ior, foi preso após tentar comprar o conteúdo da maleta desaparecida de Calvi.

Marcinkus invocou com sucesso a imunidade diplomática e acabou se tornando chefe da segurança e braço-direito de João Paulo II após a morte prematura de João Paulo I. Ele atualmente é pároco em Phoenix, no Arizona.

O escritor investigativo David Yallop, em seu livro *In Gods Name (Em nome de Deus)*, formulou a hipótese de que João Paulo I tenha sido envenenado (a Santa Sé não autorizou a autópsia) também por seu empenho em fechar ou limpar o Banco do Vaticano.

O escândalo da pedofilia

O sistema secreto que protege os crimes sexuais dos eclesiásticos remonta pelo menos ao início do século XVII, quando o fundador da ordem dos Piaristas, padre Joseph Calasanz, proibiu que as violências sexuais praticadas por seus sacerdotes contra crianças fossem divulgadas ao público. E esse sistema, aprovado por séculos e valorizado por todos os papas, está desde então na base do escândalo das últimas décadas.

Só o medo, a arrogância e talvez o senso de impunidade da

hierarquia vaticana podem explicar casos como o do padre Michael Baker, que, em 1985, confessou espontaneamente ao então arcebispo Mahony que molestava crianças. A resposta foi calar a todos, afastá-lo de sua paróquia, proibir qualquer contato seu com crianças e submetê-lo a uma série de sessões com psiquiatras e psicólogos, o que não o impediu de continuar com seus hábitos.

Existem, pelo menos, dez casos documentados de crianças gravemente violentadas por ele após sua "reabilitação" e, com certeza, esse número é bem maior, tendo em vista o pudor e a vergonha que impediram muitas vítimas de seguir adiante. Foi preciso esperar até 2000, 15 anos após sua confissão, para que ele finalmente fosse destituído da condição de padre e expulso da Igreja.

E este é apenas um exemplo. Em muitos casos, a violência não se limita às crianças, atingindo também mulheres (menores ou maiores de idade) e freiras.

A Igreja sempre tentou impor o silêncio e abafar os escândalos, transferindo os padres incriminados para outras dioceses e, nos casos mais graves, oferecendo indenizações em dinheiro (parece que o primeiro caso data de 1935).

Com o fundo de compensação de 120 milhões de dólares anunciado pela diocese de Covington, no Kentucky, em junho de 2005, de 1950 até hoje, a Igreja Católica americana já pagou 1,06 bilhão de dólares a título de ressarcimento a mais de 11.500 vítimas de padres pedófilos.

Nos últimos três anos, as dioceses americanas pagaram pelos menos 378 milhões de dólares. E a quantia deve aumentar, haja vista as centenas de acusações ainda pendentes.

O instituto das indenizações aumenta continuamente, graças também ao destaque que os casos tiveram na imprensa. Por exemplo, em dezembro de 2004, a diocese californiana de Orange aceitou pagar 100 milhões de dólares a 87 vítimas de abusos. Um ano antes, a arquidiocese de Boston concordou em pagar 85 milhões a 552 vítimas. E o escândalo não diz respeito apenas ao Estados Unidos; Irlanda, Espanha, América Latina e Filipinas são alguns dos lugares de onde chegam denúncias quase diárias de violência sexual de padres contra menores.

Entretanto, as autoridades eclesiais parecem não aprender a lição. Em 2001, em carta enviada a todos os bispos católicos, o então cardeal Ratzinger, atual papa Bento XVI, ordenou que os bispos investigassem secretamente, sob pena de excomunhão, as acusações de abusos sexuais de menores. Os resultados das investigações continuariam em segredo até dez anos após a vítima ter atingido a maioridade.⁹

Opus Dei

A *Opus Dei* é uma organização católica com membros em todos os países do mundo. Ainda que hoje em dia tenha relativamente poucos adeptos (de sessenta a oitenta mil pessoas), sua influência é notável.

A *Opus Dei* nega ser uma organização secreta (o segredo seria teoricamente proibido pela Igreja), mas se recusa a fornecer a lista de seus membros. Tendo afinidade política com a extrema direita, foi fundada em 1928 por um sacerdote espanhol, monsenhor Josemaria Escrivá de Balaguer, e seus membros são, na maioria, leigos.

Seus adeptos são católicos integralistas que praticam a autoflagelação e usam um cilício. As mulheres nunca chegam a desempenhar papéis importantes na hierarquia, e a educação dos novos membros é muito rígida.

Segundo eles próprios se definem, "a *Opus Dei* tem por objetivo contribuir com a missão evangelizadora da Igreja, promovendo um estilo de vida plenamente coerente com a fé no dia-a-dia dos fiéis cristãos de qualquer condição, especialmente através da santificação do trabalho".¹⁰

De fato, a organização é formada por personalidades tão poderosas quanto escondidas que se infiltram sobretudo na mídia e propõem uma mudança na percepção e na opinião das pessoas. O objetivo final parece ser uma espécie de golpe que leve reviravoltas à própria Santa Sé, já que foram rejeitadas as decisões do Concílio Vaticano II.

Em 1982, a *Opus Dei* obteve de João Paulo II o status de prelazia pessoal, não estando mais sob a jurisdição da estrutura mundial do bispado. A organização pode agir como preferir, ignorar as contestações das dioceses e responder apenas a seu líder, que hoje é o madrilenho Xavier Echevarria, e, através dele, ao papa. Monsenhor Josemaria Escrivá de

Balaguer foi beatificado em 1992 e canonizado em outubro de 2002.

Para maiores informações sobre a atividade da *Opus Dei*, aconselhamos a leitura do livro *Do lado de dentro: uma vida na Opus Dei*,¹¹ de Maria Carmen del Tapia, secretária particular de Escrivá por seis anos e orgulhosa opositora à sua canonização.

Hoje

Enquanto escrevemos, no trono de Pedro está o papa Joseph Ratzinger, que assumiu com o nome de Bento XVI. Sua eleição não foi bem-recebida pela ala progressista da Igreja Católica. Ratzinger foi, por muitos anos, prefeito da Congregação para a Defesa da Fé, o antigo Santo Ofício, antes conhecido como Santa Inquisição, e não é conhecido por suas idéias progressistas.

Podemos também prescindir de alguns aspectos não muito reconfortantes do passado do atual pontífice, mas atuais são suas reiteradas críticas à comunhão para casais católicos divorciados, ao casamento dos padres, ao sacerdócio das mulheres, bem como ao homossexualismo e à contracepção.

A grande luta da Igreja na Itália durante os referendos sobre o divórcio, em 1974, e o aborto, em 1981, é conhecida. Há pouco tempo, mais uma vez ela contestou incansavelmente o referendo sobre a fecundação assistida.

Tal comportamento levou e leva a Santa Sé para cada vez mais longe da vida cotidiana, seja leiga ou clerical, e esvazia as igrejas, embora a grande máquina midiática do Vaticano continue nos mostrando grandes multidões a cada viagem do papa pelo mundo.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Outros hereges

Guilhermina da Boêmia (cerca de 1269-1282)

Guilhermina, a Boêmia, por alguns considerada filha do rei boêmio Otocar I Premysl (ainda que muitos historiadores contestem essa possibilidade), era uma mulher muito religiosa que, com seu carisma, atraiu vários seguidores, mais tardes chamados de "guilherminos" (não confundir

com a ordem homônima dos eremitas seguidores de São Guilherme de Malavalle). Em 1260, tornou-se "oblata", ou seja, leiga que morava em convento, em Chiaravalle (Milão), onde passou a viver de acordo com os ditames do Evangelho e do amor cristão. Guilhermina passou a pregar a inutilidade dos sacramentos e a recusa ao sofrimento como via de salvação. Quando morreu, seu corpo foi sepultado no mosteiro de Chiaravalle, e em volta de sua figura surgiu um culto alimentado pelos próprios religiosos.

Dois de seus seguidores, Andréa Saramita e Manfreda de Pirovano, chegaram a afirmar que Guilhermina era o Espírito Santo em forma de mulher. Esse milagre correspondia, para eles, à profecia do místico calabrês Joaquim de Fiore, para quem uma mulher se tornaria papisa, reformaria a Igreja e, após sua morte, haveria uma apocatástase (reconciliação e salvação de toda a criação), que libertaria toda a humanidade, inclusive os judeus e muçulmanos.¹

A adoração a Guilhermina passou a ser muito popular e começou-se a falar até de santificação. Manfreda sonhava em receber sua herança e tornar-se "papisa", mas se esqueceu da Inquisição. Em 1300, os inquisidores arrancaram a confissão de alguns seguidores, que testemunharam contra ela, acusada de celebrar uma missa solene no dia de Páscoa daquele ano. Os inquisidores ordenaram que Guilhermina fosse declarada herege *post-mortem* e que seus restos mortais e imagens fossem queimados. No mesmo ano em que seu corpo foi exumado e entregue às chamas, Andréa Saramita e Manfreda de Pirovano morreram na fogueira.

Os apostólicos

Eram seguidores de Geraldo Segalello de Parma (1240-1300, aproximadamente). Este, como São Francisco anos antes, renunciou a todos os bens e, após ser rejeitado pela Ordem Franciscana, começou a pregar sozinho por volta do ano 1260. Em pouco tempo, um amplo movimento se formou ao seu redor (do qual ele, no entanto, nunca quis ser chamado de "líder") e se difundiu não só na Itália setentrional e central, mas também na Dalmácia, Áustria, França, Alemanha e Inglaterra.²

Os apostólicos tendiam a se organizar em comunidade: povoados onde trabalhavam e possuíam a terra coletivamente,

constituindo reservas comuns de alimentos e outros bens, as chamadas "credências".

Como os franciscanos, praticavam a pobreza e pregavam em qualquer lugar: nas praças, nas ruas, mas também nas igrejas cedidas por eclesiásticos simpatizantes. Ao contrário dos primeiros, no entanto, contestavam o dízimo (pagamento obrigatório que os fiéis deviam pagar à Igreja e que oneravam bastante a renda dos camponeses pobres) e o poder do clero, consideravam a Igreja de Roma irremediavelmente profanada, praticavam o batismo dos adultos, não juravam nem pregavam a solidão.³ Além disso, declaravam que era melhor viver sem votos do que pregá-los apenas de maneira formal.⁴

Dentre os seguidores de Segalello, estavam várias mulheres, que assumiam o posto de "irmãs" dos apostólicos ou, até mesmo, "profetisas".

Anedotas e lendas das mais variadas surgiram em torno dos feitos de Segalello e de seus seguidores, e hoje é praticamente impossível diferenciar o que é verdadeiro do que é falso. Para o povo, Segalello era um santo que realizava milagres, um "Francisco ressuscitado", capaz de caminhar sobre as águas como São Pedro. Para seus detratores, como o franciscano Salimbene de Parma, era apenas um leigo de meras origens camponeses, um "iletrado", um "idiota", e seus seguidores nada mais eram que "pastores de porcos e bois", "obtusos", "bárbaros e patifes". Salimbene atribuía a Segalello e a seus seguidores várias "burrices": o profeta apostólico teria o hábito de dormir com uma moça nua para testar a própria castidade e teria ingressado na vida pública ao aparecer sobre uma charrete mamando dos seios de uma seguidora, como se fosse uma criança. Mas as massas não consideravam as palavras de frei Geraldo tão rudes assim, já que o próprio Salimbene foi obrigado a admitir que, na Emília, os pregadores apostólicos tinham um séquito bem maior do que os franciscanos.

Até mesmo as crianças pregavam, e, dentre elas, havia um verdadeiro menino-prodígio que, quando colocado sobre o trono de uma catedral, atraía um grande público e conseguia várias conversões. Quando pregou em Ferrara, aconteceu o seguinte:

Um dia, o frei Boaventura pregava no convento dos Frades

Menores em Ferrara e percebeu que alguns de seus ouvintes se levantaram de repente e saíram correndo. Ele ficou muito surpreso... Perguntou, então, por que saíam correndo. Aqueles que ficaram responderam: "Por que um infante dos apostólicos está pregando na igreja mãe do beato Jorge. É lá que o povo se reúne. E é por isso que vão embora correndo: para conseguir pegar lugar.⁵

Em 1280, na região de Reggio Emilia, houve um verdadeiro levante popular contra o clero por causa dos dízimos. A culpa por ter incitado o povo recaiu sobre Segalello e seus seguidores, que proferiam discursos com o seguinte teor: "Ai de vocês, que exigem o dízimo da colheita e negligenciam a justiça e a caridade... Ai de vocês, guias cegos, pois dizem e não fazem, e exigem os primeiros lugares e os cumprimentos nas praças, mas sobrecarregam os outros de um fardo insuportável nos quais nem encostam um dedo..."

Frei Geraldo foi preso e encarcerado pelo bispo de Parma, Obizzo Sanvitali. Inicialmente, foi para uma cela do bispado, depois lhe foi concedida uma espécie de liberdade condicional dentro do palácio bispai (o bispo se divertia ouvindo suas palavras, como se fosse um jogral).

Após quatro anos de cárcere, foi solto. É provável que o bispo o considerasse um personagem inócuo, e não foi aventada a suspeita de que o herege se tivesse feito de louco para conseguir a liberdade.

Mas a corda da estrutura eclesiástica se apertava cada vez mais em volta dos apostólicos. Em 1285, o papa Honório IV ordenou que depusessem o hábito característico (um manto acinzentado ornado de uma capa branca) e entrassem nas ordens regulares da Igreja Católica. Poucos aceitaram o convite. Os apostólicos foram, então, expulsos das igrejas da cidade de Parma.

Em 1290, vieram as fogueiras: quatro apostólicos, dois homens e duas mulheres, foram executados em Parma. Outros os seguiram nos anos seguintes. Em 18 de julho de 1300 (ano do primeiro jubileu da Igreja Católica), o próprio Geraldo Segalello foi queimado na fogueira.

Beguinas e begardos

As beguinas eram prevalentemente mulheres leigas caracterizadas por um forte espírito religioso. Mesmo não sendo afiliadas a

nenhuma ordem reconhecida, levavam uma vida monástica em suas residências nas periferias das cidades e criaram verdadeiras comunidades, as "beguínarias". A primeira surgiu em 1170, em Liège, espalhando-se então por toda a França, Alemanha e Países Baixos. É provável que o primeiro núcleo fosse formado por mulheres de extratos sociais mais baixos rejeitadas pelos conventos, onde tinham prioridade as noviças de família nobre. Orientadas por alguns religiosos, as mulheres pobres criaram, então, uma "ordem faça-você-mesmo" que acabou por se tornar uma comunidade dedicada a levar sustento e caridade a outras mulheres sozinhas não aceitas nos conventos. Como não eram freiras, as beguínas podiam voltar às suas vidas normais a qualquer momento. Além disso, não pediam esmolas; cuidavam de suas propriedades ou trabalhavam.

Os begardos, ao contrário, eram um grupo de pregadores errantes que denunciavam as corrupções do clero e pregavam uma vida fiel ao Evangelho e à experiência dos primeiros apóstolos. A autonomia do movimento foi vista com grande preocupação por parte das autoridades eclesiásticas, em especial depois que se aliaram aos Irmãos do Espírito Livre e aos Franciscanos Espirituais.⁶

Os inquisidores deixaram de distinguir entre os grupos, apesar de uma primeira tentativa de separar os "bons" dos "maus". Clemente V, primeiro, e João XXII, posteriormente, perseguiram-nos e os condenaram em um único processo como hereges a partir de 1311. Muitos terminaram na fogueira, homens e mulheres.

John Wycliffe e os lolardos

John Wycliffe (1324-1383), teólogo e eclesiástico, foi o precursor inglês da Reforma Protestante. Condenou a riqueza do clero e defendeu a abolição do dízimo: para ele, a Igreja deveria se manter com as doações voluntárias. Também defendia uma espécie de sacerdócio universal dos "eleitos", passando por cima da hierarquia católica, e repudiava a prática das indulgências, a adoração aos santos e às relíquias, e a peregrinação. Wycliffe também contestou alguns sacramentos, em especial a crisma e a eucaristia, por refutar o conceito de transubstanciação. Em seus últimos anos de vida, traduziu para a língua vernácula várias passagens das Escrituras. Seus escritos inspiraram um movimento de pregadores itinerantes,

os lolardos.⁷ Estes tiveram o apoio do rei Ricardo II e de boa parte da nobreza inglesa. Conseguiram até apresentar uma proposta de reforma da Igreja na Inglaterra.

Com Henrique IV, as coisas mudaram drasticamente: o rei, tendo caído nas graças da Igreja Católica, deu início a uma verdadeira perseguição baseada no *De Hereticu Comburendo* (Sobre queimar hereges), que permitia que os bispos torturassem e queimassem aqueles que fossem considerados hereges. Em 1409, por ocasião do Sínodo de Londres, alguns morreram na fogueira. Em 1411, sentindo-se ameaçados, os lolardos organizaram uma insurreição armada para seqüestrar Henrique IV, tentando incitar uma revolução camponesa. Mas a chamada às armas foi um fracasso: 37 lolardos morreram enforcados, outros sete, queimados. Em 1428, as teorias de Wycliffe foram consideradas heréticas e seus restos foram exumados, queimados e jogados no rio por ordem do papa. O movimento dos lolardos, no entanto, conseguiu sobreviver até o início do século XVI.

APÊNDICE 2

A tortura

O caso de Franchetta Borelli de Triora

Franchetta Borelli vivia em Triora, uma pequena cidade nos Prealpes, na província de Impéria, fronteira com a França. Tinha 65 anos quando foi submetida a duas sessões no cavalo de estiramento. Uma durou 15 horas ininterruptas, a outra, 23. Apesar da dor atroz, a mulher demonstrou uma força de espírito excepcional. Em dado momento, provavelmente para tentar se distrair dos sofrimentos físicos, começou a brincar e conversar com o comissário e os carrascos.

Abaixo transcrevemos, quase na íntegra, seu segundo dia de interrogatório, como está relatado nos documentos originais conservados no Arquivo do Estado de Gênova, no Arquivo Bispai de Alberga e no Arquivo Paroquiano de Triora.

Foi perguntado à acusada se estava decidida a dizer a verdade, e ela respondeu: "Senhor, já disse toda a verdade."

Foi perguntado se eram verdadeiras as coisas que havia começado a confessar durante o último interrogatório, e ela respondeu: "Eu estava com febre e não sabia o que estava dizendo."

Tendo em vista a obstinação e a audácia da acusada, foi então ordenado que fosse despida e vestida com um camisão de lona branca, que lhe fossem raspados os cabelos e pêlos pubianos e que, finalmente, fosse colocada sobre o cavalo de estiramento, para ser submetida à tortura. Então ela disse: "Julgai-me, Senhor; ajudai-me, Deus Todo-Poderoso, mandai-me ajuda e conforto. O Senhor Deus me ajudará... Calem-me, pois disse a verdade... Senhor Deus, liberta-me dos falsos testemunhos. Vós sabeis quem sou, os juízes do mundo não podem sabê-lo... Se apertar os dentes, dirão que rio...

Ai, meus braços... Ajudai-me, Senhor, e não me abandonais, pois só tenho conforto em Vos...

Calem-me. Se não disse a verdade, que Deus nunca me aceite no Paraíso. Falta-me coração. Senhor, mandai-me o anjo do céu, para que me proteja e defenda... Calem-me, eu disse a verdade. Se não me calarem agora, calar-me-ão morta; falta-me o fôlego. Senhor, mandai-me

o anjo do céu. Cristo, que podeis mais do que os falsos testemunhos, arrancai-me a alma do corpo e a mandai para onde deve ir." Então ela se calou e disse: "Meu coração está explodindo. O Senhor não me deixará chegar ao amanhecer, pois chamará para Si minha alma. Senhor comissário, dê-me um pouco de vinagre ou de vinho." Bebeu um copo de vinho e disse: "Misericórdia, peço misericórdia. Tirem-me daqui e me dêem de beber."

Foi-lhe dado outro copo de vinho, e depois disse: "Senhor comissário, queria comer um ovo."

E assim lhe foi dado um ovo. Já fazia cinco horas que estava sob tortura, e nada disse nem se lamentou, até a 11ª hora, quando falou: 'Ajude-me quem puder.' E após um tempo disse: "Ai, meu coração; aí, minha cabeça. Quer me fazer descer um pouco, senhor comissário?" E quando o comissário disse que a faria descer se falasse a verdade, ela respondeu: "Ora, eu já falei."

E calou-se. E após doze horas disse: "Estou sendo escalpelada. Ai, meu pescoço."

E após treze horas disse: "Dêem-me um pouco de água, que estou morrendo de sede."

Foi-lhe perguntado se queria vinho, e ela disse que não; e assim foi-lhe dada água para beber, e calou-se. E depois: "Não estou enxergando bem, estou com dor nas mãos e não estou mais vestida." E quando o comissário disse que não devia se preocupar com a roupa, mas em dizer a verdade e cuidar da alma, respondeu: "A alma vem antes de qualquer outra coisa. Tire-me daqui."

E quando o comissário disse que, se declarasse a verdade, seria desamarrada e tirada de lá, respondeu: "Já disse a verdade. Não consigo mais segurar a urina. A verdade, eu já disse; se pudesse ver a minha alma..."

Após quatorze horas de tortura, seu irmão trouxe-lhe ovos frescos, que ela bebeu, depois dizendo: "Não posso mais usar meus braços; e veja também como está minha língua... Não agüento mais... Pelo amor de Deus, façam-me descer um pouco, para que eu, pelo menos, consiga respirar." E então foi-lhe ordenado dizer a verdade; depois seria solta e poderia respirar o quanto quisesse. E ela respondeu: "Meu senhor, desça-me daqui,

pois já disse a verdade. Alguém me ajude, se possível; não agüento mais, sinto meu coração explodir. Fazeis que me ajudem, Senhor; já disse a verdade. Ah, como são cruéis. Será possível que ninguém quer me dar uma colher para enfiar na garganta? Senhor, atee fogo aos meus pés, mas me tire daqui."

E quando o comissário disse que, se não declarasse a verdade, acenderia o fogo, ela respondeu: "Faça-me queimar, pois já disse a verdade, mas me tire daqui, pois não resistirei mais. Não me deixe ainda mais desesperada. Acerte-me com um martelo na cabeça e acabem com minha falta de ar. Já disse a verdade. Virgem Maria, fazei que me soltem e mandai-me alguma ajuda."

E quando o comissário disse que, se declarasse a verdade, mandaria soltá-la e descê-la, ela respondeu: "Eu disse a verdade. Ai, mãe, falta-me coração. Em Roma, o cavalo não dura mais do que oito horas. Eu já estou aqui há uma noite e muitas horas do dia. Quem me contou foi um habitante de Triora que chegou de Roma anteontem, quando eu estava em Gênova... Estou com frio nos pés."

E foi-lhe dito que, se declarasse a verdade, o comissário mandaria soltá-la. E ela respondeu: "Não me atormentem mais; eu já disse a verdade e não preciso dizê-la de novo. Morro de frio nos pés. Tenha piedade, senhor comissário, e mande trazer um pouco de brasa para me esquentar."

E assim, por ordem do comissário, foi colocada a brasa sob os pés da acusada, e ela se calou. Duas horas depois, disse: "Meus pés estão gelados."

E mais uma vez, por ordem do comissário, foi colocada a brasa, e ela disse: "Senhor, faça-me descer daqui. Dez horas a mais ou a menos não fazem diferença... E o que vê aqui é um rato..."

E olhava o comissário, mas nada via. A acusada então começou a falar intimamente com todos, como se estivesse sentada em uma cadeira, dizendo, entre outras coisas: "Em Triora, as castanhas marrons são tão bonitas!"

E vendo um dos assistentes remendando as meias, começou a falar: "Em troca dos serviços que me presta, quando sair daqui, vou remendar suas meias."

E assim falou várias vezes na presença do comissário e de seus familiares por quase uma hora [...] E, dirigindo-se ao comissário, disse: "Senhor, permite que me preparem uma sopa e me desçam para que eu possa tomá-la?"

E tendo o comissário decidido que deveria tomá-la sem sair do cavalo, ela disse: "Tomarei igualmente sem dúvida, mas não ficará muito boa, com este tormento [...]"

Calou-se, pois parecia rir do comissário e de quem a cercava [...].

Após vinte e três horas de tormento, sem dar o menor suspiro, o comissário lhe disse: "Franchetta, não lhe importa se ficará presa aqui mais uma ou duas horas, não é verdade?" Ela, então, voltou-se para ele e os assistentes e disse, rindo: "Devia ter me descido duas horas atrás, mas achei que não estaria de acordo."

Após essa última galhofa, o suplício finalmente foi suspenso. Seu caso foi mandado ao tribunal de Gênova, que não pôde fazer nada além de absolvê-la.

Tiora foi o palco de uma verdadeira caça às bruxas que levou 13 mulheres à morte, algumas de 12 ou 13 anos. Outras morreram em decorrência das torturas sofridas, enquanto muitas foram transferidas para a prisão de Gênova, onde morreram de fome e pelas terríveis condições em que eram obrigadas a viver.

O comissário que conduziu as perseguições, Giulio Scribani, é lembrado como um homem terrível e impiedoso, tendo sido excomungado em razão de sua fúria, mas logo reabilitado por questões de conveniência política. Uma das "supostas bruxas" disse: "Se o Diabo existe, sem dúvida mora no corpo daquele juiz que passa dois dias sem comer e sem dormir, alimentando-se dos horrores da tortura."

Johannes Junius

Em 1628, o burgomestre de Bamurgo; Jotiannes Junius, foi acusado e processado por bruxaria.

Esta é a carta que escreveu à filha antes de ser morto, um dos mais importantes testemunhos das perseguições:

Cem mil vezes boa noite, minha adorada filha Verônica. Inocente, fui preso, inocente, fui torturado, inocente, devo morrer. Pois quem quer que

seja trancafiado na prisão das bruxas é torturado até se decidir a inventar uma confissão qualquer. Na primeira vez em que fui submetido à tortura, lá estavam o doutor Braun, o doutor Kötzendörffer e outros dois estranhos. O doutor Braun me perguntou: "Amigo, por que está aqui?" E eu respondi: "Por falsas acusações e desgraça." "Escute", disse ele, "você é um bruxo. Quer confessar espontaneamente? Senão traremos as testemunhas e o carrasco".

Eu disse: "Não sou um bruxo, e minha consciência está tranqüila com relação a isso. Nem mil testemunhas podem me assustar." Então chegou, Deus do Céu, tende piedade, o carrasco, que esmagou meus polegares com as mãos amarradas, de forma que o sangue jorrava das unhas e de todo lugar, e não pude usar as mãos por quatro semanas, como pode ver pela minha letra. Então me despiram, amarraram minhas mãos nas costas e me colocaram na polé. Pensei que Céu e Terra tivessem chegado ao fim; oito vezes fui erguido e solto, tendo sofrido terrivelmente. E assim confessei, mas era tudo mentira. Agora, querida menina, conto o que confessei para fugir da dor e das torturas que não teria conseguido suportar [...]

Eu deveria dizer quem tinha visto no sabá. Disse que não havia reconhecido ninguém.

"Velho arguto, vou chamar de volta o carrasco. Diga-me, não estaria lá o chanceler?" Então eu disse que sim, que estava. "E quem mais?" Eu não reconhecia ninguém. Então ele disse: "Siga uma rua depois da outra, começando pelo mercado, passando por toda uma rua e voltando pela seguinte." Fui obrigado a dar o nome de várias pessoas. Então chegou a rua comprida. Não conhecia ninguém que ali morasse, mas precisei dar o nome de oito pessoas. E assim continuaram por todas as ruas, ainda que eu não pudesse nem quisesse dizer mais nada. Então me entregaram ao carrasco, mandaram que ele me despisse e raspasse todo meu corpo e me submetesse à tortura.

E tive de confessar os crimes que cometi. Eu nada disse. "Levantem esse mentiroso!".

Então eu disse que deveria ter matado meus filhos, mas matei um cavalo.

Não adiantou nada [...] Eu também disse ter pego uma hóstia consagrada e tê-la profanado.

Quando disse isso, deixaram-me em paz.

Querida menina, guarda esta carta em segredo, ou sofrerei outras terríveis torturas, e meus carcereiros serão decapitados [...].

Boa noite, pois teu pai, Johannes Junius, não te verá mais.

APÊNDICE 3

O seqüestro dos corpos

A partir do século XI, a Igreja Católica deu início a um poderoso esforço de moralização da população, para tentar mudar a visão da sexualidade, ainda muito ligada à concepção paga da vida.

Os alvos centrais dessa tentativa foram os banhos públicos. Eram lugares formados por banheiras de água quente, saunas e salas onde se cortavam cabelos, arrancavam-se dentes ou se faziam massagens. Nos banhos públicos medievais (ao contrário do que acontecia na Roma Antiga), a cada domingo homens e mulheres se banhavam juntos. Todos se vestiam apenas com roupas rústicas e velhas, fossem pobres (porque não tinham outra coisa) ou ricos, por medo de que lhes roubassem as roupas melhores.

Essa promiscuidade social e sexual era agravada pelo fato de que, em algumas regiões, todos se banhavam juntos nus, enquanto eram servidas bebidas.

O clero se preocupava com tanta promiscuidade e decidiu intervir. Não foi fácil convencer os europeus de que as termas públicas eram algo ruim. A idéia da Igreja foi simples: impedir que mulheres honestas freqüentassem os banhos, transformando-os em verdadeiros bordéis. Assim foi possível separar o bem do mal de forma clara.

Foram necessários pelo menos três séculos para transformar boa parte dos banhos em casas de tolerância e fechar os outros. Mas afinal foi feito. As termas eram freqüentadas apenas por prostitutas e seus clientes, e se mostrar nu tornou-se cada vez mais vergonhoso.

E finalmente a Igreja conseguiu realizar o que tentava pregar há um milênio. No século XIV, São Jerônimo já aconselhava que as jovens

nobres não fossem aos banhos quando crescidas e que não se banhassem com eunucos ou mulheres grávidas, pois os primeiros conservariam o instinto masculino, e as segundas ofereceriam um espetáculo "torpe". E, chegando à fase adulta, as mulheres deveriam renunciar completamente aos banhos, ter vergonha de si mesmas e não suportar se verem nuas.¹ Os únicos que resistiram foram os povos nórdicos, para os quais renunciar à sauna era impossível, por causa do frio.

Os primeiros frutos desse "achado" papal não demoraram a ser colhidos: a prostituição aumentou, junto com as doenças venéreas e todos os males que a sujeira e a desnutrição trazem.² Estas últimas contribuíram para espalhar as epidemias de peste negra que, a partir de 1347, devastaram a Europa com recorrência cíclica até a segunda metade do século XVII. O balanço estimado foi de uma perda repetida de 30 a 40% da população europeia sobre um total de oitenta milhões de habitantes. Só no século XVI, a população voltou ao nível numérico que tinha em 1340. E quando a peste desapareceu, foi substituída por outras doenças, como o tifo.

O clero concubinário

Uma decisiva medida de moralização foi a imposição definitiva de celibato ao clero. Mas como muitas vezes acontece quando a moral é imposta por força de lei, em vez de aumentar a moralidade, aumentou a hipocrisia.

As mulheres foram substituídas por concubinas ou prostitutas, e foram necessários séculos de duras imposições antes que o clero assumisse uma aparência de castidade. Os altos prelados da Cúria romana eram os primeiros a não dar bom exemplo. Para entender melhor como era a situação, basta ler os testemunhos que chegavam de dentro da corte pontifícia. O secretário apostólico do papa Bonifácio IX, Poggio Bracciolini (1380-1459), foi uma figura de extrema importância, encarregado, entre outras coisas, de escrever os discursos do pontífice. Quando queria relaxar, ia com os amigos para uma sala do palácio apostólico chamada de "Bugiale" (da mentira), onde se contavam as últimas piadas e fofocas do clero. Bracciolini deu-se o trabalho de anotar algumas historinhas e, ao se mudar para o campo, em 1450, escreveu um livro com os "feitos", o qual

seria traduzido em toda a Europa.

São 273 anedotas que contam fatos e boatos de cunho sexual. O volume é uma espécie de "besteiral eclesiástico". Por exemplo, um padre de Tívoli, falando do adultério, tomado pelo calor do sermão, gritou do púlpito que "este pecado era tão grave que ele preferia amar dez virgens a amar uma única mulher casada".

Há, ainda, a história do frei Paulo, que, durante um sermão contra a luxúria, denunciou, escandalizado, que havia maridos que, para sentir mais prazer durante o coito, colocavam um travesseiro sob o traseiro da mulher: "É inútil dizer que a posição, desconhecida para alguns, agradou e que, em casa, foi logo colocada em prática."³

Das histórias de Bracciolini, emerge o retrato de um alto clero muito mais ocupado com a política e a luta pelo poder do que com a guerra e a luxúria. Os próprios funcionários da Cúria eram homens "do mundo", pessoas cultas e requintadas que riam elegantemente do bigotismo sexual do clero menor. Nada os diferenciava dos diplomatas dos governos "leigos". De resto, entre os séculos XV e XVI, era freqüente ver cardeais (alguns ordenados na adolescência) com "mulheres", filhos (muitas vezes também destinados à carreira eclesiástica) e amantes.

Nem os papas eram campeões de castidade. Pio II (1458-1464), intelectual "neopagão", quando jovem era conhecido por escrever poesias e contos eróticos. É verdade que, quando pontífice, ostentou grande sobriedade, mas absolutamente duvidada por seus contemporâneos.⁴ Dentre seus sucessores, havia personagens como Alexandre IV Bórgia, cuja crueldade era bem conhecida, ou Júlio II, o papa guerreiro, que dizem ter tido três filhos antes de ascender ao trono pontifício.

Quando falamos de promiscuidade e transgressão às regras do celibato, temos de tomar cuidado para não confundir fenômenos bem diferentes. Uma coisa é a transgressão individual do homem solteiro que não consegue se adaptar à moral imposta e que talvez viva sua condição de "pecador" com um sentimento de culpa. Outra é uma concepção bem diferente da sexualidade veiculada a algumas doutrinas heréticas.

Mais ou menos durante toda a história do cristianismo, movimentos heréticos de conteúdo similar nasceram em períodos cíclicos. Havia quem

afirmasse que a pureza era um estado inferior e que todas as ações externas de uma pessoa pura, incluindo as relações sexuais, também eram puras por definição. Outros movimentos, como os Irmãos do Espírito Livre, inspiravam-se em concepções panteístas e diziam que o Reino dos Céus já havia descido sobre a Terra, tornando lícito tudo o que antes era proibido. Fala-se até de grandes mosteiros transformados em comunidades orgiásticas, provavelmente seguindo a onda dessas doutrinas e se tornando uma ameaça não só para a Igreja, mas também para a ordem social. Um caso conhecido foi o da Abadia de Montel'Abate, perto de Perúgia, onde pouco depois do ano 1000 monges e freiras viviam em tal estado de promiscuidade que o papa nomeou um prior com autoridade de bispo e uma companhia de homens armados para cuidar do assunto. A ordem foi restabelecida, mas o prior-bispo precisou construir um castelo e manter uma guarnição para garantir o controle da situação.

Com a Contra-Reforma, tudo mudou. Os mosteiros e conventos deixaram de ser lugares de anarquia sexual. Pouco se sabe de como se realizou essa moralização interna, pois a Igreja não deixou que ninguém se infiltrasse, mas com certeza deu resultado, pois os excessos se tornaram exceção à regra.

A loucura da Inquisição também influenciou nesse processo. Ao tornarem-se ferozes repressores dos comportamentos heréticos, satânicos e pagãos, os padres se viram voltando seu zelo persecutório contra os próprios colegas.

Os batismos forçados

Na Idade Média e da Idade Moderna, os judeus da Europa eram considerados cidadãos de segunda classe. Quem professava a religião judaica não podia exercer profissão liberal nem possuir bens, nem escolher livremente onde viver, sendo obrigado a morar nos guetos, muitas vezes superpovoados, e a usar sinais de reconhecimento que os distinguissem dos cristãos.

Os rituais judaicos deviam ser celebrados de maneira reservada, sem nenhuma solenidade e sem a presença de nenhum cristão, e muitas vezes as cópias do Talmude, a compilação histórica de comentários sobre as Escrituras, eram objeto de apreensão e destruição. Os judeus também

eram proibidos de discutir sobre a própria religião com os cristãos, e suas relações com estes eram limitadas por leis rígidas, sobretudo com os ex-correligionários convertidos. As autoridades leigas e eclesiásticas promoviam de maneira decisiva a conversão deles ao cristianismo, com todos os meios possíveis.

Os judeus dispostos a se batizar tinham a garantia de facilidade para encontrar trabalho, subsídios em dinheiro, isenções tributárias, a remissão das dívidas e a anulação de eventuais condenações penais. Para muitos, a conversão representava a única alternativa possível à morte de fome.

Em 1543, foi criada em Roma a Casa dos Catecúmenos, um instituto destinado a acolher (muitas vezes contra a vontade) "infiéis" convertidos ou a serem convertidos, cujas despesas de manutenção eram descontadas da comunidade judaica.

Dentre os hóspedes do instituto, havia crianças judias batizadas às escondidas ou contra a vontade dos pais, subtraídas às famílias para que recebessem uma educação cristã. Ainda hoje, o cânone 868 do Código de Direito Canônico traz o parágrafo 2: "O filho de pais católicos e até não católicos que esteja em risco de vida será batizado licitamente mesmo contra a vontade dos pais."

Outro tipo de hóspedes eram os judeus "denunciados". A denúncia era a "prática social com que cristãos ou convertidos denunciavam formalmente às autoridades aqueles que, segundo seu testemunho, ainda que suspeito ou interessado, tenha expressado, em público ou particular, a vontade de se converter, sozinho ou com toda a família."⁵ Os denunciados eram levados à força à Casa dos Catecúmenos, onde eram incessantemente submetidos a coerções psicológicas para se converter. Teoricamente, não poderiam ser presos por mais de 12 dias, mas na verdade a permanência durava muito mais. Os que se demonstrassem "irremediavelmente obstinados" eram mandados de volta ao gueto e condenados a pagar os custos de todo o tempo passado no instituto.

Um caso marcante foi o do rabino-chefe de Roma, Josué Ascarelli: "Em novembro de 1604, ele foi preso nos Catecúmenos com a mulher e os quatro filhos.

Após 43 dias, o rabino Ascarelli, 'obstinado' com sua profissão de fé, foi liberado junto com a mulher. Outro destino foi reservado a seus filhos: Camila, de 12 anos, após dez dias de segregação, converteu-se; Belluccia, de 8 anos, cedeu após oito dias; e Manoello, de apenas 4 anos, após quatro dias, 'disse que queria ser batizado'. Os quatro logo foram feitos cristãos e tirados dos pais, que nunca mais os viram."⁶

Os que fugiam da Casa dos Catecúmenos eram punidos com cinco anos de prisão, se fossem homens, ou o açoite e o confisco dos bens,, se mulheres. No século XVIII, foram cominadas penas severas também para os judeus que se aproximassem do instituto, por temer-se que influenciassem negativamente os batizando.

Dentre os catecúmenos, havia também os "oferecidos": um judeu convertido podia "oferecer" à Igreja os parentes sob sua guarda. Por exemplo, o pai ou a mãe podiam levar à Casa dos Catecúmenos os filhos, ainda que o outro progenitor fosse contrário à idéia.

O papa Bento XIV (1740-1758) aprovou uma legislação que interpretava de maneira amplamente extensiva o conceito de "tutela". Por exemplo, o avô ou avó paterna convertido podia oferecer os netos, mesmo contra a vontade dos pais legítimos; o tio paterno podia oferecer os sobrinhos órfãos de pai, mesmo contra a vontade da mãe; e daí por diante.⁸

Até o marido podia oferecer a mulher. Se esta, após uma estadia forçada na Casa dos Catecúmenos, não aceitasse seguir o cônjuge na nova fé, perdia a guarda dos filhos, e o vínculo matrimonial era declarado extinto. Mas o casamento continuava sendo considerado válido na comunidade hebraica, já que o marido convertido não podia mais repudiar a esposa de acordo com os costumes judaicos, e a mulher era condenada a uma vida de solidão.

Alguns neófitos (judeus convertidos) conseguiam obter também a segregação de mulheres com quem não tinham qualquer laço de parentesco, declarando terem se casado em segredo.⁹

As discriminações anti-semitas duraram toda a Idade Moderna. Só em 1791, a França revolucionária reconheceu a plena igualdade jurídica aos cidadãos de religião judaica. Em seguida, os exércitos napoleônicos

"exportaram" a igualdade de direitos para o resto da Europa. Mas com o Império Napoleônico e a sucessiva restauração, as medidas discriminatórias tornaram a vigorar.

No Estado Pontifício, as leis anti-semitas foram restabelecidas com peculiar rigidez: os judeus foram mais uma vez relegados aos guetos e obrigados a usar símbolos amarelos nas roupas. Também foram expulsos do serviço público e das universidades, espoliados dos bens imóveis localizados fora do bairro judeu e obrigados a fechar as lojas que haviam aberto fora do gueto.¹⁰

Nos anos sucessivos, foram adotadas medidas ainda mais severas. O papa Leão XII (1823-1829) reintroduziu o *Edito sobre os judeus*, emanado por Pio VI em 1775: "Trata-se [...] de 'um monstruoso código de rejeição a qualquer dignidade humana composto de 48 artigos que prevêm, dentre outras coisas, a proibição de ler e explicar o Talmude e a obrigação, para a autoridade religiosa, de permitir qualquer outro livro [...] a obrigação de só celebrar os ritos fúnebres na sinagoga ou no cemitério, sem que nenhum cortejo fúnebre seguisse o caixão e nenhuma lápide marcasse a tumba. Era proibido qualquer contato com os convertidos, e os judeus não podiam chegar a menos de 150 metros da Casa dos Catecúmenos. Qualquer licença de exercício profissional foi revogada, com exceção da de vendedor de pano. Eles foram lembrados de que eram proibidos de pedir ajuda a parteiras ou amas, servas ou lavadeiras cristãs. Era proibido convidar ou permitir o acesso de cristãos na sinagoga, conversar com eles na rua, comer com eles em qualquer lugar, pernoitar fora do gueto e ir a outra cidade sem uma permissão específica. Era proibido usar carroça, e os rabinos não podiam usar roupas que os distinguissem. Também foi restabelecido o odioso costume dos sermões forçados, antigo tormento celebrado por padres dominicanos na igreja de San'Angelo em Peschiera, aos quais todos os judeus de mais de 18 anos deveriam assistir." (Scalise, 1997, p. 31.) Os judeus eram proibidos de se tratar em hospitais, os moribundos não podiam receber o conforto de um rabino, e toda a comunidade era obrigada a homenagear periodicamente o magistrado e o senador de Roma diante das zombarias e insultos da população.

As condições do bairro judaico desmentiam claramente o estereótipo do "judeu rico". O gueto de Roma era um lugar escuro, sujo, sufocante no verão e gélido no inverno. Dos 3.500 judeus ali reunidos, quase metade vivia em um estado de completa indigência, e apenas quatro tinham renda suficiente para pagar os impostos. O bairro era cercado por muros com oito portões que eram fechados por um guardião cristão cujo salário era cobrado da comunidade judaica.

Em 1843, a Santa Inquisição emanou um edito bastante rígido.

Nenhum israelita residente em Ancona e Sinigaglia poderá mais dar casa ou comida aos cristãos ou receber cristãos para trabalhar em sua casa, sob pena de ser punido de acordo com os decretos pontifícios.

Todos os israelitas do Estado têm três meses para vender seus bens móveis e imóveis, do contrário serão vendidos em leilão.

Nenhum israelita poderá morar em qualquer cidade sem a autorização do governo; em caso de contravenção, os culpados serão reconduzidos a seus respectivos guetos.

Nenhum israelita poderá passar a noite fora do gueto.

Nenhum israelita poderá ter relações amigáveis com os cristãos.

Os israelitas não poderão comercializar ornamentos sagrados ou livros de qualquer espécie, sob pena de cem escudos de multa e sete anos de prisão.

Os israelitas, ao sepultar seus mortos, não devem celebrar qualquer cerimônia. E não podem usar velas, sob pena de confisco.

Os que violarem as disposições acima sofrerão os castigos da Santa Inquisição.

A presente medida será comunicada aos guetos e publicada nas sinagogas."

O papa Pio IX (1846-1878), que inicialmente gozava da simpatia dos ambientes liberais, adotou uma política oscilante e sem preconceitos com relação aos judeus, alternando gestos de relativa clemência com ferrenhas repressões. Por exemplo, em 1846, permitiu que algumas famílias judaicas mudassem temporariamente para fora do gueto de Roma por causa do risco de transbordamento do Tibre.

Em 1849, em compensação, para punir os judeus, que figuravam

entre os responsáveis pelos levantes que no ano anterior instauraram a República de Roma, mandou as tropas francesas demolirem o bairro hebreu. Por dois dias, as casas foram devastadas, muitos homens foram presos, os médicos e as parteiras foram impedidos de assistir os doentes e parturientes e nenhum judeu pôde descer às ruas para comprar comida.

No século XIX, a política do batismo forçado não foi alterada, tendo aumentado na primeira metade do século. Calcula-se em pelo menos 196 os casos de "conversão" entre 1813 e 1869, na maioria crianças batizadas às escondidas e tiradas de suas famílias ou jovens afastados de casa em circunstâncias misteriosas e presos nos Catecúmenos, sem voltar mais para seu lar.

O caso de batismo forçado mais famoso foi o de Edgardo Mortara, nascido em Bolonha (cidade que, na época, fazia fronteira com o Estado Pontifício), em 1851. Na noite de 23 de junho de 1858, alguns guardas se apresentaram à casa da família Mortara com uma ordem firmada pelo padre inquisidor de Bolonha para realizar "a prisão e seqüestro do rapaz Edgardo Mortara Israelita". O menino passou a noite em casa, vigiado pelos guardas papais. Assim que amanheceu, foi tirado da família e levado de carro até Roma, para a famigerada Casa dos Catecúmenos. Lá, seu batismo foi "aperfeiçoado" e foi-lhe dado o nome de Pio, em homenagem ao papa regente.

Só depois do seqüestro, o pai descobriu que meses antes, à total revelia dos interessados, obviamente, fora julgado um processo regular da Inquisição, no qual os pais foram representados por um jurista. Durante a fase de instrução, Anna Morisi, cristã que trabalhara para a família Mortara e fora demitida, declarou ter batizado o pequeno Edgardo, à época gravemente doente, sem que os pais soubessem.

O pai de Edgardo dirigiu-se a Roma e tentou inutilmente recorrer junto à Santa Sé. Um memorando enviado pelo secretário de Estado, cardeal Giacomo Antonelli, tirou-lhe qualquer esperança:"[...] existe prova canônica do batismo, não havendo mais razão ou direito para chamar o filho ao pátrio poder [...] A Igreja, mãe, mestra e soberana dos homens não ofende nenhum direito, não carrega nenhum tipo de vergonha, mas cumpre sua missão Divina ao tutelar seus filhos batizados, tirando-os do

perigo da apostasia."

O que ficaria na história como o "caso Mortara" logo se tornou um escândalo internacional. As comunidades judaicas piemontesa, francesa e inglesa tomaram providências para que o caso fosse conhecido pela opinião pública e se conseguisse a libertação de Edgardo, pressionando os respectivos governos. A imprensa liberal e anticlerical também se interessou pelo fato, dando um grande destaque a ele.

Os jornais católicos, por outro lado, defenderam as decisões da Santa Sé, protestando contra a intrusão das autoridades civis em uma questão religiosa, culpando os pais do garoto pelo "crime" de ter contratado uma mulher cristã, causa de todos os seus problemas seguintes, ou defendendo a notícia, totalmente falsa, de que as autoridades eclesiásticas tinham tentado um acordo com a família Mortara, tendo decidido pegar o menino apenas quando os pais se recusaram a educá-lo segundo a religião cristã. Os diplomatas franceses, piemonteses e ingleses pressionaram o governo pontifício para obter a libertação de Edgardo Mortara, mas seus esforços foram em vão.

O próprio Pio IX defendeu com vigor a escolha do seqüestro. Chegou até a se declarar publicamente "pai e protetor" de Pio Edgardo Mortara, que fora destinado à carreira eclesiástica e confiado ao Colégio da Ordem dos Canônicos de Latrão.

Em 20 de setembro de 1870, os atiradores do Reino da Itália entraram em Roma e puseram um fim ao poder temporal do papa. Poucos dias depois, chegaram à cidade o pai e um dos irmãos de Edgardo, já com 19 anos, para levá-lo para casa. Mas os anos de doutrinação e coerção psicológica deram resultado, e o rapaz se recusou a acompanhá-los. Pior, temendo ser seqüestrado pelos familiares, em 22 de outubro fugiu de Roma à paisana, ajudado pelos membros de sua Ordem, e se refugiou em Bressanone. Dois anos depois, mudou-se para a França, para Beauchêne, onde foi ordenado.

Pio Edgardo Mortara nunca abjurou a religião católica, tornando-se um missionário zeloso e honrando sempre a memória de Pio IX. Durante toda sua longa vida, foi atormentado por graves crises depressivas e estados de verdadeira paranóia, que repetidas vezes prejudicaram sua

relação com os irmãos de Ordem. Morreu com quase 89 anos, no dia 1º de março de 1940, na Abadia de Bouhay, na Bélgica.

APÊNDICE 4

A doutrina na época da Reforma

Lutero movera uma montanha, e dela irrompeu um rio em cheio. Teólogos e sacerdotes aderiram à Reforma, às vezes inserindo nela suas próprias inovações doutrinárias, outras vezes dando vida a Igrejas autônomas. Pensadores originais encontraram coragem para expor as próprias teses. Antigas minorias religiosas, como os valdenses, encontraram novo vigor.

A seguir, damos uma lista em nada exaustiva das várias doutrinas e correntes de pensamento, remetendo-nos à bibliografia para os aprofundamentos.

Huldreich Zwingli

Sacerdote suíço, demonstrava fortes tendências democráticas e uma grande admiração pelo humanismo. Em 1520, pregou a necessidade de abolir as nomeações vitalícias e fez circular os escritos de Lutero. Declarou-se contra a vida monástica, o celibato do clero, a interferência dos santos, a existência do Purgatório e o aspecto sacrificatório da missa; mas diferentes concepções da Eucaristia o separavam de Lutero. O papa ofereceu a Zwingli "qualquer coisa, com exceção do trono papal", para que ele se submetesse a Roma, contudo a tentativa de corrupção não teve sucesso. Zwingli tentou formar uma aliança entre os cantões suíços reformados para obrigar os católicos a cessar as perseguições aos protestantes, porém a tentativa falhou exatamente por causa das divergências entre ele e Lutero. Quando o cantão católico de Schwyz mandou para a fogueira um pregador de Zurique, não hesitou em declarar a guerra, sendo o primeiro a pegar em armas para defender a própria fé. Morreu na batalha de Kappel (1531).¹

Brownistas ou barrowistas

Eram seguidores de Robert Browne e de seu discípulo Barrow. Afirmavam que qualquer tipo de estrutura eclesiástica representava uma abominação e que o sistema da Igreja era uma falácia.

Para eles, até mesmo a Igreja Anglicana ainda conservava muitos resíduos do papismo católico.

Por suas teorias e pela irreducibilidade contra o poder da Igreja

Anglicana, Browne foi preso 32 vezes. Finalmente, aos 80 anos, foi submetido à autoridade do arcebispo de Canterbury. Barrow, seu colaborador, compartilhava com ele muitas idéias, mas ambos divergiam em um ponto específico: o da voluntariedade do fiel. Para Barrow, levar a palavra de Deus aos profanos era dever dos príncipes. Foi acusado de ser autor de alguns libelos anônimos antianglicanos e executado junto com dois seguidores. Em 1583, outros dois barrowistas foram mortos por publicar os escritos de Browne.

Os anabatistas

Para alguns cristãos, o batismo era uma coisa séria, e por isso só podia ser celebrado em adultos conscientes que sabiam o que faziam, como acontecia nos primórdios da Igreja apostólica. Os mais extremistas também pretendiam viver em paz em suas comunidades, onde praticavam a comunhão dos bens.

Os grupos e movimentos que rejeitavam o batismo das crianças, ainda que bem diferentes entre si, foram chamados de "anabatistas".

Um de seus expoentes mais famosos foi o holandês Menno Simons (1496-1561). Padre católico, ficou tão impressionado com o martírio de um pregador anabatista que começou a estudar a Bíblia e acabou virando, ele próprio, um pastor anabatista, sendo perseguido por católicos e luteranos. Seu movimento se espalhou pela Alemanha, Países Baixos e Suíça.

Em 1553, a cidade de Münster se rebelou contra o bispo-feudatário e aderiu à Reforma.

Lá, o pastor anabatista Bernhard Rothmann, então padre católico, saiu vencedor de uma disputa pública com católicos e luteranos a respeito do batismo dos adultos. A partir daquele momento, a cidade se tornou refúgio dos anabatistas, que instauraram um regime teocrático.

Luteranos e católicos espalharam por Mimster os mais fantasiosos boatos, na tentativa de desacreditar os anabatistas: que o instituto da propriedade privada seria abolido, que os moradores se tornariam polígamos, e que os anabatistas matariam sem piedade os fiéis de outras crença?. No Final, os luteranos luteranos e o arcebispo católico se aliaram para reconquistar a cidade pelas armas, e os líderes contrários foram

executados.

Jacob Hutter fundou uma seita que praticava a comunhão dos bens. Foi executado em 1536. Havia muitos huteritas na Morávia, mas o movimento sofreu grandes perdas durante a Guerra dos Trinta Anos. Os que sobreviveram se refugiaram na Hungria e, mais tarde, na Rússia.

O italiano Bernardino Ochino (1487-1546), superior da Ordem dos Capuchinhos, recebera do papa a permissão para estudar os livros protestantes, a fim de refutá-los. Mas, ao contrário, foi convertido e aderiu ao calvinismo. Após inúmeras travessias e peregrinações, terminou seus dias na Morávia, como hóspede de uma comunidade huterita.

O ex-monge beneditino Michael Sattler, em 1527, trabalhou para criar uma federação de congregações anabatistas autônomas. Foi torturado e morto cruelmente.

Muitas congregações anabatistas só encontraram refúgio contra as perseguições com a emigração para a América, onde se encontram até hoje.

Thomas Müntzer, o teólogo da revolução

O protestante radical Thomas Müntzer também recebeu o rótulo de anabatista. Ele fundou a Liga dos Eleitos, uma comunidade sem padres ou propriedade privada. A Liga logo assumiu o aspecto de um grupo subversivo contra o poder dos padres e da Igreja. Müntzer era um autêntico profeta d revolução e assumiu a liderança da revolta camponesa criticada por Lutero. Participou da batalha de Frankenhausen, em 15 de maio de 1525, na qual as tropas aliadas de príncipes católicos e luteranos cercaram e massacraram com a artilharia um exército de oito mil camponeses. Foi capturado, torturado e executado.²

Unitaristas ou antitrinitários

É o nome dado a uma miríade de movimentos que negavam o dogma da Trindade e a divindade da pessoa de Cristo.

O movimento antitrinitário de maior influência talvez tenha sido o socianismo, que deve seu nome ao advogado Lúlio Socini, natural de Siena, e de seu sobrinho, Fausto. Lúlio Socini levou uma vida errante, entre a Itália e a Suíça, que, graças à Reforma, se tornara um refúgio para os antitrinitários italianos. Posteriormente, as teses unitaristas também foram

declaradas ilegais.

Os socianistas eram a favor da liberdade de culto e rejeitavam tanto a idéia de impor a própria idéia aos outros quanto a busca deliberada do martírio. O socianismo fez adeptos na Transilvânia (onde o movimento antitrinitário era muito influente), na Ucrânia, Holanda e Polônia, onde ganhou grande importância e sofreu perseguições por parte dos soberanos Sigismundo III (1566-1632) e João Casimiro (1609-1672), jesuíta e cardeal.

Os unitaristas também encontraram refúgio na América.

Miguel Serveto e as fogueiras protestantes

Outra doutrina antitrinitária foi a de Miguel Serveto, nascido em Villanueva, Espanha, por volta de 1510. Filósofo, teólogo, médico, geógrafo, astrólogo, filólogo de grande cultura clássica, crescido no clima de grande fervor cultural do Renascimento, ele aspirava a uma religião universal que unificasse não só os cristãos, mas também os outros "povos do Livro": os judeus e os muçulmanos. Para obter esse resultado, propôs uma solução aparentemente simples: a abolição dos dogmas da Trindade, que não está nas Escrituras.

Em alguns escritos, chegou a afirmar que, no primeiro Concílio de Nicéia, a Igreja traiu a si própria e ao Evangelho. Suas idéias atraíram para si o ódio dos protestantes suíços e dos católicos.

Apesar das perseguições e de um processo no qual foi condenado, Serveto ainda passou vários anos viajando pela Europa com nome falso, estudando, escrevendo e publicando tratados anônimos.

Em 1546, começou a se corresponder com Calvino, prática que logo foi interrompida em meio a insultos recíprocos.

Em 1553, o intelectual espanhol foi preso e processado pelo tribunal da Inquisição de Vienne (França). Para escapar da morte, tentou esconder a própria identidade, dizendo se chamar Miguel Villanovanus. Mas Calvino enviou à Inquisição católica materiais comprometedores, o que permitiu sua identificação. Serveto conseguiu fugir e se refugiou em Genebra, sempre usando nome falso. Lá foi reconhecido e, acusado publicamente, sempre por Calvino, sofreu um processo muito parecido

com o da Inquisição. Condenado à fogueira em 1553, foi executado no dia seguinte ao proferimento da sentença.

Alguns meses depois, foi encerrado também o processo católico, com uma condenação póstuma por heresia. Sua efígie foi estrangulada e queimada em fogo lento.

Os arminianistas

De todos os hereges, os arminianistas eram de longe considerados os piores. Afirmavam que qualquer um tinha o direito de professar a religião em que mais acreditasse, sem ser perseguido.

Jacó Armínio (1560-1609), professor de Teologia na Universidade de Leida, era um defensor do livre-arbítrio e da tolerância para com as minorias religiosas. Além disso, refutava totalmente a doutrina calvinista da predestinação. Um sínodo internacional de reformistas, na maioria calvinistas, realizado em Dort, em 1618-1619, condenou o arminianismo.

Poucos dias depois, um de seus líderes foi decapitado e outro foi condenado à prisão perpétua.

Na Holanda, os arminianistas, também chamados de arminianos, criaram uma Igreja separada.

Os quacres

Também chamados de "amigos", eram conduzidos pelo apóstolo John Fox, homem inculto, mas pacifista, que pregava a presença de Deus em todos os homens e acreditava ser possível aproximar-se Dele sem sacramentos, sacerdotes ou celebrações espetaculares.

O quacrismo promovia um novo estilo de vida que tendia a favorecer a simplicidade das relações e a igualdade de sexo, raça e classe. Fox difundiu o movimento especialmente em Gales e na Inglaterra, enquanto outros fiéis pregaram na Holanda, na Polônia e em Massachusetts. A repressão puritana ocorrida durante o Commonwealth (1649-1659) matou cerca de 3.170 quacres.

Giordano Bruno

Tendo vivido entre 1548 e 1600, foi o herege mais famoso do século XVII. Sacerdote e frei dominicano, formado em Teologia em 1575, fugiu da prisão "apertada e negra do convento" e adotou uma vida nômade pela Europa.

Tornou-se "mago", astrólogo e escritor. Reivindicou para si a teoria heliocêntrica de Copérnico (é a Terra que gira em volta do Sol, e não o contrário) e afirmou que as estrelas do firmamento também são sóis em volta dos quais orbitam mundos parecidos com o nosso.

Entregue à Inquisição em 1592, sofreu um processo que durou oito anos. Acabou abjurando parte de suas convicções. Mas quando o obrigaram a condenar todas as suas idéias, inclusive as que não foram analisadas como heréticas pelo tribunal, Giordano Bruno negou-se, resistindo até à tortura, e em 20 de janeiro de 1600 foi condenado à morte.

"Talvez vocês tenham mais medo de pronunciar minha sentença do que eu tenho de recebê-la!" foram as palavras com que ouviu o veredicto.

Em 17 de fevereiro de 1600, a execução foi finalmente realizada. O filósofo foi queimado vivo em Roma, no Campo del'Fiori. Antes, foi-lhe enfiada na boca uma mordaca, instrumento de madeira que impedia que o condenado mexesse a língua, por causa dos "palavrões que dizia, sem querer ouvir quem o confortasse ou outras pessoas".

Galileu Galilei

Viveu entre 1564 e 1642. Foi um dos pais da ciência moderna. Por ter reivindicado as teorias de Copérnico, mas principalmente por ter afirmado que as Escrituras eram infalíveis nos assuntos de fé, mas não nos científicos, Galileu acabou na mira na Inquisição. Submetido à prisão e à tortura, mesmo sendo idoso e estando gravemente doente, no final, o cientista abjurou todas as suas convicções.

Paulo Sarpi

Historiador e teólogo veneziano (1552-1623). Entrou para a Ordem dos Servitas em 1566, e tornou-se seu procurador-geral em 1585. Após uma estada em Roma, onde esteve em contato com a Cúria (1585-1588), estabeleceu-se em Veneza.

Consultado como especialista sobre uma questão jurídica que opunha a República de Veneza à Santa Sé, Paulo Sarpi defendeu Veneza com uma série de escritos que lhe proporcionaram grande fama, mas também a excomunhão e uma tentativa de assassinato por parte dos jesuítas.

Em 1619, publicou em Londres a história do Concílio de Trento, com o pseudônimo de Pietro Soave Polano.

A obra defendia a tese segundo a qual o Concílio de Trento representou o ápice de um processo secular de decadência moral da Igreja e que suas deliberações foram resultados de embates políticos, e não consequência de autênticos debates sobre a fé. Sarpi também jogava sobre o papado a grave responsabilidade de ter tornado irrevogável o cisma com os protestantes.

Os reformadores católicos

Antes mesmo do cisma de Lutero, houve intelectuais e eclesiásticos que tentaram reformar a Igreja Católica de dentro. Teólogos estudaram com escrúpulo e rigor filológico a Palavra de Deus. Filósofos e eclesiásticos tentaram difundir, com sermões e tratados, um cristianismo mais maduro também junto ao povo, procuram evitar que práticas religiosas como o culto aos santos e às relíquias se transformasse em superstições e idolatria. Finalmente, alguns fundaram novas ordens religiosas que tentavam restaurar as regras primitivas de pobreza e simplicidade.

O muro da Contra-Reforma

O sucesso da Reforma Protestante na Europa criou na Igreja Católica muitos problemas de cunho político, econômico, administrativo e doutrinário. Os próprios prelados católicos haviam se dividido a respeito do comportamento a adotar com relação aos reformistas: alguns buscavam a reconciliação, ao menos com os luteranos "moderados", outros defendiam uma posição intransigente e antiluterana.

Era preciso um momento de clareza que levasse a uma profunda reorganização da instituição eclesiástica. Por essas razões, o papa Paulo III convocou um concílio ecumênico que teve início em Trento em 13 de dezembro de 1545. Os trabalhos da assembléia se estenderam, entre interrupções e transferências de sede, por quase vinte anos, sendo concluídos apenas em 14 de dezembro de 1563. Qualquer possibilidade de diálogo encontrava obstáculos por parte dos papas, que temiam que o concílio tomasse uma feição "democrática" demais, o que prejudicava sua autoridade.

A corrente intransigente e antiluterana acabou triunfando, aliada

a setores que reivindicavam uma reforma moral do clero e uma maior disciplina. O concílio se encerrou com a aprovação de algumas afirmações doutrinárias: a tradição histórica (ou seja, o conjunto de dogmas, regras e ritos introduzidos ao longo dos séculos e que não tinham nenhuma relação com as Escrituras) tinha o mesmo peso que a Bíblia; a única versão autorizada dos textos sagrados era a Vulgata de São Jerônimo; a única interpretação correta das Sagradas Escrituras era aquela dada pela Igreja; todo ser humano nascia trazendo em si a mácula do pecado original, que só podia ser apagada com o batismo, celebrado nas formas estabelecidas pela Igreja; também foram confirmados o número e a validade dos sacramentos; e a característica sagrada do ministério sacerdotal, que não podia se estender a todos os fiéis.

Na prática, foram refutados todos os argumentos de fé protestante.

As afirmações do concílio constituíam a verdade da fé e eram formuladas de forma a não deixar margem a dúvidas ou ambigüidades. O funil da ortodoxia se tornava cada vez mais estreito. Também foram tomadas medidas de reorganização e moralização do clero. Os bispos foram obrigados a residir no território das próprias dioceses, foi proibido o acúmulo de benefícios eclesiásticos e confirmado, com vigor, o celibato. Foram criados os seminários diocesanos, que deveriam formar um clero mais instruído, capaz de fazer frente aos pregadores hereges.

Nasceu o Índice, uma lista, atualizada continuamente, de publicações condenadas pela Igreja, que um católico só poderia ler com autorização.

Foi reconhecida a faculdade do papa de aprovar e ratificar as decisões dos concílios, o que confirmava o princípio da autoridade absoluta do pontífice.

APÊNDICE 5

A perseguição aos "antigos crentes"

No século XVII, na Rússia, era preciso prestar muita atenção ao fazer o sinal-da-cruz. Quem errasse corria o risco de acabar na fogueira.

O período entre 1598 e 1613 é conhecido na história russa como o "Tempo das Dificuldades". No breve espaço de 15 anos, sucederam-se levantes populares, invasões, guerras civis, escassez. A própria Igreja Ortodoxa Russa viu-se ameaçada pelo proselitismo dos missionários católicos e luteranos.

As "dificuldades" chegaram ao fim com uma revolta popular que libertou Moscou dos estrangeiros e com a ascensão da dinastia Romanov ao trono.

Em 1619, Filaret, pai do czar Mikhail Fedorovich, que cuidou da reorganização administrativa da Igreja, foi nomeado patriarca da Igreja de Moscou (ou seja, líder da Igreja Russa). Essa centralização familiar do poder político e espiritual não foi casual. Na verdade, a própria concepção da religião e da sociedade russas previa um Estado e uma Igreja unidos em simbiose. "O Estado moscovita — ou seja, seu soberano, o czar — era inconcebível fora da moldura eclesiástica, sem a companhia da hierarquia da Igreja e, em mais alto grau, de seu patriarca."¹

Os anos que se sucederam aos "difíceis" também testemunharam o nascimento de um novo movimento religioso, o dos "Amigos de Deus", liderado pelo *pope* (termo russo que significa sacerdote) Ivan Nerovov. Outro expoente de relevo do movimento foi o arcebispo Awakum, autor de uma famosa autobiografia.

Os "Amigos" eram um grupo de padres que pregavam em russo, mesmo fora das igrejas; lutavam pela moralização do clero e da vida pública; opunham-se aos costumes importados do exterior (como raspar a barba), e às diversões "pagãs".

A confraternidade queria impor "um cristianismo de uma austeridade monástica que [...] banisse qualquer alegria e qualquer distração. Em vez de adaptar o serviço divino dos súditos monges às necessidades dos leigos, impunha a militares, camponeses, a toda uma população, ritos de quatro ou cinco horas na igreja".² Os popes da

confraternidade dos "Amigos" tiveram muitos desentendimentos com as autoridades locais fortemente contrárias à sua obra de moralização. O próprio Awakum fala, em sua autobiografia, que um poderoso atirou contra ele por "exasperação pela demora excessiva da liturgia".

O povo mais humilde também se desesperava com o rigor e mais de uma vez os expulsou das paróquias. Mas os "Amigos" sempre conseguiam se safar, entre outras coisas, porque contavam com a amizade e proteção tanto do czar quanto do patriarca de Moscou.

Em 1652, Nikon, graças também ao apoio dos "Amigos de Deus", foi eleito patriarca de Moscou. Mas ele acabou logo com as expectativas de seus partidários. Os reformistas sonhavam com uma regeneração espiritual da Rússia que envolvesse todo o clero e grupos sociais.

Mas Nikon, que os historiadores compararam a uma espécie de Inocêncio III russo, queria criar uma Igreja teocrática, submissa às vontades do patriarca, que impusesse sua própria autoridade ao czar e estendesse sua influência às outras Igrejas ortodoxas do Oriente.

E talvez para dar à Igreja uma imagem mais "ecumênica" e autoritária, ele tenha decidido eliminar da liturgia russa alguns elementos nacionais e torná-la mais parecida com as outras crenças de rito grego, em especial a de Jerusalém.

Nikon manteve boas relações com o patriarca ortodoxo de Jerusalém, Paisios, não obstante o seu envolvimento no assassinato de seu rival fosse conhecido na corte e apesar de ele ter personagens duvidosos entre seus emissários a Moscou, como o religioso Arsênio, um aventureiro internacional que trocara de religião três ou quatro vezes durante suas peregrinações.

As diferenças mais evidentes entre os costumes gregos e russos estavam no sinal-da-cruz (os gregos o faziam com três dedos, os russos, com dois), no batismo (os gregos o realizavam por infusão, como os latinos, os russos, por imersão tripla) e na contagem dos anos a partir da criação do mundo (5500 para os gregos, 5508 para os russos).

Nikon decidiu adotar os ritos gregos, erradamente considerados mais "puros" e antigos. Também foram introduzidas outras mudanças, como a grafia do nome Jesus, que mudava de *Isus* para *lisus*. Muitos não a

aceitaram, pois para eles parecia que Cristo era substituído por outra divindade ou até mesmo pelo anticristo.

O patriarca de Moscou introduziu suas reformas de maneira brutal e autoritária, sem nenhuma mediação ou gradualismo. Suas inovações provocaram angústia nos fiéis russos, que de um dia para o outro se viram proibidos de praticar o que lhes pareciam as manifestações "naturais" de religiosidade, substituindo -as por costumes estranhos à sua cultura e tradição.

Naturalmente, os "Amigos de Deus" foram os primeiros a protestar contra as mudanças, mas Nikon respondeu com a repressão.

Em 1653, mais de sessenta opositores às reformas, dentre os quais Neronov e Awakum, foram presos. Este último foi trancado no mosteiro de Sant'Andronico, em Moscou, onde tentaram subjugá-lo, inutilmente, pela fome. Neronov, ao contrário, cedeu ao suplício e abjurou.

Awakum (graças à intervenção do czar, que o poupou de penas bem piores) *foi exilada na Sibéria com toda a família por dez anos.*

Em 1654, Nikon convocou um concílio em Moscou para ratificar sua reforma. O arcebispo de Kolomna Pavel, que contestou as conclusões da assembléia, foi deposto, preso secretamente e, ao que parece, queimado na fogueira.

No mesmo ano do concílio, eclodiu na Rússia uma epidemia de peste, que muitos fiéis tradicionalistas interpretaram como uma punição pela traição com a qual o clero russo se sujara.

Em 1655, Nikon proibiu o sinal-da-cruz; com dois dedos e, no ano seguinte, passou a punir com a excomunhão quem continuasse a fazê-lo. "Aquele sinal-da-cruz, que a grande maioria dos russos havia visto os pais e avós fazendo, agora era considerado heresia, e quem insistisse em realizá-lo era afastado da Igreja." (Pia Pera, 1986, p. 36.)

Foi naqueles anos que surgiu o cisma dos "antigos crentes" na Igreja russa, que perdura até hoje. Uma Igreja popular, próxima às classes humildes e presa às tradições se contrapunha a uma autoritária e voltada para as classes altas.

Em 1657, três artesãos de Rostov, inimigos das inovações, foram torturados e exilados por ordem do czar.

Muitos "antigos crentes", que rejeitavam tanto a autoridade do Estado quanto a da Igreja, fugiram dos vilarejos e das cidades para se estabelecer nos espaços abandonados e quase inabitados do Baixo Volga, do Don, dos Urais e da Sibéria. Alguns extremistas, convencidos de que o mundo estava dominado pelo anticristo, deixaram-se morrer de fome ou atearam fogo ao próprio corpo.

Os monges do mosteiro de Solovki se rebelaram contra a nova liturgia e foram atacados pelas tropas do czar, que só conseguiram tomar o convento após um assédio de oito anos.

"No geral, a reforma de Nikon teve o efeito de afastar da Igreja uma parcela considerável do povo russo." (Pia Pera, 1986, p. 37.)

Em 1666, um novo concílio depôs Nikon, mas confirmou todas as suas inovações doutrinárias (que tinham a aprovação do czar).

Awakum, que participara dos trabalhos do concílio para defender a causa da "verdadeira" fé russa, foi declarado deposto e preso. Três discípulos seus tiveram um pedaço da língua cortado.

A sessão se concluiu em 2 de julho, com a condenação solene da antiga fé e a de seus adeptos.

Em 1667, Awakum foi exilado em Pustozërsk junto com alguns seguidores. De lá, continuou guiando os "antigos crentes" que permaneceram na Rússia.

Em 1670, foram realizadas outras perseguições sanguinárias. Alguns discípulos de Awakum foram enforcados, e sua mulher e seus filhos (que ele não via há quatro anos) foram presos em um calabouço. Três amigos seus, que com ele compartilhavam a experiência do exílio, tiveram um pedaço da língua cortado e foram presos em um calabouço junto com seu pai espiritual.

Em 1682, foi realizado um enésimo concílio, que ordenou que as autoridades civis e religiosas procurassem ativamente os antigos crentes e acirrassem as perseguições. Também foi dada ordem para queimar vivos os quatro sacerdotes irredutíveis.

E, assim, em 14 de abril de 1682, os quatro crentes Awakum, Lazar, Epifanij e Fédor foram martirizados por insistirem em fazer o sinal-da-cruz com dois dedos, em vez de três.

Antes da execução, Awakum escrevera, no cárcere, uma autobiografia que entrou para a história com o título de *A vida do arcebispo Avvakum*, e circulou de forma clandestina e manuscrita por cerca de dois séculos, antes de ser impressa.

Notas

INTRODUÇÃO Os cristãos comem criancinhas?

1. Caio Júlio César, *De bello Gallico*, trad. S. Giametta, Tascabili Bompiani, livro VI, parágrafos 34 e 35.
2. A cidade é Avaro. Júlio César, *op. cit*, parágrafo 28.
3. Cf. *Números*, cap. 31.
4. O primeiro a aplicar esta estratégia e a desenvolver seu funcionamento, ditando regras revolucionárias, seja sob o ponto de vista técnico-legal ou da solidariedade humana, foi o rei godo Totila, em 451. A esse propósito, vide Dario Fo, *La vera storia di Ravenna*, Editora Franco Cosimo Panini, Modena, 1999.
5. Francesco Gabrieli (coordenado por). *Storici arabi alle Crociate*. Einaudi, Turim, 2002.
6. Dario Fo, *op. cit*.
7. Francesco Gabrieli (coordenado por). *Op. cit*, p. 76/77.
8. Alguns autores afirmam que De Las Casas era contrário à escravidão dos negros. A esse propósito, ver Fernando Ortiz, *Contrapunto cubano dei tabaco y del azucar*, Biblioteca Ayacucho, Venezuela, 20/10/78.
9. Ver também Jacopo Fo, Laura Malucelli, *Schiave ribeli. 500 anni di vittorie africane censurate dai libri di storia*, Nuovi Mondi Edizioni, Perugia, 2001, onde se conta, entre outras coisas, como os negros algumas vezes conseguiram derrotar os brancos e como a nossa idéia da África e da escravidão é uma concepção errônea, culpada de diminuir a gravidade dos horrores cometidos pelos europeus.

PRIMEIRA PARTE

O CRISTIANISMO: DE SEITA SUBVERSIVA A RELIGIÃO DO IMPÉRIO

CAPÍTULO 1 Os primeiros cristãos e o advento de Paulo

1. Riccardo Calimani, *Gesú Ebreo*, Mondadori, 1998. A tese do estudioso é

a de que Jesus era "apenas" um rabino de tradição judaica, e que o cristianismo nasceu de um equívoco.

2. *A Bíblia Sagrada*, versão oficial CEI, 1999, *Evangelho segundo São Mateus*, 19, 30. Para uma leitura "política" dos sermões de Jesus, cf. Remo Cacitti, *Dal Gesù ao cristianesimo imperiale - Percorsi dentro la storia delle origini cristiane*, Paolo Gaspari Editore, Udine, 1999, em especial capítulos V e VI.

3. *A Bíblia Sagrada*, *Evangelho segundo São Mateus*, 15,11.

4. Cf. Remo Cacitti, *op. cit*, p. 127-53.

5. *A Bíblia Sagrada*, versão oficial CEI, 1999, *Atos dos Apóstolos*, 2,44-45.

6. *A Bíblia Sagrada*, *Atos dos Apóstolos*, 5,1-15.

7. *Atos dos Apóstolos*, cap. 22, versículos 1 -5 e 25-28.

8. Riccardo Calimani. *Paolo - l'ebreo che fondò il cristianesimo*. Mondadori, Milão, 1999.

9. *Epístola aos Gálatas*, 3,28.

10. *Epístola a Filêmon*.

11. *Epístola aos Efésios*, 5,22-24.

12. *Primeira Epístola aos Coríntios*, 14,34-35.

13. *Primeira Epístola aos Coríntios*, 11, 7-10; 13-16.

14. *Primeira Epístola aos Coríntios*, 13,1 -7.

15. *Atos dos Apóstolos*, 2, 2-4. 16. *Atos dos Apóstolos* 2, 5-13.

17. G. Pressacco, R. Paluzzano, *Viaggio nella notte della Chiesa di Aquileia*. Gaspari, Udine, 1998.

18. *Atos dos Apóstolos*, 15,36-40.

19. *Epístola aos Gálatas*. 2,11 -14.

20. *Atos dos Apóstolos*, 16,1 -3.

21. *Atos dos Apóstolos*, 21,17-26.

22. *Primeira Epístola aos Coríntios*, cap. 8.

23. *Primeira Epístola aos Coríntios*, 9,20-22.

24. Adalbert G. Hamman, *La vita quotidiana dei primi cristiani*. Rizzoli, Milão, 1998.

25. Remo Cacitti, *op. cit*, p. 67-8.

26. Hipólito de Roma, *La tradizione apostólica*, Roma, Edizioni Paoline, 1979. Hipólito (235-6 aproximadamente) foi um teólogo e escritor de origem

grega. Grande adversário de muitas doutrinas consideradas heréticas, ainda é venerado como santo pela Igreja Católica, ainda que tenha sido o primeiro antipapa.

27. Tertuliano, *Apologetico*.

28. Em 168 a.C, o Senado romano reprimiu com rigor os cultos báquicos, onde se misturavam perigosamente aristocratas e grupos populares. Cf. Remo Cacitti, *op. cit*, *Conoscere la storia per insegnare la pace - Da Omero al Ruanda*, Edizioni Petra, Udine, 1996, p. 32.

29. R. Cacitti, *op. cit*, p. 86.

30. *Ibid*, p. 62-3, cf. também p. 101 -3.

CAPÍTULO 2 Constantino e a Igreja imperial

1. Diocleciano, imperador de 284 a 305, criou uma tetrarquia composta por dois "augustos" (ele e Maximiano) e dois "césares" (Constâncio e Galério). Assim, os imensos territórios do Império Romano estavam divididos em quatro áreas, cada uma com um comandante-em-chefe que podia reprimir tempestivamente rebeliões e invasões.

2. Por direito, a sucessão caberia a Flávio Severo.

3. Arnaldo Marcone, *Costantino, il Grande*, Laterza, Roma-Bari, 2000, p. 22-24.

4. Remo Cacitti, *Tolleranza, intolleranza, obiezione di coscienza nel cristianesimo dei primi secoli*. In: CIDI Carnia-Gemonese (organizado por), *Conoscere la storia per insegnare la pace - Da Omero al Ruanda*, Edizioni Petra, Udine, 1996, p. 49.

5. Ambrogio Donini, *Storia del cristianesimo - dalle origini a Giustiniano*, Teti editore, Milão, p. 235.

6. Arnaldo Marcone, *op. cit*, p. 40-1.

7. *Ibid*, p. 61.

8. Ambrogio Donini, *op. cit*, p. 232.

9. *Código Teodosiano*, IX 24,1.

10. R. Cacitti, *op. cit*, p. 88-89.

11. Vide aprofundamento no Apêndice.

12. R. Cacitti, *op. cit*, p. 128.

13. David Christie-Murray, *I percorsi delle eresie*, Rusconi, Milão, 1998, p. 82.

14. Provavelmente, nem Jesus nem os primeiros cristãos eram pacifistas

"sem mais nem menos"; eles simplesmente esperavam que Deus fizesse justiça por eles, de maneira também muito cruel, e consideravam um sacrilégio realizar ações que cabiam a Ele.

15. Orígenes, *Contro Celso*, 5, 33. Orígenes (185-253, aproximadamente) foi talvez o maior estudioso da antigüidade cristã e até hoje é considerado um dos Pais da Igreja, ainda que muitas de suas proposições, depois, tenham sido consideradas heréticas.

16. Hipólito de Roma, *La tradizione apostólica*, Roma, Edizioni Paoline, 1979. Hipólito (235-6 aproximadamente) foi um teólogo e escritor de origem grega. Grande adversário de muitas doutrinas consideradas heréticas, ainda é venerado como santo pela Igreja Católica, ainda que tenha sido o primeiro antipapa.

17. Ciprião de Cartago, reitor e bispo de Cartago, mártir e santo. A citação foi extraída da *Lettera I,6*.

18. Remo Cacitti, *op. cit*, p. 49.

19. O bispo Pafnuzio, por exemplo, um dos participantes do Concílio de Nicéia, foi cegado de um olho e perdeu um pé durante a perseguição de Diocleciano, cf. R. Cacitti, *op. cit*, p. 104. 20. Andreas Alföldi, *Costantino tra paganesimo e cristianesimo*. Laterza, Roma-Bari, 1976, p. 91-94. 21. b/d, p. 91-94.

22. Ambrogio Donini, *op. cit*, p. 277.

23. *Ibid*, p. 287.

24. K. Deschner, *Abermals krähte der Hahn*, Stuttgart, 1962, p. 469.

25. Ambrogio Donini, *op. cit*, p. 287.

26. *Ibid*, p. 287.

CAPÍTULO 3 As heresias antigas

1. David Christie-Murray, *I percorsi delle heresie*, Rusconi, Milão, 1998, p. 21.

2. Até nos Atos dos Apóstolos 5,17 e 26,5, tais termos conservam seu significado original.

3. É preciso lembrar, a esse respeito, que, no mundo judaico, era admitida uma divergência de opinião impensável nas futuras sociedades cristãs. Por exemplo, fariseus e saduceus discutiam de forma inflamada sobre uma questão importantíssima: se existia ou não ressurreição depois da morte. Mas nenhuma das duas facções se sentia no direito de excomungar a

outra.

4. Vide Apêndice.

5. Ambrogio Donini, *Storia del cristianesimo - dalle origini a Giustiniano*, Teti editore, Milão, p. 261.

6. *Ibid*, p. 261.

7. *Ibid*.

8. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 75.

9. Com este termo, são designados os defensores das decisões do Primeiro Concílio de Nicéia.

10. Para uma história completa do arianismo, cf. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 77-91; Ambrogio Donini, *op. cit*, p. 258-275.

11. Dario Fo, *La vera storia di Ravenna*, Franco Cosimo Panini Editore, Modena, p. 78.

12. Cronologia universal, UTET, Turim, 1979. Cf. também Ambrogio Donini, *op. cit*, p. 324.

13. AAW, *Storia dei cristianesimo*, vol. 3, Borla/Città Nuova, Roma, 2002, p. 256-257.

14. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 128.

15. Ambrogio Donini, *op. cit*, p. 251.

16. *Ibid*, p. 251-252.

17. Vide Apêndice.

18. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 102-103; Ambrogio Donini, *op. cit*, p. 318.

19. *Ibid*, p. 104-106. Para um aprofundamento sobre o nestorianismo, vide Apêndice.

20. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 108-109.

21. Vide Apêndice.

22. Vide Apêndice.

23. Segundo outras fontes, porque se remetiam aos ensinamentos dos escritos de Paulo de Samosata.

24. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 121.

25. Ambrogio Donini, *op. cit*

26. Vide Capítulo 7.

27. Vide parágrafo sobre os hereges de Monforte, no Capítulo 7, sobre as heresias medievais.

28. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 121.

SEGUNDA PARTE A IDADE MÉDIA

CAPÍTULO 4 Justiniano, os massacres em nome da fé

1. Colocamos entre parênteses os anos do efetivo reinado.

2. Dario Fo, *La vera storia di Ravenna*, Franco Cosimo Panini Editore, Modena.

3. *Ibid*, p. 208.

4. Ambrogio Donini, *Storia dei cristianesimo - dalle origini a Giustiniano*, Teti editore, Milão, p. 331.

5. *Ibid*, p. 331.

6. Giuseppe Alberigo - Jean Marie Mayeur, *op. cit*, p. 375.

7. *Ibid.*, p. 374-6.

8. *Ibid*, p. 377.

9. Vide Apêndice.

10. Giuseppe Alberigo - Jean Marie Mayeur, *op. cit*, p. 381.

11. *Ibid*.

12. *Ibid.*, p. 378-381.

13. *Ibid.*, p. 381. Outras informações sobre os montanistas no Apêndice.

14. *Ibid.*, p. 379.

15. *Ibid.*, p. 380. 16. *Ibid.*, p. 382-96.

17. William L Shirer, *Storia del Terzo Reich*, vol. 1, Einaudi, Turim, 1962 (ou 1971), p. 36-38.

18. Giuseppe Alberigo - Jean Marie Mayeur, *op. cit*, p. 397. 19. *Ibid.*, p. 399

20. *Ibid.*, p. 400-3. 21. *Ibid.*, p. 403.

22. David Christie-Murray, *I percorsi delle eresie*, Rusconi, Milão, 1998, p. 113-4.

23. Ambrogio Donini, *op. cit.*, p. 330.

24. Giuseppe Alberigo - Jean Marie Mayeur, *op. cit*, p. 403-4.

25. Cronologia Universale UTET.

26. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 116.

27. *Ibid.*, p. 115-6.

28. Vide parágrafo sobre iconoclastia.

29. *A Bíblia Sagrada, Deuteronômio, 5,8.*

30. Estes territórios formam, aproximadamente, o atual território de Marche e da Emília-Romana.

31. Os francos foram evangelizados diretamente por missionários católicos, ao contrário, por exemplo, dos godos arianos.

32. Alessandro Barbero, *Cario Magno: un padre dell'Europa*, Laterza, Roma-Bari, 2000, p. 22-24.

CAPÍTULO 5 Carlos Magno, as conquistas e os crimes

1. Alessandro Barbero, *Cario Magno: un padre dell'Europa*, Laterza, Roma-Bari, 2000, p. 26-27.

2. *Ibid.*, p. 49.

3. *Ibid.*, p. 49.

4. *Ibid.*, p. 51-2.

5. *Ibid.*, p. 78-81.

6. AAVV, *Enciclopédia dei papi*, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, p. 695.

7. Alessandro Barbero, *op. cit.*, p. 99-100.

8. Alessandro Barbero, *op. cit.*, p. 100-101. O episódio da destruição da carta também é citado em *Biblioteca Sanctorum*, vol. VII, Istituto Giovanni XXIII, da Pontifícia Universidade de Latrão, Roma, 1966, col. 1288.

9. O termo "Vassalo" originariamente significava "servo", mas passou a designar condes e marqueses que eram, na verdade, "servos" do imperador.

10. Alessandro Barbero, *op. cit.*, p. 39-40. 11. *Ibid.*, p. 211.

12. Na prática, os pastores eram obrigados a pagar uma taxa para conduzir o rebanho nos pastos públicos.

13. *Biblioteca Sanctorum*, vol. III, *op. cit.*, col. 857-58.

14. *Ibid.*, col. 861.

15. Ambrogio Donini, *Storia dei cristianesimo - dalle origini a Giustiniano*, Teti editore, Milão, p. 306-7.

16. Cf. *Storia della Chiesa (séc. I-XII)*, *Jesus: duemila anni di attualità*, vol. III. Edizioni SAIE, Turim, 1981, p. 196-7.

17. A respeito dos fatos que narramos, cf. *Storia della Chiesa (séc. I-XII)*, *Jesus: duemila anni di attualità*, vol. III. Edizioni SAIE, Turim, 1981, p. 196-7. Cf. também *Cronologia Universale*, UTET.

CAPÍTULO 6 As Cruzadas: duzentos anos de guerras, roubos e crimes em nome de Deus

1. Steven Runciman, *Storia delle Crociate*, Einaudi, Turim, 1966, p. 94.
2. Steven Runciman, *op. cit*, p. 110.
3. Em parte devemos este parágrafo ao compêndio sobre as Cruzadas de "Galarico, il bárbaro", hospedado no servidor do CRIAD da Universidade degli Studi di Bologna: URL <http://www.criad.unibo.it/galarico/>
4. Steven Runciman, *op. cit*, p. 810.
5. Cf. a obra de Eric Christiansen, *Le Crociate del Nord, il Báltico e la frontiera cattolica (1100-1525)*, Il Mulino, Bolonha, 1983.
6. Jacopo Fo & C, *La vera storia dei mondo*, Demetra edizioni, 1987, Verona.

CAPÍTULO 7 As heresias medievais

1. David Christie-Murray, *I percorsi delle eresie*. Milão, Rusconi, 1998, p. 152.
2. Citado em R. Nelli, *Scrittori anticonformisti del Medioevo provenzale, Terra e politici II*, Milão, Luni, 1996, p. 229-31.
3. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 13.
4. *Ibid.*, p. 160-1.
5. AAW, *Storia di Milano*, vol. III, Milão, Fondazione Treccani degli Alfieri, 1954, p. 65.
6. Alguns estudiosos levantaram a hipótese de que essa frase poderia significar que eles consideravam seus bens comuns a toda a humanidade, cf. AAW, *Storia di Milano*.
7. *Ibid.*
8. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 148-9.
9. *Ibid.*, p. 147.
10. "Albigense" deriva de Albi, cidade da França meridional; "concorenzianos", de Concorezzo, cidade às portas de Milão; ambas localidades onde evidentemente havia grandes núcleos de cátaros.
11. Na realidade, do ponto de vista doutrinário, estes também se dividiam em várias correntes, cf. Merlo Grado Giovanni, *Eretici ed eresie medievale*, Bolonha, Il Mulino, 1989, p. 39-45 e p. 92-98.
12. G.G. Merlo, *Eretici ed eresie medievall!*, Bolonha, Il Mulino, 1989, p. 46.
13. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 154-5.

14. Benazzi, D'Amico, // *libro nero dell'inquisizione. La ricostruzione dei grandi processi*, Casale Monferrato, Edizioni Piemme, 1998, p. 29.
15. *Ibid.*, p. 30.
16. Giorgio Tourn, / *valdesi: La singolare vicenda di un popolo-chiesa*. Turim, Claudiana, 1999, p. 84-86.
17. *Ibid.*
18. Romano Canosa, *Storia dell'Inquisizione in Itália*, vol. 5, Roma, Sapere 2000, 1990, p. 54.
19. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 160.
20. Benazzi, D'Amico, *op. cit*, p. 50.
21. Eugênio Anagnine, *Dolcino e il movimento ereticale all'inizio del Trecento*, La Nuova Itália, Florença, 1964, p. 191-2.
22. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 167-8.
23. Lembremos que, durante os sermões de Hus, acontecia o chamado "Cisma do Ocidente", que assistia à contraposição de dois papas nomeados pelo mesmo colégio de cardeais. Em seguida, o Concílio de Constância complicaria ainda mais as coisas, nomeando um terceiro papa, Martinho V.
24. Sim, outra Cruzada. Dado o sucesso das Cruzadas contra os infiéis na Terra Santa, os papas resolveram lançar algumas também contra os monarcas cristãos que não apoiassem o poder papal. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 168-9.
25. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 169. 26. *Ibid.*, p. 171.

TERCEIRA PARTE MODERNIDADE E REPRESSÃO

CAPÍTULO 8 Os cristãos eram proibidos de ler a Bíblia

1. Com exceção do Livro da Sabedoria e do Livro dos Macabeus, que são em grego, mas são considerados apócrifos pelo povo judeu.
2. Donini, *Storia dei cristianesimo - dalle origine a Giustiniano*, Milão, Teti editore, 1977, p. 322-3.
3. *Epístola Cum ex iniuncto*, de 12 de julho de 1199.
4. David Christie-Murray, *I percorsi delle eresie*, Milão, Rusconi, 1998, p. 156.
5. Gigliola Fragnito, *La Bibbia ai rogo: la censura ecclesiastica e i volgarizzamenti della Scrittura (1471-1605)*, Il Mulino, Bolonha, 1997, p. 24.
6. *Ibid*

7 . *Avvisi riguardo aimezzi più opportuni per sostenere la Chiesa romana*, Bolonha, 20 de outubro de 1553. Biblioteca Nacional de Paris, folha B, n. 1088, vol. II, p. 641/650.

8. Gigliola Fragnito, *op. cit*, p. 25-74.

CAPÍTULO 9 A Inquisição

1. Por isso foram introduzidas as penas da fogueira e a dispersão das cinzas para as bruxas e os hereges. "Antes que os cemitérios fossem levados para fora das muralhas, como era hábito entre os romanos, os mortos repousavam sob o chão de suas casas. Eram os lares, os protetores do lugar. Assim, o ritual da fogueira e da dispersão de hereges e bruxas constituía, na época, um ato traumático, pois rompia a 'convivência' entre vida e morte, entre 'corpo e alma'" Vanna De Angelis, *Le Streghe Roghi, processi, riti e pozioni*, Casale Monferrato, Edizioni Piemme, 1999, p. 155.

2. Todos os exemplos aqui citados estão reportados em David Christie-Murray, *I percorsi delle eresie*, Milão, Rusconi, 1998.

3. Ítalo Mereu, *Storia della intolleranza in Europa*, Milão, Bompiani, 2000, p. 121.

4. Natale Benazzi, Matteo D'Amico, *Il libro nero dell'Inquisizione. La ricostruzione dei grandi processi*, Casale Monferrato, Edizioni Piemme, 1998, p. 40.

5. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 156-7.

6. *Ibid.*, p. 15.

7. *Ibid.*

8. Ítalo Mereu, *op. cit*, p. 173.

9. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 157.

10. Benazzi, D'Amico, *op. cit*, p. 32.

11. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 158.

12. Ítalo Mereu, *op. cit*, p. 124.

13. Nicolau Eymerich, Francisco Pena, *Il Manuale dell'Inquisitore*. Organizado por Luis Sala-Molins, Roma, Fanucci Editore, 2000.

14. Nicolau Eymerich, Francisco Pena, *op. cit*

15. Uma das penitências que podia consistir na obrigação de usar pelo resto da vida alguns sinais ou roupas especiais, os "sanbenitos"(sacos), que visivelmente marcavam o pecador aos olhos da comunidade.

16. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 157-158.
17. Rino Ferrari, *Fra Gherardo Segarello libertário di Dio*, Quaderni dolciniani, Biella, Centro di Studi Dolciniani, p. 40.
18. G.G. Merlo, *Eretici ed eresie medievali*, Bolonha, Il Mulino, 1989.
19. Romano Canosa, *Storia dell'Inquisizione in Itália*, vol. 1, Roma, Sapere 2000, 1986, p. 7.
20. Benazzi, D'Amico, *op. cit*, p. 97.
21. *Ibid.*
22. Benazzi, D'Amico, *op. cit*, p. 101
23. Ítalo Mereu, *op. cit*, p. 77 24./6/d,p.81-2.
25. Ítalo Mereu, *Storia dell'Intolleranza in Europa*, Milão, Bompiani, 2000, p. 75.
26. *A Bíblia Sagrada, Gênese, 2,27.*
27. Uta Ranke-Heinemann, *Eunuchiper il regno dei cieli*, Milão, Rizzoli.
28. Jean Verdon, *Il piacere nel Medioevo*, Milão, Editore Baldini & Castoldi, 1999, p. 62.
29. Ugo Zuccarello, *Processi per sodomia a Bologna tra XVI e XVII secolo*, monografia de conclusão do curso de História Moderna defendida em 25 de novembro de 1998 junto à Universidade de Bolonha, a quem agradecemos.

CAPÍTULO 10 A caça às bruxas

1. De um cântico medieval popular sobre a mulher, extraído de Vanna De Angelis, *Le Streghe. Roghi, riti, processi e posizioni*. Casale Monferrato, Edizioni Piemme, 1999, p. 161. 2.. J.M. Sallmann, *Le streghe: amanti di Satana*. Paris, Universale Electa Gallimard, 1995.
3. Benazzi, D'Amico. *Il Libro Nero dell'Inquisizione. La ricostruzione dei grandi processi*. Casale Monferrato, Edizioni Piemme, 1998, p. 263-5.
4. *Ibid.*, p.261.
5. *ibid.*, p. 256-7.
6. *Ibid.*, p. 268.
7. J.M. Sallmann, *op. cit*, p. 81.
8. Vanna De Angelis, *op. cit*, p. 269.
9. Tommaso Campanella, *Del senso delle cose e della magia* citado em Benazzi, D'Amico, *op. cit*, p. 268.

10. Benazzi, D'Amico, *op. cit*, p. 251-3.
11. Vanna De Angelis, *op. cit*, p. 382-3.
12. Citado em Benazzi, D'Amico, *op. cit*, p. 268.
13. A Igreja julgava se uma bruxa estava mais ou menos possuída pelo demônio, mas se sua bruxaria tivesse causado danos a propriedades ou pessoas, ela era julgada por um tribunal civil.
14. Benazzi, D'Amico, *op. cit*, p. 269.
15. Vanna De Angelis, *op. cit*, p. 28-29.
16. C. De Vesme, *Ordalie, roghi e torture*, Gênova, Fratelli Melita Editori, 1987.
17. *Provérbios XVI*, 33.
18. G.G. Merlo, *Eretici ed eresie medievali*, Bolonha, Il Mulino, 1998.
19. Cario Ginzburg, *I benandanti: stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seicento*. Turim, Einaudi, 1966, p.4.
20. Chamam-se *têmporas* os três dias de jejum prescritos pelo calendário eclesiástico na primeira semana da Quaresma (*têmpora* de primavera), na oitava de Pentecostes (*têmpora* de verão), na terceira semana de setembro (*têmpora* de outono) e na terceira semana do Advento (*têmpora* de inverno).
21. Para um maior aprofundamento sobre o fenômeno dos bem-andantes, reportamo-nos às seguintes obras: Cario Ginzburg, *I benandanti: stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seicento*, Einaudi, Turim, 1966. Franco Nardon, *Benandanti e inquisitori nel Friuli dei Seicento*, Edizioni Università di Trieste, Trieste, 1999.
22. Franco Nardon, *op. cit*, p. 138.
23. Cario Grinzburg, *op. cit*, p. 181.
24. *Ibid.*, p. 47-51.
25. Franco Nardon, *op. cit*, p. 94.
26. Raffaella Paluzzano e Gilberto Pressacco, *Viaggio nella notte della Chiesa di Aquiléia*, Udine, Gaspari Editore, 1998.

CAPÍTULO 11 A salvação de Lutero e a Reforma Protestante

1. Pepe Rodriguez, *Verità e menzogne della Chiesa Cattolica*, Roma, Editori Riuniti, 1998, p. 263-266.
2. David Christie-Murray, *I percorsi delle eresie*, Milão, Rusconi, 1998, p. 180.

3. Uma sátira de Erasmo de Rotterdam imaginava que o defunto Júlio II, subindo aos céus, foi deixado do lado de fora do Paraíso. Ele, então, tentou tomar militarmente o Reino dos Céus.
4. Para um aprofundamento sobre a doutrina de Lutero e sobre a Reforma, cf. Luise Schorn-Schütte, *La Riforma protestante*. Bolonha, Il Mulino, 1998.
5. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 202.
6. *Ibid.*, p. 203.
7. *Ibid.*, p.205.
8. Ítalo Mereu, *Storia dell'Intolleranza in Europa*, Milão, Bompiani, 2000, p. 89.
9. David Christie-Murray, *op. cit*, p. 247.
10. *Ibid.*, p. 247-8. 11. *Ibid.*, p.212.
12. *Ibid.*, p. 212.
13. *Ibid.*, p. 213.
- 14.0 rei Jaime da Inglaterra adotou uma política religiosa "centrista": discriminou tanto católicos quanto extremistas puritanos, atraindo para si o ódio de ambas as facções. Em 1605, alguns notáveis católicos organizaram uma conspiração para matar o rei: uma câmara subterrânea localizada embaixo da Câmara dos Lordes foi cheia de barris de pólvora e barras de ferro. A idéia era explodir o palácio quando o rei Jaime lá entrasse, junto com seus herdeiros. No último momento, uma denúncia anônima mandou o plano pelos ares. Guy Fawkes, que deveria ter sido o executor material do crime, não foi avisado por seus cúmplices e, assim, em 15 de novembro, dirigiu-se à cela subterrânea com uma tocha e foi preso pelos agentes reais que lá estavam. Fawkes foi enforcado em 1606, junto com três supostos cúmplices. O 5 de novembro é celebrado até hoje pelos católicos irlandeses, e Fawkes é lembrado como uma espécie de mártir.

CAPÍTULO 12 A Guerra dos Trinta Anos

1. Aldous Huxley, *L'Eminenza grigia*, Mondadori, Milão, 1966.
2. Para aprofundamentos, recomendamos a leitura da obra de Josef Polisensky, *La Guerra dei Trent'anni: da un conflitto locale a una guerra europea nella prima metà del Seicento*, Einaudi, Turim, 1982.
3. Huxley, *op. cit.*, p. 263.
4. Victor G. Kiernan, *State & society in Europe: 1550-1650*, Oxford, Blackwell,

1980.

CAPÍTULO 13 Colonialismo e escravidão

1. Tzvetan Todorov, *La conquista dell'America. Il problema dell'"altro"*. Turim, Einaudi, 1997, p. 12-14.
2. David E. Stannard, *Olocausto americano: la conquista dei nuovo mondo*. Turim, Bollati Boringhieri, 2001.
3. Tzvetan Todorov, Georges Baudot, *Racconti aztechi della conquista*, Turim, Einaudi, 1988, p. 121.
4. AAVV, // *Libro nero del capitalismo*. Marco Tropea Editore, Milão, 1999, p. 409.
5. *Ibid.*
6. D. Stannard, *op. cit.*, p. 72-3.
7. *Ibid.*, p. 70.
8. Tzvetan Todorov, *op. cit.*, p. 172.
9. *Ibid.*, p. 73.
10. *Ibid.*, p. 179.
11. *Ibid.*, p. 183.
12. *Ibid.*, p. 163.
13. *Ibid.*, p. 183.
14. *Ibid.*, p. 213.
15. *Ibid.*, p. 166.
16. *Ibid.*, p. 168.
17. Charles Fair, *Storia della stupidità militare*, Milão, Mondadori, p. 344.
18. Tzvetan Todorov, *op. cit.*, p. 269.
19. *Ibid.*, p. 268.
20. D. Stannard, *op. cit.*, p. 235.
21. AAVV, *op. cit.*, p. 410.
22. D. Stannard, *op. cit.*, p. 238.
23. *Ibid.*, p. 111.
24. *Ibid.*, p. 111
25. Vale a pena lembrar que os puritanos tinham escapado para a América para fugir das perseguições religiosas.
26. Jean Pictet, *L'epopea dei pellirosse*, Milão, Mursia Editore, 1992, p. 127.
27. D. Stannard, *op. cit.*, p. 241. 28. /b/d, p. 241.

29. AAVV, *op. cit.*, p. 411.

EPÍLOGO Silêncio, omissão, segredos, mentiras...

1. <http://www.cronologia.it/storia/a1943h.htm>.
2. <http://dex1.tsd.unifi.it/juragentium/it/index.htm?surveys/latina/tosi.htm>.
3. <http://www.ecn.org/asicuba/articoli/madres.htm>.
4. Agenzia Adista.
5. *Le Monde Diplomatique*// *Manifesto*, setembro de 2001.
6. *L'Espresso*, 10 de dezembro de 1998.

7

<http://www.ansa.it/main/notizie/rubriche/approfondimenti/2005041919453338>

8. David Yallop, // *nome di Dio*. Nápoles, Tullio Editore, p. 97-98.
9. Pino Corrias, *Vanity Fair*, 12 de maio de 2005.
10. <http://www.opusdei.it>
11. Maria Carmen del Tapia, *Oltre la soglia: una vita nell'Opus Dei*. Baldini & Castoldi, Milão, 1996.

APÊNDICE 1 Outros hereges

1. G.G. Merlo, *Eretici ed eresie medievali*. Bolonha, Il Mulino, 1998, p. 116. Notem também que, em hebraico, o termo "ruah", por nós traduzido como "espírito santo", é feminino.
2. Rino Ferrari, *Fra Gherardo Segalello Libertário di Dio*, Quaderni dolciniani. Biella. Centro Studi dolciniani, p.33.
3. *Evangelho Segundo São Mateus*, 6, 6.
4. Rino Ferrari, *op. cit.*, p. 25.
5. G.G. Merlo, *op. cit.*, p. 72.
6. David Christie-Murray, *I percorsi delle eresie*. Milão, Rusconi, 1998, p. 166.
7. Provavelmente é um termo pejorativo que deriva do inglês "lullaby", canção de ninar.

APÊNDICE 3 O seqüestro dos corpos

1. Mariella Carpinello, *Libere donne di Dio. Figure femminili nei primi secoli cristiani*. Milão, Mondadori, 1997.
2. Livi Bacci Massimo, *Storia minima della popolazione del mondo*. Società editrice Il Mulino, Bolonha, 1998.
3. Poggio Bracciolini. *Facezie di Poggio Fiorentino*. Città di Castello (PG), Barabba, 1911.

4. Cario Falconi, *I papi sul divano*. Milão, Sugarco Edizioni, 1975.
5. Marina Caffiero, *Battesimi forzati: storie di ebrei, cristiani e convertiti nella Roma dei papi*. Roma, Viella, 2004, p. 203.
6. Daniele Scalise, *// caso Mortara: la vera storia del bambino ebreo rapito dal papa*. Milão, Mondadori, 1997, p.65.
7. *Ibid.*, p. 63.
8. Marina Caffiero, *op. cit*, p. 74-104.
9. *Ibid.*, p. 206-7.
10. Daniele Scalise, *op. cit*, p. 31.
11. Edito da Santa Inquisição contra os judeus dos Estados Pontifícios, emanado em 1843, por Achille Gennarelli. *Il governo pontificio e lo Stato romano: documenti*, citado em Denis MackSmith, *Il Risorgimento italiano, storia e testi*. Roma-Bari, Laterza, 1999, p. 73.

APÊNDICE 4 A doutrina na época da Reforma

1. David Christie-Murray, *I percorsi delle eresie*. Milão, Rusconi, 1998, p. 197-8.
2. Ernst Bloch, *Thomas Müntzer teólogo della rivoluzione*. Feltrinelli, Milão, 1980, p. 78-86.

APÊNDICE 5 A perseguição aos "antigos crentes"

1. É a tese do historiador Marc Raeff, citado em: Pia Pera (organizado por), *Vita deii'arciprete Avvakum scritta da lui stesso*. Milão, Adelphi, 1986.
2. Pierre Pascal citado em Pia Pera, *op. cit.*, p. 22.